



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH

Programa de Pós-graduação em História – PPGH



*Mundos do Trabalho na Recôncavo Sul:
Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e
solidariedades.*

1879 – 1910





UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FFCH
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

CLEIDIVALDO DE ALMEIDA SACRAMENTO

Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul:
Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedades.
1879 – 1910

Salvador
2007

Cleivaldo de Almeida Sacramento

**Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul:
Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedades.
1879 – 1910**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em História da
Universidade Federal da Bahia,
sob orientação do professor Dr.
Antonio Luigi Negro.

Salvador
Junho/2007

Cleivaldo de Almeida Sacramento

**Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul:
Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedades.
1879 – 1910**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (orientador) (Programa de Pós-Graduação em História -PPGH - UFBA)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ISC - UFBA)

Prof. Dr. Wellington Castellucci Junior (Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - UNEB Campus V)

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as relações e práticas de trabalho existentes no Recôncavo Sul da Bahia, durante os anos de 1879 a 1910. O principal recorte desta análise é o cotidiano de específicas categorias de trabalhadores que se organizaram em torno de serviços e atividades produtivas, algumas delas consideradas primazes na formação da economia baiana no final do século XIX e início do século XX. Em um segundo momento, são analisados os conflitos desses trabalhadores e estratégias na busca de direitos e garantias, demonstrando o “amadurecimento” de suas experiências e as divergências existentes nos “mundos do trabalho”. Tentou-se seguir, aqui, a proposta da Historiografia Social do Trabalho, abordando aspectos da história regional, e, privilegiando o estudo das ações coletivas em um universo de trabalhos marcado por conflitos.

Palavras – chaves: Bahia, trabalho, trabalhadores, Recôncavo Sul, greve, mutualismo operário.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the relations and practises of labor in the Recôncavo Sul of Bahia, during the years from 1879 until 1910. The meaning clipping of this analysis is the daily life of categories of free workers that had been organized around services and productive activities, some of them, considered first in rank in the Bahia's economic formation in the end of century XIX and beginning century XX. In a later moment, the conflicts of these workers are analyzed and, strategies in the search of rights and guarantees, demonstrating the "growth" of its experiences and the divergences inside the "worlds of work". It was tried to follow, here, the proposal of the Social Work Historiography, approaching features of regional history, and, privileging the study of the labor class attitudes in a universe marked by conflicts.

Key words: Bahia, work, working, Recôncavo Sul, strikes, workers mutualism.

*Aos meus pais, Edvaldo e Jandira
Sacramento, e, à Beatriz, minha filha.*

Agradecimentos

Quando as dificuldades pareciam não ter fim, restou-me, apenas, erguer a cabeça, seguir em frente e agradecer à “Força Criadora” a qual chamamos Deus.

Não foram poucos os amigos e parceiros de pesquisa que me incentivaram a continuar, e, dessa maneira, agradeço a todos, sem exceção. Agradeço àqueles que ajudaram de forma direta ou indireta, contribuindo para a produção desse trabalho.

Os agradecimentos especiais ficam para o professor “Gino”, Dr. Antonio Luigi Negro, que, pacientemente, me entendeu, socorreu e “corrigiu” nas horas de dificuldades, tanto na pesquisa quanto na escrita.

Agradeço também aos meus pais: Edvaldo e Jandira. Em especial a ela, minha mãe, que, de forma gentil, com a pressa que lhe impus, fez a revisão ortográfica e gramatical deste trabalho. A eles, meus agradecimentos por tudo o que investiram em minha formação humana e profissional. À minha “pequena” Beatriz pela tolerância nesses últimos seis meses de minhas constantes e necessárias ausências, enquanto pai e estudante.

Aos meus irmãos, Jean, Jane e Cídney que suportaram a “violação” que fiz do nosso espaço coletivo, por meus livros e material de pesquisa, cuidando, também, de auxiliar-me com o silêncio necessário.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em História; à professora Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso, coordenadora do PPGH, pela compreensão e paciência. Agradecimentos extensivos a sra. Soraya e ao sr. Carlos, funcionários do Departamento. Também, à Marina, bibliotecária da UFBA, pela atenção e preocupação em prestar-me auxílio, sempre que, dela, necessitei.

Em especial à professora Dra. Lina Maria Brandão de Aras que acreditou, desde o início, ser possível esta longa “caminhada”.

Ao professor Dr. Wellington Castellucci e à professora Dra. Tânia Salgado Pimenta, pelas importantes “dicas”, no exame de qualificação. Ao professor Aldrin Castellucci, pela disponibilidade e presteza de informações.

Aos colegas e amigos, sempre preocupados: Gilvando, Miguel, Jacira, Ednaldo, Robério e Misael.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado, a todos, sem exceção; ao sr. Paulo, sr. Daniel, srta. Samara, sr. Lindemberg, sr. Jornandes, e tantos outros. Agradecimentos, também, aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado da Bahia “Barris”, especialmente

aos Srs. Pedro e José. Aos funcionários do IGHBa, e Fundação Pedro Calmon, pela disponibilidade de algumas fotografias e xerox de documentos.

Aos funcionários do CEDIC, Fundação Clemente Marianni, em especial a sra. Graça Maria, pela atenção, a mim, dispensada.

Aos amigos e pesquisadores Carlos de Santana, professor Lamartine Augusto de Souza Vieira (presidente da Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos), aos poetas: Abinael Moraes Leal e Cláudio Soares (caco) e não poderia esquecer do amigo José Amaranto de Andrade “Tito”, que me prestou informações importantes a respeito dos objetos de estudo deste trabalho, recebendo-me sempre de forma atenciosa.

Às funcionárias do Arquivo Público Municipal de Nazareth, em especial, Sônia Brito, pelo acolhimento e atenção. Aos funcionários do Arquivo Municipal de Santo Antonio de Jesus, especialmente ao sr. Augusto, pela presteza e dedicação àquele arquivo. À Santa Casa de Misericórdia, na pessoa do seu provedor, Edvaldo Leal que me disponibilizou cópias de Estatutos e permitiu a consulta de livros daquela instituição.

Aos serventuários dos cartórios de registros cíveis e de imóveis da Cidade de Nazareth: sra. Edelzuíta e a todas às muitas “Ritas”, que ali trabalham. Em especial, ao amigo e escrivão, Cristóvão Peninne, em sua incansável pesquisa sobre seus familiares “italianos”.

Finalmente, aos colegas do magistério e amigos colaboradores: Ana Virgínia, Ramilton Cordeiro, Ademir Barros, Herbert Correia, Joelito Palha e outros tantos que deram suas parcelas de contribuição para que o meu trabalho atingisse as metas traçadas no início da minha pesquisa.

Salvador, junho de 2007

Índice

Introdução.....	11
 Capítulo I: Trabalhadores escravos e livres.....	16
1 – Em busca de trabalhadores.....	16
2 – O Recôncavo Sul e sua população.....	17
3 – Trabalhadores (as), onde estão?.....	21
4 – Construindo ídolos, desconstruindo lutas.....	23
5 – A santa casa de misericórdia de Nazareth.....	36
6 – A “modernidade” no recôncavo	43
7 – Capital e interior: espaços de circulação.....	46
8 – Associações em Nazareth.....	47
9 – Espaços de sociabilidade e conflitos.....	48
 Capítulo II: Trabalho, costumes e cotidiano.....	59
1 – Entre o costume e a lei.....	59
2 – Cobradores de impostos.....	62
3 – “limpando” as ruas.....	71
4 – Carroceiros.....	75
5 – O comércio local e as feiras semanais.....	79
6 – Novos comerciantes.....	84
7 – Os censos eleitorais de 1893 e 1894.....	88
8 – Os artistas.....	91
9 – Outros trabalhadores.....	95
10 – Aparentes conflitos.....	103
 Capítulo III: Questões de polícia e (in) justiça.....	111
1 – Garimpeiros.....	111
2 – No limiar dos conflitos.....	113
3 – O caso Marcolino.....	116
4 – Expectativas de direito.....	124

5 – A luta por terras e outros conflitos.....	127
6 – O caso do artista Vitor Salles.....	133
Capítulo IV: A luta de classes.....	140
1 – Nos trilhos da Solidariedade.....	140
2 – Antecedentes.....	142
3 – O movimento paredista na Tram-Road.....	155
4 – Solidariedade ou oportunismo?	158
5 – Cotidiano dos ferroviários.....	154
6 – O pós-greve.....	155
7 – Os caixeiros	160
8 – Os comerciantes	172
Considerações finais.....	184
Arquivos e fontes.....	188
Bibliografia.....	192
Anexos.....	194

Introdução

“ Aquele tempo não era tão bom, não. Quer dizer: era bom porque não faltava o que fazer. A gente bastava ir à Rua que encontrava trabalho. Tinha tudo. Era difícil, mas tinha tudo. Minhas tias, que eram nagôs, vendiam acarajé, mingau, bolo, passarinha. Tudo, na porta da igreja e nos “arcos”. Dia de festa, a gente se fazia. Eu era pequena, mas lembro! Era gente de tudo que era canto que vinha pra Nazareth, pra vender, comprar... Era tanto saveiro no porto. Gente que vinha no trem. A estação ficava cheia! Era um tempo bom, por isso. Dia de festa dos ferroviários. “Hum” era festa pra todo mundo. As bandas e os cordões saíam pela cidade e a gente saia pra vender ou pra catar café, enfardar fumo porque aqui tinha muito e ganhava nosso dinheirinho pra comprar a fazenda pra fazer uma roupinha. Depois é que acabou tudo, o trem acabou, falta emprego e só Deus sabe...!

Dona Benedita, trabalhadora doméstica, negra, aposentada e moradora em Nazareth, no Recôncavo Sul.¹

Os “mundos do trabalho” descrito a partir da fala de dona Benedita, também é descrito por outros entrevistados, embora eu não me utilize neste trabalho, de suas falas, entretanto, ouvi-los foi de suma importância para que eu pudesse enxergar como essas sociedade estavam organizadas. Percebi que, utilizando-se constantemente, de um discurso saudosista, a população mais velha das cidades do Recôncavo Sul lembra dos tempos em que as dificuldades eram muitas, mas havia trabalho, “havia o que fazer”. Isso dava a esses trabalhadores, como um todo, certo conforto e a segurança de que a sobrevivência podia estar garantida pela certeza de que trabalho não faltaria.

¹ A entrevistada, na data da entrevista, disse ter 74 anos de idade, vivendo com filhos e netos, na Cidade de Nazaré e afirmou que é de origem nagô.

Quando inciei minha pesquisa, ainda na graduação, realizei algumas entrevistas com ex-trabalhadores da Estrada de Ferro de Nazareth, e percebi que para eles, ter trabalhado na ferrovia denotava algo dignificador. Ao que parece, construiu-se desde o início daquela ferrovia, uma característica própria para aqueles trabalhadores, em ser ferroviário: a hereditariedade da profissão. Identifiquei, também, nas entrevistas que todo ferroviário, ao se aproximar da aposentadoria, poderia indicar um filho para substituir-lhe e isso era feito com grande satisfação, tanto para o que deixava a função quanto para o que a assumia.

Interessante foi ouvir, de muitos deles, que a aposentadoria não colocou fim ao vínculo que possuíam com a instituição, nem mesmo descaracterizou a condição de classe. Muitos me disseram: “Sou ferroviário aposentado, mas sou ferroviário”. Isso demonstrou que mesmo estando aposentado, na inatividade, ou mesmo que tenha trabalhado por pouco tempo no serviço ferroviário ou em atividades correlacionais, os ferroviários demonstravam haver haver uma satisfação plena em ter trabalhado na ferrovia, ou para ela.

Muitos ex-ferroviários informaram-me que trabalhar na ferrovia era um sinal de garantia de emprego certo, além de mobilidade social, direitos e condições de sobrevivência melhores que a de outras categorias de trabalhadores, e, talvez por isso, conotasse um *status-quo* bastante elevado em termos materiais, em relação aos demais trabalhadores.

Assim, de início, fiquei tentando a produzir um trabalho que focasse nas entrevistas de ex-ferroviários ou de seus familiares, porém, por já ter iniciado a pesquisa com outro recorte temporal, o tema aqui proposto não versará, propriamente, sobre esses ferroviários, ou seja, os ferroviários das últimas décadas, mas sim, sobre os ferroviários e trabalhadores em geral, que circulavam em torno da ferrovia de Nazareth, no início do século XX. Interessante, também, é perceber que existiam os trabalhadores da ferrovia, ou seja, funcionários diretamente ligados à Empresa, e aqueles que trabalhavam na ferrovia, portanto, contratados por terceiros que prestavam serviços diversos e transitavam em meio aos ditos ferroviários. Em muitos momentos, no bojo das reivindicações, muitos apareciam como trabalhadores da ferrovia, assumindo a condição de ferroviários, ou solidarizando-se com estes.

A partir da análise desses espaços de sociabilidade – segregados e muitas vezes disputados e conflituosos – creio ser possível entender as ações isoladas e coletivas dessas categorias de trabalhadores que interdependiam e que faziam funcionar toda uma “engrenagem” de serviços necessários ao “desenvolvimento” de uma região. Essa análise também permitirá a reconstrução da trajetória desses trabalhadores, de forma a entender como eles se articulavam no sentido de verem seus direitos e condições de luta e sobrevivência, atendidas, em momentos cujos interesses divergiam sem que houvesse uma legislação que lhes garantissem direitos trabalhistas.

Os eventos aqui analisados e discutidos se passaram no Recôncavo Baiano, especificamente nos municípios de Nazaré, Aratuípe, Jaguaripe, Santo Antonio de Jesus, São Miguel das Matas, Areia (Ubaíra), Amargosa e Cachoeira, entre os anos 1879 e 1910. Referem-se ao período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e de redefinição das posições político-partidárias em face da proclamação da República e as sucessões políticas na Bahia.

No capítulo I, tento demonstrar como se formaram as categorias de trabalhadores livres do Recôncavo-Sul, durante e após a abolição; quem eram esses trabalhadores, quais eram seus costumes e o cotidiano ao qual pertenciam e se fizeram pertencer e como as classes dominantes viam e entendiam esse cenário, em face às mudanças tanto políticas quanto econômicas e os impactos dessas mudanças na composição do tecido social das comunidades do Recôncavo Sul.

No segundo capítulo, proponho-me a analisar o cotidiano desses trabalhadores se articulavam, ganhavam, construíam, definiam e redefiniam seus espaços de sociabilidade; como teciam suas redes sociais, as quais podiam determinar sua sobrevivência e do seu grupo. O cenário a ser discutido nesse capítulo será, propriamente as cidades de Nazareth e Santo Antonio de Jesus, em fins do século XIX e primeiras décadas republicanas, espaços em que se podia perceber a intensa agitação pela presença de um número quase absoluto de homens, quer pelo divertimento, quer pela proximidade com a ferrovia e sua importância no estreitamento das relações entre as sociedades do Vale do Jaguaripe.

No terceiro capítulo, analisaremos casos de conflitos envolvendo algumas categorias de trabalhadores do Recôncavo Sul, o comportamento e as teias sociais desenvolvidas por esses indivíduos, bem como, faremos uma discussão acerca de como esses trabalhadores garantiam suas sobrevivências em face a existência das divergências, que muitas vezes só podiam ser resolvidos pela via do conflito direto.

No capítulo IV, tento discutir a greve de 1909 na Tram-Road de Nazareth, seus antecedentes e seus efeitos, por tratar-se de um evento caracterizado por momentos de grande mobilização dos trabalhadores das ferrovias, no Recôncavo Sul. Identifica-se, naquele movimento, que esses trabalhadores demonstravam certa maturidade desenvolvendo a todo instante, estratégias de negociação, resolvendo as questões coletivas, posicionando-se em face dos eventos políticos, e, ao mesmo tempo em que pareciam não ter representação, delegando a terceiros a representatividade dos interesses de sua classe, embora, perceba-se nesse comportamento formas organizadas de luta e de solidariedade, além do “jogo” de interesses que permeava aquelas relações.

A imagem que temos dos mundos do trabalho no Recôncavo Sul, nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, parece-nos bastante significativa em termos de produtividade e concentração de classes de trabalhadores. Dentre os fatores que implicam nesta afirmação é o de que havia, naquele período, uma forte motivação para o deslocamento de trabalhadores para a aquela região do Recôncavo, atraídos pelas pequenas indústrias e pela ferrovia; outro fator era o de que o Recôncavo ainda era responsável por quase a metade da produção agrícola que abastecia os mercados baianos e isso dava aos habitantes de Cidades como Nazareth, por exemplo, a falsa idéia de eterno crescimento econômico e social, vividos até a década de 60 do século XX, quando a ferrovia de Nazareth começa a entrar em processo de liquidação e as instituições de classe, também começam a desaparecer em face ao dismantelamento dos eixos econômicos do Recôncavo, a partir da segunda metade do século XX.



Porto de Nazareth, 1866. Foto: Camilo Vedani.

² O fotógrafo italiano, que mais tarde atuou como professor de desenho, em passagem pela Bahia, fez algumas fotos, inclusive esta acima, do porto da Cidade de Nazaré, no ano de 1866. Naquela época os barcos e saveiros transportavam mercadorias entre a capital da província, Salvador e o interior do Estado. Ao fundo, pode-se ver alguns armazéns e casas comerciais que atraíam para aquela região, comerciantes e trabalhadores de etnias e nacionalidades diversas. Camillo Vedani morava no Rio de Janeiro e algumas de suas fotos encontram-se na Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles. Ver, FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias: 1858-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1999.

Capítulo I: Trabalhadores escravos e livres

1 – Em busca de trabalhadores

Quando pensei em estudar os mundos do trabalho no Recôncavo Sul, busquei, a princípio, uma documentação que tratasse apenas da mão-de-obra livre e assalariada. Tentei, desde o início, não entrar no mérito dos estudos sobre a escravidão. Por certo, a composição da mão-de-obra escrava não era o objeto de estudo da minha pesquisa. Meu propósito era priorizar a identificação de uma mão-de-obra livre, operária, com grau técnico “apurado”, aos “moldes” do “capitalismo moderno”, mapeando e classificando os trabalhadores, por meio da análise dos registros de criação de ferrovias, em especial, em terras do Recôncavo, e em outros locais da Bahia, entre os séculos XIX e XX. Porém, à medida que avançava nas pesquisas, as fontes tratando de escravidão, vez ou outra, pareciam “falar” comigo, regularmente me conduzindo, a perceber a dinâmica das relações, existente, entre trabalhadores livres e ex-escravos, principalmente quando examinava notas de jornais que retratavam, de certa maneira, o peculiar cotidiano dos mundos do trabalho no Recôncavo Sul.

Ao examinar inúmeros livros e documentos, deparei-me com registros que forneciam dados relevantes à respeito de alguns trabalhadores livres. Esses me foram indicados pelas seguintes fontes: O livro “Matas do Sertão de Baixo”, do professor Isaías Alves, onde ele nos revela os nomes de “enfardadores” de fumo, como Antonio Salútio, Antonio Argolo e Francisco Fraga, por exemplo, que figuraram como líderes de uma greve nos armazéns de fumo, no município de Santo Antonio de Jesus, no ano de 1901 ³, e vários jornais da época.

Além dos nomes acima citados, também encontramos, nesse livro, os nomes de artistas “conhecidos” daquela região: Antonio Aleixo, Manoel de Ciro, Manoel Joaquim, Marciano, Diano, Nezinho, Serafim, Antonio Bispo Cardoso; do ferreiro português, João de Lima Pires, e os demais ferreiros; João Pereira de Pinho de Souza, Maurício, Manoel “latoeiro”, Chico “latoeiro”, Leocádio Luiz dos Santos, do professor de música, Permínio

³ Cf. ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Reper. 1967, p.244. e o jornal Diário da Bahia, 23 de janeiro de 1901, p.1.

Franco, do caldeireiro, Miguel Orrico, do poeta e escritor Silvestre Evangelista dos Santos, do caixeiro João Delfim, e do escritor e contista, Roque Tourinho.⁴

Apesar de ter encontrado, na obra de Isaías Alves, alguns nomes de trabalhadores que poderiam ter norteado a minha pesquisa, a identificação e mapeamento da mão-de-obra livre se iniciou, de fato, com a leitura de alguns periódicos publicados no interior da Bahia, em fins do século XIX, e microfilmados pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Foram em notas dos jornais: “*O Industrial*”, “*A Opinião Liberal*”, “*O Regenerador*”, e “*O Independente*”, por exemplo, que as fontes pareciam querer mostrar-me uma outra face do trabalho livre e que, até então, eu custava a enxergar.

À medida que pesquisava, percebi, nesses periódicos, a regularidade com que publicavam notícias de fugas, vendas e manumissões de escravos, assim como editais de cartas de liberdade. Nesses documentos, constam informações que me “atraíram” para a possibilidade de tentar entender de que maneira o cotidiano desses trabalhadores era feito e refeito, a partir de suas experiências pessoais e coletivas, verificando, portanto, a possibilidade de alguns deles aparecerem, primeiramente como cativos, e, posteriormente, como livres ou libertos.

2 – O Recôncavo Sul e sua população

Em 1872, o censo judiciário da província da Bahia declarava que a comarca de Nazareth, com uma extensão de aproximadamente 90 léguas quadradas e distando da capital 18 léguas, possuía 2 vilas, 10 freguesias, 16 distritos de paz, 186 eleitores e 10.965 votantes, tendo sob sua jurisdição os municípios de Nazareth, Jaguaripe e Itaparica, ocupando dessa maneira, o 4º lugar em arrecadação na província com a renda de 32:546\$991 (trinta e dois contos, quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e noventa e um réis), referentes a arrecadação do ano de 1871.⁵

Essa arrecadação era resultante de atividades econômicas diversas, devidamente mapeadas e cadastradas junto aos órgãos de controle e fiscalização da província, existentes à

⁴ ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Reper. 1967, pp. 276 a 278.

⁵ APEBa., Seção de estatística: Censo eleitoral, Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1872, p.169.

época. É importante ressaltar que, em fins do século XIX, a comarca de Nazareth, comparando o seu desenvolvimento econômico, com as demais comarcas do Recôncavo e da Capital, só ficava em posição inferior, às cidades de Cachoeira, Santo Amaro e Salvador, ocupando, dessa forma, uma situação privilegiada, junto à presidência da província. Nazareth, ainda que “pequena”, apresentava, naquele momento, características de “cidade grande”, pois, nela existiam cinco subdelegacias, distribuídas entre a sede e os distritos, e outras cinco em Jaguaripe ⁶, vila da qual Nazaré emancipou-se, em meados do século XIX e que também ocupava certa condição de prestígio em virtude da efetiva participação das tropas do capitão Manoel Gonçalves Maia Bittencourt, junto às batalhas na Guerra pela Independência do Brasil na Bahia.⁷

De certo que a participação das tropas do capitão Bittencourt não seria a única razão pela qual aquelas sociedades do Recôncavo Sul possuíam forte representação política e econômica junto à Presidência da Província, situação que existiu tanto no Império, quanto na República, quando os interesses das “elites político-partidárias” acirravam as disputas pelos votos dos eleitores daquela que era uma das Zonas Eleitorais mais populosas do interior, conforme registravam os censos populacionais do final do século XIX.

No censo populacional, apresentado em 22 de abril de 1870, pelo chefe de Polícia, à Repartição de Polícia da Bahia, em que a população da cidade de Nazareth e, também, de Jaguaripe totalizavam juntas, 43.480 pessoas, distribuídas da seguinte maneira:

Delegacias	População livre	População escrava	Total de habitantes	% cativos
Nazareth	24.927	7.683	32.610	25%
Jaguaribe (pe)	10.090	780	10.870	8,5%

Os dados acima, encontrados nos censos de 1870 e 1872, não definem cor, etnia, condição social, ou coisa do tipo, tornando-se difícil identificar a quantidade de pretos, brancos e mestiços, ali residentes, pois entre os livres, constavam também, libertos e entre os escravos, pardos. Esses dados, apenas correspondem, com exatidão, a uma densidade

⁶ Idem, Secção de estatística: Censo eleitoral, Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1872, p.167.

⁷ Ver: TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo: Ed.UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001. p.236.

demográfica populacional, fixa, verificada a dificuldade, naquele momento, em se estimar, com precisão os elementos constituintes daquela população, considerando a existência de uma “população mista” e formada por uma parcela de migrantes temporários.

O que se depreende da análise dos dados é que parte daquela população, ao que parece, constituía-se naquilo que se pode denominar “população flutuante”, pois fugia ao controle dos recenseadores, sendo difícil o seu controle. A propósito disso, Kátia Mattoso define esse problema do recenseamento, como “O que escapa aos recenseadores⁸”, apontando para as dificuldades encontradas por estes recenseadores no mapeamento e recenseamento, em face dos meios dissimulados, empregados pelos entrevistados, na declaração de informações aos censos, ou da própria incapacidade de se chegar a determinadas regiões de difícil acesso.

Se por um lado podemos presumir, a partir do Censo de 1870, que a composição da maior parcela populacional do Recôncavo Sul era de pretos e pardos, por razões de concentração de mão-de-obra escrava, nos quase quatro séculos de escravidão, por outro lado, algumas fontes nos revelam, por exemplo, que muitos trabalhadores negros, antes mesmo do “pós abolição”, já se encontravam exercendo atividades de homens livres, como os mestiços “filhos bastardos”, de senhores de engenho, de comerciantes nacionais ou estrangeiros que exerciam atividades de homens livres.⁹ Aliás, não apenas, esses, como afirmou Isaías Alves, mas, todos os que haviam adquirido a alforria, quer fosse pela via da fuga, ou do labor diário, haja vista que não foram poucos os cativos que se utilizavam do domingo para plantar ou vender seus produtos nas feiras de vilas e cidades locais, do Recôncavo Sul, capitalizando, dessa maneira, os meios destinados à aquisição de sua carta de alforria.

Parte das informações, a respeito desses trabalhadores, foram encontradas nas consultas aos jornais, que em suas entrelinhas, nos direcionam a dados importantes sobre o cotidiano e o modo de vida das classes trabalhadoras, aqui estudadas. Ainda que os jornais, àquela época se constituam em fontes de registro, exclusivamente destinadas às publicações

⁸ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX*. SP. HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p.141.

⁹ ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Reper. 1967, p.244. e, *Diário da Bahia*, 23 de janeiro de 1901, p.245.

de interesses das classes dominantes – tendo em vista o fato de que essas fontes exerciam um “papel” fundamental à manutenção dos costumes e tradições de determinados grupos, em detrimento aos demais, constituindo-se, dessa forma, muitas vezes, em instrumento de permanências.¹⁰ – não podemos negar, também, que os jornais se constituíram, antes, em uma inesgotável fonte de pesquisa, passível de análise e discussão.

Os jornais nos revelam, não só “visões” sobre os fatos publicados, como também, análises e “diálogos” com outras fontes documentais, que retrataram o cotidiano, no recorte temporal abordado. Portanto, se à princípio as notícias não respondem aos nossos questionamentos, os meios como elas são publicadas, assim o fazem. A tarefa inicial constiu-se em identificar e desvendar os meios dissimulatórios dos fatos noticiados, sendo uma intrigante tarefa de pesquisa.

Identificados os fatos e suas , verificamos que, se muitas vezes os fatos não eram descritos nos jornais, de forma clara e explícita como queríamos enxergar ou o que pretendíamos encontrar, também, em dado momento, essa falta de descrição clara e objetiva nos exigiria o esforço, no sentido de dar uma maior atenção ao “como” e ao “que” está implícito ou não naquelas publicações. Dessa maneira, perceber como o cotidiano era construído, a partir da visão de apenas um grupo social, nos revela o sentido dessa metodologia ou forma “negligente” e “confusa” de dar uma notícia, o que, ainda assim, considero relevante para evidenciar nas fontes, o interesse de quem tentou transmitir ou omitir informações.

A forma, aparentemente negligente, dessas fontes, as torna curiosas pelos meios empregados ao reconhecimento das mudanças pertinentes ao tempo em que foram escritas. Temos, por exemplo, o fato de que algumas notas de jornais evidenciavam, ainda de que de forma indireta, a insustentabilidade da escravidão e sua inadequação, em face das relações conflituosas, constantemente existentes nos mundos do trabalho.

Assim, através da análise de documentos e jornais, tentaremos delinear a trajetória de alguns indivíduos que compunham a classe trabalhadora do Recôncavo Sul e viveram em

¹⁰ Muitos desses jornais pertenciam a associações, partidos políticos, grupos de comerciantes ou entidades religiosas.

meio a um universo misto e conflituoso, de “efervescentes” mudanças, em uma sociedade com suas peculiaridades, costumes e tradições.

3 – Trabalhadores (as), onde estão?

Em 1861, na secção anúncios, o comerciante e senhor de terras na cidade de Nazareth, no Recôncavo Sul, *João Luiz Barata Góes*, mandara publicar uma nota na qual, ele dizia “precisar com urgência de uma ama-de-leite, e que não duvidava pagar com generosidade.”¹¹ Aquele senhor tinha seu nome inscrito como proprietário de escravos e senhor de terras; seu nome aparece inscrito na lista dos devedores de impostos sobre escravos no ano de 1882.¹²

Uma análise rápida, não diria que aquele anúncio explicitava, dentre outras questões, o fato de que o “velho” costume de utilizar-se de escravas para amamentação¹³ de crianças brancas, estava por fim, perdendo lugar para o trabalho livre das “amas de leite”. Talvez esteja aí, também, um exemplo de resistência à servidão, por parte de mulheres escravas. Algumas fontes nos revelam que muitas mulheres brancas não amamentavam seus filhos; umas porque morriam muito cedo, durante o parto, outras por questões de higiene¹⁴ e algumas por não conseguirem produzir o leite, destinado à amamentação. Sobre esse assunto, nos assegura Gilberto Freyre, que “raro foi o menino brasileiro que não foi amamentado por negra¹⁵”, advindo, daí, o costume de se contratar ou recrutar “amas-de-leite” para amamentação de crianças recém-nascidas.

Verificamos, também, que esse hábito tornou-se tão comum, não só no interior da Bahia, como também em Salvador, que em face da convivência com a família, essas “amas-de-leite” passavam a circular com certa liberdade em casas de famílias abastadas e terminavam por constituírem-se “criadas de dentro de casa”; ficando ali, e “acostumadas”, portanto, ao cotidiano de uma determinada família. Elas tinham, em alguns casos, tão grande representatividade no universo do lar, que, mesmo depois de findo o “serviço”, muitas continuavam a transitar em meio à família, conforme nos revela Alberto Heráclito, ao

¹¹ *O Industrial*, 18 de fevereiro de 1861, p.3.

¹² *O Industrial*, (?) 1882, p.3.

¹³ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador, 1890 -1940. CEB, Salvador, 2003, p.53-54.

¹⁴ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, 13ª ed., Rio de Janeiro, Editora da UNB. 1969, p. 399.

¹⁵ Idem.

afirmar que aquela atividade, “apesar de exigir de muitas nutrizes, que residissem na casa dos patrões, não cessava com desmame.”¹⁶ Desta forma, percebe-se que o fato de os patrões, não mais necessitarem das tarefas dessas trabalhadoras, isso não diminuía a importância dos serviços delas, que passavam a figurar “carinhosamente”, como “mães-de-leite”, criando-se, desde então, com aquelas famílias, uma dívida de gratidão.¹⁷

Conforme nos revelou Fraga Filho, sobre as “amas-de-leite”, a Câmara de Salvador, em resposta às requisições do chefe de polícia e aos “reclamos do público”, elaborou e aprovou, no ano de 1886, um código de posturas que determinava em sua postura nº. 15, que a ama-de-leite que ocultasse moléstia, ou tivesse reconhecida a incapacidade de amamentar criança, incorreria na pena de 20\$000 réis, ou quatro dias de prisão. Não podendo se recusar ao exame médico. E a amamentação deveria obedecer às determinações de um médico ou delegado de polícia, até o tempo necessário à amamentação.¹⁸

Apesar de não encontrarmos essa mesma regulamentação, específica, em cidades do Recôncavo Sul, verificamos que no caso da Cidade do Salvador, essa atividade já se encontrava regulada no código de posturas municipais. Dessa maneira, entendendo que, se o anúncio publicado, contratando amas-de-leite, não nos parece, à primeira vista, revelador da crise do sistema escravo e do surgimento de novas formas de trabalho livre, outros fatos nos permitirão, aqui, entender como esse processo ocorreu no Recôncavo Sul.

Sendo assim, tentaremos reconstruir os caminhos e trajetórias de alguns indivíduos, que, em seu cotidiano, apresentavam sinais e lembranças de uma sociedade cuja economia esteve, por muito tempo, atrelada à agricultura e a sociedade de bases escravistas, vigente, em termos legais, até aquela data.

Diante dessa tarefa, percorri os caminhos revelados pelas fontes, verificando a existência de indivíduos que em suas trajetórias pessoais ou familiares, poderiam me fornecer subsídios para entender parte do cotidiano das classes trabalhadoras assalariadas e livres, na região do Recôncavo Sul, em fins do século XIX. Algumas fontes, porém, se

¹⁶ Cf. FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Quem pariu e bateu que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador, 1890 -1940. CEB, Salvador, 2003, p.56-57.

¹⁷ Idem, p. 57.

¹⁸ Cf. Fraga Filho, *Encruzilhadas da Liberdade*, 2006, p.333.

referem às descrições de reminiscências de famílias abastadas que à medida que se estabeleceram no período tratado, também produziram fontes memoriais escritas, importantes do ponto de vista relacional, retratando fatos do cotidiano, e nos permitindo, dessa maneira, fazer o enfrentamento comparativo, em face à natureza histórica das mesmas.

Ao longo das pesquisas, tive acesso a algumas fontes documentais que tratavam da escravidão no Recôncavo, pouca coisa; desde livros de notas, cartas precatórias, inventários e até mesmo, cartas de alforria. Porém, dentre as fontes consultadas a que me chamou mais atenção foi um livro, escrito pela filha de um médico, político e ex-senhor de escravos, no qual ela descreve fatos do seu cotidiano e experiências vividas durante sua infância e adolescência em casa de seus pais, na cidade de Nazareth.

A referida obra tem por título: “*Tempo...água do rio*”, e foi publicada em 1930. Nela, a autora, Maria Augusta Bittencourt, filha de Alexandre José de Barros Bittencourt, médico e “fundador” da Tram-Road de Nazareth, narra de forma enfática e entusiástica, passagens de sua vida e de seus familiares nas terras do Recôncavo, em tempos de trabalho escravo e posteriores a ele. Em sua descrição ela inicia afirmando:

Meu pai firmou-se na ciência como médico. Fez construir uma estrada que rompeu o sertão baiano. Foi chamado o Mauá da Bahia. Imperador, Barões, Ministros de Estado não lhe negaram favores. Ganhou prestígio no Império. Prestígio que na República alargou o seu conceito. Era um conselheiro. Fez-se um líder. Fundou escolas, asilos, hospitais, associações beneficentes e culturais... O seu retrato encima paredes e vai à praça pública levantar-se em busto de bronze como um Patriarca. Entretanto, nenhum ângulo de sua pujante carreira, nenhuma face de seus êxitos, aplausos que lhe palmilharam o caminho, despertam em mim maior admiração, maior orgulho do que a configuração moral em que o vejo como um Senhor de escravos.¹⁹

4 – Construindo ídolos, desconstruindo lutas.

Verificamos que: “*Tempo...água do Rio*”, é uma obra descritiva e de cunho memorialista, organizada em 8 capítulos, sendo que em um deles, cujo título é: “*Os Escravos*”, Maria Augusta descreve o “cenário” da escravidão a partir das histórias contadas

¹⁹ BITTENCOURT, Maria Augusta. *Tempo...água do rio*. Ed. Minerva, RJ. Estado da Guanabara, 1930. pp.52, 53.

por seus contemporâneos, afirmando em determinados momentos, ter lembrança de alguns ex-escravos e filhos destes, que moravam nos fundos da casa²⁰ onde nascera, em terras de seu pai, e que embora tivesse conhecimento daquele cenário, dizia ela, não haver alcançado...

(...) felizmente, o tempo da escravidão no Brasil. Não bebi o leite escravo. Mesmo assim, senti-lhe os ressaibos como se os houvesse vivido, dentro de suas injustiças humanas e sociais. Entre a verdade sofrida e a verdade escrita, não foram poucas as vezes que hei chorando lendo a “Cabana de Pai Tomás”, lendo Castro Alves na tragédia que é toda a sua obra decalcada nos dilacerantes quadros da realidade plangente do “Navio Negreiro”. A consequência dessa indelével nódoa aí está perpetuada numa demonstração física e psicológica. Lembro-me dos tristes relatos e das canções dos escravos libertos que sobraram para contar as fascinantes histórias dos seus tempos. As canções calaram-se. Qualquer coisa vive, porém, até hoje, na revolta dos nossos negros, na extravasão de um complexo coletivo quando respondem: “Tempo de escravo já se foi.
21”

Após rememorar as experiências de ex-escravos e libertos, seus dissabores e suas histórias, a autora descreve uma “branda” escravidão, de seus escravos, não hesitando ao que parece, em dado momento, querer justificar o fato de seu pai ter sido senhor de escravos. Querendo a todo instante, tentar colocá-lo em situação diferenciada aos demais senhores, ao declarar de forma enfática:

(...) Meu pai foi um senhor de escravos. Em meio, porém, às urzes da sociedade escravagista, das urtigas e espinhos em que viveu o seu vulto se me aparece como uma flor gloriosa. Não foram poucos os fugitivos que se vinham ajoelhar aos pés do “Douto-Sinhô” implorando que os comprasse.²²

Não pretendo fazer aqui um julgamento quanto à forma como a autora via e percebia a escravidão. Entendo, porém, que há, na construção dessa narrativa, dois momentos muito interessantes: O primeiro é o que a autora, por razões bastante óbvias, tenta “inocentar” seu pai, ou pelo menos descaracterizar a sua “culpabilidade”, quanto à sua condição de ex-senhor de escravos, ao afirmar ter sido ele, diferente dos demais, pelo fato de

²⁰ O Solar dos Bittencourt constitui-se em uma casa-grande localizada na Rua do Calabar, na cidade de Nazareth, conforme foto discriminada em “anexos”.

²¹ BITTENCOURT, Maria Augusta. *Tempo...água do rio*. Ed. Minerva, RJ. Estado da Guanabara, 1930. pp. 50,51.

²² Idem, p.51.

ela alegar que, por várias vezes, escravos fugidos apareciam rogando-lhe aos seus pés, que os comprassem.

A partir dessa narrativa, percebe-se, claramente, o tom paternalista que se pretendia dar àqueles eventos. No primeiro momento, ela tentava reconstruir a idéia de que apesar de seu pai ter sido um senhor de escravos, isso não o tornava igual aos demais, pois ele atraía para si, até mesmo escravos fugidos para lhes servir. No segundo momento, e é esse o que me parece ser mais intrigante, ela reproduz a idéia de submissão e incapacidade absoluta dos escravos, que, mesmo tendo criado, para si, a oportunidade de fugirem para longe do cativeiro, procuravam, justamente, um outro senhor de escravos a fim de que este, os comprasse.

Sem a pretensão de querer aqui, “reinventar a roda”, não restam dúvidas que essa idéia de “misto” de submissão, piedade e gratidão, a que se tentou atribuir aos atos de alforria, já se encontra, há muito, solucionada. Tento aproximar-me, de início, e em partes, de algumas análises feitas em excelentes trabalhos, ao exemplo de “Visões da Liberdade”, onde Sidney Chalhoub discute, dentre outras questões da escravidão, a crônica Machadiana: “Bons dias.”.

Observou, Chalhoub, nessa crônica, a forma com que Machado de Assis descreveu e satirizou o momento da alforria do “jovem Pancrácio”, escravo, que vivendo o momento em que se aproximava a inevitável abolição oficial, e “diante da decisão do senhor em libertá-lo, entrou na sala “como um furacão” e se atirou aos pés do “benfeitor”, embora tenha decidido em seguida, a continuar a servir o seu antigo senhor, mediante um salário módico e os insultos e pontapés de costume. ²³”

Não fosse a tentativa infundada de generalizar a idéia de obediência cega e irrestrita dos escravos aos seus senhores, estaria sim Pancrácio, sob a epígrafe do conformismo e da subserviência. O problema é que, conforme dissera Chalhoub, “Pancrácio, é o caso extremo de um negro “seduzido” pela ideologia da escravidão como uma relação de dependência que não se rompia definitivamente, sequer no momento da alforria. ²⁴e, em última instância era ele também, uma ficção.”

²³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990, p.143.

²⁴ CHALHOUB, p.143.

Percebe-se, no entanto, que apesar do tom subserviente, atribuído às duas situações acima transcritas, existe uma sutil e importante diferença, entre o caso do escravo Pancrácio e a descrição sobre a fuga de escravos, feitas, por Maria Augusta. Enquanto o Pancrácio de Machado ficava eternamente agradecido por ter o seu senhor, lhe dado a carta de alforria, ainda que fosse convidado a ali permanecer e submetido ao mesmo tratamento de outrora, ficavam os escravos fugidos do Recôncavo, agradecidos por continuarem sendo escravos, desde que, fossem do Dr. Alexandre.

Chama-nos também atenção o fato de que em todo o capítulo, não houve sequer, um único momento em que a autora mencionasse ter seu pai, alforriado um único escravo. Ao contrário, nesse mesmo capítulo, ela faz referência a um escravo por nome Evaristo, descrevendo uma cena ocorrida no dia da abolição oficial da escravidão no Brasil:

(...) Quando a 13 de maio de 1888 os foguetes da abolição riscavam o ar, a enxada de Evaristo, escravo dos mais antigos, batia a terra. Meu pai ouviu aquele bater tão conhecido. Chegou à janela e gritou: Evaristo! Evaristo! Larga! Hoje é teu dia... O preto retesou o corpo. Levou a enxada ao alto. Olhou firme, meu pai. Apontou o instrumento às mãos, símbolo do trabalho e respondeu: Agora é que eu vou conhecer, sinhô...²⁵

Interessante é ver que esse mesmo senhor tornou-se o porta-voz da liberdade para um de seus escravos, e que ele pouco caso fez da sua nova condição de homem livre. Fica difícil entender a representação do grau de benevolência e “bondade” desse senhor de escravos que não só não se antecipou ao feito de 13 de maio, como também tinha ainda consigo, Evaristo, escravo que segundo nos revela Maria Augusta, era dos mais antigos, levando-nos a crer na existência de outros tantos que ali viviam sob o seu jugo. O comportamento do escravo, aqui narrado, podia ser justificado, se tomarmos por base o fato de que sua idade já estava avançada, restando-lhe tão somente, esperar pela morte. Nessa mesma linha da narrativa, a autora insiste em apossar-se de um discurso patriarcal, ao contar-nos que certa feita,

(...) aquele mesmo Evaristo, o qual fora presente de seu tio Barros a seu pai, por ocasião de sua formatura, um dia ao carregar ao ombro sua pequena irmã, levando-a a algum lugar, o mesmo fora

²⁵ BITTENCOURT, Maria Augusta, p.52.

encontrado por um amigo de meu pai que depois perguntou a este como ele podia confiar a filha a um escravo, ao que respondeu prontamente, que estava ela, “tão segura quanto com ele.”²⁶

Maria Augusta afirma ainda ter conhecido o tal escravo Evaristo, que segundo ela, estava velhinho e trôpego, em uma casinha que seu pai lhe dera nos fundos do terreno de sua propriedade e, que “durante muitas noites ela dormia ao som “monótono” do seu surdo batuque, banzando no atabaque, lembranças da Angola distante”. Seguindo a descrição ela afirmava que houve momento em que todos os ex-escravos, ali residentes, foram reunidos e lhes dado o primeiro salário e que esses não haviam deixado a casa onde, segundo ela, “apenas a lei lhes lembrara o estigma da escravidão”:

(...) não deixaram a terra a que se prenderam como as raízes que plantaram, como as cercas que bateram, como os muros que subiram de suas mãos... Chão embebido de suor, é verdade, mas sobre o qual não se ouviu nunca o açoite do cativo, o látego a estalar nos lombos pretos...Escravos livres de feitores porque ali, foram todos iguais. Eu os conheci. Filhos dos filhos. Solteiros. Casados. Ainda moço. No trabalho ainda, ou, já velhinhos. Doentes. Beirando a casa... Socorridos quando precisavam do auxílio que lhes dava a boa mão de minha extraordinária mãe, não como esmola, ela também o dizia, porém como uma lembrança do quanto nos deram eles...em cuidados e noites mal dormidas... em canções choradas ao pé dos nossos berços de rendas...²⁷

Depois de retratar o acentuado contraste existente nas relações, entre sua abastada família e os seus escravos, Maria Augusta nos revela o fato de que muitos deles permaneceram “presos à terra” no período “pós abolição”. Essa realidade, talvez, se justifique, em razão das necessidades diárias de sobrevivência, o que nos leva a crer na hipótese de que se trava de situação comum entre os libertos; alguns, por não terem para onde ir, outros, por terem desenvolvido uma agricultura de subsistência²⁸. Verificou-se, que em lugares diversos, após a abolição, muitos negros, ex-escravos, migraram para o campo ou para os centros urbanos, distribuindo-se²⁹, por um espaço social, comum, a outros grupos étnicos da sociedade brasileira.³⁰ Fraga Filho afirma que a abolição aconteceu em meio à

²⁶ BITTENCOURT, Maria Augusta, pp. 52-53.

²⁷ BITTENCOURT, Maria Augusta. pp. 53-54.

²⁸ NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p.60.

²⁹ O que indica a formação na zona rural, de um campesinato formado por uma mão-de-obra mestiça e na mesma forma, nos centros urbanos.

intensa agitação social, indisciplina de escravos nos engenhos, fugas individuais e coletivas, hostilidades de populares ao escravismo e radicalização do movimento abolicionista.³¹

Ratificando a afirmação de Fraga Filho, as fontes nos revelam que havia, em Nazareth, um fundo de emancipação, destinado à compra de alforrias, que representava em 1876 o 6º lugar na Bahia e possuía em caixa, algo em torno de 20:091\$857rs.³² (vinte contos, noventa e um mil oitocentos e cinquenta e sete réis). De acordo com a resolução nº. 1330 de 23 de junho do ano de 1873, em seu artigo 18 §6º, no capítulo III, aquela resolução tratou em determinar a receita para o exercício fiscal do ano de 1873 e previu, dentre outros impostos, o imposto cobrado a todo proprietário de escravos na Bahia. Segundo aquele artigo, ficava a Câmara Municipal da Cidade de Nazaré obrigada a cobrar a taxa de 2\$000 réis, por cada africano livre ou escravo que fosse ganhador.³³

Numa descrição recheada de contradições e de tom quase poético aos “olhos senhoriais”, Maria Augusta discorre sobre a escravidão, falando “de cima”, de quem via a senzala, a partir da casa grande, o que torna o seu discurso uma tentativa de minimizar as mazelas da escravidão. Ela mesma entoava um tímido “grito” de dó e de liberdade, como se o ato da alforria, ou tampouco a condição de liberto, nada representasse para aqueles trabalhadores. E tal é a condição de subserviência e acomodação a qual ela tenta atribuir aos seus escravos, que ao mesmo tempo em que menciona a incidência de fuga de escravos – demonstrando, dessa maneira, os meios de luta e resistência, e, portanto, a negação ao cativo, estabelecendo-se aí, uma relação de conflito com o sistema vigente – ela também reduz ao nada, a condição de liberdade de escravos fugidos, alternando entre momentos de submissão e incapacidade de libertar-se do cativo, fazendo-os retornar à sua condição de cativos, a fim de permanecerem no “*modus-vivendi*”³⁴ anterior, insinuando, dessa maneira que estando ali, junto ao seu pai, estariam eles, protegidos e em situação de acomodação.

³⁰ NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p.55.

³¹ Fraga Filho, Encruzilhadas da Liberdade. 2006, p.347.

³² FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. Diretoria de Bibliotecas Públicas. Legislação da Província da Bahia sobre o negro: 1835 a 1888. Salvador: FUNDEC, 1996, p.244.

³³ Idem, p.221.

³⁴ O termo vem do latim e em sentido lato, significa modo de viver. Em sentido sociológico, entende-se, como uma espécie de arranjo temporário que possibilita a convivência entre elementos e grupos antagônicos e a restauração do equilíbrio afetado pelo conflito, o antagonismo é temporariamente regulado e desaparece como ação manifesta, embora possa permanecer latente. Conf. LAKATOS, Eva Maria, *Sociologia Geral*, Editora Atlas, São Paulo, 1995.

Trata-se, porém, de uma visão deturpada daquela realidade, tendo em vista a premissa de que: Se alguns escravos buscavam “proteção”, isso não significava simplesmente acomodação ou subserviência; ao contrário, estavam eles, a todo instante, desenvolvendo estratégias de convivência e relação, além de mecanismos de sobrevivência, esperando o momento certo para agir ou para não agir, pois calar-se, em circunstâncias desfavoráveis também nos leva a crer e entender que fazia parte das estratégias de sobrevivência. Ademais, os atos de fuga, ou de revolta, eram momentos de planejamento e articulação, em que se percebia o enfraquecimento das forças políticas e econômicas dos senhores, e em que os escravos agiam. Como dissera JJ. Reis: “Assim, a hora do ato mais extremo da política escrava, a revolta, em geral seguia o calendário da sociedade civil, aproveitando o instante de enfraquecimento do governo do senhor.”³⁵ Ou seja, ao contrário do que se escreveu, por muito tempo, os escravos não só não estavam sob a condição de passividade ou animosidade, como tinham ciência dos fatos e sabiam o momento certo de provocar o conflito e iniciar suas negociações.

Da mesma maneira como se desconstrui a idéia de escravo-coisa, entendo que, pensar em “proteção” simplesmente como submissão, somente ratificaria o tom do discurso paternalista que se pretendia atribuir, de forma generalizada às relações entre escravos e senhores. Ou seja, a idéia de “proteção”, que em dado momento soaria como submissão, estaria presa às idéias de determinados indivíduos, em face de suas necessidades momentâneas de sobrevivência, o que permite conotar uma falsa impressão de conformismo e fácil aceitação com a realidade imposta e vivida.

Perceberemos, porém, que tal prática de se atribuir a passividade homogênea, aos trabalhadores negros não se limitaria ao período de vigência do sistema escravo, como se verificará adiante, em que essa “ideologia paternalista”, presumidamente adotada nas relações escravistas, tentou se fazer presente, por exemplo, nas relações de trabalho livre e assalariado dos trabalhadores da ferrovia, como veremos em capítulo, adiante.

³⁵ REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das Letras, São Paulo, 1989, p. 122.

Chama-nos ainda a atenção, outros dois trechos, do capítulo do livro de Maria Augusta os quais considero importantes serem transcritos e analisados, e que referem-se às duas afirmativas que se complementam e se justificam entre si, dentro da “lógica da ideologia senhorial” estabelecida na linha do discurso paternalista e conservador, utilizado pela autora. No primeiro trecho do capítulo, Maria Augusta afirmara que seu pai,

(...) não possuiu escravos para aumentar os seus haveres. Tinha-os, apenas, ao serviço da casa e da família. Nenhuma escrava experimentou ali, a mágoa de lhe ser arrebatado, à venda, um filho. Eles cresciam com os meus irmãos.³⁶

No segundo trecho, ela reproduz um fato que se não posso chamá-lo de irônico, chamo-o, portanto, de trágico, dada a sua “ingênua percepção” de senhorinha, ao retratar uma cena de extrema submissão, na descrição de um fato em que, uma escrava doméstica, por nome

(...) Presciliana, “Boiáu”, como a chamavam, um dia, arrebatando de orgulho, entrou em casa dizendo que meu pai encontrara trepados na figueira Inhô Zezinho e seu filho e que tanto batia em sinhozinho como em Damião... Aquelas chineladas levaram-lhe à alma um traço de paridade que a boa escrava exaltava risonha e ufana.³⁷

Sem querer depreciar a forma legitimadora que a autora atribui às ações de seu pai, e o tom consolador, também presentes no texto, diante do fato acima transcrito, faço os seguintes questionamentos: Será que Damião, filho da escrava Presciliana, tendo compartilhado das chineladas que levava o “Inhô Zezinho”, teria em algum momento de sua vida, compartilhado também, dos agrados e afagos que faziam os seus senhores ao sinhozinho e demais irmãos?; Por que a escrava Presciliana identificaria naquele ato de violência, tão comum àquela sociedade, um único gesto de paridade por parte de seu senhor, a ponto de lhe causar tamanha alegria?; Teria Presciliana naquele instante, encontrado, e somente ali, naquelas chineladas um ato de equidade entre seu filho e o do seu senhor?; E mais, sendo ele um senhor de escravos “tão diferente”, que os tinha a seus pés, sem o uso do chicote, como dissera anteriormente, porque Maria Augusta chama a Presciliana de “boa escrava”, em se tratando de uma relação escravo senhor, tão diferente?; Seria ela, Presciliana, a única “boa escrava”, em meio a tantos outros escravos, por quê?

³⁶ AUGUSTA, Maria. 1930, pp.51-52.

³⁷ Idem, p.52.

O que se presume, a partir daí é que essa relação cordial, que tanto se tentou demonstrar, não era de fato, tão “pacífica”, ou tão cordial, ou até mesmo que nunca tenha existido. Penso que ainda que tenha Presciliana, se alegrado em ver o filho apanhando, juntamente com o filho de seu senhor, isso não representava unicamente, o seu desejo de perceber formas equitativas dentro daquele espaço de convivência. E, talvez sequer isso tenha mesmo, acontecido. Se assim o fosse, creio que a autora não faria menção tão somente a esse fato, que creio, somente ela, considerou ser de paridade, e um ato de “nobreza”. Ademais, se era Presciliana a única “boa escrava”, é porque os demais escravos, constantemente estavam em conflito com o seu senhor.

Fica claro, portanto, que em sua tentativa de engrandecer os feitos de seu pai – até mesmo sob o fato de ter sido senhor de escravos – por meio de uma descrição densa e “carregada” com as convenções da época, Maria Augusta, descreve e redefine a escravidão a partir das informações adquiridas em sua infância, e provenientes de fontes orais, que segundo ela própria afirmava, foram responsáveis pela construção da idéia que possuía a respeito daqueles tempos.

Em dado momento, verifica-se uma incansável tentativa de justificar a prática da escravidão em sua família, à medida que, de forma sutil, relata experiências escravistas, em terras de seu pai, entendendo-as, serem ali, mais “amenas” que as experiências escravistas de outras fazendas; o que nos permite apontar o “tom” paternalista, que se pretendia aplicar, característica do “discurso senhorial” que assegurava não só, a manutenção daquele sistema escravista, como também, a difusão de uma política racial em tempos posteriores à abolição.

Percebemos, também, que esse tipo de discurso soa de forma dúbia; ora sendo hilário, por causa da sua forma; ora trágico, por causa do seu conteúdo; assim como os registros de algumas certidões de alforria, onde se verifica que, ao contrário do esperado, a escravidão não cessava com a carta de liberdade, em face da existência de cláusulas restritivas de direitos, em algumas certidões, tendo em vista o fato de alguns senhores restringirem ou limitarem o direito de liberdade aos seus escravos. Ou seja, eles somente estariam livres, a partir da morte de seus senhores, o que nos leva a entender, que esses escravos apenas viviam sob a condição de “pré-libertos”, ou diante de uma mera expectativa de direito.

Sobre as expectativas de direitos, interessante é verificar que os estudos recentes sobre a escravidão e as relações escravos-senhores, apontam no sentido de que, ainda que houvesse omissão nas legislações do século XIX, muitos foram os escravos que recorreram às “barbas” da justiça, a fim de garantirem direitos ainda não formalizados, consagrados, tão somente nos costumes. A respeito, afirma Keila Grinberg, que: “assim como foram abundantes as demandas de escravos pela liberdade na justiça do século XIX, também muitas foram as tentativas por libertos de manter sua alforria, quando esta lhes pareceu ameaçada”.³⁸

Desta maneira, não nos resta dúvida, de que não foram poucos os escravos, também no Recôncavo, a se insubordinarem contra os seus senhores, indo até mesmo recorrer à Justiça, esta, historicamente representada por seus adversários. Também não restam dúvidas de que os conflitos eram constantes e isso já foi exaustivamente dito por muitos pesquisadores, até mesmo os mais tradicionais, como o professor Isaías Alves, por exemplo, que nos revelou a existência de momentos de conflitos nas relações Escravo/Senhor, conforme relato de suas experiências no Recôncavo. Segundo Alves, em determinado momento, falando sobre os últimos dias da escravidão e o 13 de maio ele afirmou que:

(...) Algum tempo faltava. Afinal venceu o ideal e os escravos souberam, na Vargem Grande, onde chegava o telégrafo da estrada, sobre o grande acontecimento. Pelas matas, houve suicídios de senhores de engenho: enforcaram-se e outros se envenenaram, outros endoideceram. Antes do desenlace três meses, tio João Caetano havia alforriado todos os seus escravos e muitos fazendeiros ficaram mal satisfeitos, julgando-o mau exemplo. O velho Inácio Tosta, aconselhava a alforria, e ao mesmo tempo, que se pedisse aos escravos ficar no trabalho como assalariados. O velho Francisco Felix conservou vários.³⁹

Na transcrição, Isaías Alves deixa explícito, dentre outras questões, o fato de que a escravidão no Recôncavo, assim como em outros locais do Brasil, estava com os “dias contados”, e que muitos senhores de engenho resistiam a aceitar essa situação, que já vinha há muito, lhes sendo imposta. Além disso, as notas relatando fugas de escravos, em Nazareth e região, em fins do século XIX, ocupavam com certa regularidade as páginas de alguns jornais que circulavam naquela região.

³⁸ GRINBERG, Keyla. Reescravização, Direitos e Justiça no Brasil, in Silvia H. Lara (org.), Direitos e Justiça no Brasil, Ed. Unicamp, 2006. p. 104.

³⁹ Cf. Alves, op.cit. p.53.

Em 21 de janeiro de 1882, por exemplo, o jornal de edição semanal *O Regenerador*, na secção anúncios, publicou a notícia sobre o escravo fugido Vicente, “pardo, descorado, com idade de 17 anos, pouco mais ou menos, magro dentes podres⁴⁰” que havia desaparecido no dia 3 daquele mês e ano, do engenho Paraíso, em Santo Antônio de Jesus. Nessa mesma nota, o proprietário prometia recompensar bem quem levasse o referido escravo, àquele engenho.

Em uma outra nota desse mesmo periódico, de data anterior, que um outro escravo fugido, de mesmo nome, porém, com idade de 50 anos, é citado na nota publicada em 15 de dezembro de 1877, pelo mesmo periódico da Cidade de Nazareth, que de acordo com o anúncio do dia 9 daquele mês, havia se apresentado ao Promotor público e ao delegado de polícia,

(...) o preto Vicente, maior de 50 anos, pertencente a João Francisco Lopes, senhor de engenho d’este termo, queixando-se de maus-tratos e castigos excessivos por parte do feitor do engenho. O delegado procedeu á corpo de delito declarando os peritos que eram leves os ferimentos.⁴¹

Vimos, porém, que esse escravo Vicente, que havia prestado uma queixa por maus-tratos, em 1881, em reclamação policial contra o seu senhor, não seria o único a recorrer aos meios legais para se proteger. Hoje, os estudos sobre a escravidão tem-nos revelado o fato de serem comuns, os casos de escravos e libertos que recorriam à justiça, para que tivessem os seus direitos garantidos, como o fizera Vicente.

Não podemos descartar, portanto, o fato de que, mesmo vivendo em tempos tão difíceis, tornava-se cada vez mais freqüente o número de escravos que se insurgiam e recorriam às autoridades policiais ou judiciárias no sentido de garantirem o cumprimento da lei,⁴² mesmo com as costumeiras estratégias utilizadas para burlar a lei, por parte de comerciantes de escravos que realizavam o tráfico interprovincial e pagavam ao “Tesouro do Estado” o imposto de 100\$ réis, por cada “peça” vendida, conforme informava o periódico *O Industrial*, em sua edição de 17 de janeiro de 1861. Também, naquela data, registrou-se o

⁴⁰ Cf. *O Regenerador*, 21 de janeiro de 1882, p.3.

⁴¹ Cf. *O Regenerador*, 15 de dezembro de 1877, p.2.

⁴² Cf. GRINBERG, Keila. “Reescravização, Direitos e Justiças no Brasil do século XIX” In: Silvia Hunold Lara; Joseli Maria Nunes Mendonça. (Org.). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 104.

despacho de 12 cativos saídos do município de Nazareth, no dia 2 de janeiro, gerando o imposto de 1:400\$ (mil e quatrocentos réis).⁴³

Na edição de 21 de janeiro de 1882, o periódico semanal: *O Regenerador* publicara duas notas de escravos fugidos. A primeira, era sobre o escravo Vicente, que já vimos anteriormente; A segunda, era sobre o escravo Amâncio, na qual o proprietário, Manuel Firmino Lopes, descrevia-o da seguinte forma: crioulo, de 26 anos de idade, “cor bem preta”, altura e corpo regulares e pouca barba, possuidor de apenas dois dentes cariados na frente do queixo superior, uma pequena falta de cabelos no alto da cabeça em forma de coroa pelo costume de carregar na mesma, objetos de peso, e os ombros também calosos pela mesma razão; fala pouco e com os lábios quase cerrados, as pernas são finas e o andar apressado. De acordo com a nota, o escravo fugido vestia calça e blusa de Algodão de Valença⁴⁴ e o proprietário afirmava ainda que quem apreendesse e levasse, o tal escravo seria bem recompensado.⁴⁵

Muitos eram os escravos que fugiam, deixando seus senhores apreensivos quanto ao fato de que aqueles atos de insubordinação poderiam tornar-se corriqueiros e influenciar a outros movimentos de rebelião. Verificamos, adiante, que embora vivessem sob o temor da abolição oficial, na Bahia, e em especial no Recôncavo, poucos foram os senhores que se anteciparam aos “13 de maio”. Ao contrário, percebemos, porém, a existência de mecanismos protelatórios, adotados por senhores de escravos que, em alguns casos, conduziam de forma “teatral” o ato da alforria e tentavam, a qualquer custo, o domínio sobre os libertos que ainda viviam em suas terras.

A exemplo de um ato “solene” de alforria, temos a história de José Moreira Coelho, senhor de escravos na Vila de Aldeia, do Município de Nazareth que em data de 7 de setembro de 1874 se dirigiu ao cartório de registros cíveis daquele termo, a fim de praticar um ato que pode ser considerado jurídica mente ineficaz, em sua essência.

Ali, naquela data, em companhia de sua escrava doméstica, naquele cartório, e na presença do escrivão Cassiano Pereira dos Santos, José Moreira assinou a carta de alforria da

⁴³ Cf. *O Industrial*, 17 de janeiro de 1861, p.2.

⁴⁴ Refere-se à produção industrial da Fábrica de Tecidos Valença Industrial, que utilizou mão-de-obra escrava.

⁴⁵ Cf. *O Regenerador*, 21 de janeiro de 1882, p.2.

africana Benedita, de aproximadamente 47 anos de idade, que há muito tempo lhe prestava serviços.

A princípio poderíamos pensar que de fato a assinatura do termo de alforria daria a Benedita a liberdade. Porém, constitui-se em ledó engano, pois no termo de alforria, assentado no cartório de Nazareth, constava uma cláusula restritiva, onde dizia José Moreira Coelho, somente conceder a liberdade à sua escrava, sem ônus algum para a mesma, ficando ela livre, após o falecimento daquele seu senhor. E mais, que a partir de sua morte, ficaria Benedita, “desde logo”, gozando de liberdade, sem que nenhum dos herdeiros, pudesse, pôr obstáculo algum, àquela sua deliberação, por ser de sua livre e espontânea vontade “de forma que, para a clareza da escrava acima mencionada”, ele lhe passava aquele documento, escrito com sua letra e firma para que lhe servisse de título, a fim de mandar passar em nota – naquele cartório – e em seguida inutilizá-lo.⁴⁶

Ainda, por não saber ler e escrever, diz o documento, Benedita anuiu com a decisão de seu senhor, assinando a rogo da mesma, o indivíduo Galdino Romualdo de Sant’Anna, bastante conhecido naquela comunidade e que, comumente tem sua assinatura em vários outros registros, assinando termos, vendendo ou comprando escravos, conforme se verifica nos livros de notas daquele mesmo cartório.

As alforrias, assim como outros atos de “aparente bondade” praticados por esses senhores, faziam parte do cenário teatral onde se tentava construir naqueles tempos de escravidão. Os gestos de “benevolência” e caridade quase sempre parecem tentar representar as “qualidades” de uma classe mais abastada que detinha o hábito de “criar escravos”, dar esmolas e fazer doações, a fim de se “redimirem”, enquanto estivessem doentes ou às vésperas da morte.

No Recôncavo, esses atos, um tanto quanto “solenes”, têm maior importância por duas razões: A primeira é porque eles são atos “raros”, face a explícita resistência dos senhores de escravos, em iniciar a substituição da mão-de-obra cativa, pela mão-de-obra livre; a segunda, porque no momento em que determinados indivíduos pertencentes às famílias abastadas, e, quase sempre proprietários de escravos, estando na iminência da morte

⁴⁶ APEB, Livro de notas da cidade de Nazareth, 1874, p.33.

ou à ocasião desta, dificilmente alforriavam seus escravos, mas sim, doavam parte de seus bens, que julgassem necessários à sua remissão, às instituições de caridade, como asilos ou santas casas de misericórdia.

5 – A Santa Casa de Misericórdia de Nazareth

Em Nazareth, a Santa Casa de Misericórdia foi criada em 1830, sob a alegação de seus fundadores que figurava ali no Recôncavo, um “cenário de horror, incompatível com os “foros da civilização”⁴⁷”, de tal maneira, que deixara penalizado o “Juiz de Fora”, Dr. José Gonçalves Martins, que realizava naquele ano, uma visita à Nazareth.

Consta, porém, nos registros da Santa Casa, que sua inauguração se deu no ano de 1831, em face do grande número de pobres e miseráveis, mendicantes, existentes em Nazareth, naquele período. Ao que parece, essa população composta de pobres e pedintes formava ali, um numeroso contingente populacional. Tal era a realidade vivida pela população local que em sua visita à Nazareth, José Gonçalves Martins, afirmou ter

(...) encontrado uma grande quantidade de indigentes combalidos pelas agruras de enfermidades infecciosas, vindos de vários lugares do Recôncavo e sertões.⁴⁸

Se essa realidade, na primeira metade do século XIX, parecia incomodar a muitos, nas décadas seguintes, o quadro social não apresentaria mudanças. Em 1861, por exemplo, o comerciante italiano, Manuel Teixeira de Carvalho Serva, estabelecido em Nazareth e editor do periódico local, *O Industrial* criticava, de forma veemente, os gastos realizados pela Côrte Imperial e a negligência da Coroa para com o estado de miséria em que vivia a população da Província da Bahia.⁴⁹

Diante da condição social e econômica da maioria do povo de Nazareth e seus arredores, a criação da Santa Casa de Misericórdia teria não só uma simbologia assistencialista e conservadora, como também, demonstrava as formas de organização do

⁴⁷ Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Nazareth. *Um século de evolução: Contribuição Histórica*. 1831-1931. Editora Quickgraph, 2ª edição, Nazaré, Bahia. 2006, p.1.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Cf. *O Industrial*, 13 de janeiro de 1861, p.1.

grupo de proprietários daquela sociedade, que parecia desejoso em buscar meios paliativos para os problemas decorrentes da forte divisão social naquela região.

Tão latente, era a divisão social naquela região, que ao verificarmos a composição dos membros, “irmãos”, daquela instituição, perceberemos, na ausência de alguns indivíduos, a existência de profundo contraste social; situação esta que nos é revelada pelo fato de não se encontrar, nos documentos da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré (SCMN), registro algum, de “irmãos de cor” fazendo parte do corpo de membros da instituição e sim, sendo estes, atendidos, ainda que, com certa limitação, naquela instituição.

Verificamos ainda, que por diversas vezes são mencionados nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, a aquisição de escravos, tanto por compra – arrematação, como por aquisição proveniente de doações feitas por algum “benfeitor”. Aliás, detectamos que a mão-de-obra predominante naquela instituição, desde o seu primeiro ano de funcionamento, era cativa. Conforme revelam os registros, a SCMN havia arrematado em hasta pública na vila de Jaguaripe, um escravo por nome José, africano, pelo preço de 301\$000 (trezentos e um mil réis). Ainda, de acordo com o “irmão procurador” que havia feito a referida “aquisição”, o escravo José deveria ser utilizado no serviço do hospital, pertencente à Santa Casa de Misericórdia, e que o mesmo foi adquirido, anteriormente à lei de 1831, que proibia o tráfico de africanos em terras brasileiras.⁵⁰

Portanto, não é de se duvidar do fato de que aquela instituição havia se utilizado de mão-de-obra escrava, desde a sua fundação e em todo o período em que vigeu a escravidão no Brasil. Outro dado relevante também, é sobre o número significativo de escravos destinados à realização de serviços diversos àquela instituição e os que a ela pertenciam. Encontramos nos livros de atas de reunião da Santa Casa, os registros de doações feitas por proprietários de vários cativos africanos, que ali, eram compelidos à realização de trabalhos de toda a natureza, desde a limpeza das enfermarias, até mesmo a abertura de covas no cemitério pertencente àquela instituição.

⁵⁰ Cf. registro da Santa Casa de Misericórdia de Nazareth, de 3 de janeiro de 1831, p.8.

Em 27 de junho de 1836, por exemplo, o lavrador Custódio Teixeira Lopes havia doado um escravo para a SCMN, ⁵¹com a condição de que seu nome fosse aceito como “irmão benfeitor”. Fazer doações, era a forma mais comum de pertencer ao quadro de irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré. Interessante, foi o fato de que naquele mesmo ano, não um senhor, mas um liberto por nome Manoel do Nascimento de Jesus estando doente e recolhido àquele hospital, mandara chamar o provedor da Santa Casa, declarando-lhe possuir e querer doar uma “sorte de terras em Pirajuhia não fazendo, porém, por escrito, por não se lembrar do nome dos “heréus confinantes”. ⁵²” Percebemos que com a morte do liberto Manoel, o referido terreno ficaria com Santa Casa de Misericórdia, por não ter, aquele liberto, condições de saber quem seriam os seus herdeiros, conforme se verificou no registro datado de 20 de maio de 1838. ⁵³

Ainda no dia 12 de agosto, daquele ano, a enferma Maria Egipciana, liberta e moradora naquele “termo”, estando internada na Santa Casa, mandara chamar o “irmão administrador”, a fim de deixar para aquela instituição, assim que ela viesse a falecer, uma casa de sua propriedade no bairro da “Cidade de Palha”. ⁵⁴

Conforme o registro de 12 de janeiro de 1840, uma escrava por nome Helena, “de nação africana, das importadas depois da lei de 8 de novembro de 1831, ⁵⁵” fora colocada à disposição da Santa Casa, pelo juiz de direito da comarca de Nazareth, a fim de que viesse a prestar serviço no hospital, estando, porém, aquela instituição obrigada ao pagamento de 12\$000(doze mil réis), por ano. Revela-nos este fato, algo interessante, pois não fica claro, se o pagamento era feito à pessoa da “ex-escrava” Helena, por ser considerada liberta, diante da violação da lei de 1831, ou ao juízo municipal daquela comarca, por ter de certo modo, imposto à Helena a tarefa de prestar serviços à Santa Casa, não lhe sendo, porém, ao que parece, dado o direito de escolha.

É importante ressaltar que os critérios para aceitação de um novo membro no “corpo de irmãos”, da Santa Casa, eram definidos em um estatuto redigido e aprovado pela

⁵¹ Idem, p.14.

⁵² Idem, p.15.

⁵³ Não sabendo a quem deixar a terra, que possuía o liberto Manoel Nascimento, ao que parece, doou-o à Santa Casa. Cf. registro da Santa Casa de Misericórdia de Nazareth, p.15.

⁵⁴ Cf. registro da Santa Casa de Misericórdia de Nazareth, p.15.

⁵⁵ Idem, p.17.

“mesa do conselho de irmãos”, mais velhos. O primeiro critério era; a princípio, dispor de uma generosa doação àquela instituição, como se pode constatar em documentos analisados, as históricas e volumosas doações que os mais cotados e venerados “irmãos” fizeram a Santa Casa de Misericórdia de Nazaré. Quanto maior fosse a doação, maior seria a possibilidade de fazer parte daquela instituição. As doações variavam, desde quantias em dinheiro, lotes de terras, imóveis de tamanho e localização diversas, até mesmo, a prestação de serviços por escravos, a mando de seus senhores.

Durante as reuniões dos “irmãos” fazia-se constar, nas atas daquela instituição, a descrição das receitas e despesas e as origens e destinos das mesmas. A “irmandade” era composta tanto por homens, quanto por mulheres, mas sempre gente de posses. Todos os irmãos estavam rigidamente classificados; uns como “irmãos benfeitores”, outros como “irmãos administradores”, estes últimos, sempre do sexo masculino, pois certamente as mulheres não tinham poder de voto, de maneira que não identificamos em toda a história da instituição, pelo menos até a década de 30, uma única mulher compondo as chapas de provedor, vice-provedor, tesoureiro e ou administrador.

Nos cem primeiros anos da Santa Casa, o número de irmãos do sexo masculino era de 803⁵⁶, o que correspondia a praticamente o dobro do número de irmãos do sexo feminino, que era de 447, totalizando 1.250 irmãos filiados entre 1830 e 1930. Essa maioria masculina era formada por uma parcela de profissionais liberais: médicos, professores, bacharéis, etc. e de sócios contribuintes, em maior número, agricultores e comerciantes, a exemplo do Barão de Taytinga ⁵⁷, conhecido senhor de escravos da região, que assim como os demais homens de posse, associados àquela instituição foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré e teve um quadro a óleo, retratando o seu busto, exposto no “Salão Nobre” daquela entidade.

O Barão de Taytinga ou Antonio Francisco Tinta, seu nome de batismo, figurava como sócio benemérito da SCMN, por ter mandado seus escravos construírem o prédio da enfermaria da Santa Casa e uma ponte, em Nazareth, sobre o Rio Jaguaripe, no ano de 1854, sendo essa ponte inaugurada pelo Imperador Pedro II, que em visita à região, destinou àquela

⁵⁶ Idem, p.187.

⁵⁷ Senhor de engenho e de escravos, morador do Arraial do Taytinga, no lugar chamado Rio Fundo, atual Muniz Ferreira. Seu nome aparece em documentos que tratam de construções pontes e aquedutos, dentre as quais, a ponte, do Rio Fundo, próximo ao antigo engenho Santo Antonio.

instituição, a quantia de 1\$000.000 (1 conto de réis), para as obras de caridade⁵⁸ tornando-se, também, irmão daquela Santa Casa. Em reconhecimento a homenagem recebida, o imperador concedeu títulos de nobreza naquele local, sendo o primeiro, a Francisco Tinta e sua Esposa, cujo nome, em momento posterior, aparece na lista de doações feitas à instituição, depois da morte do Barão. Em 24 de novembro de 1901, a baronesa doou à Santa Casa, de dois armazéns, localizados na Rua das Pedras, e alugados à firma “Pinto & Irmãos”, sob a condição de receber os aluguéis referentes àqueles prédios, enquanto ela vivesse.⁵⁹

De certo que, para as elites locais, ser “irmão” da Santa Casa, garantia-lhes prestígio e consolo, porque podia representar para o imaginário coletivo, ao mesmo tempo, dois símbolos de virtude de espírito, os quais precisavam ser constantemente “alimentados” e evidenciados: a caridade e o arrependimento.

Não foram poucos, também, os que achando ter os seus nomes “inscritos no céu” e perpetuados no “imaginário popular”, como pessoas caridosas, viam-se tentados a doar, àquela instituição, parte do que haviam possuído durante a vida, talvez pelo medo da morte. O interessante, porém, é que, se de um lado o medo da morte parecia provocar uma “onda” de caridades e doações àquela instituição, não foram poucos, os senhores, que doavam seus escravos, “condenando-os”, sumariamente, conforme se verificou anteriormente, a prestar serviços naquela instituição, ao menos, nos primeiros anos de sua fundação.

Alguns membros da elite local ganhavam notoriedade na medida em que seus atos de “caridade” eram publicamente revelados, tanto em vida, quanto após a morte. Em 2 de outubro de 1874, por exemplo, os membros da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré anunciavam o falecimento de uma senhora de 98 anos de idade, por nome Bernarda Maria de Jesus Caldas, esposa do “capitalista” Manoel Clemente Caldas. No registro da sessão solene daquela data, consta que “dona Bernarda Caldas” havia deixado para o “Asylo dos Meninos Desvalidos”, instituição por ela criada, a terça parte de sua fortuna, ficando o seu marido incumbido da tarefa de passar, à referida instituição, a quantia devida,⁶⁰ a fim de que o desejo daquela senhora fosse respeitado, mesmo depois de morta. Verificamos, porém, que isso não

⁵⁸ “Livro D’ouro”, conforme registro da Santa Casa de Misericórdia de Nazareth, constando assinatura do Imperador e valor doado por ele, à caridade.

⁵⁹ Cf. registro da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, p.78.

⁶⁰ Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Nazareth. *Um século de evolução: Contribuição Histórica*. 1831-1931. Editora Quickgraph, 2ª edição, Nazaré, Bahia. 2006, p.53.

ocorreu de imediato, conforme se pode constatar na leitura da ata de sessão do dia seguinte, momento em que o viúvo resolveu embargar a decisão de sua esposa, limitando a cumpri-la, só após a morte dele.

O asilo criado pelo casal Clemente Caldas, ao que parece, acomodava um número bastante expressivo de “crianças desvalidas”, sem amparo, que ficavam sob a tutela da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia a qual destinava ao asilo, recursos financeiros, dentre os quais, os provenientes da herança deixada pelo referido casal.

Em 15 de março de 1908, por exemplo, a secretaria do “Asylo dos Meninos Desvalidos”, da cidade de Nazareth, por meio de uma junta administrativa – composta pelos cidadãos: *Alexandre José de Barros Bittencourt, Aurélio Pereira de Miranda, Luis Tavares e Manoel José Rodrigues* – enviou um requerimento ao Governador do Estado, solicitando dele, a liberação de 200 trilhos usados, pertencentes ao governo ⁶¹. Aquele pedido foi feito sob a alegação de que seriam aqueles trilhos utilizados nas obras de construção do novo prédio, que abrigaria o referido asilo, bem como, em outras obras destinadas ao trabalho agrícola, com o mesmo fim.

Além desse asilo em Nazareth, constatamos que existiam no Recôncavo Sul, outras instituições com esse mesmo perfil filantrópico e regulador, como por exemplo, em documento datado de 1894, em que o Instituto Baiano de Agricultura enviava ofício ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia,

(...) recomendando providências ao envio de menores desamparadas até a idade de 12 anos para a Escola Agrícola em São Bento das Lages, a serem admitidas no curso elementar dessa escola. ⁶²

Percebemos, no referido documento, que se tornou comum, há muito tempo, as instituições filantrópicas e autoridades municipais, recorrerem ao poder público para garantir-lhes, ao mesmo tempo, a “caridade e a vigilância⁶³”, sobre crianças desamparadas na Bahia. Esse efetivo controle, ora exercido por instituições, como as Santa Casas, por

⁶¹ APEBa, Secretaria de Governo. Série: Documentos diversos. Caixa 2296, documento 2906.

⁶² APEBa, Secretaria de Segurança Pública. Série: Correspondências. Caixa 08, maço 01, doc.18.

⁶³ Ver: FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador, HUCITEC-EDUFBA, 1996, p.125.

exemplo, viria a ficar a cargo das autoridades policiais e judiciárias, de tal modo que, ao “longo do século XIX, o poder público passaria a assumir papel crescente de controle dos menores desvalidos.”⁶⁴

Vê-se uma constante preocupação de autoridades e membros de entidades filantrópicas, em promover o controle sobre essas crianças, tirando-as das ruas, amparando-as. Havia, também, o interesse em dar aos Asilos e orfanatos, o “status” de instituições capazes de agregar crianças carentes e desprotegidas, “amestrando-as” e disciplinando-as, desde cedo. Ali, ficou demonstrado, era onde se aprendia de tudo quanto era ofício: pedreiro, carpinteiro, marceneiro, estofador, caixeiro, etc.⁶⁵ Não se pode negar também que, dessa maneira, essas instituições terminavam por construir, perante a sociedade, uma “boa imagem” dos indivíduos que eram responsáveis pelos rumos dessas instituições. Aliás, verificamos, anteriormente, que já era essa uma prática bastante comum, até mesmo em tempos de escravidão, onde os atos de alforria podiam ser entendidos como favores e, ganhavam notoriedade na imprensa local, a exemplo do que encontramos na crônica do poeta Anísio Melhor, intitulada “Histórias Negras” onde ele relata, dentre tantas outras histórias do cotidiano, um ato de “generosidade” da “benfeitora”, dona Bernarda, para com uma escrava fugida, conforme relata a transcrição a seguir:

(...) Uma feita, estando ela na casa de sua tia e madrinha, viu cair de joelhos em seus pés, uma negra fugida dos maus tratos de seu feroz senhor. O primeiro gesto da matrona vendo aquela marlyr abraçada em suas pernas foi arrancar das orelhas as argolas de rica incrustação de diamantes e fechá-las nas mãos crispadas e tremulas da escrava.⁶⁶

Verificamos, portanto, que assim como nas descrições feitas por Maria Augusta Bittencourt, sobre seu pai, quanto em outras fontes documentais, como na crônica de Anísio Melhor, a preocupação constante daquelas sociedades em não se deixar passar despercebido, a qualquer leitor atento, o pensamento que permeava aquela sociedade em fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Pensamento pautado nas idéias de paternalismo, concessão e submissão, sustentado pelos princípios de que, a essas instituições cabia a tarefa de educar, disciplinar e “amestrar” meninas e meninos desvalidos, para o trabalho, de forma que se

⁶⁴ Idem, p.127.

⁶⁵ Ver no capítulo da greve de 1909, no item sobre os caixeiros aprendizes.

⁶⁶ Cf. registro da Santa Casa de Misericórdia, p.53.

evitasse que esses “desvalidos” se voltassem à vadiagem e aos “maus costumes”, convertendo-os, porém, em homens “úteis” e “sãos” para a sociedade.⁶⁷

Esse pensamento disciplinador, de caráter reformador, é, também, fruto das idéias e conceitos, estabelecidos, por Nina Rodrigues, Césare Lombroso, e outros cientistas, tanto nacionais, quanto estrangeiros, que buscavam pormenorizar ou justificar a criminalidade, sob a ótica da eugenia negativa, e a partir do tratamento dispensado às “gentes de cor” que circulavam, trabalhando, nos centros urbanos, submetendo-as, à constante vigilância, pela polícia, no sentido de lhes regular, até mesmo, o direito de ir e vir. Vê-se, entretanto, nessas “teorias disciplinadoras”, a preocupação em se atribuir a determinados indivíduos, principalmente os de tez escura, caracteres propensos à proliferação de doenças, e à prática do crime.

Essas teorias influenciaram na efetivação de uma “justiça moldada” aos interesses de uma parcela da sociedade. Esta buscava adequar-se ao modelo “moderno” e “civilizado”, tão almejado, na Bahia, por suas elites que, obcecadas e assombradas, com as ameaças constantes de epidemias, sempre associavam essas doenças a uma maior parcela da população, que vivia marginalizada e na “mira” do preconceito, juntamente com os costumes, que lhes eram peculiares.⁶⁸

A preocupação explícita com a profilaxia acontecia tanto no âmbito dos espaços públicos urbanos, quanto nos espaços privados. Fato que se verifica em outros locais, como no Rio de Janeiro, por exemplo, onde as reformas urbanas implementadas no início do século XX expulsaram, dos bairros centrais, grande parte da “pobreza e da miséria”, e, conseqüentemente as práticas sanitárias adotadas consagrariam os ditames da medicina científica, contra o curandeirismo ou a “arte da cura” provenientes da sabedoria popular.⁶⁹

6 – A “modernidade” no Recôncavo.

⁶⁷ Cf. FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador, HUCITEC-EDUFBA, 1996, p.128.

⁶⁸ Cf. FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu que balance*. 2003, p.152.

⁶⁹ Cf. NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, pp. 143 e 144.

Segundo Fraga Filho, o Recôncavo, em fins do século XIX, era a região economicamente mais importante da província.⁷⁰ Sua importância política e econômica, no início do século XX, não parecia diminuir com a decadência da produção açucareira e fim do sistema escravo, pois havemos de perceber que as elites do Recôncavo, pareciam estar “bem ajustadas” ao que havia de novo, tanto nas mudanças de “lado”, ocorridas na política baiana, quanto aos novos costumes “chegados de fora”.

Não diferente de outros lugares do Brasil, as sociedades do Recôncavo também pareciam tentar seguir as tendências chegadas do Rio de Janeiro: a moda, os negócios, as ciências, a política, tudo, enfim, parecia querer reproduzir o que havia de mais “moderno” na capital da República e na capital Baiana; inclusive o forte contraste no cenário social, marcado pela condição de miséria em que vivia boa parte dos baianos e demais brasileiros.

Se o Rio de Janeiro, no primeiro decênio do século XX, apresentava os primeiros sinais de transformação, a partir da gestão de Pereira Passos, então prefeito – que acabou por figurar como “o grande espírito propulsor das reformas urbanísticas da cidade⁷¹” – as elites baianas, mesmo estando a Bahia “mergulhada num isolamento secular⁷²”, não tentariam fazer por menos. Verifica-se – ainda que com menor incidência, nas últimas décadas da monarquia e primeira década republicana – a ocorrência de ações modernizadoras em quase todo o território Baiano, com a construção de estradas e instalação de pequenos e grandes fabricos. Devemos, porém, entender que essas ações são “fruto de uma modernização conservadora, não apresentando, portanto, rupturas com o modelo social e político, conservadores, vigentes na Colônia e no Império”, conforme nos assinala o professor Francisco Zorzo.⁷³

Supõe-se que: se por um lado a República trazia consigo a idéia de “progresso”; por outro, quase “tudo” o que representasse a monarquia remetia ao “atraso”. A letra do hino à República, por exemplo, que era obrigada a ser ensinada nas escolas primárias, louvava a liberdade num tom, de certo modo, irônico, ao tratar da escravidão. Em uma das suas

⁷⁰ Cf. FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia* (1870-1910), Campinas, SP: Editora Unicamp. 2006, p.34.

⁷¹ CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. v.1. p.23.

⁷² Cf. FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu que balance*. 2003, p.152.

⁷³ Cf. ZORZO, Francisco Antonio. *Ferrovia e Rede Urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001, p.71.

estrofes, fala-se “Nós nem cremos que escravos outrora, tenha havido em tão nobre país”. O interessante é que “outrora”, não representa um tempo tão distante, referia-se a um passado muito próximo, nada menos que ao ano de 1888, um ano antes da proclamação da República em 1889 e “nós”, representava apenas uma parcela da sociedade que parecia não querer mais lembrar da escravidão.

“Nascida”, a República, como símbolo do “novo”, e, representada quase sempre pelos mesmos “atores” da monarquia, percebe-se que nem tudo era tão novo assim. O “novo”, ao que parece, precisava “vir de fora”, de maneira que, naquele período, pretendia-se seguir, tanto do ponto de vista estético, como cultural, a tendência cultural francesa, ao que os intelectuais denominaram “*belle époque*”. Sobre essa terminologia e seu período de vigência, prefiro adotar a observação crítica que fizera o prosador mineiro, Eduardo Frieiro, em resenha publicada na revista *Kriterion*, sobre o livro: *A Vida Literária no Brasil*, obra do escritor Brito Broca, publicado em 1900, na qual o autor procurava focalizar um período de nossa “evolução social”, o qual ficou conhecido como a “*belle époque*”.⁷⁴ Para Eduardo Frieiro, o termo foi mal-empregado porque, “Na realidade, nem lá (na França) nem cá houve “*belle époque*” nem “*douceur de vivre*”.⁷⁵” No entendimento de Frieiro, aquele período não foi um “mar de rosas”, pois existia tanto lá na França do pós 1870, quanto no Brasil em fins do século XIX, uma massa de miseráveis e pedintes que circulavam pelas cidades, conforme já discutimos anteriormente.

Mesmo que alguns setores da sociedade se recusassem a aceitar a “República”, principalmente para as elites baianas, muito beneficiadas durante os anos de Monarquia, na cidade de Valença, localizada no baixo-sul da Bahia, nas proximidades do Recôncavo, iniciava-se a publicação do periódico *O Município*, de propriedade de Érico Lobão, que defendia a bandeira do Partido Republicano Constitucional.⁷⁶

Esse ideal de modernidade também se mostrava latente na “Cidade da Bahia”; Salvador, onde a população se colocava atenta às mudanças ocorridas na capital republicana. Da mesma forma, o Recôncavo, espécie de “apêndice” da Cidade do Salvador, não deixaria de tentar reproduzir o cenário político e social da capital baiana. Primeiro, porque havia uma

⁷⁴ Apud: “BELLE ÉPOQUE”: REALIDADE OU FANTASIA? In: BRASIL 1900-1910. Apresentação Plínio Doyle. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1980. v. 2. (Coleção Rodolfo Garcia. Série A. Textos).

⁷⁵ Idem, p.78.

⁷⁶ Bahia, Assembléia Legislativa. *Bahia de todos os fatos, cenas da vida republicana*, 1989-1991. Salvador, 1996, p.27.

intensa relação de abastecimento do Recôncavo com aquela capital, para onde, boa parte de sua produção e serviços tinham destinos. Segundo, porque o cotidiano das sociedades do Recôncavo, ainda que bastante caracterizado pelo extenso mundo rural, e modos de vida bastante peculiares, buscava assemelhar-se, em muito, ao cotidiano urbano da capital baiana, principalmente no tocante a circulação mercadorias e pessoas.

A partir da leitura dos cenários urbanos da “Bahia oitocentista” e também da primeira década do século XX, é possível compreender o forte contraste social, explícito na capital baiana, onde se verifica a elite comercial levantando ostentosos prédios comerciais, enquanto as ruas se enchiam de gente pobre, vivendo do trabalho informal. Em belíssimo trabalho, nos revela Aldrin Castellucci que, em Salvador, os pobres estavam também pelas ruas, trabalhando como vendedores ambulantes, serventes ou diaristas, ocupações marcadamente sazonais e instáveis.⁷⁷ Essa situação não se diferenciava das cidades do interior, principalmente aquelas localizadas no Recôncavo.

Apesar de não haver informações precisamente detalhadas a respeito de trabalhadores do Recôncavo, quanto à origem deles, presumo que eram, em sua maioria, negros e mestiços,⁷⁸ tendo em vista o processo migratório desses indivíduos, que há muito, compunham o cenário social urbano da Bahia, este, constituído por uma população trabalhadora formada, cada vez mais, por negros e mestiços⁷⁹, de tal forma que, em Salvador, conforme divulgara um periódico local, eles correspondiam a 65% da população daquela Cidade em 1910.⁸⁰

7 – Capital e interior: espaços de circulação.

Segundo as fontes consultadas, por razões de mercado e consumo, quase todo morador da “cidade da Bahia”, como era chamada a cidade do Salvador, tinha “raízes” no

⁷⁷ Cf. CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. III Prêmio FIEB de Economia Industrial. 2004, p.47.

⁷⁸ Analisando algumas fotografias, no arquivo do IGHB, pude verificar que uma significativa parcela dos ferroviários baianos, desse período, era de negros e mestiços, gente que, em sua maioria, havia deixado os campos, filhos de ex-escravos, de modo que nos faz presumir a “estreita” relação entre a resistência daqueles operários e as lutas escravas.

⁷⁹ Cf. CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. III Prêmio FIEB de Economia Industrial. FIEB. 2004, p.77.

⁸⁰ Idem, p.78.

interior⁸¹ ainda que, no imaginário urbano, o interior fosse sinônimo de atraso. Tudo parecia tentar “copiar” o que ali se produzia. Até mesmo fatos do cotidiano, aparentemente tão normais, como viajar pelo Estado, por exemplo, não passavam despercebidos pela imprensa do interior ou da capital.

Noticiar a chegada ou saída de alguém em embarcações com destino ao interior ou à capital era algo comum, desde, é claro que esse alguém tivesse representação junto à imprensa e pertencesse às elites locais, porque o “cidadão comum”, o simples trabalhador raramente ganhava “espaço” na imprensa baiana. Alguns só conseguiam “virar notícia” quando praticavam algum delito e, outros tantos, quando participavam de alguma atividade que lhes garantisse certo “status-quo” na sociedade em que viviam.

Em Nazareth, alguns trabalhadores conseguiram adquirir esse “status”, em relação aos demais, na medida em que seus ofícios apresentavam-se como imprescindíveis para uma maioria da população. A exemplo disso, na publicação do periódico *O Independente*, da seção Gazetilha, lê-se o seguinte aviso:

No vapor de ontem, seguiu para a capital e daí para Mamanguape, Estado da Paraíba, o nosso amigo telegrafista Augusto Hermes Garcia, ultimamente removido para aquela Cidade.⁸²

Algumas categorias de trabalhadores apresentavam sim, maior representatividade perante a sociedade, quer fosse pela importância que lhes era dada, sendo tradicionalmente mantida pelos instrumentos de poder, garantidores de domínio; quer pela forma como iam sendo forjadas as identidades dessas categorias, que se apresentavam organizadas por clubes, montepios, cooperativas ou associações.

8 – Associações em Nazareth

Algumas entidades ou associações, fundadas em Nazareth, com exceção da Santa Casa de Misericórdia, apresentavam em sua composição, um maior número de indivíduos de cor. Apesar desse predomínio, não conseguimos encontrar muitos negros, à frente de algumas dessas entidades, nos primeiros tempos pós-abolição.⁸³

⁸¹ Cf. MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.52.

⁸² Cf. *O Independente*, 17 de julho de 1891, p.1.

⁸³ A ausência das características étnicas não nos impede de deduzirmos nesse sentido.

Nas décadas seguintes, verificaremos uma alteração bastante acentuada nesse cenário, em face das lutas e conquistas desses trabalhadores, que em 1935, elegeram um deputado classista, por nome José João do Patrocínio, trabalhador negro, nascido em Nazareth, neto de ex-escravos, que dava aulas noturnas para os carregadores da Estrada de Ferro de Nazareth, estando sempre ao lado das classes proletárias.⁸⁴

Encontramos o nome do Patrocínio à frente das manifestações dos ferroviários, escrevendo, em notas de jornais e realizando conferências em sociedades de classe e associações diversas. Sua atuação, junto aos trabalhadores da Estrada de Ferro, ao que parece, era tão freqüente, que no ano de 1935, o superintendente da Estrada de Ferro de Nazareth, sob a influência de José do Patrocínio, e, em acordo com a categoria de ferroviários, instituiu prêmios para os maquinistas que economizassem lubrificantes, sendo esses prêmios nos valores máximos de 100\$000 a 200\$000 réis.⁸⁵

Apesar dessa representatividade de classe ser bem menor nas décadas anteriores a 1930, as fontes nos revelaram que esses trabalhadores estavam presentes em associações e ou entidades recreativas ou musicais que não deixavam de conter, em suas agremiações, uma numerosa quantidade de indivíduos de cor, como já foi dito anteriormente. Em algumas instituições, porém, esse processo de “aceitação” do negro ou mestiço nos eventos sociais: política, igreja, escola, etc., era lento, tendo-se em conta o fato de que a inserção dos ex-escravos em mundos dos trabalhos, nas comunidades urbanas era permeada de conflitos⁸⁶, conforme nos revela Fraga Filho.

9 – Espaços de sociabilidade e conflitos

Enquanto a inserção dos indivíduos de cor era dificultada nessas associações, verificamos que alguns indivíduos não-negros poderiam participar, ao mesmo tempo, de duas ou mais agremiações, como é o caso do Sr. Joaquim Embirussú, branco, artista, inscrito na Sociedade Monte Pio dos Artistas Nazarenos, negociante, e também, presidente da Filarmônica Ceciliana Nazarena. Seu nome aparece em nota de jornal local, convocando os

⁸⁴ Cf. *O Conservador*, 12 de maio de 1935, p.3.

⁸⁵ Cf. *O Conservador*, 20 de outubro de 1935, p.5.

⁸⁶ Cf. Fraga Filho, *Encruzilhadas da Liberdade*, 2006, p.338.

sócios e colaboradores daquela filarmônica, a se fazerem presentes na Assembléia Geral que teria lugar no dia 7 de agosto do ano de 1891.⁸⁷

As informações sobre clubes recreativos e agremiações no Recôncavo nos direcionam para o fato de existirem espaços de sociabilidade formados por indivíduos de várias categorias sociais, algo que parece ser bastante comum na composição dessas instituições do Recôncavo Sul. E, dessa maneira, criou-se um ambiente formado por um indefinido universo de trabalhadores, nem sempre mencionado pelas fontes oficiais.

Se as fontes oficiais não se preocuparam em registrar, a contento, os nomes desses trabalhadores, poderemos encontrá-los em coletividade, a partir da análise de fontes como jornais, por exemplo, onde há registros desses indivíduos, por categorias, em espaços destinados a festas e cerimônias religiosas, ou seja, nos locais onde, se presume, eles comumente circulavam, apesar do constante controle e vigilância. Temos por exemplo, no dia 11 de fevereiro do ano de 1901, o periódico *O Independente* que publicou os nomes dos “clubes” apresentados nas ruas da Cidade de Nazareth, no dia 02 de fevereiro, durante a festa católica da Padroeira da Cidade, “Nossa Senhora de Nazareth”. Segundo a nota daquele jornal, constavam 15 nomes de “clubes festivos”,

(...) cavalheiros do século vigésimo – jacaré – beija flor – sol – veado – crioulas – pitanga, “um simpático grupo” – os três astros – rosa – o boi – grupo de ingleses – os roceiros – três bicicletistas – engenheiros – filhos da floresta.⁸⁸

Apesar de não haver, na fonte, a indicação dos nomes dos membros desses clubes, parece-nos correto, a princípio, entendê-los a partir da terminologia empregada a alguns deles, de como era feita a sua composição. Tomemos por exemplo, os nomes dos clubes: “crioulas”, “grupo de ingleses”, “engenheiros”, “os roceiros” e “filhos da floresta”. Pressuponho a composição desses clubes, tendo em vista o fato de que eles podiam ser formados por indivíduos que se identificavam com o nome do clube a que estavam associados. Talvez isso ocorresse por questões de identidade étnica e social, ou por questões econômicas, constituindo-se em hábito comum, conforme se verifica em outros locais, como na Cidade do Salvador, por exemplo, onde as festas religiosas, realizadas no bairro do Rio

⁸⁷ Cf. *O Independente*, 17 de julho de 1891, p.2.

⁸⁸ Cf. *O Independente*, fevereiro de 1901, p.4.

Vermelho, atraíam romarias de aguadeiros, pescadores, lavadeiras e grande massa popular, para a tradicional lavagem da igreja.⁸⁹

As festas, tanto em Nazareth quanto em Salvador, eram freqüentemente reguladas pela polícia, que se encarregava de controlar as massas e manter a “ordem”. Era dela, também, a responsabilidade de nomear as comissões de ornamentação das ruas da cidade⁹⁰, conforme se verifica em matéria polêmica, publicada pelo Jornal de Notícias, onde aquele periódico afirmava que a Bahia não deveria “assistir mais a esses excessos de africanismo, nem aos repugnantes espetáculos de mascarados maltrapilhos e, por vezes, imorais.”⁹¹.”

Era dessa maneira que a imprensa baiana se referia aos clubes populares de carnaval formados por maioria negra, mestiça e trabalhadora. No carnaval de 1904, esse mesmo jornal informava que alguns grupos africanos desistiram de se apresentar nos festejos por causa das ações do chefe de polícia, Casimiro Lopes, que tomou medidas repressivas às manifestações da população negra no carnaval de Salvador.⁹²

A partir daí, entendemos que se na capital baiana os desfiles carnavalescos, promovidos por classes populares, resultavam na tomada de duras medidas repressivas por parte das autoridades policiais, em Nazareth, no Recôncavo, isso não seria diferente. Fato que verificamos durante as festas do Entrudo, manifestação bastante popular, que ocorria na semana que antecedia a quaresma, sendo radicalmente proibida, conforme constatamos na publicação do periódico *O Independente* que trazia a seguinte publicação,

(...) Chegando ao nosso conhecimento que em algumas casas de família se prepara o mercado de laranjinhas, em tabuleiros, pelas ruas da cidade; e que algumas seringas grandes e pequenas se tem encomendado para o estúpido brinquedo do entrudo, lançamos destas colunas o nosso protesto de indignação, ao mesmo tempo em que solicitamos da autoridade policial, enérgicas providências para que isto não se realize, e no caso de desobediência, certa de que estaremos ao seu lado, auxiliando-a, no que julgar necessário da nossa parte.⁹³

⁸⁹ Bahia, Assembléia Legislativa. *Bahia de todos os fatos, cenas da vida republicana*, 1989-1991. Salvador, 1996, p.56.

⁹⁰ Idem, p.54.

⁹¹ Cf. *Jornal de Notícias*, 17 de fevereiro de 1902, p.1.

⁹² Bahia, Assembléia Legislativa. *Bahia de todos os fatos, cenas da vida republicana*, 1989-1991. Salvador, 1996, p.57.

⁹³ Cf. *O Independente*, 11 de fevereiro de 1901, p.1.

A nota demonstra a preocupação em se efetivarem mudanças, consideradas necessárias, por uma parcela da camada social, daquela cidade, que considerava o entrudo um “mal” a ser extirpado. E mais, o editor convocava as autoridades a eliminar, de vez, aquela festa que tanto incomodava, e que não poderia ser mais aceita em uma sociedade “evoluída”.

(...) Tão longe não está Nazareth da capital, nem tão afastada é das outras cidades circunvizinhas, para não lhes seguir o exemplo de educação e moralidade, relativamente ao estúpido entrudo. As autoridades, o comércio, a municipalidade, as artes, a imprensa auxiliem o povo, e de uma vez se extinguirá o entrudo, para levantar-se o carnaval. Tomemos o exemplo das outras cidades e dos aplausos da posteridade nos caberá certamente uma parcela.⁹⁴

A festa do entrudo já havia sido proibida em diversos locais. Na capital da República e em outros locais, ela também já representava atraso, como tudo o que tivesse ligação com costumes populares, ou de origem africana ou indígena, e que não fosse decorrente do modelo ou projeto republicano para os “cidadãos de bem” das cidades brasileiras do início do século XX, que contemplava os costumes europeus, tanto franceses quanto ingleses.⁹⁵ Embora o entrudo tivesse suas origens em festejos europeus, dele participavam, tão somente, homens e mulheres pobres, normalmente prostitutas e atrizes.⁹⁶ Sabe-se que durante a festa do entrudo, este respondia no mercado informal, a boa parte do “ganha-pão” diário das trabalhadoras de rua que viam nesta atividade de vender laranjas e limões de cheiro, uma oportunidade de aumento dos ganhos diários, ainda que tal atividade fosse entendida como “não legal”.

Porém, apesar da resistência a algumas manifestações eminentemente populares, como a festa do entrudo, por exemplo, associações e clubes carnavalescos, formados por uma maioria negra e mulata, quase sempre acabavam encontrando uma saída que representasse os interesses dos indivíduos pertencentes às suas classes ou categorias. Os métodos utilizados para criar meios de sobrevivência, de associação e socialização, de certo

⁹⁴ Cf. *O Independente*, 11 de fevereiro de 1901.

⁹⁵ NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 26.

⁹⁶ A respeito do entrudo ver a: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1995 (1ª ed.: 1984), p. 13.

modo, eram importantes para a integração desses indivíduos, na medida em que – verificamos – mantiveram tradições culturais e associativas, singulares⁹⁷, mesmo sendo eles excluídos de alguns espaços sociais, tendo em vista a existência de uma forçosa delimitação social do espaço geográfico em que deveriam estar ou circular. Ainda assim, nesses espaços, algumas entidades de classe promoviam a integração de seus membros e se organizavam no sentido de criarem eventos com a participação dos seus associados, junto à comunidade local. Temos por exemplo, em 20 de outubro de 1880, o aviso da Filarmônica Erato Nazarena que mandava publicar um anúncio no periódico *O Arrebol*, sobre um “grande passeio” a ser realizado no dia 1º de novembro daquele ano, e que os bilhetes de passagem, para o referido passeio, custariam 3\$000 (três mil réis).

Ainda naquela nota, o jornal informava que seria um “passeio de recreio na Tram-Road de Nazareth até a Vila de Santo Antonio de Jesus”. O trem partiria da Cidade de Nazareth às 8 horas da manhã, pela locomotiva Lucena, que a mesma estaria com todos os seus vagões de passageiros à disposição, sendo que os três primeiros, de 1ª classe, estariam destinados às “famílias que quisessem honrar o passeio.”⁹⁸

No roteiro daquele passeio constava a orientação que “às 8 horas em ponto”, partiria o trem ao som de uma brilhante marcha executada pela sociedade filarmônica “Erato Nazarena”. E, que às 11 horas, seria celebrada uma missa na Igreja matriz de Santo Antonio de Jesus, com o acompanhamento da Erato Nazarena e, em seguida, todos sairiam numa passeata pelas ruas da cidade, acompanhada de música. Para os que desejassem um descanso e refrigero haveria “um elegante barracão no ponto mais aprazível da localidade.”⁹⁹ Sendo que, às 4 horas da tarde, regressaria o trem para a cidade de Nazareth, sendo acompanhado, em todo o trajeto, pela Erato Nazarena, “que executaria as melhores peças do seu repertório.”¹⁰⁰

A nota publicada no jornal trazia explícita a informação de que havia uma forte separação social entre os indivíduos das classes subalternas e os mais abastados, que se utilizavam dos serviços daquela ferrovia. Isso se comprova, de imediato, quando se verifica,

⁹⁷ Idem, p.123.

⁹⁸ Cf. *O Arrebol*, outubro de 1880, p.4.

⁹⁹ Idem, p.4.

¹⁰⁰ Ibidem, p.4.

naquela nota, a referência aos vagões de 1ª classe, destinados às “famílias que quisessem honrar o passeio”.

Era um cenário “bucólico”, o apresentado pela nota do jornal, porém, tratava-se de uma das cenas mais comuns do cotidiano dos trabalhadores, naquelas localidades do Recôncavo no início do século XX. Esse cenário evidencia o grande contraste existente nos espaços sociais à medida que revela, muitas vezes, o predomínio de costumes e tradições de uma maioria desfavorecida economicamente, que vivia tanto nas zonas rurais, quanto nos centros urbanos das vilas e cidades do Recôncavo Sul, e, compunha uma heterogênea classe trabalhadora, presente em todos os espaços e sabedora de muitos ofícios.

Algumas instituições de classe, com fins recreativos e mutualistas, são criadas, em Nazareth, desde a segunda metade do século XIX. Na descrição feita pelo professor e pesquisador Lamartine Augusto, a maioria dos clubes associativos e instituições de representação de classes, naquela região, foram criados por trabalhadores da ferrovia de Nazareth e artistas locais. Este pesquisador nos revela em seu livro: Porta do Sertão, algumas dessas instituições de caráter associativo, criadas no Recôncavo Sul, por trabalhadores e associados:

Vejamos pois a tabela a seguir:

Instituição	Fundadores	Data de fundação
Filarmônica dos Artistas Nazarenos ¹⁰¹	Trabalhadores diversos, dentre eles, escravos forros.	04 de março de 1851.
Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos	José Patrício de Figueiredo Nazareth (artista) e outros.	14 de julho de 1861.
Erato Nazarena	Tenente Francisco Florindo de Souza Noya	29 de agosto de 1863.
Filarmônica 2 de julho	Pânfilo Luís, Ernesto Alves Leite, Lídio Pereira de Mesquita, João Francisco da Cunha, João Pereira de Mesquita, Manoel da Silva Miranda e João Cecílio Barreto.	06 de julho de 1873.
Filarmônica Ceciliana	Caixeiros da cidade de Nazareth.	07 de setembro de 1884.
Sociedade Recreio Musical e Benefício Mútuo da Tram-Road.	Ferrovários reunidos na casa de Leôncio Tolentino de Souza.	21 de agosto de 1877
Sociedade Filarmônica	Ferrovários e o contador da ferrovia, João	08 de setembro

¹⁰¹ Ver, Jornal: O Conservador de 23 de agosto de 1936, onde consta a reportagem de Anísio Melhor sobre essa instituição.

Euterpe Nazarena	Pimentel Bittencourt. Dissidentes da sociedade Tram-Road.	de 1904.
Filarmônica São João	Negociantes e o tabelião Miguel Querino Bastos	27 de junho de 1908.
Terno Popular	Carregadores, e o músico Benvenuto Rosa	22 de setembro de 1909.

Dessas instituições, a SOMAN (Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos), fundada em 1861, chama-nos atenção pelas características peculiares que ela apresenta. Em análise a algumas das atas de reuniões, realizadas por seus membros, verifica-se que se tratava de uma instituição com fortes tendências conservadoras. A princípio, verificamos que o patrono era o Imperador Pedro II. Ao centro da sala de reuniões, dos irmãos, constam: o escudo imperial, adornado de símbolos da maçonaria, e, também, uma pintura a óleo do rosto do Imperador. A instituição apresentou no ano de 1896 uma arrecadação superior a 6:836\$293 (seis contos, oitocentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e três réis). Desse valor, verificou-se que 6:215\$010, foram gastos em despesas com associados que se encontravam impossibilitados para o trabalho, ou para viúvas que buscavam auxílio junto à “caixa de assistência” da instituição.

Em 03 de setembro de 1896, o secretário da SOMAN, em aditamento a ata daquele dia, declarava que indeferia os requerimentos de D. Amélia Hemiteria do Sacramento e Perpétua Adelaide do Sacramento; a primeira, viúva do sócio daquela sociedade Francisco José do Sacramento, e a segunda,

(...) filha legítima do primeiro casal do mesmo sócio falecido.” Este indeferimento foi firmado em não estarem elas impossibilitadas de trabalharem e portanto, de manterem os meios de subsistência.¹⁰²

Em data anterior as duas senhoras haviam requerido pensão e ajudas de custos, em decorrência do falecimento do seu marido e pai, que era associado ao Montepio. Sendo-lhe negado tal benefício por entenderem os membros daquela instituição que as requerentes não faziam jus pois tinham condições de trabalharem e manterem seus sustentos. Assim decidia aquele conselho com casos de mesma relevância.

¹⁰² SOMAN: Ata de 03 de setembro de 1896.

Em outra situação semelhante, o conselho do Montepio, em reunião realizada na data de 20 de abril de 1896,

(...) deliberou em suspender o subsídio da pensionista desta sociedade a sra. D. Alexandrina da Conceição Baptista, por constar ter-se desviado do caminho da moralidade.¹⁰³

Dessa maneira, a SOMAN, não só existia para cumprir seu papel de auxílio e amparo, e, portanto, mutualista, aos associados e seus dependentes, como também regulava a vida social comum, de seus membros, até mesmo, depois da morte de um deles, como verificamos no exemplo acima.

O rigor disciplinar pode ser visto ao analisarmos os critérios adotados para liberação ou vedação a um determinado direito. Todo pedido passava, primeiramente, pelo crivo da moral e dos “bons costumes”, vigentes à época. Talvez isso se devesse ao fato de não existir amparo legal ou normativo para a concessão de benefícios, e, caso houvesse, pressupõe-se, que com certeza este ato normativo seria fundado em preceitos morais reinantes à época do fato.

Portanto, podemos afirmar que por trás de intuições, como a SOMAN, por exemplo, havia mais que uma forma organizada de luta ou resistência de classe, e sim, uma cultura normatizada de disciplinar, regular e vigiar a vida de seus membros e de seus familiares, por meios de um conselho de membros que, tomando por base os conceitos de justiça e moral comuns àquele grupo dominante, nortearam o cotidiano de seus afiliados e agregados, até mesmo quando da morte de um deles.

O caráter regulador e disciplinador, presentes nessas instituições de classe, atendia não somente às exigências sobre questões de comportamento, como também visavam a promoção ou a divulgação de rituais simbólicos que exprimiam as convicções e ideologias presentes no imaginário de uma coletividade, sob a forte liderança de indivíduos representantes das classes dominantes.

¹⁰³ Idem, ata do dia 20 de abril de 1896.

Portanto, antes mesmo de ser uma instituição classista, a SOMAN era um centro irradiador de idéias e preceitos dominantes, neste caso, um misto de positivismo francês, com ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, somados ao peso da tradição e conservadorismo das monarquias européias. Fato é que, quase nunca deixamos de verificar, em universos como este, formados por grupos ou entidades associativistas, a existência de práticas cotidianas simbólicas e ritualizadas. Sobre o assunto, nos revela o professor Cláudio Batalha que “esses rituais se desenvolvem com mais frequência entre organizações implantadas há mais tempo e, conseqüentemente, com maior estabilidade... com grande número de membros, o que se traduz em maior força”.¹⁰⁴ Assim, enquanto instituição fundada a 14 de julho de 1861, a data que nos parece bastante sugestiva quanto ao caráter da mesma em atendimento dos ideais de classe, burgueses, difundidos a partir da Revolução Francesa.

Dessa maneira, os elementos presentes no referencial simbólico da maçonaria: o globo, o esquadro e o compasso, também compõem a simbologia da SOMAN, estando presentes na bandeira ou escudo da instituição, e cujos significados indicam as características de seus membros, de maneira que, “muitos desses símbolos constituem representações tradicionais de certos ofícios que remontam às corporações de ofício.”¹⁰⁵, conforme aponta o professor Cláudio Batalha.

Assim, de maneira formal, se estabelecia a representação de uma cultura classista; por meio da adoção e da representação de símbolos oficiais, somando-se às diversas práticas ritualizadas que compunham o cenário social e econômico de determinados grupos de trabalhadores. As práticas ritualizadas iam desde a invocação do nome de um patrono para o novo afiliado, à forma como os membros se vestiam durante as cerimônias de ingresso ou associação, ou mesmo, no momento da leitura de passagens bíblicas, atos restritos aos membros do conselho, os quais tinham assento à mesa, composta de apenas 12 membros.

Como em quase todas as outras instituições associativistas da época, a SOMAN exigia que, para ser associado este deveria ter o nome indicado por um membro efetivo e passar pela aprovação plena do seu Conselho. Em seguida, o candidato deveria participar de

¹⁰⁴ Cláudio H. M. Batalha, *Cultura in: Culturas de Classe*, op. cit. p.100.

¹⁰⁵ Idem, p.101.

um ritual, no qual consistia da aceitação plena, junto à instituição, jurando cumprir fielmente o que fosse ali determinado, sempre venerando aos símbolos da pátria, em respeito e lealdade ao seu “patrono-maior”, o imperador Pedro II. Porém, para a permanência na instituição existia uma outra série de práticas exigidas, desde o ritual de aceitação ou ingresso de um membro até a sua permanência e “crescimento”.

Os rituais não se limitavam, tão somente, às práticas diárias de respeito às bandeiras e estandartes, sendo estes, apenas uma parte da identidade dessas associações, pois em determinadas cerimônias essa identidade era explorada mas também, e principalmente, ao que exigia os costumes e práticas de conduta social vigentes à época. Ou seja, as práticas de conduta, não estavam limitadas apenas ao que o associado fazia; o seu comportamento em sociedade, mas, também, aos de seus familiares. A vida de um membro da família de um associado passava a interessar aos demais e os passos eram rigorosamente controlados e vigiados, assim como acontece em instituições secretas, como a Maçonaria, por exemplo ou em alguns segmentos religiosos.

Formas associativas, organizadas e de trabalhadores, seja em clubes, agremiações ou de representação em uma única classe específica, garantiam, por costume e tradição aos seus membros, certo conforto e segurança, principalmente àqueles que dispunham de famílias com numerosa prole, dependente do pátrio poder familiar para manter a sobrevivência do grupo.¹⁰⁶

Na condição de trabalhadores, e, em face da ausência de atos normativos regulamentadores de seus ofícios, ou de representação política que lhes permitisse reivindicar expressivas alterações nas leis vigentes, criando normas securitárias e ou garantias trabalhistas, muitos trabalhadores tinham por costume, filiar-se a entidades ou agremiações de caráter mutualista buscando alternativas para proteger e garantir a sobrevivência pessoal, familiar e, também, do seu grupo.

¹⁰⁶ A respeito, ver: THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2a.ed. Volume I- A Árvore da liberdade, 1988a.



Feira livre: Nazareth 1915-1920. Foto, autor desconhecido.

¹⁰⁷ Estima-se que as feiras realizadas em Nazaré nos dias de quarta-feira e sábado, chegavam a concentrar algo em torno de cinco mil pessoas, que chegavam de toda a região, tanto em barcos e saveiros, quanto montados em animais, ou pela ferrovia, conforme relatos de alguns entrevistados, como o Sr. Paulo Cândia dos Santos, ex-ferroviário de 78 anos de idade, morador da Cidade de Nazaré, conforme entrevista realizada em 12 de outubro de 2006.

Capítulo II: Trabalho, costumes e cotidiano

1 – Entre o costume e a lei.

No dia 29 de maio do ano de 1900, o marítimo e pescador, Manoel Jerônimo de Sant'Anna pardo, de aproximadamente 34 anos de idade, após a pescaria, dirigiu-se como de costume ao porto de Nazareth, juntamente com outros companheiros de ofício. Aquele pescador morava no bairro do Camamu ¹⁰⁸ e levava em sua embarcação uma boa quantidade de peixes para o mercado daquela cidade. Porém, na manhã do dia 29, a sua rotina de trabalho seria alterada, em decorrência de uma taxa de imposto criada pelo intendente do município de Jaguaripe, vizinho ao de Nazareth. Aquela medida parecia contrariar os interesses dos pescadores, que, insatisfeitos e representados por Manoel Jerônimo dirigiram-se ao Paço Municipal de Nazareth e fizeram ao intendente, a seguinte solicitação:

Ilmo. sr. dr. Intendente municipal desta Cidade.: Diz Manoel Jerônimo de Sant'Anna e em nome dos marítimos pescadores, moradores e naturais deste Termo, que a bem do seu direito, em virtude das perseguições dos grandes impostos da Intendência de Jaguaripe sobre nós, fora daquele Termo e Município, peço que se digne em mandar certificar ao pé desta, se aqueles marítimos pescadores, se pagam algum direito de qualquer natureza a essa Intendência . Termos estes em que pede deferimento. Nazareth, 28 de maio de 1900, a rogo de Manoel Jerônimo de Sant'Anna, Felipe Pacheco. ¹⁰⁹

Ao tomar ciência do fato, o intendente municipal enviou a solicitação feita pelos pescadores, ao diretor secretário do município, no intuito de passar a certidão pretendida pelos pescadores, como consta a seguir:

Ao diretor secretário, para mandar passar a certidão pedida. Nazareth, 29 de maio de 1900. Dr. Eurico Matta. Certifique-se o que constar. Secretaria da Intendência Municipal de Nazareth, 29 de maio de 1900, o diretor secretário, José Ignácio E. Santo. Eu, Filinto Alcebiades do Lago amanuense do Conselho Municipal da Cidade de Nazareth, certifico em obediência ao despacho retro, que nada consta da Secretaria desta municipalidade sobre pagamento de

¹⁰⁸ Seu nome aparece inscrito no livro de registro de imóveis de Nazaré, nº. 07, ano de 1893, como proprietário de um barco, de nome Santa Maria, nº. 1053.

¹⁰⁹ APMN – Arquivo Municipal de Nazaré: Livro de receitas e despesas da Intendência Municipal de Nazareth, 1900, p.10.

impostos por pescadores, quer deste município, quer de outro qualquer e nem de lei alguma, consta esse imposto.¹¹⁰

O pedido de certidão, requerido pelos pescadores de Nazareth, e atendido pelo intendente municipal, tinha como objetivo evitar que se pagasse o imposto sobre a indústria e profissão, cobrado àqueles pescadores, pelo intendente da Vila de Jaguaripe. Ao que parece, Manoel Jerônimo e seus companheiros já sabiam de que lhes era assegurada a isenção desse imposto, pois foi essa a alegação constante em petição, na qual eles afirmavam que “tal imposto nunca lhes fora cobrado antes”. Por sua vez, presume-se que, o intendente da Vila de Jaguaripe desconhecia aquele procedimento, procurando fazê-los pagar, o dito imposto que era regularmente cobrado em toda aquela região, mas somente aos trabalhadores regulamentados por lei específica, o que não era o caso dos pescadores.

Para a realização da cobrança desses impostos, de indústrias e profissões, sabia-se que cada vila ou povoação possuía pelo menos um cobrador ou arrecadador de impostos, o qual deveria, ao final de cada mês, apresentar a prestação de contas de toda a receita referente a arrecadação de impostos municipais. O interessante é que os pescadores não estavam sujeitos à legislação municipal que tratava do imposto de profissões, por ser considerada, a pescaria, não uma profissão e sim, a ausência dela, ou até mesmo, vadiagem. Tal era a condição dos pescadores, em face da ausência de regulamentação ou de uma legislação específica, que conforme estudo feito sobre a mendicância e vadiagem na Bahia no século XIX, Fraga Filho, nos revelou que:

Em 23 de outubro de 1847, o subdelegado de Jaguaripe afixava nos principais locais da vila edital que obrigava todos os vadios a trabalharem dentro de trinta dias. Interessante que para a ele a pescaria não era ofício e, portanto, estavam os pescadores sujeitos à prisão por vadiagem.¹¹¹

Dessa maneira, pelo costume, os pescadores estavam não só isentos de tributação, por não terem sua profissão regulamentada, nem socialmente reconhecida, como também na mira do preconceito, por ser o seu ganha-pão considerado um não-ofício, ou até mesmo, vadiagem. O interessante é que esse edital criado em Jaguaripe em 1847, sequer tinha

¹¹⁰ Idem, p.10.

¹¹¹ FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX. Salvador, HUCITEC-EDUFBA, 1996, p.93.

eficácia comprovada, em sua aplicação, vez que o número de pessoas vivendo da pesca naquela região, a todo tempo, sempre se mostrou bastante representativo.

Os pescadores, assim como Manoel Jerônimo, lutavam pela sobrevivência diária de sua categoria. Suas ações em busca de solução dos conflitos podiam ser entendidas como uma forma organizada de lutar por direitos ainda não regulados ou ampliados em uma sociedade capitalista, onde ocorre a

(...) retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências.¹¹²

Assim, a busca por alternativas visando a solução do conflito, em meio a àquela sociedade, cujas forças dominantes se arvoravam no abuso aos direitos, inclusive amparados pela ausência de legislações ou abusando das mesmas para promover a desigualdade ou criar a instabilidade em desfavor das categorias de trabalhadores já são bastante evidentes. Isso, porém, não era motivo para que os forros se dessem por vencidos; ao contrário, eles sempre criavam estratégias de resistência e sobrevivência, formando entre si, redes de solidariedade que burlavam a vigilância e os “abusos da lei”, ou a ausência delas. De acordo com o professor Wellington Castellucci, analisando a atividade econômica da pesca da baleia, realizada por trabalhadores forros, da Ilha de Itaparica, em fins do século XIX, este afirma que:

A pesca da baleia fez parte dessa rede de pequenos negócios que possibilitou amparar os libertos menos afortunados que viveram em Itaparica na segunda metade do século XIX. Além de permitir os laços de solidariedade, há evidências de que esta ampla rede de comércio informal de carne e outros derivados da baleia controlada pelos forros era significativa, pois era sistematicamente coibida pelas posturas editadas pelo poder da Câmara Municipal. Pescadores, atravessadores e ganhadeiras articulavam variadas formas de burlar a vigilância do poder municipal.¹¹³

Em sua importante pesquisa o professor Castellucci Jr. verificou, também que, as autoridades de Itaparica tentavam impedir a pesca clandestina e não vigiada da baleia bem como o comércio de seus derivados, como forma de coibir a queda na arrecadação dos

¹¹² Ver, Savage. Mike. Classe e História do Trabalho. In: Culturas de Classe, op. cit.

¹¹³ Ver, CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Pescadores e Baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas do oitocentos, Itaparica: 1860-1888.. Afro-Ásia, Salvador, v. 33, p. 133-168, 2005. pp. 166 e 167.

impostos cobrados às fábricas de desmancho de baleias, sobre o azeite extraído e exportado. Ainda, segundo Castellucci Jr. “os valores dos impostos cobrados por fábricas de desmancho de baleias revelaram que, nos fins dos anos setenta e no biênio da década seguinte, só havia duas daquelas fábricas funcionando em Itaparica”¹¹⁴.

2 – Cobradores de impostos

Os cobradores de impostos estavam em todos os lugares, sempre atentos e prontos ao efetivo exercício de suas funções. Verificamos que nesse mesmo dia, em que o pescador Manoel Jerônimo e seus companheiros reivindicaram a isenção de um imposto, nas povoações do Onha, Rio Fundo e Taytinga, se encontrava trabalhando o cidadão Carlos de Souza Vieira, arrecadador de impostos, de aproximadamente 27 anos de idade ¹¹⁵, o qual teria, pelo código de posturas municipais de Nazareth, o prazo de 48 horas para recolher, ao cofre municipal, todo o imposto sobre indústria e profissão arrecadado nas povoações referidas, e na do Cocão, ambas localizadas no distrito de Muniz Ferreira. ¹¹⁶ Verificamos que no dia 10 de maio, o arrecadador de impostos, “pedia o pagamento da quantia de vinte e sete mil e duzentos reis de suas porcentagens como cobrador de imposto de rezes, no Onha e Rio Fundo. ¹¹⁷”

Percebe-se, então, que a preocupação com o controle e fiscalização era tão constante que, em outro momento, no dia 1º de maio daquele mesmo ano, o intendente municipal, Eurico Matta, nomeava o cidadão Jeremias Garcia Rosa, para o cargo de agente fiscal, nas povoações do Onha, Rio Fundo, Taytinga e Cocão, com o objetivo de “fiscalizar a roçagem das estradas, intimando os respectivos proprietários de suínos, lanígeros, e caprinos, ao pagamento de impostos, podendo, inclusive, impor as respectivas multas, servindo-lhe esta de título para os efeitos devidos. ¹¹⁸” Conforme os registros da Intendência municipal ¹¹⁹, somente naquele ano de 1900, foram realizadas, em Nazareth algo em torno de 35 novas nomeações de fiscais de arrecadação de impostos.

¹¹⁴ CASTELLUCCI JR. Wellington. Op. cit. p.151.

¹¹⁵ Arquivo da Igreja Nossa Senhora de Nazareth (AINSN), Livro de batismos, nº. 03.

¹¹⁶ Livro da Intendência, do ano de 1900, p.3.

¹¹⁷ Idem, p.7.

¹¹⁸ Ibidem, p.5.

¹¹⁹ Cf. análise do Livro da Intendência, do ano de 1900.

Esses impostos incidiam sobre a indústria, profissões e atividades laborativas, produzindo uma significativa receita municipal, advinda, especificamente, de segmentos da indústria e ofícios realizados, naquela região, por parte dos trabalhadores que estavam regulamentados ou reconhecidos como sabedores de uma arte ou ofício e que de forma direta ou indireta prestavam serviços de natureza pública, aos municípios e vilas, do Recôncavo Sul.

A atividade de cobrança de impostos permitia arrecadações com volumes numéricos altos, e, à medida que as atividades de trabalho aumentavam, no decorrer dos dois primeiros decênios republicanos, o volume das receitas municipais tornava-se cada vez maior, conforme se verificou em fins de 1909 ¹²⁰, quando a receita municipal, proveniente da arrecadação daquele ano, foi superior a 100.000\$000 (cem contos de reis). Dessa maneira, a receita de 1909 apresentou-se bem mais significativa que a arrecadação do ano de 1896 – considerada uma das maiores do período – na qual, a receita foi de apenas 28.421\$727 (vinte e oito contos, quatrocentos e vinte mil, setecentos e vinte e sete reis). Essa preocupação na cobrança de impostos, ao que parece, justificou-se em decorrência do aumento da produção agrícola, das exportações de café, do fumo e da exploração de minérios, cuja atividade era desenvolvida em várias minas de ferro e manganês, nos limites de terras localizadas entre Nazareth e Santo Antonio de Jesus.

Apesar de a extração de manganês e ferro ser bastante importante em termos quantitativos para a economia da região, a produção agrícola mostrava-se superior na arrecadação, pelo menos no primeiro quartel dos anos 80, do século XIX. Isso se dava em face da utilização maciça da mão-de-obra escrava nas lavouras locais e da localização das terras férteis em torno do Rio Jaguaripe que, ao longo de três séculos, assentou em suas margens, povoações eminentemente agrícolas em terras fronteiriças à Nazareth e demais áreas do Recôncavo.

Numa descrição atenta sobre os aspectos do relevo e vegetação da região estudada, e em especial o município de Nazareth, Isaías Alves¹²¹ afirmara que “os terrenos do município são férteis, bem regados e aproveitados pelas diferentes lavouras. O subsolo é rico em

¹²⁰ Livro de lançamento do imposto de indústrias e profissões da Intendência de Nazareth. 1909, p?

¹²¹ ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Repper, 1967, p.31.

diversos minerais, particularmente o ferro.” Em sua descrição Isaías Alves não nos explica sobre quem realizava a exploração dessas minas, porém, tendo em vista o fato de que outros minerais podiam ser encontrados ali, em quantidades iguais e, em tempo bem anterior, ao que ele se refere – século XX – podemos acreditar na existência de minas de manganês com trabalho escravo, em tempos de escravidão.¹²²

Além disso, algumas fontes governamentais, oficiais, apresentaram relatórios sobre as atividades de mineração realizadas na região, embora, também, tenham essas fontes omitido dados quanto à mão-de-obra utilizada na exploração dessas minas. Pudemos perceber, em um desses relatórios, a importância daquelas minas na constituição de empresas de capitais mistos – nacionais e estrangeiros – destinados à exploração de minérios, a exemplo do relatório da Estrada de Ferro de Nazareth, do ano de 1896, onde o engenheiro civil, Afonso Glycério Maciel revelou-nos o fato de “na comarca de Nazareth encontrar-se o cinábrio, minério mais estimado do mercúrio¹²³”; além desse relatório, consta, também, o registro das análises realizadas pela equipe do cientista norte americano, Orville Adalbert Derby, que chegando ao Brasil, participou de estudos sobre os minérios na Bahia, e, publicou um artigo específico, sobre a mineração naquela região, intitulado “*Mangesys of Nazareth*”, Manganês de Nazareth, em 1905,¹²⁴ onde ele relata a exploração do manganês em terras do Recôncavo, atividade que pode ter sido iniciada desde o início do século XIX.

A exploração dessas minas, ao que parece, era atividade tão rentosa que no ano de 1900, por exemplo, as senhoras Maria O. B. e Bibiana Maria de Jesus pediram à Intendência de Nazareth, para certificarem-nas,

(...) quantas toneladas de manganês tem sido exportadas desta cidade para a da capital, ou qualquer outro porto, por vapor nos barcos, pelos estrangeiros, Nicolas e Athanasse Ursina, representado pelo engenheiro M. L. Laurence e pelo negociante, Manoel Pedro de Almeida Sande.¹²⁵

¹²² SOUZA, H.C.A. Manganês na Baía. DFPM/DNPM, *Bol.*, 52, 1942. 63 p.

¹²³ Cf. Revista do IGHB nº. 07, 1896, p. 559. Ver também, o periódico, O Conservador, de 07 de setembro de 1935: “Nazareth e a riqueza do seu solo”, p.1.

¹²⁴ Cf. Diário da Bahia, março de 1905: *O Manganês de Nazaré*; e SOUZA, H.C.A. Manganês na Baía. DFPM/DNPM, *Bol.*, 52, 1942. 63 p. *Mangesys deposits of Nazareth, Brazil*. Eng. Mining Journal, vol. 80, 679, New York. 1905.

¹²⁵ Arquivo Público do Município de Nazaré (APMN), Livro da Intendência Municipal de Nazaré, 1900, p.8.

Em resposta ao pedido feito pelas duas senhoras, o comissário arrecadador do município de Nazareth certificou-lhes que ao observar os livros de demonstração, onde eram lançados os impostos de embarque e desembarque, fez a seguinte declaração:

(...) consta que o engenheiro M. L. Laurence e Manoel Pedro de Almeida Sande¹²⁶ exportaram deste município, sete mil quinhentos e três toneladas de manganês.¹²⁷

Apesar de constatararmos essas ocorrências de atividades de mineração, que indicam uma alta produção de manganês, percebe-se, porém, que o trabalho nessas povoações, basicamente, “girava” em torno da agricultura; na produção do fumo, café, açúcar e farinha de mandioca, e também, da extração de minérios de manganês e ferro, sendo o café e o fumo, os produtos que representavam boa parte dos gêneros de consumo no Recôncavo Sul e, por sua vez, os que estimulavam um constante aumento da produção, das exportações e da arrecadação de impostos.

A arrecadação era fator tão importante para os governos daqueles municípios que a política de cobrança de impostos não apresentava limites quanto aos meios para que essa atividade fosse efetuada. Verificamos que as cobranças de impostos podiam ser feitas de forma pública e irrestrita, de modo que não havia impedimentos legais para que ela não deixasse de ser feita até mesmo na imprensa local. Em momento algum encontramos nos jornais, uma única queixa de um devedor, alegando o pretexto de que a cobrança lhe causara meios vexatórios.

Dessa maneira, percebemos que os editais de cobrança eram públicos e, constantemente publicados pela imprensa local, como no ano de 1882, por exemplo, em nota de um jornal, onde constava o edital de rendas gerais, em que a Intendência municipal de Nazareth convocava os devedores da Taxa de Escravos e do Imposto de Indústrias e Profissões, a pagarem os tributos devidos, já em atraso. De acordo com aquela nota publicada, era de 66 o número de devedores convocados para o pagamento da taxa de escravos, e 70, o de devedores dos impostos de indústrias e profissões. A nota trazia a seguinte redação:

¹²⁶ Conforme consta no livro de alistamento eleitoral da cidade de Nazareth, para do ano de 1893, o negociante era morador na Rua do Comércio, e tinha aproximadamente 44 anos de idade no ano de 1900.

¹²⁷ APMN, Livro da Intendência municipal, 1900, p. 9.

(...)pela coletoria de rendas gerais desta cidade, convida-se os devedores do imposto abaixo mencionados para até o dia 31 do corrente mês de dezembro, virem pagar a fim e não irem seus nomes para o juízo privativo da fazenda.¹²⁸

Ainda nesse mesmo jornal, constava uma nota da coletoria provincial na qual dizia:

(...) pela coletoria provincial se convida aos contribuintes para que venham no corrente mês de dezembro pagar o primeiro semestre do imposto da décima e bem assim os mais impostos que estejam por pagar, incorrendo o que não fizer na multa de 6\$000 (seis mil réis) dos negligentes de janeiro próximo vindouro em diante, e na de outro tanto da imposição todo e qualquer que for encontrado, sem ter pago o imposto que deveria ter sido previamente e para o qual, deveria ter requerido arrolamento. O presente publique-se pela imprensa para conhecimento de todos.¹²⁹

A cobrança de impostos era, portanto, ao mesmo tempo um antigo costume e já se encontrava regulada há muito tempo, sendo recepcionada pelo artigo 2º das disposições gerais do orçamento daquele município para o ano de 1901. Segundo aquela norma, todos, deveriam pagar o imposto de consumo, o qual era fiscalizado pelos inspetores de arrecadação municipal. Esses inspetores eram indivíduos considerados muito importantes naquela sociedade e muitas vezes apareciam com destaque nos jornais locais, confundindo-se muitas vezes a sua atividade, enquanto funcionários públicos municipais, com a figura pessoal do arrecadador de impostos, que era outro cargo público, também ligado à secretaria de arrecadação e fazenda, municipais.

A regulamentação municipal, ao disciplinar a cobrança de impostos sobre o consumo, ao mesmo tempo, o fazia em relação às atividades laborais, exercendo constante controle sobre essas atividades. Ou seja, o simples pagamento de impostos sobre a indústria ou profissão era também um instrumento de controle, fiscalização e limitação das ações dos indivíduos em seu labor diário. Enquanto instrumento de fiscalização, exercia-se, também, o poder de controle e registro do movimento de tudo o que entrava e saía nas feiras livres, nos armazéns, da lavoura e do comércio, dos valores de compra e venda desses produtos, bem como da carga transportada, que entrava ou saía do porto e da estação férrea de Nazareth.

¹²⁸ *O Industrial*, 1882, p.4.

¹²⁹ *Idem*.

Era possível determinar, quase que por completo, quantos ofícios existiam naquelas localidades, desde Nazareth até seus distritos.¹³⁰ Esse controle podia ser feito, principalmente, a partir da análise dos livros de impostos da Intendência municipal. E como já foi dito, a fiscalização e cobrança de impostos, à medida que controlava, também disciplinava as relações de trabalho e produção, e, dessa forma, limitava a atuação de determinados ofícios.

Ainda que de forma indireta, esses registros financeiros da Intendência delinearam as características do cotidiano de determinadas categorias de trabalhadores, ali inscritas ou cadastradas. Da mesma forma, os meios de controle e regulação, expressos por meio normativo, permitem-nos “redesenhar” as relações horizontais e verticais, entre os vários atores sociais dos mundos do trabalho, em seus costumes mais comuns; desde os pedidos de licença para abrir uma casa comercial ou prestar um serviço, até aqueles em que se pedia o pagamento dos serviços realizados, quer individualmente, quer em grupo. Porém, sempre que um ato normativo era posto, como por exemplo, o ato do intendente de Jaguaripe, de cobrar imposto aos pescadores, isso poderia resultar em conflitos com hábitos e costumes locais, com a tradição, e, portanto, com valores que disciplinavam e regulavam, ainda que muitas vezes, de forma não expressa, as relações desses indivíduos e que lhes permitiam construir as teias sociais do seu cotidiano.

Em “Costume, Lei e Direito Comum”, E. P. Thompson apresenta-nos como os antigos possuidores de terras na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, resistiam e “desrespeitavam” a Lei de Cercamentos, apontada como a causa do enorme conflito entre o Estado, antigos e novos possuidores de terras. Thompson nos revela em estudo específico, que naquele instante, existia um grande conflito entre o ato normativo, fundado e representado de forma expressa pelos interesses de um pequeno grupo, contra os costumes sedimentados por décadas ou séculos, defendidos por um outro grupo o qual parecia rejeitar a lei expressa. Para Thompson o costume não pode ser compreendido como um fato, mas sim, como uma resultante da *práxis*, das experiências e dos hábitos que determinados

¹³⁰ A comarca do município de Nazareth possuía até o ano de 1880, 12 distritos sob a sua jurisdição, dentre os quais, os principais eram: Onha, Rio Fundo, Taytinga, Santana da Aldeia, São Bernardo, Palma, Maragogipinho, Cações e Mutá, seguidos de 6 municípios dentre eles: Jaguaripe, Aratuípe, Santo Antonio de Jesus, São Miguel, Mutuípe e Areia.

indivíduos elegem como sendo necessários à sua sobrevivência ou de um grupo.¹³¹ No caso dos cercamentos, Thompson afirmou que o costume pode ser visto como um lugar de conflito de classes, na interface da prática agrária com o poder político¹³².

Os conflitos, existentes entre a legislação e os costumes, apontados por Thompson nos permitem entender que eles podem ser resultantes do fato que, a tentativa de mudança de costumes, trazida ou imposta por uma lei, implica mudança de hábitos, já sedimentados, e portanto, entendidos como tradicionais, e na medida em que esses costumes são incorporados nas práticas diárias, eles se tornam imprescindíveis à sobrevivência de um grupo. Verificaremos, também, adiante, que alguns hábitos chegam a adquirir “força de lei” à medida que são entendidos como “comuns” e realizados com certa frequência, sendo desta forma, comumente incorporados ao cotidiano.

Se as práticas diárias, incorporadas ao cotidiano, são muitas vezes, determinantes para a formação de valores e costumes, verifica-se, porém que elas sempre acabam por garantir direitos a alguns e a negar a outros, à proporção que apresentam benefícios e prejuízos, conforme verificamos na análise de atos tão simples e corriqueiros, reiterados, e consagrados durante anos, como é o caso do direito de transitar por espaços públicos, embora, muitas vezes limitado e regulado por normas ou determinações específicas.

Se as normas que modificam ou eliminam antigos costumes, que se constituem em um “terreno movediço” e, portanto, bastante perigoso de se “pisar”, a substituição destes, por novos costumes representam um processo bem mais difícil de se lidar. Os conflitos decorrentes do “uso coletivo” e fechamento de um beco, por exemplo, podem ser entendidos a partir da análise dos fatores que deram início a uma discórdia entre transeuntes e moradores, em um determinado bairro na cidade de Nazareth, no ano de 1901. O referido conflito estabeleceu-se a partir do confronto de interesses, entre o costume, de uso, de um “espaço comum” e, o presumido direito de propriedade, conforme noticiava em 11 de fevereiro de 1901, “*O Independente*”, periódico que se intitulava “Defensor do comércio, da indústria, das artes e da lavoura”, representado naquela cidade, pelo comerciante e artista, Joaquim Embirussú, o qual publicava uma reclamação naquela data com o teor seguinte:

¹³¹ THOMPSON, E. P., “Costume, Lei e Direito Comum”. In: *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras. 2005, p. 86.

¹³² Idem, p. 95.

(...) Ao Sr. Intendente interino e ao Sr. Capataz. A estas ilustres autoridades chamamos a atenção para o mau estado em que se acha o beco que demora entre o sobrado do professor Thiago Manoel Escholástico e o das irmãs do sr. dr. Júlio de Britto, beco este que de muitos anos é de servidão pública e que agora foi cercado na margem do rio, não sabemos por quem, e que de alguma sorte priva a todos das suas necessidades, que são feitas na boca do cano que fica junto constituindo assim um foco de podridão, prejudicial à saúde publica. Repetimos: às ilustres autoridades pedimos providências. Nazareth 3 de fevereiro de 1901.¹³³

Presume-se, a partir daí, que o beco citado na nota de jornal seria o “lugar comum” onde as pessoas podiam fazer suas necessidades e transitar livremente, de forma que observamos, aqui, duas situações de aparente conflito. A primeira refere-se à queixa no jornal em que se alertava as autoridades municipais, para o fato de que alguém havia cercado um espaço público, privando, dessa maneira, o direito comum de toda uma coletividade. A segunda situação é o fato de que ainda que fosse um espaço público de uso masculino, ele se encontrava entre dois “sobrados”, sendo que, em um deles, moravam duas mulheres, irmãs do Dr. Júlio de Britto, o que talvez explique o posterior fechamento do mesmo.

Entendemos que o beco era, portanto, um espaço em que o público – e aí penso ser um público genuinamente masculino e, em sua maioria, de trabalhadores braçais, pescadores, carregadores, etc. – transitava com muita frequência. O conflito surge justamente no momento em que interesses contrários são apresentados, tanto por quem precisava daquele beco, sob a prerrogativa de uso do “espaço comum”, quanto, por aqueles que “dividiavam” parede com ele. Subentende-se, a partir daí, que atender, portanto ao pleito feito pelos moradores das proximidades do aludido beco, revelaria, de imediato, a existência de “choque” de interesses daqueles que precisavam se utilizar do referido beco, com os interesses de quem se incomodava em não poder chegar à janela lateral com “vistas” para o mesmo.

Parece-nos que muitos becos eram espécie de sanitários públicos com pouco mais de 1,50 m de largura; alguns maiores, e permitiam o acesso entre o leito de um rio e a rua, espaço tradicionalmente comum, cortado por uma vala onde desciam vários dejetos em direção ao rio, ficando bem próximo do mercado de peixes e das escadarias do cais do porto.

¹³³ *O Independente*, 11 de fevereiro de 1901, p.3.

Em entrevista feita com uma antiga moradora das proximidades do cais, Dona Maria Benedita dos Santos, de 73 anos de idade, filha de uma Nagô, doméstica e ex-trabalhadora do trapiche do Senhor Correia Ribeiro, onde era catadora de café¹³⁴, perguntei-lhe sobre a existência desses becos, e ela me respondeu:

(...) Cheguei a ver uns. Uns a gente passava, outros não. Só os homens usavam. Todos eles usavam! Era uma fedentina só. Depois que ninguém agüentava mais tanta sujeira, os homens da prefeitura e os vendedores de peixe pegavam a água do rio e jogavam pra lavar.

135

Na fala de dona Benedita, ela afirmava ter ouvido suas tias que a criaram, dizerem que existiam muitos outros becos espalhados pelo centro da cidade; alguns, porém, serviam apenas para facilitar a passagem de uma rua à outra, e estavam sempre cheios de transeuntes que iam e vinham de várias partes. Alguns becos eram tão estreitos que, “neles, só podiam entrar uma pessoa por vez, no máximo duas.”¹³⁶

Assim sendo, os becos representavam um espaço coletivo, embora não houvesse no código de posturas do município, uma norma específica para o seu uso, o que não excluía, porém, a existência de uma “norma comum”, a ser respeitada, embora ela não estivesse escrita em local algum. Também não havia quem lhe regulasse o acesso aos becos, embora fosse de conhecimento geral e de costume que, aqueles que desejassem usá-los deveriam esperar a sua vez. Verificamos, entretanto, que a existência desses becos realmente não agradava a todos os moradores do bairro da praça do porto, fato que pode ser entendido a partir da petição feita pelo negociante Cândido Baptista Leony, em que requeria, naquela data, licença para a construção de um muro ou cerca,

(...) da quina e sua propriedade à Rua Barão Homem de Mello nº. 1 até o cais, para evitar no recanto do fundo de sua propriedade a prática de imundícies, ficando o peticionário sujeito a contribuição anual de três mil reis, adiantadamente e assinando um termo de responsabilidade perante o executivo municipal, obrigando-se a demolir por si e por seus assessores a obra que fizer sem indenização

¹³⁴ *O Independente*, 11 de fevereiro de 1901, p.3.

¹³⁵ Entrevista realizada em 11 de janeiro de 2005.

¹³⁶ *Idem*.

alguma por parte da municipalidade, logo que seja de utilidade do município.¹³⁷

Em outro momento, constatamos que aquele mesmo negociante, “Leony” já havia requerido, da Intendência municipal, a redução dos seus impostos, conforme petição do dia 19 de abril do mesmo ano; alegando que a sua casa de negócios e fazendas fora coletada, naquele exercício fiscal, como de segunda classe, mas que ele continuava a ter o mesmo “varejo” que antes, e com proporções menores. Portanto, requeria que retornasse à classe em que se achava anteriormente, em iguais condições de negócio, que os seus concorrentes.¹³⁸ Seu pedido de redução de imposto, porém, fora negado, pois o lançador de impostos informava que assim o fez, a partir das declarações de outros negociantes de fazendas, em idênticas condições, e estabelecidos àquela Rua do Comércio, não vendo, portanto, motivo para lhe conceder tal benefício.¹³⁹

O pedido de construção de um muro ou cerca feito, pelo negociante Leony, contrastava com as necessidades de uma maioria dos trabalhadores que circulavam em uma área estritamente comercial, composta por casas comerciais, pelo porto e pela ferrovia. Por sua vez, a Intendência municipal deliberou a favor do negociante, com ressalvas quanto à construção, entendendo que este deveria, quando necessário fosse, demolir a construção para atender aos interesses públicos. Pode-se perceber que ao mesmo tempo em que havia a preocupação com a arrecadação de impostos tinha-se o interesse em desenvolver uma política de vigilância sanitária nos espaços públicos.

3 – “limpando” as ruas

O saneamento desses espaços públicos era quase sempre feito pelos “funcionários do asseio” da cidade. Não se tem idéia de quantas pessoas trabalhavam nessa tarefa, pois seus nomes não aparecem nos documentos, mas sim que existiam contratos celebrados com vários prestadores de serviços, a fim de que se mantivessem os espaços públicos sempre limpos. O pagamento desses trabalhadores, ao que parece, era feito semanalmente. Exemplo disso é que em 1º de junho de 1900, o administrador municipal Aurélio Pereira Portella pedia o “pagamento da quantia de 175\$000 (cento e setenta e cinco mil réis) dos trabalhadores do

¹³⁷ APMN, Livro da Intendência Municipal. 1900, p.10.

¹³⁸ Idem, p.3.

¹³⁹ Ibidem.

asseio desta cidade de 25 de maio a 1º de junho de 1900”. Novamente, em 8 de junho daquele mesmo ano, esse mesmo administrador pedia o pagamento da quantia de 127\$800¹⁴⁰ (cento e vinte sete mil e oitocentos réis) para os trabalhadores do asseio, referentes aos dias trabalhados entre 1º e 8 de junho de 1900.

No ano seguinte, somente para o orçamento do ano de 1901, a Intendência municipal orçou e o conselho municipal aprovou a quantia de 5.000\$000 (cinco contos de réis), destinados ao “asseio, limpeza e higiene da cidade” e mais 1.000\$000 (um conto de réis) “para a higiene e assistência públicas”.¹⁴¹ Esse valor equivalia a algo em torno de 6% da arrecadação, realizada no ano de 1900.

O número de trabalhadores do asseio não pôde ser quantificado, nem a relação que lhes identificasse. Porém, o que se sabe é que o serviço de limpeza demandava não só um efetivo número de trabalhadores, como também uma série de ações por parte da administração pública, no sentido de fazer com que se cumprissem as leis municipais de saneamento, conforme verificamos no edital publicado no em 13 de junho desse mesmo ano, onde o intendente municipal emitia a seguinte nota:

(...) faço saber a todos os habitantes deste município que estando o Estado da Bahia ameaçado pela invasão da peste bubônica, que infelizmente está grassando na capital federal recomendo a observância e inteira execução do Código de Posturas deste município.¹⁴²

Como medida reguladora, o código de posturas ratificava a necessidade de se manter o controle e o saneamento, alertando à população quanto aos perigos da iminente epidemia de peste bubônica que já assolara a capital, e que, a qualquer momento, chegaria ao interior.¹⁴³ O temor das epidemias forçou as autoridades municipais a criarem uma “postura” específica, destinada a manter o controle sanitário. Documentos encontrados registraram que, em anos antes, já se haviam detectados diversos casos de varíola em cidades do interior, como em Nazareth, por exemplo, conforme a cópia do ofício da Intendência municipal

¹⁴⁰ APMN, Livro da Intendência Municipal. 1900, p.13.

¹⁴¹ APMN, Livro da Intendência municipal de Nazareth, do ano de 1901, p. 66.

¹⁴² APMN, Livro da Intendência Municipal, 1900, p.14.

¹⁴³ Essa preocupação constante pode ser entendida se verificarmos a existência naquela região, de casos de “cólera-morbus”, registrados pelas autoridades da província, entre os anos de 1854 e 1856 e que vitimaram uma grande parcela da população exposta à doença e mendicância.

daquela localidade, datado de 6 de outubro de 1900, em que o intendente interino, Américo de Faria, comunicava ao diretor do “*Instituto Vaccinogênico da Bahia*” sobre a existência de um caso de varíola, nos subúrbios daquela cidade, requisitando das autoridades sanitárias que fossem remetidas com certa brevidade,

(...) alguns tubos de “*lymph vaccinica*”, a fim de que, com urgência, pudessem ser tomadas as “medidas acauteladoras” que evitassem a propagação de “tão devastadora epidemia.”¹⁴⁴

Contudo, apesar desse reforçado pedido, verificamos que em fins de outubro, no dia 26 daquele mês, o intendente voltaria a informar e requisitar do diretor do “Instituto Vaccinogênico” que,

(...) continuando a propagação da varíola em certos pontos desde município, reiterando a requisição feita em ofício datado de 6 do mês corrente, requisito-vos a remessa a esta Intendência de tubos de “*Lympha vaccinica*”, para que com urgência e de acordo com opiniões de médicos desta cidade, sejam dadas ligeiras e prontas providências que evitem a propagação de tão aterradora peste.¹⁴⁵

Em resposta à requisição da Intendência, o diretor do instituto atendeu aos pedidos, enviando àquele município, no dia 5 de novembro, 50 tubos de vacina, destinados ao tratamento de pessoas com caso de varíola, solicitando, porém, que uma vez feito o tratamento, lhes fossem passadas as informações a respeito¹⁴⁶. Nos quatro anos seguintes, e, propriamente em 1902, os jornais baianos publicavam, “incansavelmente”, notícias de que o governo da Bahia havia adotado medidas de caráter extraordinário em todo o serviço sanitário, com o objetivo de combater a proliferação da peste bubônica no Estado e que o serviço sanitário havia desenvolvido uma campanha publicitária, convocando a população para a vacinação contra a varíola.¹⁴⁷

Foram inúmeros, os casos relatados nos jornais baianos em fins do século XIX e início do XX, em diversas regiões da Bahia. A situação tornou-se tão preocupante, que se chegou a proibir, na capital baiana, o funcionamento de teatros como o Politeama e São João, e a implantar, em 1904, uma campanha de vacinação contra a peste bubônica em todo o

¹⁴⁴ APMN, Livro da Intendência Municipal, 1900, p.37.

¹⁴⁵ Idem, p.39.

¹⁴⁶ Ibidem, p.43.

¹⁴⁷ Bahia, Assembléia Legislativa. Bahia de todos os fatos, cenas da vida republicana, 1989-1991. Salvador, 1996, p. 53.

Estado.¹⁴⁸ No ano seguinte, o governo adotou como medida preventiva ao combate de moléstias em Salvador a realização de inspeção médica nas escolas, verificando as condições de higiene dos estabelecimentos de ensino e o estado de saúde dos professores e alunos.¹⁴⁹

As fontes oficiais nos revelaram que não foi, porém, aquele, o primeiro “evento” em que aparecem casos de epidemias, com tão forte disseminação no Recôncavo Sul, a ser relatado também nos registros das Intendências locais, nos últimos anos do século XIX. Em Matas do Sertão de Baixo, por exemplo, Isaías Alves afirmara que em julho de 1884, o Conselho Municipal do novo município: Santo Antonio de Jesus,

(...) toma conhecimento da “terrível epidemia de varíola e providenciam-se tubos de linfa de vacina”, criando-se um lazareto de emergência e queimando, nas casas comerciais e particulares, caquinhos com fezes de gado vacum. Já na criação da Freguesia, houvera cólera que dizimou as populações. A Vila já possuía razoável cemitério que seria removido no começo da República.¹⁵⁰

Na descrição feita por Isaías Alves, verificamos mais uma vez que, naquele período, em fins do século XIX, eram freqüentes as ocorrências de epidemias de varíola e cólera, o que muitas vezes demandava o uso de meios “pouco convencionais”, no sentido de evitar a expansão de doenças infecto-contagiosas. Isso talvez se devesse, em virtude das impossibilidades apresentadas pelo governo estadual, em disponibilizar meios mais eficazes que pudessem atender à demanda populacional, cada vez mais crescente, principalmente nos centros mais populosos do estado.

Percebemos, também, que o uso de medidas de controle e vigilância, por parte das autoridades sanitárias, tanto na capital quanto no interior do estado, eram constantes, embora fossem realizadas ações, no sentido de tratar da epidemia quando ela já havia se alastrado; e muitas vezes não se conseguia evitar o contágio, de forma que, garantia-se somente, o mínimo de controle da situação. Constatamos que até 1910, verificou-se a investida de medidas sanitárias em espaços públicos e particulares, em toda a Bahia, conforme divulgava a Imprensa Baiana.

¹⁴⁸ Idem, p.57.

¹⁴⁹ Ibidem, p.58.

¹⁵⁰ ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Repper, 1967, p.241.

Nesse contexto de propagação de epidemias, e, em consequência dessas medidas saneadoras e de vigilância, é possível compreender a freqüente mobilização de proprietários de carroças, destinadas “aos serviços de asseio”, fato que era comum àquelas cidades, conforme se verifica no capítulo I.¹⁵¹ E, da mesma forma, a intensificação dos trabalhos de canalização das águas do rio Jaguaripe, que pretendia pelo menos, chegar ao centro da cidade de Nazareth, embora, segundo Lamartine Augusto, houvesse, naquela época, resistência do Conselho municipal, quanto a instalação do referido serviço, pois os conselheiros municipais alegavam ter “um rio que não secaria, além de vários riachos, não sendo, pois, necessário o serviço de abastecimento d’água.”¹⁵²

Verificamos que, apesar dessa resistência por parte do conselho municipal, os serviços de abastecimento ocorriam por meio de aguadeiros e carregadores, os ganhadores, gente que vivia dessas atividades. Aliás, nos registros do livro da Intendência de Nazareth, constam dezenas de solicitações de pagamento, desse tipo de serviço, realizados para a Intendência municipal. O interessante, é que, tanto ganhadores, quanto carroceiros eram obrigados a ter registro de matrícula, junto à Intendência municipal. Um ganhador deveria pagar de 10\$000 a 14\$000 réis anuais, por licença, e um carroceiro, por cada matrícula de carroça, entre 25\$000 a 75\$000 réis.¹⁵³

4 – Carroceiros

Estima-se que entre os meses de abril a dezembro de 1900, algo em torno de 23 carroceiros solicitaram o pagamento do aluguel de suas carroças para o serviço de limpeza da cidade e outros 15, do transporte de mercadorias para as obras do cais e da canalização do rio Jaguaripe. Ainda, em maio daquele ano, pôde-se verificar a solicitação do Sr. Pompílio Maturino do Espírito Santo,

(...) pedindo à Câmara Municipal de Nazareth, a quantia de dez mil réis de aluguel por duas vezes, de um animal selado para viagens do administrador das obras municipais.¹⁵⁴

¹⁵¹ Ver o capítulo que trata da Santa Casa de Misericórdia, referente a 2 de maio de 1858, livro, p.33.

¹⁵² AUGUSTO, Lamartine. *Porta do Sertão*, Nazaré, Edições Kouraçá, 2ª. ed. 1999, pp.222 e 223.

¹⁵³ Cf. Livro da Intendência Municipal, ano de 1900, p.63.

¹⁵⁴ APMN, Livro da Intendência Municipal, ano de 1900, p.12.

Ao que parece, o número de carroceiros e donos de carroça era bastante significativo, de forma que o uso desses serviços de transporte já aparece descrito nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Nazareth, desde o ano de 1858, quando o irmão procurador daquela instituição inquiria em reunião solene, sobre “o destino das carroças que serviram na epidemia do “cólera”, na condução de doentes e falecidos.¹⁵⁵”

Verificamos que, em notas de jornais da época, havia publicações a respeito de casas comerciais destinadas à venda de produtos para carroças e carroceiros, conforme anunciava o periódico *O Independente*, do dia 27 de junho de 1888, em que trazia a seguinte nota:

(...) Ferraria Dias Britto: grande fábrica de carros, carroças e fundição de metais de João José Elias de Britto, extremamente penhorado pelo bom êxito que tem tido os produtos de sua grande oficina de ferreiro e fábrica de carros e carroças acaba de fazer aquisição de novos aparelhos para o fabrico de todas as obras concernentes as cinco artes. Convida, pois, aos senhores consumidores deste produto a visitarem a sua oficina, onde encontrarão um completo e variado sortimento de ferreiro, carreiro, latoeiro e fundição de metais e latão. 38 – 40, Rua da Alfândega, junto ao Elevador, Bahia.¹⁵⁶

Essa atividade era regulada pelas chamadas posturas municipais, espécie de normas destinadas à regulação interna dos municípios e criadas tanto pelos Conselhos Municipais, quanto pelos Intendentes municipais, os quais possuíam o direito de legislar. Em Salvador, por exemplo, no ano de 1909, cidadãos, daquela cidade exigiam das autoridades municipais, a aplicação do código de posturas, no artigo que disciplinava o acesso e trânsito de carroças, em determinadas ruas da cidade, com peso acima do permitido, como verificamos na denúncia feita por moradores da Rua Silva Jardim, que se queixavam às autoridades locais, sobre a circulação de carroças, com “cargas pesadas, sem a devida fiscalização municipal.¹⁵⁷”

Constatamos que assim como na Capital baiana, havia também no Recôncavo Sul, um mercado destinado à compra e manutenção de carroças, atividade relativamente “forte”, na medida em que encontramos várias propagandas sendo veiculadas em notas de jornal, as

¹⁵⁵ Cf. Registro Santa Casa de Misericórdia de Nazareth de 2 de maio de 1858, in: Livro de Registros, p.33.

¹⁵⁶ *O Independente*, 1888, p.3.

¹⁵⁷ Diário de Notícias, 25 de fevereiro de 1909, p.1.

quais aparecem com certa frequência, em várias edições do jornal *O Independente*, e outros, também, de circulação local.

Algumas notas, porém, são às vezes, bastante interessantes, pois ao invés de publicarem anúncios de venda ou compra de carroças, elas apresentam situações conflituosas, entre os que trabalhavam com esse meio de transporte e indivíduos de outras categorias; que, ou questionavam a circulação de carroceiros, ou queixavam-se de terem suas carroças furtadas, por indivíduos que trabalhavam para donos de carroça, embora não as possuísse.

Temos, por exemplo, a nota publicada no periódico “A Opinião Liberal”, de 25 de junho de 1877, onde o proprietário de uma carroça queixava-se de um indivíduo por nome Manoel Estevão, o qual lhe havia desaparecido com uma mula de sua propriedade, utilizada para puxar sua carroça, descrevendo-o como “cabra de altura regular”, “cheio do corpo”, com idade de 35 anos pouco mais ou menos, oficial de pedreiro,

(...) ex-morador na “Pitanguinha” e, ultimamente, morador no “Engenho Embira”, de onde veio trabalhar, pelo ofício no “Engenho Muribeca”.¹⁵⁸

Segundo a nota, o pedreiro Manoel Estevão havia desaparecido, após ter saído dali, com o firme propósito de ir comprar farinha, e o mesmo havia tomado emprestado no Engenho Periquita, uma mula com os “sinais e arreios seguintes: preta rusilha”, com “uma pequena roda branca em um dos quartos”, não sendo ela muito nova, “boa de passo e ardiga.” Dizia, ainda, a referida nota, ter aquela mula, “um selim patente inglês já usado, estribelhas de platina, já usadas, e em um lado de uma amassada, tendo escrito em cima “Pinto Novais.”¹⁵⁹

Desesperado, portanto, com o sumiço de um animal de montaria, uma mula, utilizada em sua carroça, o proprietário reclamava que, desde o dia 15, até aquela data, não retornara o “tal” Manoel, motivo pelo qual ele publicava aquela nota e dava uma generosa gratificação a quem lhe tomasse a dita mula e a levasse ao engenho Muribeca ou Periquita,

¹⁵⁸ *A Opinião Liberal*, 1877, p.4.

¹⁵⁹ *A Opinião Liberal*, 1877, p.4.

ou, na Cidade de Nazareth, ao tenente Joaquim Marcellino da Silva e Almeida em Santo Antonio de Jesus.

No intuito de facilitar a identificação do pedreiro Manoel e, da mula que ele havia levado o proprietário do animal, também informava que o “desaparecido” levava consigo, calça de brim pardo, já usado chinelos de tapete de trancinha, já velhos, chapéu de feltro cor de vinho, com as “beiras pintadas a óleo com tinta amarela”, e no lugar da fita, existia tinta da mesma cor amarela, “fingindo um laço.”¹⁶⁰

Montados a cavalo, ou conduzindo carroças, diversos trabalhadores se utilizavam constantemente de animais, na condução de mercadorias e pessoas pelo interior do estado. Percebemos que mesmo existindo outros meios de transporte, o mais comum e mais utilizado naqueles tempos, era o animal de montaria ou de “carga”. Ainda, conforme nos revelara Kátia Mattoso, “no século XIX, cavalos e burros eram indispensáveis aos transportes. Todos montavam a cavalo ou em dorso de mula para fazer uma visita a um amigo ou levar recados e mercadorias.”¹⁶¹

Apesar de o transporte, feito no lombo de mulas, ou de burros fazer parte do cotidiano de trabalhadores urbanos, antes, eles representavam, também, a conciliação de aspectos do cotidiano dos mundos do trabalho rural com aspectos do cotidiano dos mundos do trabalho urbano. Os carroceiros transportavam em suas carroças, mercadorias e pessoas de todos os cantos, de todos os lugares. Tratava-se de meio de transporte comum, tanto dos que chegavam de longe, como dos que viviam por perto. A cena era quase sempre a mesma: chegavam cedo, amarravam seus animais às portas dos armazéns e das casas comerciais, pois ali existiam argolas de ferro ou trilhos presos ao chão, adaptados para prender os animais.

Verificamos que, apesar de ser costume, o simples ato de amarrar o animal à porta de uma casa comercial, nem sempre representava um ato tão simples, tão comum. Em 1899, por exemplo, queixava-se em nota no jornal *O Independente*, o indivíduo Manoel da Costa, que após ter colocado seu animal em porta de uma casa comercial, fora o comerciante

¹⁶⁰ Idem, p.4.

¹⁶¹ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.59.

desamarrar o dito animal, da corda que o prendia, pelo fato de este ter largado suas “imundices” na frente daquele comércio.¹⁶²

Era comum, também, encontrar essa gente à “beira do rio”, ou na fonte da Conceição, local que, segundo descrição de alguns moradores mais antigos, se faziam filas para pegar água, ou dar de beber aos animais. Nos fins de semana, a presença de aguadeiros e trabalhadores montados a cavalo era ainda maior, em razão das feiras semanais que atraíam pessoas de todo o Recôncavo Sul; uns para comprar, outros para vender.

¹⁶² *O Independente*, (?.) 1899. p?.

5 – O comércio local e as feiras semanais

Verificamos que as feiras tinham uma importância tão grande que, atraía gente de longe, como nos revela Fraga Filho ao descrever o cotidiano de ex-escravos no Recôncavo, como o caso do liberto Donato, que vivia sob a condição de roceiro e em depoimento no processo em que fora acusado de matar um outro morador do Engenho Mombaça, em 1899, dizia o acusado, que “no dia do crime, um domingo, vinha da feira de Nazaré, aonde fora negociar.”¹⁶³

O intenso e diversificado comércio nas feiras já havia sido comentado também, em nota de jornal, demonstrando não só a espécie dos tipos produzidos, nas lavouras da região, como a forte variação de preços dessas mercadorias. O periódico semanal, *O Regenerador*, de propriedade de uma associação¹⁶⁴ trazia em sua primeira página, a seguinte nota:

(...) Feira – A feira de semana passada foi concorrida. Os preços dos gêneros vindos ao mercado foram estes: Aguardente 1\$500 a 1\$540 a canada, dita de cana 1\$200 a 1\$300, açúcar escorrido 1\$600 a 2\$000 arroba, dito rapadurado \$800 a 1\$200 café 5\$ a 6\$400 a dita, capados 6\$500 8\$ á dita, couros secos 7\$ a 8\$ a dita, ditos salgados de 3\$ a 4\$ um; farinha de 9\$ a 12\$ á carga, dita a retalho á 80 rs. o litro, fumo 2\$, a 5\$ arroba, milho 4\$ a 5\$ o alqueire me de 75\$ a 90\$ a pipa..¹⁶⁵

As feiras semanais reuniam, portanto, um numeroso e diverso contingente populacional, formando um aglomerado de pessoas dispostas a comprar, vender ou simplesmente trocar os produtos do campo e das “indústrias” de toda a região do Recôncavo Sul.

Observando com cuidado as fontes documentais, verificamos que essas feiras se tornaram tão conhecidas em fins do século XIX, que não passaram despercebidas ao olhar atento do viajante Durval de Aguiar, em sua passagem por Nazareth, na década de 80 do século XIX, ao descrever que:

¹⁶³ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 299. in: APEBa, Processo-crime, 15/538/2 (1889).

¹⁶⁴ Ao que parece, pertencia ao partido republicano, de acordo com a informação constante em uma edição de 1907, em que aparece o subtítulo no referido periódico.

¹⁶⁵ APEBa, *O Regenerador*, 1877.

(...) O mercado da feira consiste especialmente em farinha, rapaduras e cereais; sendo que da farinha fazem gênero de exportação, pois que a safra de café, de fumo e açúcar entra na cidade já consignada aos grandes depósitos pelos agentes viajantes, que percorrem as roças do recôncavo...¹⁶⁶

Na informação minuciosa e descritiva do viajante, percebe-se que ele não só faz a descrição a respeito do mercado, das feiras realizadas em Nazareth, como também, nos apresenta um problema vivido por uma maior parcela daquela população, ao que se refere à aparente restrição ao consumo de alguns gêneros previamente destinados à exportação; como era o caso do fumo, do açúcar e do café os quais já tinham suas safras destinadas para longe dos mercados da região do recôncavo sul. Aguiar atribuía isso ao fato de que muitas vezes ocorria a aquisição, por parte de empresários, de quase a totalidade das grandes safras de alguns pequenos produtores, embora isso não fosse impedimento para se encontrar em determinadas épocas, nas feiras, ainda que em menor quantidade, aqueles produtos destinados à exportação.

Aguiar segue fazendo uma descrição peculiar das regiões agrícolas e comerciais do Recôncavo Sul, e também, de produtos de maior produção naquela região, sendo nesse caso, o maior deles, a farinha de mandioca, que segundo ele era

(...) o mais avultado produto de exportação; no que fazem excelentes negócios, bem como de café e fumo recebidos das matas de Areia, Amargosa, Laje e Santo Antonio de Jesus, para o que há na freguesia, diversos depósitos. O passadio é muito barato, especialmente do peixe.¹⁶⁷

A partir daí, é que Aguiar nos orienta no “caminho” para entendermos a expressiva representação do cotidiano alimentar das populações recôncavas, assim como, das feiras locais, de forma que não nos resta dúvida quanto à importância desse produto para as populações baianas em todo o século XIX e também ao longo do século XX. Tal era a importância da farinha para os mercados consumidores e exportadores na Bahia, que ela era apreciada por todas as camadas sociais. Era, o produto, sempre presente “tanto nas mesas dos ricos, como na dos pobres, e nas cuias e baldes que os escravos usavam à falta de pratos,

¹⁶⁶ AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 4a ed. Rio de Janeiro. IN L, Brasília Livraria Editora Cátedra, 1979, p. 241.

¹⁶⁷ AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 4a ed. Rio de Janeiro. IN L, Brasília Livraria Editora Cátedra, 1979. p. 243.

constituía a base da dieta comum,¹⁶⁸ conforme afirmara Barickman em seus estudos sobre a economia baiana entre os séculos XVIII e XIX.

Verificamos, porém, que à medida que Barickman analisa a produção de farinha de mandioca, por exemplo, e a sua importância nos mercados baianos, ele nos revela também ser aquele produto, cujas características de consumo não distinguem seus consumidores, o que a torna, de certa maneira, um elemento isonômico social. Aguiar, por sua vez, em sua detalhada descrição sobre o comércio e feiras do recôncavo, também nos remete ao fato da existência de alguns espaços, em pequenos centros urbanos do Recôncavo, destinados à realização das feiras semanais, locais onde o produto de maior incidência era a farinha de mandioca, como na sua descrição sobre as feiras realizadas em Nazareth, onde, segundo ele, “o comércio local é pequeno, porém animado pela feira que ali se faz nas sextas e sábados, quando se expõe ao mercado, além dos cereais, aguardente, tabaco em pó, rapaduras, etc., etc.”¹⁶⁹

Nos dias de sexta e sábado, o movimento comercial em Nazareth sempre era maior, pois na praça do porto realizavam-se as feiras livres. Ao que parece, havia uma constante variedade de mercadorias que chegavam de todo o Recôncavo Sul, transportadas em burros de carga, em canoas, que aportavam às margens do Rio Jaguaripe, ou nos vagões dos trens que chegavam à Estação Central, vindos de outras zonas produtoras, como o município de Amargosa, ponto final da Estrada de Ferro de Nazareth.¹⁷⁰

Essas “zonas” produtoras, do Recôncavo Sul, conforme nos revelam as fontes documentais e orais, atraíam para as suas feiras um número expressivo de trabalhadores que exibiam seus produtos nas feiras, semanalmente realizadas nas praças de cidades como Nazareth, por exemplo, onde a atividade comercial se concentrava na praça do porto e na rua do comércio;¹⁷¹ constituindo-se em um atrativo mercado consumidor e diversificado universo de trabalhadores.

¹⁶⁸ BARICKMAN, Bertude Jude. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1760-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p.96.

¹⁶⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 4a ed. Rio de Janeiro. IN L, Brasília Livraria Editora Cátedra, 1979. p. 243.

¹⁷⁰ Amargosa era o limite da Tram-Road de Nazareth até o ano de 1906, quando o trecho ferroviário foi ampliado, abarcando outros pontos comerciais e agrícolas do Recôncavo Sul, como as vilas e municípios de São Miguel, e Areia.

¹⁷¹ Conforme se observou no livro de notas do cartório de registro imóveis do município de Nazareth, do ano de 1900.

Em 1896, referindo-se àquele município, e sua importância na formação dos “celeiros estaduais”, o engenheiro Afonso Glycério da Cunha Maciel, informava que estando aquela cidade situada à borda do rio de Jaguaripe, possuía uma sólida ponte de pedra e cal, duas serrarias, alambiques e uma importante via férrea que se prolongava até Amargosa, região de extenso plantio do cafeeiro.¹⁷²

A afirmação do engenheiro sobre a organização dos espaços econômicos e produtivos sobre Nazareth e sua região, é interessante na medida em que redesenha o perfil econômico e social de um dos centros mais populosos e economicamente mais ativos da Bahia em fins do século XIX. Sua descrição também nos ajuda a entender como se organizava a economia do Recôncavo, em “tempos” de políticas nacionais de valorização do café; ao tempo em que, verificamos a existência de muitas casas comerciais, em algumas vilas e cidades do Recôncavo Sul, que apresentavam um intenso movimento, colocando à venda, não só o gênero de maior produção no país, o café, como também, produtos chegados de diversos interiores de regiões da Bahia e do Brasil.

Tanto o café, quanto o fumo tinham forte representação na formação da economia baiana, sendo estes produtos considerados como “oficiais” nas exportações do Recôncavo Sul. Tendo-se, por exemplo, dessa diversificada e intensa atividade, a análise de um periódico local do ano de 1901, o qual destinava suas terceira e quarta páginas às propagandas de casas comerciais, cujo nome era: *O Independente*, de 11 de fevereiro de 1901, algumas notas bastante interessantes, sobre suas especialidades e seus sócios proprietários, os quais informavam sobre os produtos ali comercializados e a quem se destinavam os mesmos:

(...) Loja dos Pobres, 29 - Ladeira da Praça. Grande sortimento de cassas, brancas e de cores; fustões brancos e de cores. Sortimento completo de cretones nacionais e estrangeiros. Casimiras para homens, padrões lindos. Sortimento de gravatas e perfumarias, bonecas e chapéus para homem. Artigos de fantasia e enfeites para vestidos. Fazendas grossas e finas. Chitões e bulgarianas.¹⁷³

Em outra nota dessa mesma edição do jornal, publicava-se a propaganda da casa comercial “Armazém de Molhados”, localizada na Rua Barão Homem de Mello, na cidade

¹⁷² Revista do IGHB nº. 07. 1896, pp. 554,555.

¹⁷³ APEBa, *O Independente*, 1901, pp. 3,4.

de Nazareth, do negociante Antonio da Silva Farias, que informava ao público que, naquela casa comercial, existia “um completo e variado sortimento de molhados e cereais, miudezas, drogas, ferragens e outros artigos.”; além de possuir, também, “artigos para marceneiros e pintores, e que também se alugava cortinados para casamentos e bailes. ¹⁷⁴”

Dessa maneira, percebemos que as publicações sobre casas comerciais eram bastante apelativas e demonstravam sempre querer tentar representar os interesses específicos de cada classe social, como por exemplo, no caso da “Loja dos pobres” a qual desafiava a concorrência e ao mesmo tempo parecia sempre vender aquilo que o “consumidor pobre” podia comprar. Não era, porém, aquela a única nota a nos chamar a atenção, temos uma outra que me pareceu bastante apelativa e interessante, também publicada naquele periódico, e que trazia o seguinte convite:

(...) Corram! Vão à casa de molhados de Severiano dos Prazeres que encontrarão todos os artigos tendentes ao ramo acima, como sejam: especial vinho figueira, dito do Porto, cervejas de todas as marcas, especial carne do Rio Grande, dita do Rio da Prata, ferragens, drogas e outros artigos que só com a vista do freguês. Rua do Comércio – 67 – Nazareth. ¹⁷⁵

O meio apelativo utilizado pelo comerciante na propaganda do jornal nos revela as características dos hábitos alimentares da população daquela localidade, ao tempo em que também nos indica a importância dada aos produtos importados, chegados de outras localidades. Verificamos ainda, nessa mesma data, que aquele jornal havia publicado, também, uma nota sobre outro armazém de molhados, este localizado na Ladeira da Praça, nº. 12, e que o seu proprietário, senhor Avelino Muniz de Andrade e Companhia, afirmava possuir, constantemente, naquele estabelecimento, “grande e variado sortimento de massas finas, molhados, louça e ferragens, drogas e miudezas.” Dizia também, naquela nota, ter o sr. Avelino, especialidade em vinhos da figueira, bordeaux colares e do Porto, outras bebidas como conhaque, vermuth e cerveja, além de possuir um depósito de carne seca e farinha de trigo de 1ª e 2ª, armazenadas em barricas e sacos. ¹⁷⁶

A detalhada descrição feita por Aguiar, a respeito do cotidiano do comércio local, em muito se assemelha, às notas, costumeiramente divulgadas nos jornais baianos, assim

¹⁷⁴ Idem, p.3.

¹⁷⁵ Idem, p.4.

¹⁷⁶ APEBa, *O Independente*, 1901, p.4.

como, nos relatórios dos presidentes das províncias, onde se evidenciavam a importância daquela zona produtora para a economia baiana; conforme podemos verificar na mensagem apresentada pela *Meza do Consulado* da Bahia, onde se apontavam os dados referentes àquela zona, demonstrando que a produção da farinha de mandioca já representava o resultado do plantio em torno de 1.058 alqueires e a produção de café atingira 56.707 sacas de café em grãos, exportados entre os anos de 1852 e 1853.¹⁷⁷

Dessa maneira, percebe-se, que havia uma “política interna” de investimentos, realizada por comerciantes e produtores rurais, voltada para aquela região, em face da produção e do desenvolvimento de um modelo econômico, agro-exportador. Verificamos que a manutenção dessas feiras era, portanto, resultado da adoção de medidas constantes desse modelo econômico, destinado a facilitar o escoamento da produção, o que implicava, também, investimentos voltados para a infra-estrutura e urbanização.

Fato curioso é que, desde os meados do século XIX, a cidade de Nazareth apresentava sinais de modernidade, o que dava, a muitos de seus moradores, o orgulhoso sentimento de morar em um dos mais “prósperos” centros econômicos da província da Bahia, de tal maneira, que em 1852, por exemplo, o presidente da província, em discurso realizado na abertura dos trabalhos da Assembléia Provincial, de 1º de março de 1853, relatou àquela assembléia que a câmara municipal de Nazareth foi “a primeira, para não dizer a única que pôs em execução a lei e regulamento sobre o calçamento das ruas, estando por isso, já muito melhoradas as daquela cidade.”¹⁷⁸

6 – Novos comerciantes

Na segunda metade do século XIX, o Recôncavo Sul havia atraído a atenção das autoridades da província para a necessidade de melhoramentos e investimentos em urbanização e modernização das vilas e municípios daquela região, como nos aponta, o registro de plantas, de obras e construções da Bahia,¹⁷⁹ datado de 1900, o qual traz uma série

¹⁷⁷ APEBa, Fala do presidente da província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins (1852), p.?

¹⁷⁸ Idem, p.52.

¹⁷⁹ APEBa, *Agricultura*, 2520.

de informações sobre o local, o tipo e data das obras realizadas no estado, e quem eram os seus responsáveis.¹⁸⁰

Ainda que se constituísse em meio importante para a economia local, a instalação, dessas empresas, podia depender da aprovação do Conselho Municipal, onde se exigia do empresário a feitura de uma solicitação, a qual deveria ser devidamente encaminhada, àquele órgão; o que nem sempre garantiria o deferimento desses pedidos, conforme podemos constatar na leitura das atas do conselho e nos livros diários da Intendência .

Apesar de comumente encontrarmos, nesses livros, pedidos de alvarás de licenças para abertura de novas casas ou atividades comerciais – conforme podemos verificar nos registros da Intendência municipal – havia casos, em que esses pedidos, foram negados, como ocorrera em 1º de maio do ano de 1900, por exemplo, quando o intendente municipal de Nazareth, em resposta à petição, do negociante Manoel João do Bonfim, datada de 27 de abril daquele ano, o qual solicitava um alvará para construção de um quiosque na praça do porto daquela cidade. Em resposta, o intendente informou ao peticionário que,

(...) como se trata de obra nova nesta cidade, fora das que comumente se tem feito em lugar próprio às feiras semanais, entendeu esta Intendência levar o assunto ao estudo habilitado deste conselho. Apresento-vos os meus protestos de consideração, saúde e fraternidade. O intendente, Eurico Joaquim da Matta.¹⁸¹

Naquele mesmo mês, no dia 25, em resposta ao pedido daquele negociante, o intendente municipal, sem dizer o motivo, mandava fazer constar, que a autorização pretendida, não passara pela aprovação do Conselho Municipal. Isso, porém, não era impedimento para que novos serviços e novas formas de trabalho e emprego fossem criados

¹⁸⁰ Segundo o registro, existem plantas de 1850, referentes ao Cais da Cidade de Nazareth, tendo como responsável, o construtor Carlos; de 1876, da Casa de Câmara da cidade de Nazareth, assinado pelo engenheiro Afonso Glycério; em 1856, o Cemitério da Aldeia, por Manoel Silva; desse mesmo ano, da Câmara e cadeia da cidade de Nazareth, feita pelo engenheiro italiano, Baggi; e outras duas, uma de 1852, assinada pelo Engenheiro Aguiar e outra anterior, de 1845, assinada pelo Engenheiro Weyll. Ainda constam como plantas e projetos de construção, datados de 04 de julho de 1893, referentes a Estação Luiz Vianna e Ponto de parador José Antonio Costa, das obras da Estrada de Ferro de São Miguel a Areia, assinadas pelo Engenheiro Netto; da Estrada de Ferro de Areia à Jequié, datada de 1905 e assinada pelo engenheiro A. Portella Passos; uma planta datada de 1848, referente ao cais da praça de Nazareth; um projeto do cemitério de Nazareth, datado de 1859; a planta de uma ponte sob o Rio Jaguaripe, datada de 1848; além de uma planta do prédio com projeto de melhoramento para a cadeia e câmara na cidade de Nazareth.

¹⁸¹ APMN, Livro de registro da Intendência de Nazareth, ano de 1900.

ao longo de mais uma década, aumentando, de forma bastante significativa, a arrecadação proveniente das atividades comerciais.

As arrecadações de Cidades como Nazareth e Santo Antonio de Jesus representavam, juntas, uma importante “fatia” da economia baiana, daquele período. Somente no ano de 1903, por exemplo, o município de Santo Antonio de Jesus havia fechado seu ativo e passivo, ambos com os valores de 316:669\$504 (trezentos e dezesseis contos, seiscentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quatro réis). O seu ativo pode ter sido resultante, em boa parte, das arrecadações advindas do matadouro municipal, o qual foi responsável por uma arrecadação que rendeu, aos cofres públicos municipais, a quantia de 58:030\$580 (cinquenta e oito contos, trinta mil, quinhentos e oitenta réis), seguida da arrecadação dos impostos do mercado municipal, que atingiram a cifra de 20:574,020 (vinte contos, quinhentos e setenta e quatro mil, e vinte réis).

Outro dado importante que encontramos é sobre a tributação do cemitério de Santo Antonio de Jesus, que correspondia ao total de 5,7% da arrecadação, naquele ano de 1903. Ainda, verificando o livro de registros do Cemitério daquele município, os dados encontrados, nos apontam para o fato, de que o número de óbitos ocorria em proporção maior de indivíduos do sexo masculino, com idades entre 0 e 12 anos, e dois terços desses óbitos ocorriam entre negros e pardos, vitimados, em sua maior parte, de febres palustres.¹⁸²

Em Nazareth, ao que parece, não era diferente de Santo Antonio de Jesus. Nos livros de registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia, instituição que administrava o cemitério “Nosso Senhor dos Aflitos”, constam os nomes de alguns indivíduos, que ao adquirirem túmulos “perpétuos”, pagavam valiosas quantias, por isso. Constam, também, naqueles registros, os nomes de vítimas pobres, que foram enterradas em terras localizadas nos fundos daquela instituição, como é o caso do africano, liberto, Paulo Corrêa da Costa, maior de 60 anos de idade e casado, que fora sepultado no dia 23 de dezembro de 1887, vítima de moléstia interna.¹⁸³

¹⁸² APMSAJ, Livro de registro de óbitos do ano de 1894.

¹⁸³ Santa Casa de Misericórdia de Nazaré (SCMN): Livro de registro de óbitos, nº. 40.

Assim como verificamos que o africano liberto Paulo fora, ali, enterrado, também encontramos no ano seguinte, em 5 de fevereiro de 1888, o registro de sepultamento do cadáver de Teresa, africana liberta, solteira, maior de 50 anos de idade, falecida repentinamente.¹⁸⁴ Em seguida, constatamos, no registro do dia 6 de fevereiro de 1888, o sepultamento do cadáver de Archângela, crioula, com 21 anos de idade, solteira, e escrava. Tendo essa, como *causa-mortis*, moléstia pulmonar.¹⁸⁵

Os livros de registros de ocorrências de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Nazareth se constituíram, em um importante meio de contabilizar e descrever as causas de muitas mortes, sendo de conhecimento, daquela comunidade, o fato de que boa parte da população trabalhadora local era composta de uma maioria de cor, formada por indivíduos negros e mestiços e, que estes, constantemente, são mencionados nos relatórios da irmandade.

Os nomes desses indivíduos aparecem, ora “enfileirando” as listas de enfermos, nas muitas despesas com filantropia, a que aquela instituição se propunha a fazer, ora com a prestação de serviços, conforme encontrado nos registros e nas declarações, das reuniões realizadas entre os sócios – colaboradores e “irmãos” da Santa Casa; gente de posses e dinheiro, que exploravam o comércio e os serviços diversos daquele cotidiano, em terras do Recôncavo Sul.

O cotidiano daquele local pode ser entendido, primeiramente, a partir da interpretação dos registros financeiros, onde se verifica um número expressivo de homens e mulheres que circulavam desde os centros comerciais daquelas cidades do Recôncavo Sul, até os mais recônditos bairros, distritos e vilas; montados ou a pé, transportando ou carregando, tudo o que podia ser vendido ou comprado, enfim, mercadejando desde alimentos, madeiras, serviços diversos, tecidos e materiais para construção, ou seja, tudo o que pudesse ser vendido, produzindo cenas bastante peculiares daquele cotidiano de significativa movimentação populacional.

¹⁸⁴ Santa Casa de Misericórdia de Nazaré (SCMN): Livro de registro de óbitos, nº.41.

¹⁸⁵ Idem, nº.42.

Observa-se, porém, nessa intensa movimentação populacional que a atividade comercial e urbana, realizada ali no Recôncavo, era fator preponderante para o surgimento de uma demanda por novas formas de trabalho, o que também implicava o redimensionamento das ações públicas nesses municípios, exigindo-se das autoridades um “forte” controle social e uma maior vigilância nos espaços de grande circulação, o que também revela, em certos momentos, a existência de uma “perfeita” dinâmica social, imprimindo-se, a partir daí, um ritmo acelerado e contínuo de mudanças.

O cenário dos mundos do trabalho no Recôncavo Sul, em fins do século XIX e início do XX, pode ser descrito pela intensa movimentação de homens e mulheres que chegavam de todas as partes, vendendo, transportando, carregando, limpando, consertando. Enfim, gente trabalhadora de todas as idades, de todas as categorias, de todos os ofícios, tanto da cidade quanto do campo. Era, portanto, um universo de trabalhadores formado por todos aqueles que se deslocavam para Nazareth, a fim de sobreviverem do que plantavam, do que vendiam e do que compravam. Dessa maneira, terminavam por constituir o peculiar cotidiano de uma sociedade, que não só era composta de “atores sociais” que viviam e criavam, as mudanças exigidas em nome do desenvolvimento agrícola, comercial e urbano de uma região, como também, daqueles que, a todo instante, recriavam o cotidiano, a partir de suas práticas, como forma de sobrevivência, embora, não possuissem certos direitos, como o do voto, por exemplo.

7 – Os censos eleitorais de 1893 e 1894

No final do século XIX, à proporção que a agricultura se fortalecia, em nome do progresso material, novas estradas e caminhos eram abertos, como meio de escoamento da produção do Recôncavo Sul. Dessa maneira, também cresciam as novas formas de trabalho que, por sua vez, demandavam uma maior especialidade, quer fosse na recém-chegada “indústria moderna”, quer fosse no campo, nos serviços de transportes, ou comunicação. Em todas as áreas de produção, exigia-se certo aperfeiçoamento e adequação às novas práticas de trabalho, introduzidas pelo capital e reinventadas por uma classe trabalhadora livre que já ia sendo construída antes mesmo da abolição.

Embora não possamos avaliar com precisão o tamanho e a proporção de trabalhadores livres que executavam atividades de diferentes graus de complexidades no Recôncavo Sul, no período pós-abolição, algumas fontes trazem, embora não sistematicamente, significativas informações a respeito dos trabalhadores livres dessa região, em fins do século XIX. Recorremos, assim, aos livros de registro de “alistamento eleitoral” dos Municípios de Nazareth e Santo Antonio de Jesus, dos anos de 1893 e 1894, respectivamente. Essas fontes podem ser entendidas como uma espécie de procedimento ao cadastramento ou recadastramento eleitoral. Nesses registros, foi possível encontrar nomes de indivíduos de diversas categorias sociais que se encontravam aptos ¹⁸⁶ ao “alistamento” para as eleições a serem realizadas naquele ano de 1894. As informações encontram-se distribuídas em tabelas onde consta sempre, o nome, a idade, filiação, estado civil, profissão, domicílio, data do alistamento e forma de alistamento (recadastrado ou novo alistado), discriminando, dessa forma, cada eleitor.

Para uma maior compreensão das informações contidas naqueles registros, e tomando por base a idade dos eleitores até o ano de 1893, pude presumir a data de nascimento de cada um deles até o período do referido “alistamento eleitoral”. Para a mensuração das categorias, estabeleci critérios de escolha baseados na profissão, estado civil e domicílio, a fim de classificá-los e quantificá-los, como meio de tentar reconstruir as trajetórias e analisar os espaços de circulação desses indivíduos.

No registro eleitoral do município de Nazareth¹⁸⁷, para as eleições do ano de 1894, constam espaços para 320¹⁸⁸ eleitores, sendo que desses, apenas foi possível identificar um total de 265 indivíduos cadastrados. Ainda assim, desses, apenas 237 tinham sua profissão expressamente definida,¹⁸⁹ assim como o local onde residiam, a filiação, idade e outras informações, de uma população votante que representava algo em torno de 1,5% da população daquele município.

¹⁸⁶ De acordo com a lei eleitoral nº. 10 de 21 de janeiro de 1892.

¹⁸⁷ Estão inclusos também, os eleitores dos distritos do Onha, Rio Fundo, Jaguaripe e Aratuípe.

¹⁸⁸ APMN: Livro de registro do alistamento eleitoral para o ano de 1893. p. 6.

¹⁸⁹ Não foi possível identificar as profissões de 27 alistados, por terem sido arrancadas as páginas que traziam essas informações. Ainda assim, poder-se-á presumir que havia entre os demais trabalhadores, um número maior de artistas.

Como poderemos observar na Tabela 1, há o predomínio de “artistas” em meio a outras categorias de trabalhadores. Isto nos permitiu fazer uma análise em termos estatísticos, bastante interessante, em relação a composição daquela sociedade em fins do século XIX.

Tabela 1.Distribuição das categorias do município de Nazareth , de acordo com o censo eleitoral do ano de 1893.

Profissão	Quantidade
Artistas	109
Empresa Tram-Road	10
Caixeiro	7
Médico	5
Proprietário	7
Empregado Municipal	10
Maquinista	2
Negócio	54
Farmacêutico	3
Professor Público	2
Escrivão de subdelegacia	1
Juiz preparador	1
Oficial do registro	1
Tipógrafo	1
Oleiro	4
Escrivão	1
Engenheiro	1
Bacharel	1
Lavoura	11
Guarda Livros	1
Promotor público	1
Tabelião	1
Magistrado	1
Marítimo	2
Profissão não encontrada	27
Operário	1
Sem cadastro	55
Total –	320

Ao analisarmos o censo eleitoral realizado no ano de 1893, na comarca de Nazareth, observamos que o número de artistas era bastante expressivo, pois representavam basicamente mais de 1/3 da população alistada para as eleições daquele ano. A terminologia Artista era bastante genérica, utilizada para representar categorias específicas de trabalhadores, dentre as quais, pedreiros, pintores, carpinteiros, marceneiros, sapateiros e outros tantos ofícios ou profissões. As definições do termo “artista” aparecem desde o século XVI, distinguindo “artistas” de “artífices”, vigorando ainda no século XIX, quer pela

especialização problemática, quer por propósito enobrecedor dos artífices executores, em artistas criadores.¹⁹⁰

Pudemos perceber que essa categoria de artistas nem sempre aparece bem discriminada quanto às especialidades de seus membros, nas fontes primárias, não sendo possível determinar qual a função exercida por cada artista; se pintor, pedreiro, marceneiro ou outro ofício. Porém, percebemos também, que esta ausência de descrição minuciosa e precisa da profissão, se dava pela garantia de *status-quo* que o termo “Artista” podia representar ou significar, naquele universo do trabalho, formado por dezenas de categorias.

8 – Os Artistas

Vale a pena ressaltar que boa parte dos artistas que aparecem no alistamento eleitoral do ano de 1893 tinha seu nome inscrito em agremiações ou sociedades de auxílio mútuo¹⁹¹ que, até determinado ponto, ao menos lhes garantia certo “prestígio” e uma maior circulação por espaços que não os seus, de costume. É curioso constatar que, apesar de o mundo rural ser bem mais representativo numericamente, no Recôncavo Sul, em fins do século XIX, algumas categorias de trabalhadores urbanos, como a dos artistas, por exemplo, apareciam bem mais organizadas, em termos de representação de classe, que outras. Isso, talvez se devesse ao fato de que se tentava buscar semelhanças com outros trabalhadores de outras regiões que já possuíam entidades com fins de sociedade e representação classista¹⁹². Não foram poucos os trabalhadores que, mesmo exercendo atividades diferenciadas, buscavam se cadastrar como artistas junto a entidades como a Sociedade Monte Pio dos Artistas Nazarenos, conforme veremos no capítulo adiante.

Para melhor entender, a forma como esses grupos estavam organizados, faz-se necessário conhecer os espaços de convivência, como por exemplo, o domicílio desses eleitores, que praticamente estavam reunidos por categorias nas mesmas ruas ou bairros. Do censo eleitoral, no município de Nazareth, naquele ano de 1893, pode-se perceber que quase

¹⁹⁰ COSTA E SILVA, Maria Conceição Barbosa da. *O Montepio dos Artistas: Elo dos Trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia; Fundação Cultural; EGBA, 1998. p.24.

¹⁹¹ O periódico jornal, “O Regenerador” publicara uma relação do número de membros do Montepio, no ano de 1897.

¹⁹² No capítulo posterior faremos uma breve análise das atas de reuniões da SOMAN (Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos), fundada em 14 de julho de 1861.

toda uma categoria morava nas Ruas da Fontinha de Baixo e do Comércio. Havia, nessas duas ruas, uma maior concentração de artistas, gente de todas as artes e todos os ofícios, em uma área estritamente comercial, onde se verificava grande circulação de trabalhadores pobres, que se deslocavam de áreas insalubres do município de Nazareth e região vizinha.

Aanteriormente, vimos a importância do registro feito pelo viajante, que em sua passagem pelo interior da Bahia, em 1882, enquanto exercia o posto de Capitão, e encarregado de inspecionar os destacamentos situados no centro da província, Durval Vieira de Aguiar acabou por levantar dados diversificados, sobre os municípios e vilas baianas; o que resultou em detalhado e descritivo livro, publicado pela primeira vez em novembro de 1889.

Entendemos também que, mesmo tendo Aguiar representado o “olhar oficial” do Estado, negligenciando, dessa forma, quanto à exposição de alguns dados importantes sobre as sociedades Baianas, não podemos negar que o trabalho descritivo feito por ele contribuiu, de certa maneira, para o entendimento das características de alguns pequenos, mas importantes centros da economia da Província, o Recôncavo Sul. Seguindo a sua descrição sobre municípios como: Nazareth, Jaguaripe e Santo Antonio de Jesus, diante da importância econômica dessas cidades, em fins do século XIX, Aguiar já apontava para alguns dados importantes a respeito do processo de urbanização por que passara o município de Nazareth, em fins do século XIX, e da concentração da população pobre e trabalhadora ali residente. Na descrição parcial que fizera, o viajante afirmara que:

(...) a praça e o cais são pequenos, porém calçados. O palacete municipal é visto se bem que de poucos cômodos, tendo no pavimento térreo a cadeia e o quartel para o respectivo destacamento. Adiante, quase contígua, eleva-se a grande e velha Matriz, ficando na entrada da cidade o bairro do Camamu, onde residem os pescadores e a população pobre.¹⁹³

À medida que descrevia características físicas do município, o viajante contribuía para informar, por exemplo, a respeito da concentração da massa pobre da população de Nazareth em fins do século XIX, sendo a única fonte com informações tão diretas, a que tive contato de início.

¹⁹³ AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 4a ed. Rio de Janeiro. INL, Brasília, Livraria Editora Cátedra, 1979, p. 239.

Algumas fontes oficiais, como os relatórios dos presidentes da província, por exemplo, não apontavam, de forma eficiente, para existência desses dados, tampouco, os relatórios da Intendência municipal de Nazareth, ou jornais, que ali circulavam apontavam para o fato de que em um bairro, como o Camamu, por exemplo, aparecesse como o lugar em que eu podia achar os nomes de seus moradores, que, com suas peculiaridades, me levariam aos nomes de indivíduos, pertencentes àquelas categorias de trabalhadores que eu pretendia encontrar.

Analisando o censo eleitoral do vizinho município de Santo Antonio de Jesus, realizado em 1 de janeiro de 1894, conseguimos identificar alguns trabalhadores, seus domicílios, idades, filiação e suas profissões, da mesma forma que fizemos ao analisarmos o censo de 1893, no município de Nazareth.

Tabela 2. Distribuição dos trabalhadores no Censo eleitoral da Cidade de Santo Antonio de Jesus, em 1894.

Profissão	Quantidade
Artistas	72
Caixeiro	18
Médico	3
Padeiro	3
Empregado Municipal	7
Empregado da Estação	3
Negócio	166
Farmacêutico	1
Professor Público	1
Advogado	2
Juiz preparador	1
Oficial de justiça	2
Fiscal	1
Empregado	4
Lavoura	176
Tabelião	1
Vigário	1
Sacerdote	1
Total –	463

Como se pode ver, havia uma maior concentração de lavradores, e, segundo o alistamento, muitos deles residiam nos bairros da Maria Preta e do São Benedito, e nos

arraiais de Taytinga, Casco Grande, Tabocal, Riachão e no Distrito do “Rio da Dona”.¹⁹⁴ Enquanto em Nazareth, no Censo eleitoral do ano de 1893, o número de artistas representava a maioria dos eleitores, no município de Santo Antonio de Jesus, emancipado há cinco anos, o quadro de trabalhadores era bastante diverso daquele primeiro.

Sobre as diferenças existentes, entre esses dois municípios, constata-se, no censo eleitoral realizado nos anos de 1893 e 1894, naqueles municípios, que o número de artistas em Santo Antonio de Jesus era de 72, de um total de 463 eleitores¹⁹⁵, enquanto que em Nazareth, esse número era de 109, do total de 237 eleitores cadastrados e com profissão identificada¹⁹⁶. Ou seja, em Nazareth o número de artistas equivalia a 45,9% dos eleitores, enquanto que em Santo Antonio de Jesus esse número correspondia a 15,5%, dos eleitores daquele município. Percebe-se, também, que o mundo rural era bem mais representativo nas eleições em Santo Antonio de Jesus, que contava com o número de 176 homens que se diziam lavradores, e, portanto, representavam a maioria da população apta para as eleições naquele município.

Uma investigação minuciosa, a partir do cruzamento de informações nos Cartórios de Registro de Imóveis e Registros Cíveis se fez necessária para dar sentido à descrição de Aguiar¹⁹⁷, no que se refere à localização da massa pobre do município de Nazareth. Percebemos, a partir de então, que dos registros de imóveis realizados entre os anos de 1896 e 1897, cerca de 74% correspondiam a propriedades rurais, desde sítios a fazendas ou até mesmo de pequenas casas construídas na zona rural onde se apresenta uma maior concentração populacional. Isso, porém, não era fator determinante, tendo em vista alguns proprietários de imóveis da zona rural possuíam, pelo menos, uma casa na Cidade. Os imóveis localizados nas áreas urbanas sempre aparecem relacionados nos livros de impostos da décima urbana, ou no registro do cartório de imóveis, em menor número.

¹⁹⁴ Cf. Livro de alistamento eleitoral de Santo Antonio de Jesus, ano de 1894.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Deve-se entender como número parcial vez que não foi possível realizar a identificação de outros artistas cadastrados naquele censo realizado em Nazareth, embora conste a filiação, o domicílio e a profissão.

¹⁹⁷ Ainda não foi possível também, identificar os espaços de moradia desses indivíduos. Isso demandaria a finalização do cruzamento de dados nos livros do Cartório de Registro de Imóveis, com os livros de impostos da Intendência Municipal. Ambos já fotografados e em processo de digitação.

Outro objeto de análise foi o livro de registro de batismos da paróquia de Nazaré, no qual verificamos cerca de 2400 nomes. Desses, em apenas 45 foi possível identificar a profissão e em 1218, a etnia, restando 1182 nomes em que não aparece a identificação étnica.

Tabela 3. Batismos realizados na paróquia de Nazareth, entre os anos de 1896 e 1907.

Profissão dos pais	Pardos	Pretos	Branco s	Sem identificação	Masculino e feminino
38 artistas	866	212	140	1182	1254/1146
7 outras	-	-	-	-	-

O pequeno, mas diversificado universo de trabalhadores livres do Recôncavo Sul, representado pelos “censos eleitorais” de 1893 e de 1894 contrasta com o número de pessoas que apareciam nos registros de batismo, casamento e óbito¹⁹⁸. Entende-se, porém, que essa diferença se dava em razão do número de eleitores ser representado por uma pequena parcela de alfabetizados, apesar de o número de escolas primárias ser bastante significativo naquela região, se considerarmos os registros de escolas municipais, citados nos livros de arrecadação e registro de indústrias e profissões tanto do município de Nazareth quanto de Santo Antonio de Jesus.

9– Outros trabalhadores

Entre os anos de 1900 e 1901, verificamos nos livros de registros das Intendências municipais, tanto de Nazareth, quanto de Santo Antonio de Jesus a existência de várias escolas municipais. Encontramos em Nazareth, pelo menos, 13 escolas públicas primárias, sendo algumas do sexo masculino ou feminino e outras mistas. À medida que examinamos as fontes, também verificamos outras 10 escolas na região de Santo Antonio de Jesus e seus distritos. Foi possível até mesmo saber quantas crianças de cada sexo freqüentavam aquelas escolas, por meio da análise de alguns diários de classe existentes no arquivo daquele município, de forma que aqueles diários nos revelaram um número bastante acentuado de garotas freqüentando as escolas, muito superior ao número de garotos.

Como em outras situações vistas aqui, nesses livros de registro, aparecem os nomes de professores e professoras solicitando o pagamento de seus salários e vencimentos

¹⁹⁸ Livro de óbito do município de Nazareth. 1896.

referentes às semanas ou quinzenas trabalhadas. Aparecem, também, os nomes de proprietários de imóveis requerendo da administração pública o pagamento dos aluguéis de seus prédios que serviam de escola ou a alguma repartição pública do município.

Em 2 de junho de 1900, por exemplo, consta o pedido feito por Genésio Pinto Icó, o qual solicitava do intendente a quantia de três mil réis referentes a um burro, fornecido para a carroça do asseio¹⁹⁹, destinado também ao transporte de materiais para uma escola daquele município. Consta também o pedido de Thiago Manoel Escolástico, professor da aula noturna, do pagamento da quantia de 30\$000, (trinta mil réis), referentes à gratificação do mês de maio. Naquela mesma data, pedia também pagamento, Jerônimo Emiliano Moreira de Pinho, da quantia de 157\$800, (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos réis), referentes aos serviços dos trabalhadores da Canalização do rio Jaguaripe²⁰⁰.

Consta também, daquela data, o pedido do italiano Durval Bramont²⁰¹, encarregado, pertencente à folha de funcionários da Estação da Rua de Cima, no valor de 35\$300, trinta e cinco mil e trezentos réis, e, de Lúcio Gomes da Silva, pedindo ao Conselho Municipal o pagamento da quantia de 49\$140, (quarenta e nove mil, cento e quarenta réis), de diversos objetos consertados para iluminação pública²⁰². Ainda no dia 5 daquele mês de junho, o administrador Pedro de Souza Ramos solicitava do Conselho municipal a quantia de 400\$000, quatrocentos mil réis, referentes às publicações daquela Intendência, nos meses de fevereiro a maio em um periódico local.²⁰³

O pagamento de alguns trabalhadores que executavam serviços e obras públicas se dava mediante um atestado conferido pelo intendente municipal, o qual atestava a atividade executada por aqueles profissionais, habilitando-os, dessa maneira, para o recebimento de seus salários. Em 2 de junho de 1900, por exemplo, constam alguns pedidos de atestados, como o da professora Maria Felicidade da Conceição Freire, da escola do Batatam, a qual lecionava para o sexo masculino; consta, também, o pedido da professora Bernarda Augusta da Silva Freire, que lecionava para o sexo feminino naquela mesma escola.²⁰⁴

¹⁹⁹ APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.11.

²⁰⁰ Idem, p.12.

²⁰¹ Ao que parece, aquele italiano já morava em Nazareth, fazia algum tempo. Consta seu nome no livro de óbitos daquele município, datado do ano de 1903.

²⁰² APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.12.

²⁰³ Idem, p.12 v.

²⁰⁴ Idem.

Observa-se, porém, que havia uma divisão das salas de aula pelo gênero. Embora houvesse, na cidade de Nazareth, e, em alguns distritos, salas de aulas mistas, como era o caso das escolas do arraial do Taytinga e do arraial do Pastinho, onde lecionavam a professora Adelaide do Amor Divino Campos, a qual requereu, em 7 de junho do ano de 1900, o pagamento de seus vencimentos, correspondentes aos meses de abril e maio daquele ano ²⁰⁵, e da professora Mathilde da Costa Wiener, a qual pedia em 3 de julho daquele mesmo ano, atestado de exercício do magistério durante o mês de junho. ²⁰⁶

Os prédios onde funcionavam essas escolas pertenciam ao cidadão Reinaldo Ferreira Lima, o qual havia celebrado um contrato de aluguel com aquela Intendência em 7 de junho 1898, no valor de 15\$000 (quinze mil réis), mensais e que fora renovado em janeiro de 1900. ²⁰⁷

Em 8 de junho de 1900, Manoel João do Bonfim, o qual tivera seu pedido para construção de um quiosque, negado em abril daquele mesmo ano, pedia à Intendência municipal autorização para abrir uma “quitanda” à praça do porto, região bastante movimentada e cujo espaço era muito disputado, em face da intensa circulação de pessoas chegadas do Baixo Sul; que se hospedavam em hotéis de Nazareth, com destino à capital baiana. Tudo indica que o negociante refizera o seu pedido anterior, utilizando-se da estratégia de mudar o nome de quiosque para quitanda, tendo seu segundo pedido atendido.

Um fato, porém, bastante curioso foi o pedido do cidadão Antonio Ribeiro de Almeida, datado de 20 de junho, que, se encontrando encarcerado na cadeia daquele município e tendo em vista que a sua condição de preso, solicitou do intendente que lhe fossem dadas, “as diárias a que tinha direito, pela respectiva lei municipal. ²⁰⁸” Situação não muito diferente, foi o fato ocorrido em 1904, na Comarca de Monte Santo, também na Bahia, onde os presidiários daquele local, sem recursos financeiros e presos há três anos, estando,

²⁰⁵ APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.13.

²⁰⁶ Idem, p.16.

²⁰⁷ Idem, p.17.

²⁰⁸ APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.17.

porém, os seus processos já concluídos, clamavam por julgamento, embora o juiz tentasse “justificar a não convocação do júri, por se sentir coagido no exercício do cargo.”²⁰⁹

Ao que parece, Antonio Ribeiro não só conhecia a sua condição de preso, como também exigia direitos garantidos pela lei, demonstrando que os conhecia e requisitando recursos da Intendência que prontamente mandou-lhe pagar. Naquele mesmo dia 20, o cidadão José Raymundo Sampaio informava à Intendência que desejando começar um pequeno fabrico de sabão à rua dos coqueiros, e, não podendo fazê-lo sem o consentimento do intendente, solicitava para que o tributo relativo àquela atividade fosse cobrado somente no 2º semestre²¹⁰.

Percebe-se que, sendo alguns serviços de natureza pública, boa parte deles era realizado por empresas terceirizadas, com contratos que eximiam a Intendência municipal de responsabilidades diretas com os trabalhadores. Até mesmo alguns serviços nas estações de trem e de publicação do expediente, das leis e resoluções do conselho municipal, eram de responsabilidade de empresas, prestadoras de serviços, conforme se verifica no pedido feito pelo Cidadão Viriato da Silva Lobo, redator chefe do jornal “O Município”, da cidade de Santo Antonio de Jesus, que requeria da Intendência de Nazareth, a quantia de 73\$400 (setenta e três mil e quatrocentos réis), pela publicação de seis editais com 367 linhas a 200 réis, cada, nas edições nº. 15 ao nº. 19, correspondentes aos meses de janeiro a maio daquele ano.²¹¹

No dia 30 de junho, o marceneiro Augusto Coelho da Silva aparece pedindo àquela Intendência a quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), referentes a 6 camas que fez para o quartel daquela cidade a 25\$000 (vinte e cinco mil réis), cada²¹². Pediu também a quantia de 12\$500 (doze mil e quinhentos réis), o canoeiro Antonio Muniz, referentes a cinco canoas de areia, colocadas para aquela Intendência, no valor de 2\$500, cada.²¹³ No mês seguinte, no dia 3, o funcionário da iluminação pública do distrito do Onha, José Nicolau dos Anjos, solicitou da Intendência a quantia de 343\$600 (trezentos e quarenta e três

²⁰⁹ Bahia, Assembléia Legislativa. *Bahia de todos os fatos, cenas da vida republicana*, 1989-1991. Salvador, 1996, p.57.

²¹⁰ APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.14.

²¹¹ APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.15.

²¹² Idem.

²¹³ Idem, p.16.

mil e seiscentos réis), para compra de querosene e tubos²¹⁴, destinados aos serviços naquela localidade. José Nicolau, assim como outros acendedores de lampião, era encarregado de dar manutenção nos lampiões públicos. Sua função era não deixar faltar iluminação pública nas ruas, pontes e praças. Cabia a ele, acender e apagar os lampiões a querosene, dependurados em postes de ferro ou de madeira, dispostos por todo aquele distrito. Verificamos que o intendente de Nazareth, destinou para o ano de 1901, uma verba de 1:620\$000 (um conto, seiscentos e vinte mil réis) para o pagamento de vencimentos, dos 4 acendedores responsáveis pela iluminação pública de Nazareth, Onha e Rio Fundo.²¹⁵

As fontes nos indicam que o cenário daqueles centros urbanos do Recôncavo Sul era bastante diversificado. Ao que parece, podia se encontrar, pelas ruas, gente que vivia de tarefas bastante peculiares, que atendia a necessidades diárias de homens e mulheres em busca de produtos e serviços. Via-se, desde vendedores de alimentos, com seus tabuleiros, engraxates com suas caixas, barbeiros itinerantes, meninos carregadores, vendedores de lenha e carvão, á espera de sua clientela em pontos estratégicos, ou indo de casa em casa, oferecendo seus produtos.

A ausência de um sistema de iluminação, à energia elétrica²¹⁶, e, de abastecimento de águas, por meio de dutos e canais, muito influenciava, para que o cotidiano fosse redesenhado, a cada instante; pois, ao que parece, era comum encontrar homens sem camisa, ou mulheres com torços e rodilhas na cabeça, carregando água, tanto para particulares, como para repartições públicas, ou se dirigindo à beira do rio, com trouxas de roupas, para lavar.

No mês de junho, por exemplo, no dia 5, durante as obras de construção do cais da cidade de Nazareth, os cidadãos Fausto dos Santos e Manoel Celiciano da Purificação, pediam à câmara municipal, o pagamento dos serviços prestados àquela Intendência . O primeiro, solicitava a quantia de 10\$000, (dez mil réis), referentes ao carroto de duas medidas de pedra e o segundo, a quantia de 51\$500, (cinquenta e um mil e quinhentos réis),

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Idem, p.66.

²¹⁶ O periódico Diário da Bahia de 20 de dezembro 1905, publicava a notícia de que “O Sr. Francisco Marques, membro da comitiva de José Marcelino e representante da Casa Guinle & Cia., assina, com a Intendência Municipal de Nazaré, na pessoa do Coronel José Pimentel de Barros Bittencourt, o contrato para a iluminação daquela cidade a luz elétrica, mediante o aproveitamento das forças hidráulicas das cachoeiras do Rio Jaguaripe. Essa mesma informação foi dada na “Mensagem governamental” de 7 de abril de 1906.

referentes a materiais e conduções, àquelas obras²¹⁷. No dia 13, encontra-se o pedido do cidadão, Antônio de Magalhães, em que pedia a Intendência municipal a quantia de 6\$160, (seis mil cento e sessenta réis), referentes a 12 cargas de barro a \$280 (duzentos e oitenta réis), cada e 28 barris de água, a \$100 (cem réis), cada.²¹⁸

Em 3 de julho de 1900, o aguadeiro Pedro Motta fazia dois pedidos à Intendência municipal. O primeiro, da liberação da quantia de 4\$400, (quatro mil e quatrocentos réis), referentes a cargas d' água que forneceu à diversas repartições, durante os meses de abril, maio e junho, a \$400 (quatrocentos réis), cada. O segundo, na quantia de 3\$200, (três mil e duzentos réis), referentes a 8 cargas d'água para a Arrecadação Municipal, nos meses de abril, maio e junho. Ainda no mês de julho, no dia 7, constam os pedidos de Augusto Coelho da Silva, pedindo o pagamento da quantia de 20\$000, (vinte mil réis), do conserto de duas carroças daquela Intendência e de Fausto Tinta, pedindo a quantia de 20\$000 referentes ao carroto de 4 medidas de pedra a 5\$000 (cinco mil réis), cada.²¹⁹. Pedia também o pagamento da quantia de 10\$000, (dez mil réis), no dia 13 de julho, o cidadão Antonio Juvêncio, referentes a 04 canoas de areia, ao preço de 2\$500, (dois mil e quinhentos réis), cada²²⁰e outro pedido, do dia 28 de julho, no valor de 12\$500, (doze mil e quinhentos réis), referentes a 5 canoas de areia.²²¹

Algumas atividades, porém, tinham o pagamento determinado com intervalos de tempo bem maiores que o de serviços realizados por carregadores e outros prestadores de serviços. Os professores, por exemplo, recebiam seus vencimentos a cada 3 meses, desde que solicitassem da Intendência , um atestado, comprovando a atividade exercida por eles, professores. Em 13 de julho, por exemplo, as irmãs Alice de Oliveira Lobo e Emília de Oliveira Lobo pediam à Intendência que atestasse o exercício de suas funções, como professoras, uma da classe do sexo feminino e a outra, da classe do sexo masculino, pelo exercício do magistério referente ao mês de junho do ano de 1900 no arraial do Onha.²²²

²¹⁷ APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.12.

²¹⁸ Idem, p.14.

²¹⁹ Idem, p.17.

²²⁰ Idem, p.20.

²²¹ APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.24.

²²² Idem, p.20.

Esses são alguns pedidos de pagamento que nos chamam a atenção pela pouca periodicidade, como os pedidos dos professores Bernardo Antonio Simas, da 1ª cadeira municipal, e Amália Holtz dos Santos, da 1ª cadeira do sexo feminino, que naquele ano de 1900 solicitavam da Intendência os atestados de suas frequências no mês de setembro daquele ano, como forma de receber os salários devidos. Percebe-se, porém, que este mesmo professor, também pedia o pagamento da quantia de 195\$100 (cento e noventa e cinco mil e cem réis) para compra de gás para iluminação do Onha e de 3 meses de trabalho,²²³ o que nos leva a crer na duplicidade de tarefas que ele exercia.

Em 17 de julho, o proprietário de barcos, Antonio Martins de Almeida Sampaio, desejando edificar mais um guindaste no cais do porto de Nazareth, ao lado de outro que era de sua propriedade, requereu licença àquela Intendência municipal a fim de realizar tal construção. O intendente liberou o pedido desde que este fosse igual ao construído por Emygdio Manoel de Jesus a uma distância de 6 metros do local.²²⁴

Em 20 de julho daquele ano, o intendente municipal nomeou diversos trabalhadores responsáveis pela arrecadação municipal, dentre os quais: Manoel João de Britto, para o cargo de comissário arrecadador de impostos municipais de consumo, exportação, embarque e desembarque; Olympio Theodoro de Souza Tourinho, para o cargo de Escriturário da arrecadação de impostos municipais de consumo, exportação, embarque e desembarque; Arnulpho da Silva Sena, como Guarda fiscal da arrecadação de impostos municipais e Elpídio Alves Leite, para o cargo de vigia da arrecadação de impostos municipais, de consumo, exportação, embarque e desembarque.²²⁵ Também naquele dia 20 de julho, o tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia do município de Nazareth requeria da Intendência municipal o pagamento da quantia de 3:000\$660, (três contos, seiscentos e sessenta réis), referentes aos juros de doze meses e amortização, correspondente ao primeiro empréstimo contraído por aquela Intendência.²²⁶ Dois anos mais tarde, porém, em 20 de março de 1899, verifica-se que a Intendência municipal havia tomado mais um empréstimo junto a Santa Casa, este agora, no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis).²²⁷

²²³ Idem, p.35.

²²⁴ Idem, p.21.

²²⁵ APMN. Livro da Intendência Municipal, 1900, p.22.

²²⁶ Idem, p.23.

²²⁷ Cf. Registro da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, ano de 1897, p.76.

A instituição, ao que parece, dispunha de um significativo capital que lhe permitia adquirir imóveis, alugá-los, revendê-los e até mesmo emprestar enormes quantias a juros. As fontes nos revelam que tamanho era o seu poder econômico e social, junto às outras instituições e poderes públicos, que as decisões emanadas da irmandade, tinham força normativa, conflitando com as normas gerais vigentes. Em 20 de julho de 1897, por exemplo, a “junta” daquela irmandade chegou a deliberar sobre os procedimentos realizados nos sepultamentos que eram feitos em seu cemitério, contrapondo-se à lei vigente no país. Segundo a deliberação daquela junta, para realização de “enterramento” em seu cemitério – único na Cidade – exigia-se além da “certidão de óbito”, fosse primeiramente expedida, a “guia eclesiástica”²²⁸ sob a justificativa de que aquele cemitério, por pertencer a uma instituição Católica, e portanto, sob a regulação da “doutrina da Igreja”, não deveria ser ali enterrada pessoa alguma sem que se fizesse sob o controle do pároco municipal.²²⁹ Em leitura da ata de reunião, referente àquela deliberação o Provedor Viriato Araújo Bittencourt, membro do “partido conservador”, e monarquista declarado chegou a afirmar que,

(...) Assim como o governo civil, tendo em muita conta os registros para os efeitos materiais, a igreja quer que os católicos observem as suas doutrinas e respeitem os seus sacramentos.²³⁰ e nem se pode admitir que a lei que separou a Igreja do Estado, que concedeu-lhe a liberdade dos cultos, possa ter a veleidade de querer impor às associações religiosas a prática de atos inteiramente contrários aos princípios de sua religião e muito menos a ir de encontro aos direitos de propriedade.²³¹

Consta do dia 21 do mesmo mês, o pedido do cidadão Avelino Muniz dos Santos a quantia de 14\$000, (quatorze mil réis), referentes a consertos realizados para a obra do cais.²³² Ao que tudo indica, Avelino era mecânico ou ferreiro e no dia 28 do mesmo mês, ele solicitara novo pagamento pela Intendência, no valor de 13\$200, (treze mil e duzentos réis), referentes ao fabrico de 46 brocas e 2 alavancas²³³ e outro no dia 4 de agosto, no valor de 12\$400 (doze mil e quatrocentos réis), referentes a 52 brocas e uma alavanca.²³⁴

²²⁸ Idem, p.74.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Idem, p.75.

²³¹ Idem.

²³² APMN, Livro da Intendência Municipal, ano de 1900, p.23.

²³³ APMN, Livro da Intendência Municipal, ano de 1900, p.24.

²³⁴ Idem, p.25.

No dia 26, daquele mês, a empresa Conde Filho & Cia, requeria a quantia de 575\$200, (quinhentos e setenta e cinco mil e duzentos réis), de 40 caixas de gás, fornecidas àquela Intendência e outro pedido do dia 28 de julho, referentes a 6 tábuas a 7\$000, (sete mil réis), cada, no valor total de 42\$000, (quarenta e dois mil réis).²³⁵ No dia 27, o farmacêutico Durval Matta, irmão do intendente Eurico Matta, pedia a Intendência municipal a quantia de 5\$500 (cinco mil e quinhentos réis), referentes a compra de desinfetantes para cadeia daquela cidade.²³⁶

No dia 28 do mês de julho, o carregador João Porphírio de Sant'Anna pedia ao conselho municipal a quantia de 260\$000, (duzentos e sessenta mil réis), pelo serviço de 26 medidas de pedra, tiradas até o dia 27 do mês anterior.²³⁷ Naquele mês, no dia 28, o comerciante Laurindo Correia de Mello, de cinqüenta e seis anos e morador de Nazareth, na Rua das Pedras²³⁸ pedia a quantia de 19\$250, (dezenove mil, duzentos e cinqüenta réis), referentes a 5/2 quilos de pólvora a 3\$500 (três mil e quinhentos), fornecidos ao Conselho Municipal.

No dia 2 de agosto, o contador Manoel Euráguido de Sant'Anna, com aproximadamente 37 anos de idade, e Antonio Manuel Pereira, porteiro da Intendência municipal solicitavam do tesoureiro municipal, o cidadão Bernardo José Lopes, que, também era negociante, com aproximadamente 65 anos de idade²³⁹, a quantia de 23\$000, (vinte e três mil réis), referentes às despesas feitas com a viagem destinada a levar os livros fiscais daquele município à Secretaria do Senado Estadual²⁴⁰, conforme fora por esse órgão, requeridos tais livros.

10 – Aparentes conflitos

Um fato, porém, inusitado foi o que ocorrera no dia 6 de agosto, quando o intendente municipal de Nazareth promulgou a resolução de nº. 2, composta de 2 artigos:

²³⁵ Idem, p.24.

²³⁶ Idem, p.23.

²³⁷ Idem, p.24.

²³⁸ APMN, Livro do alistamento eleitoral de Nazareth, do ano de 1893, inscrição 191.

²³⁹ Idem, inscrição 267.

²⁴⁰ APMN, Livro da Intendência municipal, p.25.

Artigo 1º. fica o intendente autorizado a conceder ao administrador da obra, fiscal do asseio e da iluminação pública desta cidade, as latas e caixões de gás vazios a título de gratificação pró-labore. Artigo 2º. revogam-se as disposições em contrário.²⁴¹

A resolução de nº.2, promulgada pelo intendente de Nazareth, ainda que nos pareça desnecessária, evidenciava a existência de uma situação bastante delicada que merecia ser resolvida. Ao que parece, existiam divergências quanto ao destino das latas e caixões de gás vazios, usados pelo serviço público. Dessa maneira, tomando-se por base o fato de que tais objetos podiam ser de grande utilidade em um universo de trabalhadores composto por carregadores de água, produtores e vendedores de azeite de dendê, dentre outros produtos líquidos, sendo explícito o fato de que a destinação desses vasilhames fosse alvo de cobiça, ou até mesmo, constituíssem em objeto comercializado por alguns funcionários responsáveis por essas atividades, como meio de ganhar com a venda desses vasilhames. Entendemos, portanto, que a resolução nº.2, podia naquele instante, servir para amenizar ou, aparentemente, tentar resolver conflitos e impedir que outros da mesma natureza embora, de menor potencial, ocorressem.

Importante também é salientar que alguns conflitos, ainda que não aparecessem de forma explícita, poderiam ser verificados com a análise minuciosa do cotidiano e da observação dos comportamentos constantemente manifestados, de diversas maneiras, por indivíduos pertencentes a vários segmentos daquelas sociedades locais. Importante também, é entender que alguns conflitos sequer podiam ser “aparentes”, pois não chegavam a ter maiores repercussões ao ponto de tomar dimensões que lhes garantissem alterações mais profundas nos cotidianos das partes conflitadas.

Outros conflitos, porém, ganhavam notoriedade e repercussão, pois se davam numa esfera de poder de “instância superior”, envolvendo a muitos indivíduos, e utilizando-se de instrumentos como a imprensa “dividida” e a serviço de grupos formados, muitas vezes, por indivíduos de mesma categoria, como, por exemplo, o que ocorria durante as eleições, momento em que se verifica a existência de disputas políticas que mobilizavam um número de eleitores, bastante diverso, e, muitas vezes ligados aos “grupos opostos”, sendo que, estes, pela força de influência, junto àquelas classes votantes, podiam influenciar fortemente, no

²⁴¹ Idem, p.26

cenário social e urbano, na medida em que os “jogos de interesses” imprimiam as mudanças de um lado, e sustentavam as permanências de outro.

Vê-se, também, que esses conflitos não surgiam apenas em nível local, pois, era ao que parece ali no Recôncavo, muitas vezes, que se decidiam os rumos da política baiana, como um todo, conforme nos revelou Consuelo Sampaio.²⁴² A influência dos grupos políticos oriundos do recôncavo, e que ali se formaram nas décadas anteriores à República, era tão forte que esses grupos tinham poder de veto e de aprovação na indicação de candidatos, assim como, durante as prévias dos partidos, e também nas escolhas dos candidatos à sucessão de cargos eletivos ou nomeados, na administração pública do estado da Bahia.

As disputas eleitorais, por exemplo, são um “espelho” desse cotidiano que muitas vezes passa “por longe” dos sentidos da percepção de uma maioria que pouco ou nada tinham ou entendiam sobre direitos políticos e sociais. De forma que esses conflitos nos revelam os perfis, político e social, desenvolvidos no Recôncavo Sul, em épocas tão pouco remotas, por aqueles indivíduos, constituintes de grupos políticos locais.

Em 7 de agosto, o intendente municipal de Nazareth informava, ao advogado da cobrança da dívida ativa do município, que não existia nos livros de contrato e expediente da Intendência municipal, qualquer contrato, ajuste ou ordem, do seu antecessor, coronel Viriato Freire Maia Bittencourt, com a Companhia Tram-Road de Nazareth; ou qualquer representante dela, sobre o aterro da ponte da companhia Bahiana de Navegação até o cano do Riacho do Tanque, naquele município.²⁴³

Em 13 de agosto daquele mesmo ano, o intendente Eurico Matta foi afastado do cargo, assumindo interinamente em seu lugar, o cidadão Américo Silvestre de Faria, por decisão do Senado Estadual, do dia 8 de agosto daquele mês.²⁴⁴ Ao que tudo indica, o afastamento do intendente se deu em face dele possuir, uma dívida com aquela Intendência, referente ao ano de 1898, conforme se verificou nas declarações do livro de registro de

²⁴² SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Edufba, 1998.

²⁴³ Idem, p.26.

²⁴⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Edufba, 1998, p.27.

imposto da décima urbana ²⁴⁵ daquele município. Pode-se perceber a existência de débitos junto ao fisco municipal custou ao intendente a perda do cargo, conforme disciplinava o código eleitoral vigente naquela data.

Em data posterior à sua posse, o novo intendente em exercício, comunicava à população, por meio de uma portaria e de diversos ofícios às autoridades locais e do Estado, a resolução do Senado Estadual, na qual anulava-se a eleição de intendente do município de Nazareth, realizada em 12 de novembro de 1899, conforme a comunicação que aquele conselho municipal havia recebido do 1º secretário do Senado Baiano, no dia 12 de agosto do ano de 1900. ²⁴⁶ Dessa maneira, as disputas políticas passaram a influenciar diretamente nas relações pessoais e de trabalho, alterando o cenário urbano com as demissões e novas contratações, redesenhando-se o cotidiano de trabalhadores e, por conseguinte, criando uma atmosfera propensa a conflitos que envolviam indivíduos de diversas classes sociais, dentre os quais, os recém-demitidos e os novos admitidos.

O reflexo desses conflitos políticos tornava-se, a cada dia, mais claro. Em 14 de agosto daquele ano, o intendente em exercício demitia um desafeto político seu, alegando ter chegado ao seu conhecimento a informação de que, o “tal” funcionário, guarda fiscal, Eduardo Freire Maia Bittencourt não cumpria com os deveres de seu cargo; de maneira que o intendente considerava os atos daquele funcionário, “em prejuízo manifesto ao serviço da arrecadação de impostos, havendo por bem, conceder a sua exoneração a bem dos interesses da municipalidade.” ²⁴⁷

Para assumir o lugar do fiscal demitido, naquele mês de agosto, exatamente no dia 25, o intendente interino nomeava o ex-cobrador, Severiano Primo Tabyreçá, de idade de 34 anos, aproximadamente, e morador da Rua do Comércio ²⁴⁸, para o cargo de guarda-mor, da arrecadação dos impostos municipais de consumo, exportação, embarque e desembarque. ²⁴⁹ A demissão tomou “corpo” e conotação política, por saber-se que o fiscal demitido, assim como todos os membros de sua família, eram desafetos políticos do intendente interino, e, portanto, intimamente ligados ao grupo da oposição.

²⁴⁵ Idem, p.28.

²⁴⁶ Idem, p.27.

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ APMN, Livro de alistamento eleitoral do município, do ano de 1893, inscrição nº.178.

²⁴⁹ APMN, Livro da Intendência municipal, ano de 1900, p.30.

Ainda, conforme o registro do dia 15 de setembro pedia, também, o pagamento à Intendência, o carcereiro da cadeia local, Gustavo José Affonso, de aproximadamente 65 anos de idade, da quantia de 15\$840, (quinze mil oitocentos e quarenta réis), referentes às despesas dos presos correccionais. Esse carcereiro viria a requerer sua aposentadoria, junto ao Conselho Municipal de Nazareth, em junho de 1907. Em seu pedido, ele alegava que “havia trabalho na função, por mais de 20 anos ²⁵⁰” e que, também, havia contraído moléstia incurável que o inabilitava para o serviço, conforme o documento de inspeção de saúde. Em resposta ao pedido feito por aquele trabalhador, o presidente do Conselho Municipal, José Dias Tavares concedeu a aposentadoria a partir daquela data, em conformidade com os artigos 50 e 51, do “regulamento das repartições municipais”, onde se regulavam os casos de aposentadorias por invalidez, para os funcionários com mais de 20 anos de efetivo exercício.

Além do carcereiro, também pediu pagamento da quantia de 52\$500, (cinquenta e dois mil e quinhentos réis), de consertos da carroça e alavancas, o artista Ponciano de Santa Ignez dos Montes, de aproximadamente 66 anos de idade, morador da rua dos coqueiros²⁵¹. Trabalhando na construção do cais daquele município, naquele mesmo dia 15, o cidadão, Manoel Antonio dos Santos, pedia à Intendência o pagamento da quantia de 26\$000 (vinte e seis mil réis), referentes ao carreto de cal e uma marreta de aço destinada a quebra de pedras ²⁵². Consta outro pedido dele, datado de 21 de setembro, na quantia de 50\$000 (cinquenta mil réis), referentes ao conserto de 2 carros estragados ²⁵³, pertencentes à Intendência municipal.

Em 25 de novembro, o médico José Moreira Coelho, pedia a quantia de 90\$000 (noventa mil réis), provenientes de curativos cirúrgicos e cinco visitas que este realizara ao preso José Calisto, que se encontrava recolhido na cadeia daquela cidade e ferido de um tiro que recebeu no peito direito e outro, no pé esquerdo. ²⁵⁴ Já, no dia 29, pediam pagamento à Intendência municipal os trabalhadores: Minervino Mendes, da quantia de 60\$000 (sessenta mil réis), referentes a 24 canoas de areia; João Porphírio de Sant'Anna, da quantia de 72\$000 (setenta e dois mil réis) de 6 medidas de pedras a 12\$000 (doze mil réis) e Pedro Motta, da quantia de 2\$200 (dois mil e duzentos réis), referentes a 22 barris de água fornecidos a

²⁵⁰ APMN, Livro de Atas do Conselho Municipal de Nazareth, ano de 1907, p.32.

²⁵¹ APMN, Livro de alistamento eleitoral do município, do ano de 1893, inscrição nº.235.

²⁵² APMN, Livro da Intendência municipal, ano de 1900, p.32.

²⁵³ Idem, p.33.

²⁵⁴ Idem APMN, Livro da Intendência municipal, ano de 1900, p.33.

arrecadação municipal e 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) do valor de 2\$600 (dois mil e seiscentos réis) de 26 barris para diversas repartições.²⁵⁵

Em meio a pedidos de pagamentos de fornecedores e servidores, ocorriam também suspensões, demissões e exonerações, medidas muitas vezes de caráter punitivo, como por exemplo, a ocorrida em 6 de outubro daquele ano, quando o intendente interino, por meio de uma portaria, resolveu suspender, pelo prazo de quinze dias, o administrador de obras Aurélio Pereira Portella, por ato de desobediência, nomeando em seu lugar, naquela mesma data, o fiscal Alphiniano Paulo Gomes, enquanto o primeiro se encontrasse suspenso, ficando o Alphiniano responsável também pela fiscalização do asseio e da iluminação municipal²⁵⁶ de acordo com o que determinava os artigos 133, 134 e 135 do código de posturas daquele município, verificando-se aí, o acúmulo de funções, Pedia pagamento também naquela data, o cobrador de impostos de indústrias e profissões e décimas urbanas daquele município, o cidadão Clemente Leandro de Sant'Anna.²⁵⁷

As medidas punitivas, adotadas pelo intendente municipal, apontam para os mecanismos de efetivo controle e gerenciamento da máquina administrativa. Garantido, portanto, por seu poder discricionário, o intendente não só exercia a função executiva, como se verifica, mas também assumia, em dados momentos, a função legislativa, à medida que baixava resoluções, portarias e decretos que ultrapassavam a competência de um administrador da municipalidade.

Em 6 de fevereiro de 1901, o guarda fiscal da arrecadação do imposto municipal, por se encontrar enfermo, requereu do intendente, licença de 15 dias para tratamento de saúde, sendo o referido pedido, indeferido.²⁵⁸ Esse caráter disciplinador apontava para uma necessidade vital de manter a ordem pública, servindo-se a punição, como medida exemplar.

Em um universo de trabalhadores, quase que exclusivamente do sexo masculino, havia em alguns momentos, pedidos de mulheres trabalhadoras solicitando o pagamento de serviços realizados naquela Intendência, sendo a classe das professoras, a que ocupava o

²⁵⁵ Idem, p.34.

²⁵⁶ Idem, p.36.

²⁵⁷ Idem, p.41.

²⁵⁸ Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1901, p. 71.

maior percentual. Em 31 de outubro daquele ano, a costureira Belmira Maria das Neves pedia que lhe fossem pagos 14\$400, (quatorze mil e quatrocentos réis), referentes a 36 números, que fizera para os ganhadores matriculados naquela Intendência , ao preço de \$400, (quatrocentos réis), cada. ²⁵⁹

A presença feminina, ainda que se fizesse de forma bastante tímida nos registros da Intendência , não ficava restrita somente àquela fonte. Na publicação do dia, 11 de fevereiro de 1901, sob o título “Modista”, um periódico local trazia a seguinte nota:

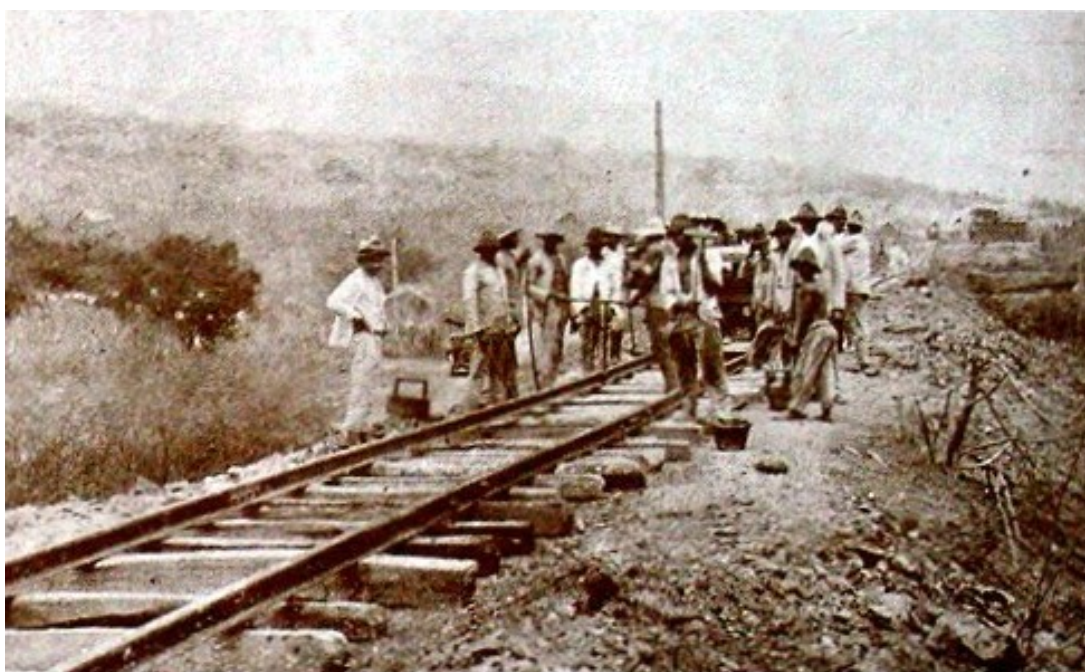
(...) Jesuína Bahia de Mattos competentemente habilitada encarregasse de qualquer trabalho tendente a cortes de vestidos, com perfeição, zelo e modicidade nos preços. Rua da Conceição nº. 61, Nazareth. ²⁶⁰

À proporção que o universo de trabalhadores se ampliava, o cotidiano se tornava cada vez mais “rico” em número e diversidade. Por outro lado, essa dinâmica também implicava a reorganização dos espaços coletivos, quer fosse pela auto-regulação por meio dos costumes, ou pelas normas, tanto as internas, daquelas cidades, quanto as legislações vigentes no país. O fato é que os espaços públicos, tanto as feiras, os matadouros, as fontes d’água, o cais, as estações, os prostíbulos, as tavernas e tantos outros locais por onde transitavam trabalhadores, de todos os lugares e cantos, exigiam do poder público a fiscalização e acompanhamento, tarefa que, em diversos momentos, resultava em conflitos dentro da própria classe.

Neste capítulo, foi possível entender, ainda que com a pouca disponibilidade das fontes consultadas, que o cotidiano dos trabalhadores estava diretamente ligado ao controle e registro dos órgãos administrativos. Em determinados momentos, ainda que aqui não pontuados de forma explícita, os conflitos ocorreriam quer seja pelo não pagamento de um imposto, quer pela resistência ao abuso de autoridade cometido por indivíduos que representavam os órgãos de arrecadação e regulação. Porém, o estudo específico sobre esses trabalhadores e seus conflitos somente será feito no capítulo seguinte, o qual irá tratar das questões de conflito, justiça e polícia.

²⁵⁹ Idem, p.41.

²⁶⁰ APEBa, *O Independente*, 11 de fevereiro de 1901, p.3.



Trabalho de colocação dos trilhos da EFN – Foto: Bahia Ilustrada - 1922

²⁶¹ A fotografia compõe uma série de fotografias utilizadas pelo Governo do Estado da Bahia, em uma edição da Revista, Bahia Ilustrada, do ano de 1922. Nela é possível se verificar o predomínio de trabalhadores de etnia negra, executando as tarefas de colocação de trilhos, nos trechos de prolongamento da Estrada de Ferro de Nazaré até Jequié.

Capítulo III: Questões de polícia e (in) justiça.

1 – Garimpeiros

Em 25 de outubro de 1906, o Jornal de Notícias – periódico de grande circulação na Bahia – publicava em sua 1ª página, na secção policial, a ocorrência de um conflito, envolvendo trabalhadores das obras de prolongamento da “Estrada de Ferro de “São Miguel a Areia”, trecho da Tram-Road de Nazareth, ferrovia que “cortava” um extenso território do Recôncavo Sul da Bahia.

Conforme a publicação daquele periódico, o conflito se deu quando duas turmas de garimpeiros que se encontravam trabalhando naquele trecho ferroviário iniciaram discussões e partiram para o corpo a corpo, resultando em um grande número de trabalhadores, gravemente feridos e outros, mutilados, de um total de 20 trabalhadores envolvidos no conflito, e que, segundo a notícia, até aquele momento, as autoridades policiais do local ainda não haviam tomado as providências, o que se fazia necessário, principalmente por haver, entre os demais trabalhadores feridos, dois deles com muita gravidade.²⁶²

Observando as informações acerca dos fatos ocorridos, naquele espaço de trabalho, e, publicadas pelo Jornal de Notícias, verificamos que os envolvidos no conflito já se encontravam, havia algum tempo, trabalhando naquele local. Aliás, anos antes, em 25 de agosto de 1890, o delegado de Nazareth, conforme o telegrama enviado na estação telegráfica daquela cidade, comunicava ao secretário da Segurança Pública e pedia a este reforço policial para conter um conflito na Vila de São Miguel, envolvendo garimpeiros, conforme transcrição a seguir:

(...) Grande conflito, São Miguel, muitos ferimentos, garimpeiros pretendem atacar cadeia, subdelegacia, delegacia acéfala. juiz municipal segue comigo. Peço governo força, São Miguel, urgente. Coelho Lima de Capela (distrito).²⁶³

²⁶² Jornal de Notícias: Polícia, 25 de outubro de 1905, p.1.

²⁶³ APEBa, Grupo: Gabinete do Secretário, Série: Correspondências recebidas e expedidas SSP, caixa 03, maço 01 (1889-1947).

As causas daquele conflito ocorrido em 1890, na Vila de São Miguel, não ficaram esclarecidas, embora sejam elas evidentes, em face das reclamações feitas por muitos daqueles trabalhadores do Recôncavo Sul, como veremos adiante, de tal maneira que estando expostos, portanto, a uma dura rotina diária de trabalho, e às intempéries, de quem vivia em meio aos caminhos das matas e serras, que “cortavam” aquela região, podia-se esperar conflitos dessa ordem.

Alguns fatores, como o ritmo acelerado das obras e as longas jornadas diárias, somadas às péssimas condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos aqueles trabalhadores, são algumas das evidências que nos apontam as razões que deram causa ao conflito do dia 24 de outubro de 1906. Ademais, os relatórios da Tram-Road de Nazareth nos revelam que os primeiros trabalhos realizados por aqueles garimpeiros, tiveram início com a chegada do topógrafo austríaco, Henrique Matheó, no ano de 1885.

Em seu relatório, sobre as obras de prolongamento da Estrada de Ferro de Nazareth até São Miguel, o “engenheiro²⁶⁴” Matheó faz uma densa descrição sobre o ambiente de trabalho, desde os aspectos físicos, geográficos e humanos, além da economia e cultura locais. Porém, em raríssimos momentos, ele cita os nomes desses trabalhadores, fazendo somente menção a alguns, como os operários franceses: o condutor de trabalhos: Louis A. Lambert, o maquinista Louis Seguin e o carpinteiro M. Maas.²⁶⁵

Verificamos, a partir desses dois conflitos, que as obras de prolongamento da ferrovia de Nazareth, até a cidade de Areia, demandavam não só tempo e dinheiro, como também, um contingente de trabalhadores bastante numeroso, razão pela qual, entendo, os conflitos ocorridos, em áreas de trabalho, com alto grau de periculosidade e insalubridade, como a situação a que estavam expostos aqueles trabalhadores – encarregados da tarefa de escavação e retirada de terras, e manutenção dos trechos por onde passavam as linhas do trem – produziam as condições favoráveis à existência de conflitos da ordem dos que ocorreram, tanto em 1890, quanto em 1906, durante a construção da ferrovia de “São Miguel a Areia”.

²⁶⁴ Algumas fontes referem-se a ele, como sendo engenheiro.

²⁶⁵ SÁ OLIVEIRA, Alberto de. *Pequena História da Estrada de Ferro de Nazaré*. Salvador. Gráfica Central. 1980, p.25.

2 – No limiar dos conflitos

Apesar de verificadas estas duas ocorrências, não pude inferir sobre as causas daqueles eventos, pois, assim, as fontes não me permitiram; tampouco, encontramos o suposto inquérito referente aos ferimentos, decorrentes daquele conflito, ou a ele relacionado. O interessante, porém, é que se as causas estivessem relacionadas às condições de trabalho ou de salários, poderíamos entender que não se tratava de falta de recursos para o pagamento daqueles trabalhadores, tendo em vista que no relatório do movimento financeiro, apresentado pelo governo da Bahia, em 1905, aquele trecho ferroviário, de “São Miguel a Areia”, mesmo estando ainda em construção, já funcionava até determinados locais e “fechava” o balancete do ano de 1904, com um saldo positivo de 12:806\$280 (doze contos, oitocentos e seis mil, duzentos e oitenta réis), ou seja, quase treze contos de réis, de uma receita de 62:387\$060, (sessenta e dois contos, trezentos e oitenta e sete mil, e sessenta réis)²⁶⁶, o que equivale a quase 25% da arrecadação de todo o Estado.

Mesmo sendo aquela uma das poucas ferrovias baianas a apresentar saldo positivo, no ano seguinte, em 1905, José Marcelino de Sousa, quando então, governador da Bahia, apresentando o relatório à Assembléia Geral Legislativa, referente aos trabalhos do ano de 1904, apontou alguns dados sobre a viação férrea no Estado, inclusive a ferrovia de Nazareth.

Segundo José Marcelino, já possuía, a Bahia, um tráfego de 1.327,00 quilômetros, “cortando” quase todo o Estado. Verificamos, ainda, que naquele mesmo relatório, o governador não se furtou em fazer menção aos custos dos trabalhos realizados, durante a ampliação da ferrovia de “São Miguel a Areia”, trecho da Estrada de Ferro de Nazareth, os quais, dizia ele, tinham sido muito dispendiosos, mas de grande importância, embora necessitasse de maiores incentivos fiscais, para atingir o “progresso” da referida região.

Se por um lado o governador José Marcelino indicava o “progresso” do setor de serviços ferroviários, por outro, não poupou esforços naquela oportunidade de, no referido

²⁶⁶ Fundação Pedro Calmon: Arquivo do Governador José Marcelino de Souza, Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Oficinas da Imprensa "A Bahia", 1905, p. 64.

relatório, criticar o preço das tarifas cobradas nos serviços de transporte, o que, segundo ele, eram altas demais, e que se fossem mais razoáveis,

(...) animariam o desenvolvimento da cultura dos produtos econômicos, dos cereais e legumes, da indústria pastoril de extração, nas vastas regiões do estado, das quais algumas ricas e férteis que atravessam e servem as diversas estradas de ferro...e que com tarifas tão altas e até proibitivas, poucos serviços podia prestar aquele sistema ferroviário, ao progresso do Estado. ²⁶⁷

Nas palavras do governador, a Bahia ainda não havia encontrado o tão sonhado “progresso” que “todos os baianos esperavam”, pois o meio, que o Estado possuía, para alcançar o crescimento econômico era através da exploração das riquezas naturais, pouco ou mal exploradas, e, ainda por explorar. Esse crescimento também se daria com o investimento nas ferrovias, porém, isso só ocorreria quando houvesse incentivos federais que permitissem reduzir o valor das tarifas nas estradas de ferro em todo o Estado. ²⁶⁸

Para Marcelino, a solução da crise apontada por ele e resultante da falta de incentivos, só ocorreria no momento em que o governo federal, que era proprietário de 974 km. dos trechos ferroviários, assumisse, por completo, o controle das ferrovias baianas²⁶⁹, e reduzisse, também, o valor das tarifas, possibilitando, dessa maneira, o “engrandecimento” de todo Estado da Bahia. ²⁷⁰ Entretanto, o que não dizia o governador, era que a sua preocupação estava além dos limites do executivo, pois era ele, também, sócio de uma das minas de manganês no Recôncavo nas proximidades do vale do Jequiriçá.

Encontramos, ainda, nesse mesmo relatório, os dados referentes à Estrada de Ferro de “São Miguel a Areia”, a qual se encontrava em pleno trabalho de ampliação. Na fala do próprio governador Marcelino, o ano de 1904 foi importante para os trabalhos daquela ferrovia, por ter sido construído mais um trecho de 17 km., ligando a Vila de Lage ao Distrito do Mutum, em Santo Antonio de Jesus. Os dados referentes aos trabalhos realizados naquela ferrovia apontavam um volume de trabalho de terraplenagem que chegava à casa dos 685.044,533 m³, de material retirado em todo o trajeto; sendo que desse volume,

²⁶⁷ Governador José Marcelino de Souza, Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. Oficinas da Imprensa "A Bahia", 1905, p. 47.

²⁶⁸ Idem, p. 48.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem, Governador José Marcelino de Souza, 1905, p. 49.

567.870,758 m³ referiam-se à terra escavada, 66.110,955 m³, de pedras soltas e 51.062,830 m³, de rochas.²⁷¹

Embora os dados, aqui apresentados, refiram-se apenas, às informações técnicas, fornecidas pela fonte oficial, ainda assim, eles nos revelam o fato de que para a realização dos serviços de construção de novos trechos ferroviários, necessário se fazia a contratação de um número bastante expressivo, de trabalhadores. Dessa maneira, conflitos como o ocorrido com os mineiros da ferrovia de “São Miguel a Areia” no dia 26 de outubro de 1906, já poderiam ser previstos, por razões diversas; quer fosse pelo confinamento desses trabalhadores, quer por razão de disputas existentes entre os grupos, ou, por simples divergências, que muitas vezes demonstravam somente serem resolvidas, com o emprego da força física, da violência, ou seja, pelas “vias de fato”.

Verifica-se, porém, que esse tipo de comportamento é bastante comum, em espaços de trabalho eminentemente masculinos, como foi o caso, por exemplo, dos espaços constituídos pelos trabalhadores do “canto”²⁷², na Cidade do Salvador, em meados do século XIX, onde se verificou a concentração de trabalhadores do sexo masculino, os “ganhadores”, e a importância destes, tanto na construção de uma identidade, quanto na ocorrência dos movimentos sociais, daquele período.

Na análise feita sobre o perfil comportamental de determinadas categorias de trabalhadores, a exemplo dos portuários, ela nos revela a existência de um “perfil cultural”, próprio, característico de determinadas categorias, em que se percebe, em alguns indivíduos, a tentativa diária de construção de identidades de gênero, ofício e classe; tendo-se como escopo, as noções de valentia e virilidade, estruturadas por esses trabalhadores no âmbito do trabalho.²⁷³ Ou seja, em um universo de trabalhadores, exclusivamente masculino, o uso da violência – quer fosse ela demonstrada, verbal ou fisicamente e, dessa mesma forma, pelo emprego da força – parecia ser meio imprescindível a uma representação simbólica de

²⁷¹ Idem, p. 53.

²⁷² REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo. Cia. das Letras, 2003. pp. 362 e 363.

²⁷³ Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado. Org: BATALHA, Cláudio H. M., TEIXEIRA DA SILVA, Fernando e FORTES, Alexandre. Campinas, SP.: Editora da Unicamp, 2004, p. 209.

coragem, na medida em que esses trabalhadores são incitados a sempre reagirem “como homem²⁷⁴”.

Aliás, é dessa maneira que eles constroem, cotidianamente, sua própria imagem, perante os seus e perante os demais, tanto em suas relações de trabalho, quanto nas relações inter-pessoais, fora do espaço de trabalho, razão pela qual, cria-se, em muitos casos, um “rótulo”, uma “marca” de masculinidade e virilidade que os acompanhará, por onde quer que eles circulem.

3 – O caso Marcolino

Na manhã do dia 16 de janeiro de 1908, Marcolino José da Silva, de corpo franzino, baixa estatura e de cor parda, subiu as escadarias do paço municipal e compareceu ao juízo da Comarca de Nazareth, alegando ter sido vítima de espancamento por Marcos de Tal²⁷⁵, fato ocorrido na madrugada do dia anterior. Ouvida a queixa do querelante e estando ciente do acontecido, o juiz de direito, Reginaldo Alves de Melo, encaminhou o ofendido ao capitão comissário de polícia daquele Termo, a fim de que Marcolino passasse por exame de corpo de delito e que as diligências e procedimentos necessários fossem realizados, para que o ocorrido fosse apurado.

Chegando à delegacia, Marcolino foi ouvido pelos que ali estavam presentes, dando início ao inquérito policial, momento em que o delegado de polícia, e primeiro suplente em exercício, Capitão José da Silva, como de costume, perguntou ao ofendido: qual seu nome, idade, estado, profissão, naturalidade e residência, ao que ele respondeu,

(...) chamar-se Marcolino José da Silva, de idade de quarenta e seis anos, solteiro, lavrador, natural do Termo de Maragogipe e residente no lugar denominado Campinho, deste Termo.²⁷⁶

Seguindo o rito processual, o delegado perguntou a Marcolino como se deu o fato pelo qual se achava ele ofendido. Marcolino respondeu que, estando em sua casa foi preso,

²⁷⁴ Idem, *Culturas de Classe*: TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. 2004, p.209.

²⁷⁵ Processo-crime e inquérito policial, de Marcos de Tal (réu), s/n, Arquivo da Vara Crime: Fórum Edgard Matta, cidade de Nazaré-Bahia, 1908.

²⁷⁶ Idem.

na madrugada do dia anterior, por José Dias de Almeida, subdelegado de Polícia de Pastinho, acompanhado de praças de Polícia e grande número de paisanos. Em seguida, conduziram-no para a Fazenda Pratigipe, onde, chegando, foi levado para o interior da casa de residência de Francisco Rosa e ali espancado por Marcos de tal, trabalhador deste, por ordem de José Dias. Disse mais que, depois disto, foi conduzido para a cidade de Nazareth, conjuntamente com os companheiros Gregório e Nicolau, também residentes no mesmo lugar, sendo todos rendeiros de Doutor Ildefonso Baptista de Oliveira, e que foi espancado, unicamente, por que é rendeiro de Doutor Ildefonso.

Após ser ouvido, na presença das testemunhas que também o acompanharam e foram ouvidas, Marcolino foi conduzido até a sala de perícias médicas a fim de que lhe fosse feito o exame de corpo de delito. Naquele momento, foram convocados os médicos peritos: João Martins da Silva e Aurélio Pereira de Miranda, este último assumia o cargo de intendente municipal. Terminado o exame no ofendido, produziram um relatório nos autos, concluindo que,

(...) examinando Marcolino José da Silva encontraram umas escoriações de pele com um e meio centímetros de extensão e três milímetros de largura na parte média da região raquidiana esquerda e mais uma equisema de três centímetros de extensão e quatro milímetros de largura na parte interna da região escapular umeral direita; pelo que respondem aos quesitos pela forma seguinte: Ao 1º. sim, que houve os ferimentos descritos e o paciente acusa dores nesses pontos; ao 2º. que foi ocasionado por instrumento contundente; ao 3º. 4º. 5º. 6º. 7º. 8º. e 9º. negativamente.

O exame de corpo de delito feito em Marcolino confirmava a sua informação de que ele havia sofrido, de fato, as agressões alegadas anteriormente e que deram origem às lesões de natureza leve, na região do pescoço, e na região direita do peito, debaixo do braço. Em seguida, terminada a oitiva das testemunhas, o comissário de polícia encaminhou a queixa-crime ao promotor público de Nazareth, Manoel Ferreira Costa, que, em seguida, fez a denúncia ao juiz de direito daquela comarca, declarando a ausência do réu Marcos de “tal” e sua revelia, por ele se encontrar foragido.

Marcolino retornou à fazenda, e no dia 06 de março daquele ano, o juiz de Nazareth mandava intimar as testemunhas Gregório José de Souza e seu filho, Nicolau José de Souza,

Felippe Nery da Costa e seu irmão João Nery da Costa, além das praças policiais, Sátyro, Félix e Carlos, para comparecerem no Paço Municipal, no dia 20 daquele mês, às 11 horas da manhã, em audiência, a fim de deporem como testemunhas do espancamento, constante...

(...) no processo instaurado contra Marcos de tal, intimando também a este para se ver processar; pelas penas da lei. ²⁷⁷

O juiz de Nazareth intimou a 8 testemunhas, sendo, 4 lavradores, 1 jornaleiro e 3 praças policiais que efetuaram a diligência. A primeira testemunha a ser ouvida foi o lavrador Gregório José de Souza, de aproximadamente quarenta e cinco anos, casado e natural do Termo de Nazareth. Perguntado acerca do fato ocorrido, a testemunha respondeu que, estando no interior de sua casa, no lugar denominado Angola, já alta noite do dia quinze de janeiro, apareceu, por lá, o subdelegado José Dias de Almeida e Souza acompanhado por muitos paisanos e pelos soldados policiais: Félix de Tal, Carlos de tal e Sátyro de Tal, e que sem dizer-lhes o motivo, fora ela, testemunha, presa juntamente com Nicolau José de Souza, Felippe Nery, João Nery e Marcolino, sendo as suas casas invadidas. Disse ainda que, após prendê-los, foram todos conduzidos até a delegacia de polícia de Nazareth e ali recolhidos até as dez horas do dia seguinte, quando então foram soltos. Contou, também, a primeira testemunha que, no caminho até a delegacia, pararam na porta da casa da Fazenda Pratigipe de propriedade de Francisco Rosa e que a mulher deste injuriou e insultou a Marcolino, e, em seguida, fora ele levado pelas praças que se encontravam presentes, por ordem de José Dias, para o interior da casa, onde foi o mesmo, espancado por Marcos de tal e que, também, todos os presentes ouviram os gritos do espancado. ²⁷⁸

Interpelado acerca dos motivos que levaram aquelas praças a cometerem tal ato, o lavrador Gregório José de Souza disse que o motivo era uma demanda existente entre Francisco Rosa e o seu vizinho, Dr. Ildefonso Baptista de Oliveira, sobre algumas terras, que dizia Francisco Rosa lhe pertencerem, e, para vingar-se do Doutor Ildefonso e de outros rendeiros,

(...) que, como ela testemunha cultivam nas suas terras, mandou prendê-los, chegando a vingança, ao ponto de devastar roças, incendiar casas, como a justiça já foi ver.

²⁷⁷ Processo crime, Marcos de Tal. 1908, p.10.

²⁷⁸ Processo crime, Marcos de Tal. 1908, p.11.

Ouvindo atentamente o que a testemunha falava, o promotor público solicitou do juiz a oportunidade para perguntar se, durante a diligência, houve a presença de um oficial de justiça e também leitura de mandado que autorizasse aquelas prisões?. Feita a pergunta, o lavrador afirmou negativamente sobre as duas questões, dando o juiz, por encerrada a inquirição.

Após ouvir a Gregório de Souza, fora chamada a 2ª testemunha, Nicolau José de Souza, irmão da primeira, com cerca de sessenta anos de idade, casado e também, lavrador, natural do Termo de Maragogipe e residente naquele Termo. Sendo inquirida acerca do fato, que resultou naquele inquérito, Nicolau respondeu que, estando ele em sua casa, numa quarta-feira; especificamente na madrugada do dia 16 de janeiro daquele ano, por volta das quatro horas da madrugada, teve sua casa invadida pelo subdelegado José Dias de Almeida, acompanhado de três praças policiais e outros cidadãos. Disse também, que sem motivo algum foi ela, testemunha, arrancada da sua casa e conduzida para a Cadeia da Cidade de Nazareth, onde passou a noite desse mesmo dia, sendo solto, somente no dia imediato, por volta de dez para onze horas da manhã.

Em seguida disse, também, Nicolau, que foram presos do mesmo modo, Gregório e Marcolino, sendo este último, conduzido para a casa do fazendeiro Francisco Rosa, que fica em caminho e que foi Marcolino, espancado por Marcos de tal a mandado de José Dias. E que nessa ocasião, a mulher de Francisco Rosa insultou muito a Marcolino. Disse também que o motivo para aquelas prisões foi a contenda existente entre Francisco Rosa e Dr. Ildefonso de Oliveira por causa da disputa de terras.

Encerrada a inquirição, fora chamada a 3ª testemunha, que disse chamar-se Gregório José de Souza Sobrinho, com vinte dois anos de idade, solteiro, lavrador, natural do Termo de Maragogipe e residente no Termo de Nazareth. Era a terceira testemunha, filho de Nicolau de Souza e sobrinho de Gregório de Souza, ambos, testemunhas presas também naquela data, pelo subdelegado de “Pastinho”. Instada a falar sobre o ocorrido, a testemunha respondeu que residindo com o seu pai,

(...) Nicolau José de Souza nas Companhias deste Termo, foi na madrugada de dezesseis de Janeiro último, invadida a sua

casa, pelo subdelegado José Dias de Almeida acompanhado de algumas praças e paisanos.

Disse também, a testemunha, que haviam sido presos naquela data, o seu pai e outros lavradores, e, no caminho, um deles, por nome Marcolino foi chamado pelos praças que os conduziam, por ordem do subdelegado José Dias, para entrar à casa de Francisco Rosa e ali, no interior daquela residência, foi Marcolino, espancado por Marcos de tal.

Sabendo, então, da presença de policiais no fato aludido, o juiz de direito perguntou à testemunha, quantos e quem foram os praças que acompanharam aquela diligência e também se houve oficial de justiça e respectivo mandado de prisão. Respondendo ao que lhe foi perguntado, Gregório disse que foram três: Félix de tal, Satyro de tal e Carlos de tal e que não houve oficial de justiça e nem mandado de prisão. E mais, que o motivo daquela prisão era a briga de terras entre Francisco Rosa e o Dr. Ildefonso, de onde eles todos, Nicolau, Gregório e Marcolino eram posseiros.

Considerando a participação de três praças policiais nas prisões feitas contra Marcolino e seus companheiros, o juiz de Nazareth mandou que fossem as praças policiais, intimadas a comparecerem naquele juízo, no dia 24 de março do ano corrente, a fim de, ali, prestarem esclarecimentos.

Na data marcada, portanto, a “testemunha” ²⁷⁹ Félix Soares dos Santos, de idade de vinte seis anos, casado, praça do regimento policial, do destacamento de Nazareth, ao ser inquirida acerca do fato constante da denúncia de espancamento contra Marcolino, afirmou

(...) que ele e seus companheiros Satyro e Carlos, saindo de Nazareth em um dos dias do mês de janeiro, a mando do Comissário de Polícia para fazer uma diligência que lhe fosse ordenada pelo subdelegado do Distrito de Pastinho, a este se apresentaram e acompanharam, só chegando ao lugar Campinhos, juntamente com paisanos que faziam parte da escolta, ela testemunhas, com o subcomissário e paisanos foram à casa de Marcolino, por volta das cinco horas da manhã e prenderam-no.

²⁷⁹ Ao contrário do que regulava o Código Criminal de 1890, então vigente, em seu artigo 2º. os praças deveriam figurar também como réus, por prática de omissão, embora, tenham sido chamados ao processo apenas como testemunha, mesmo que também fossem responsáveis pelas prisões arbitrárias, perpetradas pelo subdelegado de Pastinho.

A praça policial Félix dos Santos, ao ser interrogado, afirmou ainda que enquanto prendia Marcolino, uma outra praça policial, e um inspetor de quartirão à paisana, foi à casa de Gregório a fim de prendê-lo, e que nesse mesmo momento, enquanto executavam a prisão, uma outra praça de polícia com outros paisanos, foram à casa de Nicolau e fizeram o mesmo, “dividindo-se, assim, a escolta em três turmas.”²⁸⁰

Perguntado sobre o que foram fazer na casa de Francisco Rosa, a praça policial Félix, afirmou que ele e seus companheiros de farda pararam ali para almoçar, ficando os mesmos, presos sob a guarda dos paisanos, como havia ordenado o Subcomissário de polícia. E que dentro da casa do proprietário da fazenda, Francisco Rosa, debaixo da escada, foi Marcolino espancado, embora ele não saiba quem o fez, por ter visto o agressor somente aquela vez, e que o agressor só parou de espancar a Marcolino, porque ele, Félix, o deteve, impedindo-o de continuar.²⁸¹

Continuando o depoimento, disse, ainda, a praça policial Félix, que enquanto o subcomissário ficou em casa de Francisco Rosa, noticiando o ocorrido a ele, lhes foram entregues os presos e as outras duas praças de polícia, sendo estes, acompanhados também por um Inspetor de quartirão, “um crioulo” cujo nome ele ignora, e que àquela diligência não foi presente, o oficial de justiça, e nem houve mandado de prisão. Disse também ser do seu conhecimento que, o subcomissário somente efetuou a prisão porque aqueles presos não compareceram à presença do delegado, como já se havia requisitado anteriormente. Após ser perguntado se viu Marcolino ser espancado, Félix afirmou positivamente e disse que os presos estiveram na cadeia de Nazareth, até o dia seguinte, quando foram soltos, não sabendo, porém, quem mandou espancá-los.²⁸²

Dado por findo o interrogatório da 4ª testemunha, Felix da Cruz, passou o juiz de direito a interrogar ao soldado Satyro Rodrigues da França, com quarenta e cinco anos de idade, solteiro e praça do Regimento policial, destacada naquela Cidade. E sendo inquirida acerca das referências feitas pelas testemunhas e que lhe foram lidas, respondeu que:

²⁸⁰ Cf. Processo crime, réu Marcos de tal. 1908, p.21.

²⁸¹ Idem, p.22.

²⁸² Idem, p.22.

(...) em dias do mês de Janeiro, ela testemunha e seus companheiros Carlos e Felix apresentaram-se ao subdelegado de Pastinho por ordem do delegado. Chegando, porém, à presença do subdelegado seguiram todos para Campinhos e aí a força policial e os paisanos foram divididos em três turmas, sendo a dele testemunha a que prendeu Gregório, e que ignora o crime que cometeu.²⁸³

Segundo Satyro França, voltando a escolta com os três presos, sendo eles: Marcolino, Gregório e Nicolau José de Souza, descansaram estes, em casa de Francisco Rosa onde almoçaram, ficando os presos sob as guardas dos paisanos, por ordem do subdelegado. Aí os paisanos agarraram Marcolino e levaram-no para dentro da casa de Francisco Rosa, sendo espancado por um deles, gritando nessa ocasião a mulher de Rosa: agora estão presos e hei de me vingar.

Respondeu, por lhe ser perguntado, que a escolta não acompanhou oficial de Justiça, e que os presos ficaram na cadeia até o dia seguinte em que foram soltos, e que o subdelegado na volta só os acompanhou até a casa de Francisco Rosa, onde ali ficou. E que por estar almoçando, não viu quem espancou a Marcolino.

No depoimento da 6ª testemunha, a praça policial Carlos Guilherme Primal, de idade de vinte cinco anos, solteiro, praça do Regimento policial destacada naquela Cidade, dissera Primal que, juntamente com seus companheiros Félix e Satyro apresentaram-se por ordem do delegado de Polícia, ao Subcomissário de Pastinho em um dos dias do mês de Janeiro que não pode mencionar. E que, estando com o referido subdelegado, as praças e paisanos, foram para as Companhias e que a escolta foi dividida em três turmas, sendo porém, a dele, que prendeu o lavrador Nicolau José de Souza, que estava dentro de casa e nenhuma resistência apresentou, e que ele, Primal, desconhecia o motivo da prisão.

Afirmou ainda, Primal, que após terem prendido Marcolino, Nicolau e Gregório, todos eles regressaram e “estacionaram” na casa de Francisco Rosa, onde ele e seus companheiros e demais, almoçaram, ficando os presos sob a guarda dos paisanos por ordem do subdelegado. E que também, foi na casa de Francisco Rosa onde Marcolino havia sido espancado por um dos paisanos cujo nome ele ignora, e mais não apanhou por não consentir o seu companheiro Félix. Portanto, ficando o Subcomissário em casa de Francisco Rosa,

²⁸³ Ibidem.

regressou à cidade de Nazareth, aquela força policial e um Inspetor do quartelão “um crioulo”, cujo nome ignora, ficando aqueles presos na cadeia até o dia seguinte em que foram soltos.

Insatisfeito com o número de testemunhas, o juiz de Nazareth mandou intimar mais duas testemunhas. A 7ª testemunha foi Felipe Nery da Costa, com trinta e sete anos de idade, lavrador, solteiro, natural e residente no Termo de Maragogipe, a fim de que este, por estar presente no dia do espancamento, prestasse também esclarecimentos acerca dos fatos ali narrados. Inquirido, portanto, pelo magistrado de Nazareth, Felipe Nery da Costa afirmou que numa quarta-feira do mês de janeiro daquele ano, estava hospedado em casa de Gregório, no Campinho, e que antes de “romper o dia” foi preso juntamente com Gregório, por ordem do subdelegado de polícia daquele distrito. E que também foram presos nessa mesma ocasião, Marcolino e Nicolau, sendo todos, inclusive ele, conduzidos por três praças policiais, paisanos e o inspetor de quartelão, o “crioulo Innocência”, até a casa de Francisco Rosa situada no lugar denominado “Pratigipe”, ignorando, porém, o motivo de sua prisão e dos demais companheiros. Ao chegar, portanto, à casa de Francisco Rosa foi ele, Felipe Nery, solto e os demais, conduzidos até a Cadeia de Nazareth, onde somente foram soltos, no dia seguinte. E que antes de levá-los presos, foi Marcolino espancado na casa de Francisco Rosa, onde estava o subdelegado. O fato ocorreu no momento em que os soldados estavam almoçando, sendo o praça “Félix” quem impediu a continuação da sessão de espancamento, a qual se dera por ordem do subdelegado, pois ouvira do mesmo, dizer que “havia de espancar a Marcolino e que se não houvesse ordem para isso os paisanos não espancariam.

284>>

Em seguida, terminada a inquirição da 7ª testemunha, foi ouvida a 8ª testemunha, João Nery da Costa, de idade de dezesseis anos, solteiro, jornaleiro, natural e residente no Termo de Maragogipe. Sendo inquirida acerca do fato constante daquela denúncia, respondeu que estava trabalhando com seu irmão, Felipe Nery, no lugar denominado “Periquito”. Foram eles, pernoitar na casa de Gregório, quando esta foi invadida, na madrugada de uma quarta-feira do mês de janeiro, por paisanos e o inspetor de quartelão, cujo nome não se sabe, sendo presos ele e o seu irmão Felipe, por ordem do Subcomissário do Pastinho, sendo nesta mesma ocasião, presos, Nicolau e Marcolino. Afirmou, ainda, o

²⁸⁴ Cf. processo crime, réu Marcos de tal, 1908, p.22.

depoente que havia, na escolta que o prendera, uma praça de polícia, sendo os presos conduzidos para a fazenda Pratigipe, pertencente a Francisco Rosa, e soltos, ele e seu irmão Felipe, após ouvirem Marcolino sendo espancado, “não se sabe por quem”.

Em 30 de março de 1909, não havendo mais nada a declarar, o juiz deu por encerradas as inquirições das referidas testemunhas e despachou os autos ao escrivão, que em seguida, os remeteu ao promotor público a fim de que esse desse vistas ao processo. O promotor, com base nas afirmações feitas pela vítima e testemunhas, denunciou o réu “Marcos de tal” na pena do artigo 303 do Código Penal, pelo crime de “lesão corporal”, dando vistas ao processo e remetendo os autos ao juiz de Nazareth, que, com base nas inquirições, imputou ao réu a pena de “prisão”, podendo ser ela cumprida livremente, após pagamento de fiança no valor de 600\$000,00 (seiscentos mil réis). O juiz prolatou a sentença e, em seguida, mandou que se lançasse o nome do réu no livro do “rol dos culpados”, expedindo o mandando de prisão.

4 – Expectativas de direitos

O caso do lavrador Marcolino nos revela, de forma bastante interessante, momentos de conflitos existentes entre trabalhadores rurais – posseiros – e proprietários de terras no Recôncavo Sul no início do século XX. Marcolino e seus companheiros figuraram nesse processo, ora analisado como vítimas e testemunhas de atos de abuso de poder com a anuência e participação do aparelho policial do Estado. Porém, percebemos que a natureza do conflito é a luta pelo direito de permanência e posse de terras, que sequer pertenciam a eles, por lei, embora entendessem em defendê-las, como se assim o fossem.

A disputa não se iniciou com o enfrentamento direto entre os proprietários das terras, neste caso, Francisco Rosa e Dr. Ildefonso, mas sim, entre um proprietário e os trabalhadores posseiros das terras de um outro, também, proprietário, desafeto do primeiro. Ou seja, as terras – objeto da disputa – pertenciam ao Dr. Ildefonso, sendo Marcolino, Gregório, Nicolau, Gregório Sobrinho e Felipe Nery apenas posseiros, trabalhadores, que estabeleciam contratos “de meia”, e, ali, eram residentes há muitos anos, conforme verificamos em seus depoimentos.

Francisco da Costa Rosa era proprietário de terras e negociante conhecido na “praça” de Nazareth. Sabia-se que era seu costume, o empréstimo de dinheiro a juros, assim como outros negociantes conhecidos, por todos, como “capitalistas”. Naquele mesmo ano de 1908, no período em que ocorreu o caso Marcolino, encontramos um Termo de empréstimo de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), desse negociante, feito ao cidadão Espiridião de Figueiredo, com juros de 1% ao mês, tendo este último a obrigação de restituir-lhe a referida quantia no prazo de 60 dias a partir daquela data de 16 de fevereiro de 1908.²⁸⁵

Esses contratos eram, quase sempre, firmados “de boca”, não havendo formalização por escrito, sendo raros, os que eram feitos perante a justiça. Porém, qualquer conflito era dirimido ali mesmo, na presença das partes e das testemunhas ouvintes, embora, muitas vezes, de forma bastante tumultuada, visto que não foram poucos, os casos de morte envolvendo proprietários de terras e posseiros, em luta pela permanência na terra onde haviam cultivado e que por costume, há tempos, já lhes pertencia.

Um ponto interessante a ser explorado nesse episódio, é que o fato de trabalharem para “si”, com certa autonomia, garantia àqueles trabalhadores o “direito” de usufruir das terras em que viviam, enquanto ali estivessem cultivando, de maneira que, à medida que se tornavam responsáveis pelo plantio, pela colheita e venda do que produziam, esses “direitos” de uso da terra iam sendo ampliados costumeiramente, estabelecendo-se, portanto, entre proprietário e posseiros, uma relação de parceria e também de pertencimento à terra.

Não posso afirmar em números quantos foram os posseiros, que ao morrerem deixavam as terras onde viveram e cultivaram, durante anos, para suas famílias, situação que, em alguns casos, desagradava aos proprietários, que tentavam aproveitar-se da morte de um antigo posseiro, para tomar de volta as terras, e não sendo raras as vezes em que forneciam o dinheiro para a família do trabalhador morto, ir embora “para a cidade grande”. Porém, a resistência das famílias de posseiros parecia, ao que tudo indica, provir de um “sentimento” de pertencimento à terra, nascido de um costume bastante comum entre os que ali viviam, talvez herdado da tradição de ex-escravos, que ao se fixarem em lavouras, e em terras do engenho, e que mesmo após adquirirem a liberdade, como nos revela Fraga Filho,

²⁸⁵ Ver cópia do documento, em anexos.

desenvolviam o “sentimento de direitos sobre as roças” o que “explica porque alguns roceiros cativos permaneceram nas propriedades depois de alcançarem a alforria.”²⁸⁶

Talvez esteja, aí, a razão pela qual foram aqueles trabalhadores vítimas das ações de um outro proprietário de terras. Creio na possibilidade de terem, eles, defendido as terras em que viviam, mesmo não sendo suas, por acreditarem numa expectativa de Direitos ou mesmo no simples costume que lhes assegurava a posse daquelas terras e lhes aparentemente “protegia”: a tradição.

Presume-se, portanto, que existiram trabalhadores do campo, oriundos de experiências escravistas que lutavam pela posse de terras e pelo direito de nelas permanecerem, principalmente se pensarmos que “para ex-escravos a liberdade significava acesso a terra, direito de escolher livremente onde trabalhar, de circular livremente pelas cidades sem precisar de autorização de outra pessoa.”²⁸⁷ Dessa maneira, no caso do Recôncavo Sul, verificamos que muitos se deslocavam para a Cidade de Nazareth a fim de, ali, venderem os produtos de suas roças, como verificamos, anteriormente, no primeiro capítulo.

Entendo que no caso dos trabalhadores livres, o posseiro, essa aparente autonomia na produção se lhe apresentava como algo seguro, tanto para o proprietário como para os posseiros, constituindo-se, dessa maneira, em um dos muitos mecanismos desenvolvidos por esses trabalhadores em suas experiências cotidianas, para a sobrevivência de seu grupo ou categoria, em face das necessidades materiais, diárias.

Essas estratégias de sobrevivência não foram, porém, diferentes das experiências desenvolvidas por ex-escravos em terras de seus ex-senhores, onde o cultivo de roças conferia a estes “espaços de independência pessoal na produção da própria subsistência e na comercialização do que era cultivado.”²⁸⁸ Entendo que, embora não houvesse um contrato firmado “no papel”, entre “senhores e posseiros”, havia, antes mesmo de uma relação de confiança, uma relação de interdependência que os unia. Ou seja, ainda que existissem trocas

²⁸⁶ FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da Liberdade, p.43.

²⁸⁷ Idem, p.348.

²⁸⁸ Cf. Fraga Filho, Walter. Encruzilhadas da Liberdade, p.42.

e negociações, existiam conflitos, os quais eram cotidianamente relatados em páginas de jornais e processos judiciais, como veremos adiante.

Outra situação interessante, verificada nesse conflito é que, tendo em vista ele originar-se da luta por direitos a terra, poderia ter como vítima o proprietário daquelas terras, neste caso, o Dr. Ildefonso. Porém, ao que verificamos no processo, foram os trabalhadores das terras “dele”, quem terminaram por “pagar o pato” e “comprar a briga” com o outro proprietário, Francisco Rosa.

Também me parece ser importante acentuar a idéia de que aqueles trabalhadores posseiros entendiam serem aquelas terras objeto da demanda, também suas, por tradição. Conforme já afirmei anteriormente, esse sentimento de “pertencimento à terra” denotava ser bastante comum e com forte poder de representação, quando se tratava do uso e posse de terras. Arrisco-me, porém, a ir mais longe ao afirmar que os conflitos decorrentes dos limites de uso e posse de terras, muitas vezes tinham de ser resolvidos “no braço”, na foice ou no facão. Haja vista, não foram poucos os que se apropriaram de terras devolutas sob a égide de um “novo estado republicano”, que procurava ser, ao mesmo tempo, liberal nas idéias e conservador em Termos de legislação, não garantindo aos posseiros, o direito de fato, à propriedade das terras, conforme disciplinavam o artigo 3º, parágrafo 4º, e artigo 5º, da lei de Terras de 1850, então vigente.

A lei de terras vigente no Brasil, desde 1850, e naquele ano de 1908, podia até ter importância para ser discutida nos tribunais, mas raramente tivesse eficácia suficientemente plena para dirimir conflitos envolvendo posseiros e proprietários de terras, onde se disputavam espaços de sobrevivência, duramente marcados pelos costumes que sobrepujavam as próprias leis escritas. Aliás, é o que nos parece o caso Marcolino e outros tantos. Este, por apresentar alguns elementos que nos chamam a atenção para a simbologia e representação do cotidiano vivido por esses trabalhadores, em sua intensa mobilização, no sentido de constituir-se enquanto possuidores de direitos que se configuravam, não pelo que estava escrito, mas, principalmente, pela via da tradição da oralidade e do costume de fazer-se morador de terras que estavam, há muitos anos, sob o seu domínio.

Alguns conflitos envolvendo trabalhadores rurais no Recôncavo Sul, dada a frequência com que aconteciam, pareciam rotineiros e faziam parte do cotidiano das comunidades rurais daquela região. Verificamos, também, que muitos conflitos ocorriam entre eles mesmos, trabalhadores, alguns resultavam em mortes provenientes do uso de armas de fogo, já que não havia limitações quanto ao uso delas. Ao contrário, percebemos que era fato comum resolver-se as questões pessoais “à bala”, sendo raros os conflitos em que se chegava à resolução por meio de diálogos ou acordos formais.

5 – A luta por terras

Em 20 de agosto de 1901, o delegado de Jaguaripe enviava ofício à Secretaria de Agricultura, e ao diretor de inspeção de terras, no Estado da Bahia, a fim de ver solucionado um conflito de terras, envolvendo o Padre Laurenço Pellegrino, aquele delegado, e alguns posseiros, moradores em terras, do Distrito dos Prazeres, no referido Termo de Jaguaripe. Segundo o ofício do delegado, o padre Laurenço reclamava pertencerem à Igreja as terras de um aldeamento indígena, já extinto e no qual, alegava

(...) aquele vigário, que essas terras constituem posse mansa e pacífica da Igreja na extensão de 600 braças e apesar disso., o vigário propõe-se a cobrar rendas de terras "até a distância de mais de uma légua".²⁸⁹

Comunicando à Inspetoria de Terras, a respeito da intimação que lhe foi feita pelo Juízo de Jaguaripe, o delegado defendia-se das acusações feitas pelo padre, que em vista de os posseiros recusarem-se ao pagamento da pretendida renda, por serem as terras do domínio do Estado, o referido vigário, dizia o delegado, acusa-o fortemente.²⁹⁰ Desta forma, atendendo ao pedido do Padre Laurenço Pellegrino, vigário da Estiva, o Juízo Preparador de Jaguaripe intimou o delegado de jaguaripe, para que ele comparecesse no dia 14, do mês de novembro, em audiência, a fim de assistir à prova testemunhal de ocupação das referidas terras, como patrimônio da Igreja. Porém, o delegado comunicava à procuradoria que deixaria de atender á intimação,

²⁸⁹ APEBA, Secretaria de Governo. Série: Documentos diversos. Caixa 2296 Documento 2906.

²⁹⁰ Idem.

(...) por julgar ser este um caso de invasão de terras do Estado e não dever consentir que aquele vigário queira usurpá-la para a Igreja...²⁹¹

Em seu ofício, o delegado concluía, pedindo, com urgência, instruções para o seu “governo”. Em 29 de outubro, respondendo àquele ofício, e orientando ao delegado quanto às providências que deveriam ser tomadas, o inspetor geral de terras na Bahia, Joaquim Francisco Gonçalves Junior, afirmava ser indispensável à resolução daquele conflito, que o vigário Laurenço apresentasse os documentos comprobatórios dos direitos que dizia ter a Igreja sobre aquelas terras. E, no caso de serem eles (os direitos) regulares, fazia-se, também, necessária, a respectiva medição para a discriminação entre aquelas terras e as do estado.²⁹² Em seguida, em seu parecer, informava que,

(...) uma vez, porém, que o vigário recusa-se a isso ou apresenta documentos que não provam os direitos alegados, como diz o delegado, penso que os respectivos ocupantes devem requerê-los por compra ao Estado ou legitimá-las, se lhes assistir direitos. E quanto ao procedimento que tem tido o vigário, insistindo pela cobrança de rendas dessas terras, conforme informa o delegado, creio necessária alguma providência que faça cessar tal pretensão.²⁹³

Em seu parecer, decidindo a respeito dos procedimentos a serem tomados pelo delegado de Jaguaripe, e, também, sabendo da resistência, por parte do padre, em observar o que prescrevia a lei, o inspetor de terras manifestava-se contrário à pretensão da igreja, conferindo poderes ao delegado de Jaguaripe, no sentido de que ele agisse de conformidade com a lei, decidindo pelo que “lhe parecesse mais acertado” aos interesses do governo. Assim, uma vez instruído, o delegado teria possibilidades de defender-se perante o Juízo de Jaguaripe contra as acusações do vigário, que afirmava ser ele, o delegado, o responsável por orientar os posseiros a não pagarem o “aforamento” à Igreja.

O padre Laurenço era de origem espanhola, e residente há algum tempo naquela região. Sua pretensão devia-se ao fato de que as terras ocupadas por posseiros, pertenciam, por direito e tradição, a uma antiga e já extinta, comunidade indígena, que, conforme afirmava o padre, ficava sob a “proteção” da Igreja. Anos mais tarde, em 1912, verificamos que esse mesmo padre se envolvia em novo conflito, agora, numa ação contra o cidadão José Cupertino de Souza, da Cidade de Jaguaripe, por ter o mesmo, o desacatado na sacristia da

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

²⁹³ APEBA, Secretaria de Governo. Série: Documentos diversos. Caixa 2296 Documento 2906.

igreja, enquanto se “arrumava” para a missa do dia.²⁹⁴ Após ser acusado de estar realizando prisões arbitrárias, e instado a explicar-se sobre o ocorrido naquele conflito, o alferes Júlio Magno, delegado de Jaguaripe, comunicava ao secretário de interior e justiça que o acusado,

(...) José Cupertino de Souza que preendi correcionalmente por 24 horas, é um rapaz de cor preta, capadócio, jogador e tocador de violão que não respeita ninguém, irmão de um tal José Esteves, tido aqui por gatuno e que se intitula Capitão da Milícia Nacional, sem ser cabo de esquadra ao menos, que me consta não largar uma faca e uma pistola da cintura.

Verificamos que este mesmo delegado, o alferes Júlio Magno, que havia em 1901, discutido sobre a legalidade de posse de terras, com o padre Laurenço, agora se mostrava favorável ao mesmo, numa ação proposta pelo padre, sob a alegação de que teria José Cupertino chamando-o de ladrão e outros epítetos,²⁹⁵ sem que houvesse motivos para isso.

O mais interessante da ação proposta pelo padre, é que o acusado, José Cupertino seria processado, não por ter injuriado ao padre, e sim, por ter desacatado a sua autoridade de “sacerdote daquele Termo de Jaguaripe” na presença de muitos fiéis. Constata-se que, naquele inquérito, foram chamados a testemunhar 4 pessoas, dentre as quais 2 artistas: Venâncio Francisco Ribeiro, com quarenta e nove anos de idade, solteiro, natural da cidade de Aratuhy e residente na capital e um outro por nome Nicolau Jovio, com trinta anos de idade, incompletos, casado, artista, natural da cidade de Itália e residente também em Jaguaripe; além deles, havia o negociante Juliano Soares de Araújo, com quarenta e oito anos de idade, casado, natural e residente ali, naquele Termo, e o pescador, Innocêncio Ricardo dos Santos, com vinte e dois anos de idade pescador, natural e residente naquele Termo, que dizia saber ler e escrever; todos católicos e residentes naquele Termo.²⁹⁶

O inquérito iniciado pelo delegado de Jaguaripe e contestado por Cupertino dava início a ação pretendida pelo padre, onde eram ouvidos: o queixoso, o acusado e as testemunhas, sem que fossem necessárias as presenças do juiz de direito, ou mesmo do promotor de justiça. Dessa forma, todos os procedimentos anteriores realizados pelo

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ APEBA, Grupo: Secretaria do Interior Série: Correspondências recebidas e expedidas. Secretaria de Segurança Pública, caixa 03, maço 01 (1889-1947), doc. 128.

²⁹⁶ APEBA, Grupo: Secretaria do Interior Série: Correspondências recebidas e expedidas. Secretaria de Segurança Pública, caixa 03, maço 01 (1889-1947), doc. 128.

delegado, teriam validade, pois as inquirições, obrigatoriamente, teriam de ser feitas na presença do escrivão de justiça, que levava os autos ao juiz da cidade de Nazareth.

Pode-se verificar que no texto havia uma carga de presunção de culpabilidade, imposta a Cupertino, em face da sua cor, e por ser, o seu irmão, considerado “gatuno”, e mais, que ele seria processado, não somente por ter atribuído, ao padre, o título de “boneco de batina” ou “ladrão de galinhas”, mas, por tratar-se, o padre, de uma “autoridade” naquele local. O processo seria remetido ao promotor de Nazareth para que este se pronunciasse sobre o caso e oferecesse a denúncia ao juiz daquele Termo, o que foi feito posteriormente.

Alguns casos, como o de Cupertino, eram bastante comuns, ali, no Recôncavo, principalmente naquele período, quando o preconceito às “gentes de cor” eram explícitos e corriqueiros, e retratavam cenas de conflito no cotidiano desses indivíduos, os quais se encontravam sempre na “mira” da lei. Anos antes, na cidade de Nazareth, verificamos um caso de furto em uma casa comercial, que nos chamou a atenção pela forma como foram conduzidos os trabalhos, tanto da polícia, quanto da justiça que mesmo identificando os culpados, buscava atribuir a culpa, apenas a um deles.

O fato se deu na noite de oito de maio do ano de 1896, quando o “jornaleiro” e “carregador”, Marciano José dos Santos, apelidado de “negrão”, de aproximadamente 24 anos de idade, natural da cidade de Caitité e filho de Isabel Maria da Conceição, foi preso na Cidade de Nazareth, onde residia, após ter sido flagrado pelo cidadão Pompílio Meirelles, que viu o acusado, saindo da casa comercial do negociante Joaquim José Pereira, após ter furtado uma lata de azeite de dendê naquele local.

No inquérito que deu causa ao processo por crime de furto, o advogado do negociante, pedia, a princípio, somente a condenação de “negrão”, isentando de culpa, os demais envolvidos. Porém, o juiz de Nazareth entendeu que além de “negrão” estavam envolvidos no crime, os negociantes, Joviniano Celso de Macedo, Abílio Soares e Firmiano Maximiano da Cruz, que, por comprarem o roubo, eram, também, culpados pelas práticas imputadas tão somente, a “negrão”. Dessa maneira, julgou o magistrado, condenar a todos, a restituir ao negociante, Joaquim Pereira, as quantias presumíveis aos furtos praticados por “negrão” e, com a aquiescência dos outros envolvidos.

Porém, o advogado de defesa dos acusados, impetrou dois recursos de apelação junto ao Tribunal de Apelação do Estado da Bahia, os quais não tiveram provimento, conseguindo-se manter a decisão do juiz de Nazareth que fixou as penas, após arbitramento dos valores das mercadorias, pelos peritos. De acordo com aquela decisão, ficariam todos os acusados, com exceção de Negrão, obrigados a pagar pelo valor presumido das quantias referentes aos objetos roubados, durante um mês na casa comercial do queixoso. Negrão, ao que parece, à luz do Código Criminal daquele ano, respondeu em liberdade, haja vista não lhe ser decretada a prisão no momento da sentença.²⁹⁷

Dentre as testemunhas arroladas no inquérito, e ouvidas nos autos do processo, verificou-se a existência de uma cozinheira, de aproximadamente, 50 anos de idade, por nome Jacintha Meirelles, que havia sido escrava de Pompílio Meirelles, justamente, o indivíduo que deu voz de prisão a Marciano. Em sua narrativa sobre o fato, e na presença de seu patrão, Jacintha afirmara que trabalhava na casa do Sr. Pompílio, e que na data do ocorrido,

(...) na quarta feira da semana passada, passando pela porta do fundo do armazém do queixoso pelas sete horas da noite mais ou menos viu o indiciado “Negrão” que saía com uma lata na mão, e como desconfiasse dele foi contar ao seu ex senhor, moço Pompílio Meirelles que mora perto da dita porta, saindo ele incontinente prendendo Negrão que assegura ter saído com a lata, a qual ela testemunha foi mostrar achar-se oculta em um canto próximo.²⁹⁸

No depoimento da cozinheira Jacintha, verifica-se que, mesmo tendo aquela trabalhadora, deixado de ser escrava de Pompílio, ao referir-se a este, como: “ex senhor, moço Pompílio”, ela continuava trabalhando como cozinheira em sua casa, de maneira que, percebe-se em sua fala, a manutenção das relações de servidão que ainda estavam presentes naquela “atmosfera”; e mais, Jacintha, também, havia adotado o sobrenome de seu “ex-senhor”, e agora, patrão.

A leitura do processo nos revela que, Jacintha foi chamada ao caso por ter testemunhado o furto que incriminava a “negrão” e também, por relação, aos outros envolvidos. Em seu depoimento percebe-se o temor da cozinheira, em discordar do que

²⁹⁷ Devido ao estado de má conservação do processo, não houve condições de se verificar a sentença final, condenatória.

²⁹⁸ APEBA, Secção: Judiciária: Processo crime, cidade de Nazareth, em que foi vítima, Joaquim José Pereira. 1896.

dissera seu patrão a respeito do ocorrido, tendo em vista que ele também figurou como testemunha no inquérito, e que, naquele momento Jacintha ainda o tratava como se ainda vivesse em tempos de escravidão.

Outro fato curioso é que a ex-escrava Jacintha havia adotado o sobrenome do patrão “Meirelles”, e assim permaneceu após sua “libertação”, como se verificou quando lhe foi perguntado em depoimento. Ou seja, ainda que estivesse oficialmente livre ela podia estar sendo forçada a permanecer em condição análoga à anterior por razões diversas; desde as necessidades diárias de se reinventar as relações de convivência como forma de garantir abrigo, guarida, ou mesmo por causa de sua idade que lhe dificultava aprender outros ofícios e se libertar, definitivamente, de seus antigos senhores. Assim como a cozinheira Jacintha ainda continuava a prestar serviços domésticos para o ex-senhor, muitos outros ex-escravos, ao tornaram-se oficialmente livres continuavam presos à terra em que haviam cultivado o seu sustento e de suas famílias.

6 – O caso do artista Victor Salles

Era o dia 29 de abril do ano de 1911, quando o periódico “O Combate” trazia em sua 3ª página uma interessante nota cujo título era: “*A bem da verdade: Rebatendo injúrias*”, publicada à pedido do artista Antonio Victor de Salles, de aproximadamente 48 anos de idade²⁹⁹, o qual se utilizava de duas colunas daquele jornal para ir à público defender-se das acusações constantes em nota publicada pelo jornal “*O Palládio*”, que o acusava de ter arrastado e esbofeteado o cidadão de nome Valverde.

Apesar de, no jornal, não aparecer o nome completo do ofendido, este chamava-se na verdade, Joaquim Ribeiro Valverde, conforme se verificou na observação de suas assinaturas nos vários registros de editais de proclamas realizados no Distrito de Vargem Grande (hoje Varzedo), no Recôncavo Sul, quando Valverde exercia os cargos de escrivão de Paz e oficial do registro civil daquele distrito, entre 5 de novembro de 1893 e 1895.³⁰⁰

²⁹⁹ *O COMBATE*, 29 de abril de 1911, p.3.

³⁰⁰ APMSAJ. Conforme se verificou no livro de registros de editais de proclamas para casamentos civis, em Vargem Grande, distrito de Santo Antonio de Jesus.

Desafeto, portanto, do ex-escrivão, por razões não declaradas, e em defesa própria, o artista Salles alegava, em nota de jornal, que estava guardando-se para defender-se perante os tribunais judiciários do Estado, contra o que ele chamava de “torpes e inverídicas acusações” as quais lhe haviam sido preteridas pelo periódico “O Palladio e seus apaniguados”. As acusações diziam respeito ao fato de que Salles havia praticado atos de violências à “pessoa augusta do probidoso Valverde”.³⁰¹

De forma contundente, imperativa, e muitas vezes com um toque sutil de ironia, o artista não só se defendia como também atacava, dizendo que “somente as colunas do apaixonado jornal (O Palladio) poderiam dar agasalho a tão injustas inverdades”, de que se queixava “um indivíduo a quem o povo na sua sabedoria, chama de “Pacotinho”.³⁰² Em seguida, ainda nesse mesmo jornal, o artista Salles voltava a atacar, afirmando de forma satírica que o cidadão Valverde “por felicidade”, “o tal honrado ancião”, era conhecido das autoridades policiais daquele Termo; durante a administração de Coelho Lima, dado o seu envolvimento com as “eternas luminárias”, motivo pelo qual, afirmava Salles, foi Valverde demitido do cargo de escrivão de Paz de Vargem Grande, “por sua “excessiva honradez”, motivo que não é desconhecido dos srs. do Palládio.”

Após apontar Valverde como responsável pelo furto e desaparecimento de luminárias a gás, Salles continuava afirmando que a polícia local “andava às voltas” com aquele “honrado ancião” e que o mesmo, há poucos dias, fora forçado pelo 1º suplente do subdelegado do primeiro distrito, a entregar-lhe um “corte de casemira”, que Valverde havia tomado para fazer uma roupa, recebendo o dinheiro para tal fim, não querendo, porém, entregá-la ao dono. E que o mesmo Valverde vinha sendo criticado por muitos, naquela cidade, por este ter sido encontrado na fonte pública, “fazendo propostas imorais a jovens, filhas de família, a quem a pobreza obriga ao trabalho honrado.”³⁰³

Apontando, portanto o jornal “O Palládio” de ser conivente com o cidadão Valverde, e de fazer conchavos com seu nome, o artista Salles não só demonstrava interesse em defender-se como também de atacar, não só ao “ofendido”, como ao próprio jornal que demonstrava apoio ao seu desafeto. Seguindo a leitura atenta do texto que fora publicado por

³⁰¹ O *COMBATE*, 1911, p.3.

³⁰² O *COMBATE*, 1911, p.3..

³⁰³ Idem.

Salles, percebe-se que havia uma carga de preconceito bastante evidente nas suas palavras; principalmente quando dissera que a edição nº. 20 do jornal “O Palládio”,

(...) Ocupa-se da minha humilde pessoa e faz alarde das “grandes e bárbaras” violências praticadas na pessoa do senhor Valverde; deveras é ótimo o plano de indispor-me com as autoridades judiciárias da Comarca, para ter resultado o negro plano, tão negro como a epiderme do meu gratuito e oficioso acusador.³⁰⁴

Ao que parece, o cidadão Valverde era alfaiate, e, portanto, artista, sendo também “severinista” o que nos leva a crer ser o mesmo oposicionista ao artista Salles, conforme a afirmação dele próprio, que “apesar das notas publicadas contra a sua pessoa, nada serviria para desviar os magistrados do caminho reto da honra e do dever”, pois estes não iam querer “manchar os alvos arminhos das suas togas para serem agradáveis a esta meia dúzia de “severinistas” desorientados.”

Percebe-se, contudo, que apesar de não conseguirmos esclarecer o motivo inicial do conflito entre os dois artistas, uma vez que isso não ficou claro nos jornais, tinham estes, conflitos de natureza política, pois ao que parece, pertenciam a facções diferentes, dentro do Partido Republicano da Bahia, ao qual, ambos pareciam fazer parte. Isso se tornava evidente à proporção que verificamos que o periódico *O Combate* era um “*Orgão do Partido Republicano*”, representado na Bahia pelo Partido Republicano Baiano.³⁰⁵

O Partido Republicano Baiano foi fundado em 1901, tendo como líder maior o ex-governador José Marcelino de Sousa que, curiosamente, tinha sido monarquista e conservador, assim como, o também ex-governador Severino Vieira e tantos outros políticos baianos, que na transição da monarquia para a República, passaram a membros daquele partido.³⁰⁶ Fato curioso nos revela a professora Consuelo Sampaio, que,

(...) na Bahia, os mais ardorosos defensores da monarquia aderiram ao novo regime. Mas somente quando ele já se manifestara

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais. Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. Salvador, Edufba, 1998.

³⁰⁶ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889–1943, A Bahia na 1ª República brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979.

irreversível, pois tomaram para si, a tarefa de organizar política e administrativamente o Estado.³⁰⁷

Tendo apoio, portanto, do periódico “O Combate”, jornal fundado em 14 de julho de 1897 na cidade de Santo Antonio de Jesus, e que tinha como redator-chefe, o “Dr. Bernardo Jambeiro³⁰⁸”, líder político e anti-severinista. Instado, portanto, a defender-se contra as acusações, Salles declarou lhe restar, apenas dizer, que o tal Valverde, mais conhecido por “pacotinho”, que diz “O Palládio” ter sido esbofeteado e arrastado à cadeia, apenas apresentava “no ângulo externo do olho direito uma equimose de “cor sitrina” mais carregada no centro”, e mais; que segundo a opinião dos peritos, ao que ele chamava de “dignos e honrados profissionais”, aquela equimose foi produzida por instrumento contundente.

Negando, portanto, a acusação que lhe fora imputada, Salles afirmava que a opinião dos peritos confirmava a declaração feita pelo próprio Valverde na presença da autoridade policial e de quatro testemunhas, de que o ferimento que tinha no seu rosto “fora ocasionado pela queda, durante a luta que teve com ele, a ponto de Valverde ter-lhe rasgado a camisa.

309>>

A todo o instante, Salles evocava o discurso da moralidade e da justiça, dizendo-se confiar nas autoridades judiciárias e policiais. Em sua fala, tentava demonstrar a necessidade de se punir, apenas aqueles a quem ele chamava de transgressores da lei, o que, no seu entendimento, eram todos aqueles que praticavam atos contrários ao censo comum, e, portanto, vigentes naquela sociedade. Seu discurso se torna mais inflamado à medida que, em determinado momento, o artista chega a apontar quais eram esses tais atos praticados por indivíduos que estariam sujeitos à ação da polícia, quando afirmou,

(...) De polícia, efetivamente precisa esta terra, mais para punir os ébrios e desordeiros que ostentam armas proibidas, os freqüentadores das casas de tavolagem, os funcionários que ébrios servem de chacota aos vadios, os que chicoteiam em praça publica aos seus semelhantes, os que caloteiam a humanidade com lábias engasôpadoras; os que desfalcam os cofres públicos como constados alcances que a Câmara pública e finalmente muitos outros fatos que

³⁰⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*. p.22.

³⁰⁸ Cf. Diário de Notícias, 16 de julho de 1903.

³⁰⁹ Cf. *O Combate*, 1911.p.3.

se passam nesta Cidade sem tornarem o seu nome tristemente celebre.

À proporção que se defendia, dizendo-se injustiçado pelas más notícias recém-publicadas contra a sua pessoa Salles, também criticava todo o sistema policial, as autoridades municipais e o jornal “O Palládio”, transcrevendo parte da ofensa, e questionando acerca de um trecho da publicação daquele periódico sobre a justiça local, em Salles afirmava:

(...) Felizmente, diz “O Palládio”, andam afetadas, a justiça deste Termo, às análises de alguns fatos que merecem a máxima atenção e nós sabemos que o ilustre magistrado, que entre nós se tem imposto por indiscutível correção, está “vivamente” interessado em apurá-los e puni-los.³¹⁰

Sentindo-se ameaçado pelo fato de ter “O Palládio” dito que a justiça daquele Termo tinha interesse em apurar os fatos e puni-los, tanto a ele quanto ao Valverde, Salles afirmava que “absolutamente não acreditava” no que ele denominava: “inconveniências”, contidas naquele “periódico” uma vez que, segundo ele, “o jovem Dr. Preparador” não era um leviano e que o fato criminoso que lhe imputaram, nem mesmo havia chegado à Justiça.

Demonstrando ser conhecedor dos meandros da justiça, e utilizando-se de sua experiência no cargo que havia ocupado no distrito da Vargem Grande, Salles cuidava, com grande habilidade, de tentar convencer a opinião pública quanto a sua inocência, no caso de a decisão da justiça, ser favorável a Valverde. Em sua última frase de defesa ele afirmava que “não haviam provado o crime que lhe fora atribuído.” Crime esse, segundo Salles, trata-se de um dos mais graves que disciplinava a legislação criminal da época: o crime de lesões corporais. Afirmava, ainda, que se sentindo lesado pelas acusações que lhes foram imputadas, exigiria justiça. E que uma vez provada a sua inocência, necessário se faria, “meter-se na cadeia correccionalmente, o mentiroso e atrevido enredador” e que este merecia também “as penas da fogueira da inquisição.”³¹¹

Desta maneira, após evocar a necessidade de uma punição bastante severa para os seus inimigos, e ciente da necessidade de buscar apoio das autoridades judiciárias, o artista Salles encerrava a sua defesa no jornal afirmando que “felizmente aqui, ali e acolá há juízes

³¹⁰ Cf. *O Palládio*. 1911, p.3.

³¹¹ Cf. *O Palládio*. 1911, p.3.

que sabem desprezar as lábias destes falsos sacerdotes da justiça,” e Ainda há juízes em Roma!.”

O caso de Salles e de outros tantos indivíduos se insere na descrição do “universo” dos mundos do trabalho, que estão permeados de espaços de conflitos, sempre presentes no cotidiano de trabalhadores, quer seja por razões provenientes de fatores internos ou externos. Esses conflitos ocorrerão tanto nas relações horizontais quanto verticais. Ou seja, eles se darão não só com indivíduos de uma mesma classe ou mesma categoria, como também, com indivíduos de categorias distintas, tendo em vista a existência de outros interesses e necessidades que estarão sempre em jogo.

Entendo que, pensar os mundos do trabalho, é, antes, pensar a dicotomia que se estabelece entre os atores sociais na composição de um determinado “tecido social”, na formação ou rejeição a direitos individuais ou coletivos; a partir da análise econômica, política e social, desses espaços de trabalho, dentro e em torno de suas complexidades, relacionadas com diversas áreas do conhecimento a que esses indivíduos se encontravam ligados. Ou seja, os mundos do trabalho são um misto das atividades humanas, quaisquer que sejam elas, submetidas à regulação do costume, ou de legislações escritas, específicas. Enfim, entendo que enquanto viverem, os indivíduos sempre estarão estabelecendo relações que, se não passam pelo crivo do direito e da justiça, ao menos, passam pela auto-regulação dos hábitos comuns, costumeiros.³¹²

Dessa maneira, pensar o direito e seu efetivo exercício, apenas no seu sentido formal, como meio de controle social e, de delimitação de poderes, no interior, ou em torno das relações que os indivíduos estabelecem entre si, é ser demais simplista ou reducionista, por não se perceber, que as estratégias e instrumentos de luta são desenvolvidos por muitos indivíduos, que se apropriam, negam ou burlam a letra fria, da lei, como estratégia de sobrevivência, individual ou do grupo ao qual se identificam ou do qual fazem parte, por alguma razão.

³¹² Definir o que é direito, diferenciando-o do que é justiça, principalmente em uma sociedade composta por um complexo universo de trabalhadores, alguns, advindos de experiências escravistas, e, vivendo a mercê da própria “sorte”, torna-se tarefa difícil, tendo em vista, existirem poucas legislações, específicas, tratando de temas relativos ao direito do trabalho, existindo apenas, algumas leis esparsas com pouquíssimas matérias em sentido estrito.



Busto feito em homenagem ao Diretor da Estrada de Ferro de Nazareth: Alexandre Bittencourt, Cidade de Nazareth. “homenagem dos ferroviários e do povo de Nazareth ao Patriarca”.

³¹³ Alexandre Bittencourt era médico e um dos empresários da Sociedade Tram-Road de Nazareth, responsável pela criação e instalação da Estrada de Ferro de Nazareth em 1871. O busto, foi feito em sua homenagem a mando do Diretor da Estrada de Ferro de Nazareth na década de 1940.

Capítulo IV: A luta de classes

1 - Nos trilhos da solidariedade

Eram 23 horas e 30 minutos do dia 28 de novembro de 1909, quando o último trem da Tram-Road, chegando de Amargosa, aportava na Estação Central de Nazareth. Naquele instante, podia-se encontrar presentes na estação, alguns trabalhadores, dentre os quais, o chefe do tráfego, um guarda fiscal, um telegrafista, dois agentes de estação, guardadores, conferentes, guarda-chaves, guarda-cancelas, bombeiros, serventes, vigias, guardas, guardas de reservatório e tanques, além dos encarregados de bombas à vapor, todos à espera do término do serviço, daquele dia.

Como de costume, o maquinista deu dois apitos, ergueu a mão, abrindo-a,³¹⁴ e fez a manobra da velha locomotiva, Lucena, encostando-a na rampa de desembarque. Para sua ajuda, estavam, sempre presentes dois condutores, que orientavam nas manobras e que, ao descerem, deveriam apresentar-se ao Chefe do Tráfego, tendo em mãos um minucioso e circunstanciado relatório, em duas cópias, mencionando todas as ocorrências da viagem, todas as irregularidades que se deram ou, que encontraram na linha, bem como a falta de auxílio, por parte do pessoal da via permanente em caso de acidente. Em seguida, dois operários, guarda-freios, desceram do trem e abriram os portões para os passageiros que esperavam para descer naquela estação.

Estavam, ali, também, alguns poucos carregadores, que ficavam ao lado da estação, sempre atentos, à espera de um serviço noturno; carregar bagagens e mercadorias de viajantes, moradores ou visitantes, que procurassem um hotel ou pensão para passar a noite. Enquanto isso, nas oficinas, ao lado da estação, um número maior de trabalhadores formado por funileiros, mecânicos, maquinistas, foguistas, guarda-freios, ferreiros e tantos outros, esperava pelos recém-chegados, para dar início a uma reunião que anunciaria a deflagração de uma resistente “Parede”.³¹⁵

³¹⁴ Cf. artigo 60, referente aos procedimentos de tráfego disciplinados no *Regulamento Interno e Instruções para os empregados do Prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco*, Bahia, Oficinas dos Dois Mundos, 1893, p.17. Tomei por base o procedimento do referido Regulamento, tendo em vista a revogação dos Regulamentos Gerais de acordo com o Decreto nº. 1052 de 22 de novembro de 1890, e adoção do referido modelo, no período, para as outras ferrovias baianas.

³¹⁵ Terminologia comum, empregada por eles, àquele movimento grevista.

Foi, portanto, naquela madrugada do dia 29 de novembro, do verão de 1909, que reunidos em assembléia, nas oficinas da estação da Estrada de Ferro de Nazareth, os trabalhadores daquela ferrovia deram início a um movimento grevista que duraria cerca de dezenove dias e contaria com a adesão quase total dos ferroviários. As causas que motivaram aquele movimento podem ser explicadas, observando-se atentamente os fatos que antecederam à greve, principalmente nos primeiros meses do ano de 1909, quando setores da Imprensa Baiana publicavam notícias a respeito das condições de tráfego nas ferrovias e de trabalho a que estavam expostos, os ferroviários.

Não resta dúvida que o movimento deflagrado naquela data já havia sido alertado, e comunicado por meio de telegramas enviados, pelos grevistas, aos jornais da Capital baiana; como por exemplo, o jornal *Diário da Bahia*, que em edição matinal, do dia 30 de novembro, publicava, em sua terceira página, o telegrama enviado por aqueles trabalhadores, no qual diziam estarem eles, operários, sendo coagidos por força policial para que retornassem ao trabalho, conforme se verifica na transcrição a seguir:

(...) Consta delegado de polícia Amargosa ameaça com prisão maquinista Fortunato Jesus, que já evadiu-se, afim obrigá-lo trabalhar. Nos mantemos pacífico, nosso direito será defendido qualquer terreno, sejamos arrastados. Confiamos imediatas providências. Operários, Nazareth.³¹⁶

Observando o tom empregado no telegrama enviado ao *Diário da Bahia*, pelos ferroviários de Nazareth percebemos que, apesar de o delegado de Amargosa ter tentado, de forma frustrada, prender o maquinista Fortunato, isso não o intimidava; tampouco, aos demais trabalhadores grevistas que, ao contrário do que esperavam as autoridades, se mostravam cada vez mais coesos e dispostos a lutar enquanto pudessem, a fim de virem suas muitas reivindicações atendidas.

Verificamos, também, que meses antes, especificamente entre setembro e outubro, os operários de outras ferrovias baianas já haviam iniciado um movimento paredista com proporções bem maiores, em termos de adesão. Essas reivindicações, portanto, estavam nas pautas de discussões estabelecidas entre os grevistas e os representantes daquela ferrovia, conforme publicava a “imprensa baiana” durante aquele ano.

³¹⁶ Cf. *Diário da Bahia*, 30 de novembro de 1909, p.3.

As ferrovias que “cortavam” os principais centros econômicos do Estado da Bahia já haviam sido paralisadas em diversos momentos, no ano de 1909, demonstrando, dessa maneira, que os ferroviários baianos não só estavam coesos, como sabiam muito bem da importância desses serviços para a economia do Estado, e como, essas paralisações poderiam surtir efeitos positivos para suas causas, ainda que com garantia mínima, mas com a expectativa de que suas reivindicações seriam atendidas.

Em alguns locais, como na ferrovia da Cidade de Alagoinhas, por exemplo, o movimento não contou apenas com a participação do operariado, mas também, teve influência efetiva de um padre por nome Alfredo Araújo, ao que diziam ser ele, o líder do movimento, conforme divulgava a “imprensa baiana”³¹⁷, embora o padre apenas se mostrasse inconformado com os rumos das negociações que pareciam não ter solução, indo a Salvador, com uma comissão de trabalhadores, dando prosseguimento ao movimento que teria fim, não fosse a sua intervenção em favor dos operários de Alagoinhas.

2 - Antecedentes

Nos primeiros anos do século XX, verificamos que os empregados das estradas de ferro na Bahia e em todo o Brasil, em geral, ocupavam um setor muito importante para a sua época. Eram eles, os responsáveis pelo escoamento da produção do café, e de outras culturas, fazendo com que as ferrovias transportassem nos trilhos, a base da economia da Primeira República. Dessa maneira, entendemos que, assim como o porto, a ferrovia era para o Estado um setor sensível, e, sendo guarnecida por ele, não deveria apresentar instabilidade³¹⁸. Parar a ferrovia era um fato que adquiria, então, grandes proporções, não só às empresas que a gerenciavam que tinham seus lucros afetados, mas também, todas as demais, que dela dependiam.

As causas do movimento deflagrado em 1909 podem ser entendidas a partir da observação e leitura da cobertura de notícias sobre as ferrovias baianas, feita pelos jornais do

³¹⁷ Diversos jornais: Diário de Notícias, Diário da Bahia, Jornal de Notícias, Gazeta Popular. 1909.

³¹⁸ Entre 1889 e 1930, a ferrovia foi a espinha dorsal da economia do país, tendo expandido 242%. Em 1930, o Estado era dono de dois terços dos trilhos do território e o Brasil, o sétimo país do mundo em quilômetros de trilhos. Conferir em: Steven Topik, *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889-1930*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 e Duncan, *Public and private operation of railways in Brazil*, Nova York: MSA Press, 1968.

período e em meses anteriores, que apresentam importantes informações onde se explicam as origens dos movimentos, os quais culminaram em uma grande greve, ocorrida em todos os trechos ferroviários do Estado. No dia 22 de outubro, um periódico anunciava:

(...) Acentua-se cada vez mais o boato de greve geral do funcionalismo por falta do pagamento de seus vencimentos assas, atrasados. O movimento tem raízes em todas as repartições públicas onde a fome impera de há muitos meses, e somente à boa vontade ou à resignação dos funcionários deve-se ainda encontrar quem trabalhe.³¹⁹

Em 17 de novembro de 1909, o jornal Diário de Notícias publicava os nomes dos “Funcionários perseguidos” que foram exonerados da Estrada de Ferro de Nazareth. Na lista, apareciam os nomes de Turiano Bittencourt, Euclides Maltez, José Julião, João Assis Baptista, Angelo Custodio, José Antonio Senna, Manoel Augusto Bonfim (agente de estação) João Barreto (escriturário e apontador das oficinas) e muitos outros que representados pelo Advogado dos Operários da Estrada de Ferro de Nazareth, Theodulo Prazeres, buscavam a reintegração aos seus postos de trabalho.

Com o título: “*Greve em Nazareth*”, o periódico Diário da Bahia, na quarta-feira, 01 de dezembro de 1909, anunciava a adesão dos operários da Estrada de Ferro de Nazareth à greve da Viação Geral da Bahia, trazia o referido jornal, a seguinte redação:

(...) Rebentou também um movimento grevista na via-férrea da vizinha Cidade de Nazareth. Não admira. Aquella estrada é arrendada ao Sr. Alencar Lima a essa sangue-suga de lunetas brancas que se fez celebre entre nós pelo modo grosseiro de julgar o povo bahiano e de se referir às classes pobres mas honrados que elle explora para em seguida, tendo bem farto o bandulho bem cheio o cofre, dizer-lhes o tal “adeus de mão fechada”. Há muito que se vinha falando na parede por parte dos empregados daquela ferrovia, o Sr. Alencar Lima, conhecedor do caso, para ali telegraphou fazendo promessas falazes e desculpando-se de não poder deixar esta capital, onde também se manifestaram em greve os operários da Viação Geral da Bahia.³²⁰

A greve dos trabalhadores da ferrovia de Nazareth foi a derradeira nas ferrovias baianas daquele último trimestre de 1909, eclodindo entre os dias 28 e 29 de novembro desse mesmo ano. Entretanto, mesmo sendo a última ferrovia a iniciar o movimento grevista, isso

³¹⁹ Diário de Notícias, 22 de outubro de 1909, p.1.

³²⁰ Jornal Diário da Bahia, 01 de dezembro de 1909.

não diminui a sua importância junto aos outros movimentos sociais deflagrados pelo operariado baiano, no primeiro decênio do século XX. Ao contrário, sendo aquela ferrovia, um instrumento de grande importância para a economia baiana, qualquer ameaça de paralisação era significativa o bastante para atrair a atenção de empresários obstinados em aumentarem seus lucros e do Estado, em garantir a sua arrecadação. Dessa maneira, explica-se o motivo pelo qual verificamos, naquele período, que as negociações ocorriam quase sempre na Associação Comercial da Bahia, local onde os empresários baianos podiam pressionar a administração pública, a fim de tomar medidas urgentes contra os grevistas, conforme divulgavam diariamente, os jornais baianos.

Uma das estratégias utilizadas pelos grevistas para garantir a publicação de seus telegramas, e se fazer ouvir, foi buscar apoio na “imprensa baiana”. Não foram poucas as vezes em que encontramos aqueles trabalhadores afirmando que era na imprensa onde depositavam a sua causa e estavam sob a proteção da “gloriosa “imprensa baiana””, e por isso, solicitava dela, o auxílio para a defesa de seus direitos.³²¹

De fato, a imprensa deu cobertura quase total aos eventos ocorridos na greve dos ferroviários de Nazareth, travando-se uma ferrenha disputa entre os jornais baianos do período, a exemplo do Diário da Bahia, Jornal de Notícias, A Bahia, e o Diário de Notícias que, a princípio, não pareciam querer “tomar partido”, evitando o embate direto com os representantes do governo. Porém, em publicação do dia 2 de dezembro, o Diário da Bahia, desmentia uma nota publicada pelo periódico, “A Bahia”, onde se afirmava serem falsas as informações de que o comércio da cidade de Nazareth havia fechado as portas em solidariedade ao movimento paredista.

Com o título “A greve em Nazareth”, o periódico Diário da Bahia afirmava, ainda, que o comércio havia fechado com “bela unanimidade” e que deveria ter reaberto no dia anterior, com a retirada da força pública das ruas.³²² Continuando, os editores do referido periódico diziam censurar, não só o oficial que cumpria as ordens de reprimir o movimento em Nazareth, como também quem o havia mandado àquela cidade, determinando que patrulhas andassem pelas ruas ensarilhando armas para amedrontar os grevistas.³²³

³²¹ Diário de Notícias, 29 de novembro de 1909, p.3.

³²² Cf. Diário da Bahia, 2 de dezembro de 1909, p.1.

³²³ Idem.

Segundo as informações prestadas pela população de Nazareth, ao Diário da Bahia, na publicação do dia 02 de dezembro, o delegado do ministério público estaria agindo “fora da lei” e “pessimamente aconselhado”.³²⁴ O periódico condenava os métodos utilizados para forçar os grevistas a retornarem ao trabalho, considerando tais atos como sendo, antijurídicos, havendo a necessidade urgente de o governador Araújo Pinho rever sua posição, e, que José Marcelino de Souza, colaborasse para tentar evitar maiores conflitos na “zona” onde ele residia.³²⁵

Dessa maneira o movimento de Nazareth ganhava notoriedade e a “imprensa baiana”, como um todo, divulgava, por meio dos jornais: *Diário de Notícias*, *A Bahia*, *Gazeta da Bahia* e *Diário da Bahia*, a adesão dos trabalhadores da Tram-Road de Nazareth, ao movimento paredista³²⁶ iniciado, em outubro, pelos demais trabalhadores da Companhia Viação Geral da Bahia.

Naquele período, a administração das ferrovias baianas ficava a cargo da *Companhia Viação Geral da Bahia*, empresa criada no ano de 1906, pelos Engenheiros Miguel de Teive e Argolo, Jerônimo Teixeira de Alencar Lima e José Gonçalves de Oliveira Rios³²⁷, sócios e diretores daquela companhia, criada com o firme propósito de arrendar os serviços de transporte ferroviário e aquaviário em todo o Estado. Porém, o contrato de arrendamento tinha caráter provisório e foi firmado em 14 de dezembro de 1906, sendo modificado em janeiro de 1909³²⁸, de forma a atender às exigências de arrecadação fiscal da Fazenda Estadual.

Com o processo de arrendamento, a referida companhia passou assumir, não só o controle dos serviços de transporte – tanto das ferrovias, quanto da Companhia de Navegação Baiana com seus serviços de cabotagem nos portos da Capital e do interior –

³²⁴ Idem.

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ O termo parede, aparece aqui no sentido de greve, mas há também um outro significado, que é o referente ao jargão portuário “que designa tanto o sistema de contratação da mão-de-obra, como o local onde os operários são recrutados e os grupos de trabalho são formados” Cf.: Maria Cecília Velasco e Cruz, *Solidariedade X Rivalidade: A formação do sindicalismo estivador brasileiro*, artigo apresentado ao PRODOC, CADCT/UFBA, p.2.

³²⁷ Revista do Brasil, novembro de 1909.

³²⁸ Diário de notícias, 19 de abril de 1909.

assim como se comprometeu a realizar melhorias, ampliando e restaurando a malha ferroviária. Porém, passados quatro anos, as queixas quanto ao Estado de conservação da malha ferroviária baiana, os baixos salários e as demissões de antigos funcionários, deram início a uma "*onda de protestos*" em vários segmentos de trabalhadores da sociedade baiana. Tão grande foi a proporção dos protestos, constantemente divulgados pela imprensa, que já se podia prever um grande conflito para os anos subseqüentes.

A greve dos trabalhadores das ferrovias baianas, com exceção da Estrada de Ferro de Nazareth, só teve fim em meados de outubro de 1909, após uma série de exaustivas negociações entre a comissão de greve e os representantes da companhia "Viação Geral da Bahia". No acordo, lavrado em cartório, da cidade do Salvador, no dia 14 de outubro verifica-se que os funcionários exigiam, dentre outras vantagens, o aumento dos seus vencimentos, a fixação de ordenados e diárias, bem como, a regularização dos seus serviços, conforme se estabeleceu previamente, ficando, deste modo, conciliados os interesses e direitos da Cia. Viação Geral da Bahia e dos seus empregados reclamantes.

Em contrapartida, naquele mesmo acordo, constavam algumas cláusulas estabelecidas pelos arrendatários da Companhia e pela comissão dos grevistas. Nelas, fixavam-se os deveres e direitos, aos quais, todos os trabalhadores daquela Viação estariam submetidos. A partir dali, firmava-se um novo regime de trabalho, de maneira, que não estariam, eles, apenas, sob a expectativa de direitos, visto que, a princípio, haviam firmado um contrato formal, com força de lei, em juízo, onde elencava as cláusulas contratuais que iriam regular as relações de trabalho, desde aquela data em diante, conforme se verifica no termo a seguir:

(...) Escritura de Compromisso e Conciliação que entre si fazem a Diretoria da Companhia Viação Geral da Bahia e os empregados da mesma, em greve pacífica, representados pelo órgão da Comissão abaixo firmada, e na forma abaixo.....Cláusulas:

Primeira: Começar o trabalho geral para os empregados, às cinco horas e trinta minutos da manhã, encerrando o expediente às seis da tarde;

Segunda: Os empregados que trabalham depois das seis horas da tarde serão considerados em serviço extraordinário e terão esse tempo calculado duplamente, para os efeitos da remuneração;

Terceira: Os pagamentos deverão ser efetuados nos dias cinco e vinte, de cada mês;

Quarta: A Companhia não demitirá, não removerá, nem suspenderá empregado algum pelo fato de ter tomado parte no presente movimento grevista, nem em caso algum sem motivo justificado e sempre com parecer do fiscal da União;

Quinta: Aos empregados removidos a Companhia arbitraré uma ajuda de custas, quando a remoção for definitiva; tratando-se porém, de remoção provisória, deverá ser marcada ao funcionário, uma diária, a título de gratificação, que será proporcional às vantagens do empregado, conforme a sua categoria;

Sexta: Obriga-se a Companhia, a não exonerar telegrafista algum do seu serviço especial, pelo fato da instalação do sistema Morse;

Sétima: O dito sistema só terá instalação depois que os atuais telegrafistas estiverem habilitados para o seu desempenho;

Oitava: Instalado o sistema Morse, os telegrafistas que se lhe não afeiçoarem serão aproveitados em outro serviço da Companhia na conformidade seus vencimentos e Categorias;

Nona: os vencimentos que os atuais empregados percebem serão acrescidos na seguinte proporção: em quarenta por cento, 40%, para os de até duzentos mil réis, 200\$000; em trinta por cento, 30% para os de duzentos até trezentos mil réis, 300\$000; em vinte e cinco por cento, 25% para os de trezentos até quatrocentos mil réis, 400\$000; em vinte por cento, 20% para os de quatrocentos mil réis, até quinhentos mil réis, 500\$000 mensais;

Décima: Esse acréscimo passará a ter vigor, desde já;

Décima primeira: o chefe do tráfego, além de ficar obrigado a tratar com humanidade o pessoal, só transmitirá a este ordem em nome da Diretoria, estabelecido o direito de recurso das suas deliberações próprias quanto à disciplina dos serventuários para a Diretoria da Empresa, havendo ainda recurso do ato desta, para o fiscal da União;

Décima segunda: A Companhia garantirá aos empregados o direito a férias por meio de revezamento que não prejudique o serviço;

Décima terceira: O tempo dessas férias será de quinze dias;

Décima quarta: Os empregados que fizerem serviço noturno só ficarão sujeitos a ponto de nove horas as dez do dia seguinte;

Décima quinta: Fica estabelecido que, findo o expediente ordinário, os empregados poderão deixar as respectivas secções, sem ordem superior, salvo caso de prorrogação do mesmo expediente, mediante notificação prévia;

Décima sexta: Ainda nesse caso de prorrogação, os empregados terão direito a remuneração simples, até, digo, terão direito à remuneração especial simples até seis horas da tarde e daí por diante, o pagamento dobrado;

Décima sétima: Ficam estabelecidas as gratificações trimestrais para os empregados da Companhia;

Décima oitava: os maquinistas, foguistas e limpadores, de nenhum modo praticarão serviço dobrado;

Décima nona: Aos funcionários e a todos os demais empregados no serviço da Estrada quer por vencimentos, quer por diárias será garantido o direito a licença nos casos de moléstias com os vencimentos integrais até três meses, e com a metade até o restabelecimento;

Vigésima: A Companhia fica obrigada a pagar a todos os funcionários das Estradas os vencimentos e salários correspondentes

ao tempo da duração da greve; Vigésima primeira: finalmente fica estabelecido que a Companhia ficará obrigada a promover dentro de breve tempo, a reforma do Regulamento organizando o pessoal de acordo com as necessidades do serviço, impedindo a sobrecarga de trabalho, tudo sob asdecorrentes da greve.em ação, valendo as presentes cláusulas como se fossem de uma objeção contratual, para todos os efeitos, inclusive o de responder a Companhia pecuniariamente pela infração da cláusula quarta, ficando assim, sujeita a pagar integralmente aos funcionários e diaristas que porventura, venham a remover, suspender e demitir, as vantagens de seus vencimentos e diárias, como se estivessem em exercício e, quanto aos removidos, os dos vencimentos e diárias em duplo. E pelos outorgantes conciliados, foi dito que aceitam esta escritura em todas as suas cláusulas e condições. Assim o disseram, afirmaram e me pediram que lavrasse este publico instrumento, o que fiz em nome dos interessados e dos ausentes, e nele incorporo o selo fixo da União, no valor de trezentos réis. Foram testemunhas presentes o Dr. Antonio Garcia de Medeiros Neto e o cidadão Praxedes da Silva, depois de lida esta, perante todos, por mim, Afonso Pereira de Cerqueira, tabelião.

Após assinarem os termos do acordo, a comissão de greve solicitou que fosse feito o aditamento àquela escritura, por terem sido omitidas, nas cláusulas, alguns pontos importantes e já discutidos previamente. Segundo aquele termo aditivo, o pessoal das Estradas de Ferro teria direito a passagens gratuitas nos trens daquela Companhia, ficando o benefício extensivo a pessoas de suas famílias. Firmou-se, também, o acordo de que ficaria estabelecido o antigo salário dos jornaleiros, não gozando estes trabalhadores das vantagens constantes na “cláusula nona” ³²⁹ que estipulava o percentual de aumento dos vencimentos e salários.

Ao término do aditamento, o representante da Companhia Viação Geral da Bahia, solicitou que, uma vez estabelecido aquele acordo, os grevistas restituíssem todo o acervo fixo e rodante de que haviam se apossado e que, por seus esforços removessem quaisquer outros obstáculos presentes, tudo de maneira a ser restabelecido, imediatamente, se possível fosse, o tráfego das Estradas. A comissão de greve, presente naquele cartório, anuiu com o que foi estabelecido na escritura de conciliação e os ferroviários de Salvador comemoraram, enviando telegramas para os principais núcleos grevistas do interior, anunciando o término do movimento. ³³⁰ De fato, para os ferroviários, aquele acordo parecia resolver antigos problemas vividos por eles: a instabilidade, a insegurança e o péssimo tratamento dispensado

³²⁹ APEBA, Judiciário: Livro de Escritura da Cidade do Salvador. Livro nº. 1187, p. 37, 1909.

³³⁰ Cf. Diário de Notícias de 15 de outubro de 1909.

aos trabalhadores nas estações era motivo constante de queixas. A disciplina a que estavam submetidos era bastante rígida e, certa feita, foi comentada em um dos telegramas dos grevistas, no qual dizia serem eles tratados como escravos.³³¹ Outras queixas podem ser verificadas ao longo das notícias sobre a greve, publicadas pela “imprensa baiana”, até o final de 1909.

A resolução para o conflito só ocorreria, de fato, em fins de novembro, pois o engenheiro Alencar Lima, um dos sócios da Companhia Viação Geral da Bahia manifestou-se contrário, a algumas cláusulas do acordo, conforme noticiava a “imprensa baiana”.³³² O movimento seria deflagrado mais duas vezes: em 02 de novembro, haja vista, não se chegar a um acordo, estourava o movimento, ainda mais resistente que antes, e somente retomavam-se as atividades, no dia 17 de novembro, havendo passeatas em todos os trechos ferroviários. Porém, nos dias 23 e 24 de novembro, após o periódico Diário de Notícias anunciar que, até aquele momento, as cláusulas do acordo não haviam sido respeitadas. A situação, porém, viria a piorar quando no dia 26 a Companhia decidiu não pagar os dias parados, não trabalhados pelos grevistas:

(...) Durante todo o dia 27 de novembro, os grevistas cuidaram de rearticular o movimento e tomar as medidas com vistas a congregar apoio para a nova parede. Imediatamente foi constituída uma comissão de greve em Salvador que passou a manter contatos com várias cidades do interior.³³³

Iniciado um novo movimento, a 27 de novembro, os ferroviários baianos se mantiveram firmes em suas propostas, resistindo às constantes ameaças de prisão e demissão, até o dia 18 de dezembro daquele ano, quando, após enfrentarem as forças públicas, tanto estaduais, quanto federais, tiveram boa parte de suas reivindicações atendidas.

Enquanto isso, o clima de tensão vivido pelos ferroviários de Nazareth, só viria a ser desfeito, em janeiro de 1910, após uma série de protestos e negociações, tanto por parte dos ferroviários, que foram obrigados a retornar ao trabalho em meados de dezembro, quanto pelos comerciantes; que, se sentindo prejudicados, com a má-conservação daquela ferrovia, exigiam providências, pelo menos, no sentido de ter os trechos, restaurados.

³³¹ Cf. Diário da Bahia, 25 de outubro de 1909, p.1.

³³² Cf. Diário da Bahia e Diário de Notícias de 25 a 30 de outubro de 1909.

³³³ Cf. FONTES, José Raimundo. Manifestações operárias na Bahia: O movimento grevista – 1889-1930. Dissertação de Mestrado. UFBA, 1982.

Na secção “telegramas” do dia 02 de dezembro, o Diário da Bahia, atendendo ao pedido dos comerciantes, publicava o telegrama enviado ao governador, pela “Comissão do Comércio do Onha”, representada pelos comerciantes José Francisco Pereira e Oswaldo Muricy, que se mostrava solidária ao movimento paredista:

(...) Solidários grevistas defensores causa justa lamentamos que V.Exa. consinta que pelos descabidos interesses do Sr. Alencar sejam prejudicados os da coletividade.³³⁴

Constatamos que as reclamações e insatisfações não partiram, apenas, das categorias de trabalhadores, mas, também, de uma parcela das "elites" urbanas e rurais, do interior e da capital, que se queixavam, por ver uma parte de seus capitais – antes investido na estruturação de atividades produtivas – colocada em risco, em face daquilo que os empresários denominavam ser proveniente do “descaso” dos arrendatários para com a manutenção das ferrovias baianas.³³⁵

Como já foi dito, os problemas de ordem material referentes às contratações e pagamentos de salários eram comuns naquela ferrovia e antecederam, em muito, o ano de 1909. Para se ter idéia da situação real da ferrovia, verificamos que em 1896, por exemplo, o pessoal contratado para a empreitada de construção da Estrada de Ferro de S. Miguel a Areia, trecho da Tram-Road de Nazareth, estando insatisfeitos com a falta de pagamento por parte do empreiteiro que os contratou, formou um grupo, representado pelos trabalhadores *Geminiano Primo da Rocha, José Nunes Dantas, João Furtado Moreira, Manoel Pedro e Pimentel, Augusto Lapa das Chagas Ferreira, Izidio Ferreira Mattos, Floresmundo Freire, Pedro Luiz Pereira, José Dias Antas, 'a rogo' de Joaquim Pereira, Otaviano Pires de Senna, Veríssimo Vieira, Severino Ferreira Cardoso, e Luiz Torres Soares*, os quais reivindicavam direitos, em um documento enviado ao governador do Estado da Bahia, com a seguinte redação:

(...) Exmo. Senhor Doutor Governador deste Estado. Os abaixo assinados representantes do pessoal da Construção da Estrada de Ferro de São Miguel á Areia havendo em dias de setembro passado, representado a V.Exa. contra o procedimento tido para com o

³³⁴ Cf. Diário da Bahia, 2 de dezembro de 1909.

³³⁵ Cf. Diário de Notícias, 13 de outubro de 1909.

mesmo pessoal pelo empreiteiro Casemiro Bolesta, que, sob o pretexto de não haver recebido dos cofres públicos a importância das medições do trabalho e obras feitas em alguns meses do ano próximo passado, tem atrasado o pagamento a que tem os suplicantes desta, quando, aliás, farão os suplicantes informados de que o dito empreiteiro está embolsado de tais quantias, quem porque tem recebido do Tesouro do Estado, parte delas, que, porque tem levantado em estabelecimento de crédito da capital o restante, com aquiescência do Tesouro do Estado, conhecendo desta representação dignou-se Vossa Excelência determinar que com o produto das medições do corrente ano fosse pago o que o empreiteiro deixou de pagar do ano passado.³³⁶

Verificamos na transcrição do documento anteriormente mencionado que, apesar de não pertencerem ao quadro efetivo da ferrovia, pois foram contratados pelo empreiteiro *Casemiro Bolesta*, esses trabalhadores já apontavam para a possibilidade de, em um futuro bem próximo, promover um movimento com as proporções do que viria a ocorrer em 1909. Movimento esse, que estava sendo adiado, mas que há muito tempo, já estava “incubado”, e evidente nas das demonstrações de insatisfação coletiva, decorrentes da má-estruturação dos serviços, dos atrasos de pagamentos aos funcionários e das altas tarifas ferroviárias, criando, assim, o “terreno” propício para a eclosão de conflitos, que raramente ocorriam sem precedentes.

Percebemos que as discussões sobre a situação dos serviços de transportes e relações trabalhistas nas ferrovias baianas já se tornavam freqüentes entre as várias categorias de trabalhadores, o que, de certo modo, preocupava também aos pequenos e grandes proprietários de casas comerciais no interior do Estado. Dessa forma, os rumores de uma paralisação deixavam a todos os empresários baianos insatisfeitos, ao ponto de muitos deles mandarem publicar notas em jornais, como forma de alertar às autoridades, quanto ao “perigo” de uma greve para a Economia e as Finanças do Estado.

A greve, portanto, foi fruto de uma série de acordos frustrados, que sucumbiram, ano após ano, em meio às tentativas de negociação, onde se pretendia o atendimento às inúmeras queixas dos ferroviários. Com o tempo, muitas reivindicações foram esquecidas e os trabalhadores viam como inválidas, as queixas realizadas.

³³⁶ APEB, Caixa 1831: documento 1975, da Secretaria de Governo, série: Ofícios Recebidos, 1890 – 1915.

Dessa maneira, entendemos que o movimento de 1909 vinha, aos poucos, sendo arquitetado e sedimentado nas reuniões realizadas em várias oficinas das estradas de ferro, tanto da capital, quanto do interior do Estado. Porém, o primeiro sinal da greve de 1909, nas ferrovias baianas, surgiu em outubro de 1909, quando, depois de várias reuniões noturnas, nas oficinas de Aramary, no interior do Estado, e em Salvador, na estação da Calçada, os trabalhadores dessas oficinas, juntamente com os de Periperi, também na capital, paralisaram o tráfego, iniciando um movimento que apresentaria forte resistência.

O movimento operário na Bahia já havia apresentado sinais de organização bastante amplos desde as últimas décadas do século XIX, conforme nos revelou o professor Aldrin Castellucci³³⁷, em seu excelente trabalho, e anteriormente, o professor Raimundo Fontes³³⁸ ao apontar as formas associativas e o caráter, até certo ponto, conservador das instituições e associações operárias na Bahia.

As manifestações daqueles trabalhadores iam, desde a quebra ao furto de peças das locomotivas, demonstrando uma série de comportamentos de luta, orientados e coesos. Sem dúvida alguma, foram esses comportamentos de resistência e luta que motivaram a prisão, por parte da polícia, de alguns líderes do movimento, como o maquinista *Pedro de Alcântara*, da estação central, e outros ferroviários; “João da Maia Pitombo e Claudelino Ribeiro”, que haviam formado uma “Comissão Central dos grevistas da Ferrovia Bahia S. Francisco”, juntamente com os outros líderes da greve, *Albino Gaya*, *José Mendes* e *Eduardo Leal*, todos esses, trabalhadores da estação de Periperi.³³⁹

As notícias quanto à prisão desses ferroviários na capital logo chegaram às outras estações do interior do Estado. Uma série de telegramas foram trocados, entre os ramais telegráficos, pelas chamadas “*comissões de greve*” e os trabalhadores de plantão, dando início a um movimento cujas proporções, naquele período, só viria a ser superado com a grande greve de 1917.³⁴⁰

³³⁷ CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. III Prêmio FIEB de Economia Industrial. Salvador, 2004.

³³⁸ FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: O movimento grevista – 1889-1930*. Dissertação de Mestrado. UFBa, 1982.

³³⁹ Diário de Notícias, 03 de novembro de 1909.

³⁴⁰ Ver a dissertação de mestrado de CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong, *Operários e industriais baianos numa conjuntura de crise*, que faz um estudo profundo sobre as relações firmadas entre operários e industriais baianos, entre nas primeiras décadas da República.

Ao contrário do que esperavam as autoridades baianas e os sócios da Companhia Viação Geral da Bahia, a prisão dos ferroviários não significou o recuo do movimento, mas sim, o estopim para uma série de paralisações em todo o Estado; e da mesma forma, fez com que a adesão ao movimento, se desse em uma escala muito maior em outros trechos das ferrovias baianas, e, dentre elas, a *Estrada de Ferro de Nazareth*, última ferrovia a aderir ao movimento, e, uma das últimas a retomar as atividades após dezenove dias de paralisação.

Iniciado um novo movimento, a 27 de novembro, os ferroviários baianos se mantiveram firmes em suas propostas, resistindo às constantes ameaças de prisão e demissão, até o dia 18 de dezembro daquele ano, quando, após enfrentarem as forças públicas, tanto estaduais, quanto federais, tiveram boa parte de suas reivindicações atendidas. Enquanto isso, o clima de tensão vivido na ferrovia de Nazareth só viria se resolver em janeiro de 1910, após uma série de protestos e negociações. No movimento daquela ferrovia, as técnicas de luta e resistência desenvolvidas por esses trabalhadores e aplicadas no dia-a-dia se tornavam constantes. Do outro lado, diariamente, aconteciam reuniões na Associação Comercial da Bahia, onde, representantes do Governo, comerciantes e arrendatários demoravam a chegar a um consenso quanto ao rumo das negociações com os grevistas. Até que se resolvesse o dissídio, o aparelho estatal optou pelas vias da vigilância e repressão, colocando no "palco" dos conflitos, parte do seu efetivo policial, destinado não só a tentar conter os grevistas, mas também, de deixar o governo informado a respeito daquela situação.

Se de um lado o aparato jurídico-policial utilizado para reprimir as greves nas ferrovias baianas refletia a instabilidade econômica do período – mesmo sendo as greves consideradas “normais”, naquele período, em face da sua descriminalização³⁴¹ – de outro, criava-se para os opositores as condições políticas necessárias à formalização das disputas internas, quanto à escolha dos sucessores do governador Araújo Pinho e do presidente Nilo Peçanha. Ou seja, qualquer medida adotada pelo governo, quanto à resolução dos conflitos, esta tomaria corpo político e acirraria, ainda mais, os embates entre governistas e oposicionistas.

³⁴¹ Cf. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Edufba, Salvador, 2001, p.111.

Para as “oposições” – se é que assim podemos chamar os divergentes grupos políticos da Bahia – ainda que a greve lhes parecesse incômoda, era bem-vinda, pois haveria de ter, por consequência, o desgaste das imagens, tanto do governador do Estado, quanto do presidente da República, atrapalhando-os, portanto, quanto à eleição de seus sucessores nas eleições de 1910.

Se a greve, dos ferroviários da Capital e de Alagoinhas, apresentou-se de forma mais ampla, pela forte incidência de movimentos, no período de quase 3 meses, a greve de Nazareth foi de apenas dezenove dias. Porém, apesar desse curto lapso temporal, ela pode ser entendida como um movimento que estava em “gestação” há anos, sendo tão somente adiado pelas intervenções, constantes, de indivíduos ligados às camadas médias rurais e urbanas do Recôncavo Sul que mantinham estreitas relações políticas com o “aparelho administrativo” do Estado; como era o caso, do ex-governador da Bahia, José Marcelino de Sousa, que havia se firmado nas estruturas políticas do município de Nazareth³⁴² e de todo o Recôncavo Sul. Em fins de 1870, Marcelino foi promotor naquele município, por bom período, onde ele possuía uma fazenda, sendo inscrito, também, como eleitor naquela zona eleitoral,³⁴³ embora, encontrasse ali, dura oposição à sua política, mantendo, por certo tempo, o que se pode chamar de um extenso “curral eleitoral.”³⁴⁴

Marcelino era, há muito tempo, conhecido da oposição liberal, militando no partido conservador desde a época em que era Senador do Império. Sua resistência ao fim da escravidão e à substituição da mão-de-obra escrava pela livre e assalariada, era notória, conforme afirmavam os jornais do período, dentre esses, um periódico da Cidade de Nazareth, que mesmo fazendo duras críticas à força de trabalho do “elemento servil”, desclassificando-os, ressaltava a necessidade de se utilizar a mão-de-obra livre, no lugar de escravos, tendo em vista que,

(...) no Rio de Janeiro já se acha também introduzido o sistema (imigração); e somente a ele se opõe o sr.. Dr. José Marcelino!!! Se consultarmos as cifras, veremos que não há termo de comparação entre o lavrador escravo e o livre.³⁴⁵

³⁴² Marieta Souza, filha de José Marcelino de Souza, publicara em 1954 um livro sobre o seu pai, cujo título foi: *José Marcelino, um Estadista quase desconhecido*. Em diversas passagens, a autora comenta a relação de seu pai, falecido em 1922, com as pessoas da cidade de Nazareth e outras da região do Recôncavo Sul, demonstrando o círculo político e de amizades, estabelecidos naquela região.

³⁴³ Livro de alistamento eleitoral do município de Nazareth, no ano de 1893.

³⁴⁴ Cf. A Opinião Liberal de 15 de setembro de 1884.

³⁴⁵ Idem, p.2.

Não era de se esperar, portanto, que ao ser procurado pela comissão de greve, a postura de Marcelino, diante daqueles acontecimentos, fosse senão, contenciosa ou, no mínimo, “neutra”, pois, em momento algum, tal como fizera nos debates sobre escravidão, no parlamento brasileiro, ele se manifestou sobre o assunto, quer por meio da Imprensa ou da Associação Comercial da Bahia, da qual ele era sócio contribuinte, haja vista, possuir casas comerciais em cidades como Nazareth no Recôncavo.³⁴⁶

Tanto os comerciantes, quanto os grevistas entendiam que a causa maior daquele movimento ocorreu durante o governo de Marcelino, período em que as ferrovias baianas foram arrendadas à Companhia Viação Geral da Bahia; e no caso da Tram-Road de Nazareth teve sua malha ferroviária prolongada até as Vilas de São Miguel e Areia, localidades que formavam uma importante zona de produção agrícola do Recôncavo Sul,³⁴⁷ juntamente com as cidades de Santo Antonio de Jesus e Nazareth, onde se concentrava o maior contingente de trabalhadores por causa das oficinas da Estrada de Ferro que, ali, estavam localizadas.

Concentrando, portanto, um significativo número de trabalhadores, o movimento da ferrovia de Nazareth, embora derradeiro, em relação aos demais, veio à “tona” nas primeiras horas do dia 29 de novembro de 1909, após diversas tentativas frustradas de negociação entre trabalhadores e os diretores da ferrovia. Também, naquela madrugada, os ferroviários, por meio de sua comissão de greve, fizeram circular na estação e em diversos pontos da cidade um boletim com a seguinte nota:

Ao povo e ao Comércio Nazareno, Operários das oficinas da Estrada de Ferro de Nazareth, não tendo em vista a resolução do excelentíssimo senhor doutor governador do Estado, de acordo com o arrendatário Alencar Lima, contrária às justas aspirações dos mesmos operários, declaram ao povo desta cidade e ao seu altivo comércio que se constituíram em greve, de caráter pacífico, como protesto à recusa incabida dos seus justos desejos. Apela para os sentimentos de solidariedade de todas as classes, contando com o seu apoio e protestando ceder logo que o espírito de justiça e até de humanidade se fizerem sentir a seu favor. Unidos e firmes, os operários contam com o povo nazareno, a quem moralmente

³⁴⁶ Cf. Ata do Conselho Municipal de Nazareth, de 30 de junho de 1896, José Marcelino de Souza possuía uma “casa de molhados” de 1ª classe.

³⁴⁷ A produção dessa zona comercial, correspondia a cerca de 20% dos registros comerciais do interior da Bahia no ano de 1899. Cf. caixas 16, 17 e 18 da secção republicana, APEBA.

pertence esta causa de honra. Nazareth, 28 de novembro de 1909. – A comissão.³⁴⁸

3 - O movimento paredista na Tram-Road

Com aquele boletim, justificando-se à população de Nazareth e região do Recôncavo, sobre o caráter do “movimento paredista”, os trabalhadores afirmavam apenas aguardar o posicionamento do governo do Estado, para dar prosseguimento, ou não, ao seu intento.³⁴⁹ Porém, o estopim para a deflagração da greve ocorreu no momento da paralisação do tráfego no ramal de Amargosa,³⁵⁰ quando o juiz de Nazareth acatou a denúncia do delegado de Amargosa de que o maquinista Fortunato de Jesus³⁵¹ havia furtado as peças da locomotiva nº.03 negando-se a devolvê-las, e também, a retornar ao trabalho. E mais, que ao ficar sabendo do ocorrido, expediu aquele juiz, um mandato de busca e apreensão contra Fortunato, que se evadiu do local para não ser preso pelo delegado de Amargosa, conforme o telegrama enviado pelos ferroviários:

(...) Consta delegado de polícia Amargosa ameaça com prisão maquinista Fortunato Jesus, que já evadiu-se, afim obrigá-lo trabalhar...³⁵²

Da mesma maneira que Fortunato de Jesus, outros maquinistas e demais trabalhadores solidariamente se uniram e paralisaram os vários trechos ferroviários, furtando peças de locomotivas e “cruzando” os braços, a fim de se fazerem ouvidos pelas autoridades e arrendatários das ferrovias baianas. Eram esses, alguns, dos muitos instrumentos de luta utilizados por aqueles trabalhadores que não só optavam pela ação direta, como também viam nos recursos normativos um instrumento ineficaz e inútil.³⁵³

Dentre as muitas queixas, os ferroviários questionavam o fato de que aquela ferrovia precisava de reparos urgentes e que se isso não era feito, não era por motivo de verbas, pois sabiam que o que se arrecadava, ali, dava para suprir todas as despesas. Ao que parece, as queixas dos trabalhadores tinham procedência, se observarmos que naquele ano de

³⁴⁸ Cf. Diário da Bahia, quarta-feira, 01 de dezembro de 1909.

³⁴⁹ Cf. Diário de notícias, 19 de novembro de 1909.

³⁵⁰ Este ramal fora inaugurado em 17 de julho de 1892.

³⁵¹ Diário da Bahia, secção de telegramas, terça-feira, 30 de novembro de 1909.

³⁵² Idem.

³⁵³ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel. 1976, p.76.

1909, os responsáveis pela Estrada de Ferro de Nazareth haviam apresentado em seus relatórios um saldo positivo nos serviços do primeiro semestre; a exemplo da comunicação apresentada à Secretaria de Governo, no dia 13 de agosto de 1909, pelo Diretor da Agricultura, Viação e Obras Públicas, em que ele informava que o movimento financeiro da Tram-Road de Nazareth, no primeiro semestre de 1909, foi o seguinte:

Movimento financeiro da Tram-Road: 1909

<i>Receita</i>	482:854\$764
<i>Despesa</i>	270:306\$935
<i>Saldo</i>	212:547\$829 ³⁵⁴

Portanto, não só estavam os trabalhadores cientes da arrecadação e lucros obtidos pelos arrendatários daquela ferrovia, como também, insatisfeitos com a falta de investimentos em serviços de manutenção dos trechos, e no aumento de seus salários. As denúncias, quanto aos lucros dos empresários, eram unânimes e partiam não só dos ferroviários, como também de autoridades e comerciantes locais que apelavam para os jornais, com grande frequência de publicações, criticando a situação de “precariedade” e descaso em que se encontravam as ferrovias da Bahia.³⁵⁵

Em Alagoinhas, trecho da Ferrovia “*Bahia ao São Francisco*”, também em greve, o conflito atingiu proporções maiores que em Nazareth. Isso talvez tenha ocorrido porque se tratasse de uma ferrovia maior, e se constituísse no mais importante elo entre o porto de Salvador e o Vale do São Francisco. Ali, o movimento envolveu centenas de trabalhadores, autoridades locais, força policial militar estadual e federal e, até mesmo, o pároco da Cidade, *Padre Alfredo*, um mulato de perfil esguio, contando com a idade de aproximadamente quarenta anos, que assumiu a intermediação daquela greve, ficando à frente dos ferroviários, no sentido de fazê-los representar em todos os momentos das negociações.³⁵⁶

³⁵⁴ Caixa 2288 Documento 2880 Secretaria de Governo. Série: Ofícios e processos de pagamentos e outros: 1906 – 1914

³⁵⁵ Verificamos a incidência de reclamações, em quase todas as publicações de periódicos baianos, dos meses de janeiro a dezembro de 1909 e janeiro a abril de 1910.

³⁵⁶ Nota publicada na Revista do Brasil, edição de janeiro de 1910.

Segundo nos revelam os jornais, aquele movimento nas ferrovias da Bahia, assim como a de Nazareth, era esperado há muito tempo, pois a insatisfação daqueles trabalhadores se manifestava há anos, não sendo poucas, as situações em que eles se haviam queixado na imprensa, das péssimas condições de trabalho e dos riscos que eles corriam. Afirmavam, também, trabalhar diariamente, sem que houvesse o devido descanso, nem investimentos para a recuperação de trilhos e dormentes, já desgastados, em todo o tráfego.

Não se pode negar que eram “duras” as condições de trabalho impostas aos ferroviários, que estavam diariamente submetidos a uma rígida disciplina, extensas jornadas de trabalho, além de remunerações insuficientes. Porém, verificamos que eram estas, as formas mais comuns de “super exploração que pesavam sobre setores majoritários da população trabalhadora.”³⁵⁷ Contudo, a luta pela sobrevivência não se esgotava em garantir um lugar no mercado de trabalho e dos ganhos,³⁵⁸ ela ia mais além, ainda que isto significasse a perda do emprego por motivo de insubordinação.

Considerando que as reclamações contra a situação das ferrovias não partiam apenas dos trabalhadores, mas também de quem tinha interesses comerciais, como os comerciantes, por exemplo, podemos entender porque, juntamente com os produtores rurais do Recôncavo, eles sempre pareciam manifestar-se ao que denominavam descaso das autoridades por aquela região.³⁵⁹

4 - Solidariedade ou oportunismo?

Se, por um lado, o descaso com a falta de investimentos, nos setores produtivos, incomodava às elites dominantes do Recôncavo Sul, politicamente tão “próximas” aos grupos governistas, por outro, o descaso da Companhia Viação Geral da Bahia, com as classes trabalhadoras da ferrovia, não seria diferente.

Ao que parece, a situação havia se tornado tão delicada para aqueles trabalhadores que na mesma secção do jornal “Diário da Bahia”, do dia 30 de novembro, encontramos a

³⁵⁷ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Edufba, Salvador, 2001, p.60.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Cf. *Diário da Bahia*, 30 de novembro de 1909, p.3.

publicação de um telegrama enviado por um ex-senhor de escravos e diretor da Tram-Road, o médico Alexandre Bittencourt, o qual informava em nota, ao governador Araújo Pinho, que os trabalhadores dos depósitos de mercadorias, em toda extensão daquela ferrovia, haviam aderido à greve dos ferroviários, e que os “honrados operários, conservam-se em atitude pacífica” e também, “tão grande era a indignação da população local”, que o comércio daquela zona produtora já havia telegrafado ao governo do Estado pedindo solução em favor da “causa justa” dos grevistas, pois o tráfego estava paralisado.³⁶⁰

Em outra nota, publicada pelo Diário de Notícias, em 1º de dezembro de 1909, esse mesmo médico e, então, diretor-fiscal da ferrovia informava ao governador Araújo Pinho o fato de terem, a maioria dos ferroviários, tanto das oficinas, quanto os responsáveis pela “tração”, que era o pessoal responsável pela movimentação dos trens, paralisado todo o tráfego, negando-se a trabalhar; além de alguns deles terem furtado as peças de locomotivas, impedindo, dessa forma, que houvesse naquela data, o trem ordinário.³⁶¹ Em resposta dada por telegrama, o governador informava que já havia enviado, àquela região, um batalhão com 60 praças policiais no intuito de “manter a paz e restituir a ordem”.³⁶²

De fato, a informação dada pela “imprensa baiana”, acerca do efetivo policial enviado para Nazareth e designado para conter os grevistas, tinha procedência. Conforme verificamos, nos registros da Polícia Militar da Bahia, foram enviados àquela região, praças policiais, pertencentes a quatro companhias de polícia. Conforme o registro da corporação, que tem por título “diversas ordens” onde o escriturário do Quartel General da Polícia, localizada no bairro “dos Aflitos”, em data de 30 de novembro de 1909, registrou, no artigo 5º do livro de “Determinações”, a informação de que haviam seguido em diligência, para a Cidade de Nazareth, as seguintes Praças:

(...) **da 1ª Companhia Sargento** Cassimiro Gonçalves Pereira, Cabo Joaquim do Espírito Santo, **Soldados** Bellarmino Manoel de Alencar, João Pereira de Araújo, Ludgero José de Sant’Anna, Felix Fernandes de Souza, Euclides Brígida de Almeida, Edmundo Henrique de Souza, Vicente Ferreira, Pedro Antonio dos Santos e **Cabo Comandante** Spiridião Nery de Oliveira; **da 2ª, Sargento** Alípio de Amorim Castro, José Ribeiro Nunes, **Soldados** Salustiano Pereira da Silva, Joaquim Christovam da Silva, Hermógenes Ferreira Leonardo, Paulo Clementino dos Santos, domingos Pessoa Campos,

³⁶⁰ Cf. *Diário da Bahia*, 30 de novembro de 1909, p.3.

³⁶¹ Cf. *Diário de notícias*, 01 de dezembro de 1909, p.3.

³⁶² Idem.

Theodoro José dos Santos, José Avelino dos Santos, Manoel José da Conceição e Flavio Nunes Bizerra; **da 3ª, Sargento** José Luiz de Souza, Cabo João Alves da Rocha e João de Mattos Telles, **Soldados** João Francisco dos Santos, José Alexandre da Silva, José Alexandre da Silva, Agostinho José dos Santos, Caetano Leal Rigand, Simplicio Francisco do Nascimento, Manoel Bispo, João Antonio da Costa, domingos Ramos Pereira, Dionysio Dias de Jesus, Joaquim Pedro da Cunha; **da 4ª, Soldado** Francisco das Chagas Bastos, Malaquias José de Souza, João Andreino da Silva, Benevides Jacintho de Farias, Bernardo de Souza Cardoso, Arthur Ribeiro dos Santos, João Pereira de Oliveira, daniel Martins de Lima, Manoel Gonzaga da Silva, Alencar Ferreira Bastos, Annibal Sebastião de Freitas, José domingos dos Santos e Tertuliano Antonio Ferreira, pagos de vencimentos até 31 de julho, findo; cujas praças, ficam recolhidos dos lugares onde se acham e prontas as que eram empregadas.

Esse contingente chegou a Nazareth na manhã do dia 30 de novembro, ocupando a praça do porto e marchando em direção à Estação Central da Estrada de Ferro de Nazareth. As ações da tropa fizeram o povo recuar e resguardar-se em casa, conforme noticiavam os jornais da época. O temor parecia tomar a população por completo, de forma que aquele ato do governo, no envio de uma tropa para Nazareth, não foi visto com “bons olhos” pela população da cidade – inclusive alguns do comércio – que se mostrou indignado com a ação do governo, dizendo-se ser, até certo ponto, solidários à causa dos trabalhadores da ferrovia, dando início a uma série de manifestos enviados por telegramas à “imprensa baiana”.

Entendemos, porém, que, se a preocupação dos operários era ter as suas reivindicações atendidas, a dos comerciantes era, senão, de ter o serviço do tráfego reiniciado. A situação descrita nos jornais, ao que parece, era difícil de ser solucionada, embora essas notícias contrastassem com as informações oficiais, apresentadas nos relatórios de governadores do Estado, conforme se verificou no ano seguinte, durante o pronunciamento do Governador Araújo Pinho na leitura do relatório de governo referente ao ano de 1909.

Enquanto esses relatórios negavam a crise, os empresários do Recôncavo Sul queixavam-se assiduamente à imprensa que o volume de produção naquele centro agrícola e comercial apresentava quedas e os prejuízos eram enormes. Verificamos, portanto, que aqueles comerciantes já se queixavam, há muito tempo da situação de “paralisia” e “estagnação” em que vivia o comércio daquela região no início do século. Percebe-se,

também, que tal era a preocupação desses comerciantes, que os mesmos tinham à sua disposição um jornal por nome “*O Independente*” cujo lema era o de: “Defensor do comércio, da indústria, das artes e da lavoura”.

Dessa maneira, os rumores de uma paralisação na ferrovia de Nazareth deixavam os comerciantes atemorizados e profundamente insatisfeitos, de forma que muitos deles pagavam para publicar notas extensas em jornais, como forma de alertar as autoridades quanto ao "perigo" de uma greve e seus efeitos para a Economia e as finanças do Estado. Verificaremos em um artigo publicado no dia 11 de fevereiro de 1901, por exemplo, no periódico *O Independente*, a preocupação constante daqueles comerciantes com os rumos do comércio não só na região, mas também em todo o país. No artigo, eles informavam a respeito das dificuldades que enfrentavam os lavradores, motivo pelo qual se tornava cada vez mais difícil se manter a produção e também o preço da maioria dos produtos que ali eram comercializados. Acompanhando a nota do dia 11 de fevereiro, a classe de comerciantes afirmava, ainda, que o país se encontrava, há muito, numa completa desordem financeira, de maneira que não havendo,

(...) numerário, não há cotação, nem compensação para a produção; o trabalho escasseia; a onda de operários nacionais e estrangeiros ameaça subir, no auge do desespero pela quase falta de trabalho. E diante de tudo isto, diante deste espectro terrível da falta de dinheiro em todas as carteiras, inclusive na dos bancos, o comércio estremece, cambaleia, ameaçando enorme desastre, horroroso fracasso.³⁶³

Nesse mesmo periódico de mesma data, constava, ainda, uma reclamação feita por um morador da cidade de Nazareth, sobre o perigo de uma “jaqueira”, que ficava à margem da Estrada de Ferro, cair sobre o trem de passageiros ou sobre transeuntes. A nota, tinha por título: “À diretoria da Tram-Road”, onde se dizia:

(...) Pedimos ao sr. dr. Alexandre Bittencourt digníssimo diretor residente da Companhia Tram-Road que lance suas vistas para o estado assustador que está uma jaqueira que fica à margem da linha, na cabeceira do pontilhão nos terrenos do Montepio, arrendados a D. Maria Augusta Dias dos Santos, que ameaça desabar ou sobre o trem quando passa ou sobre quaisquer transeuntes, visto que as raízes

³⁶³ Cf. Diário de notícias, 01 de dezembro de 1909, p.3.

estão descobertas e a terra desabou do pé da árvore que mais de metade do tronco.³⁶⁴

As críticas veiculadas nas duas notas e publicadas no periódico evidenciavam, dentre outras coisas, o fato de terem, os comerciantes e moradores daquela região, reclamado, muito anteriormente, à Greve de 1909, contra a precariedade dos serviços da ferrovia e a situação de escassez de trabalho, ao que eles apontavam ser resultante da “forte imigração”, do aumento populacional e da queda da produção; ou mesmo, da “queda” dos preços de produtos, importantes para a economia regional como era o caso do fumo que, uma vez chegando até a estação de Nazareth, tinha o valor do imposto alterado, mas que, nem mesmo assim, conseguia sair dos armazéns para ser vendida por preços mais “atraentes”.³⁶⁵

Como porta-voz dos comerciantes e dos empresários do Recôncavo Sul, aquele periódico criticava os rumos das finanças e da economia nacional em tempos da “forte crise” financeira que “assolava o país” e que atingia em “cheio” a província³⁶⁶, restando tão somente àqueles empresários, convocar as categorias sociais interessadas, nos ideais de nação e patriotismo, conforme a nota que dizia:

(...) O patriotismo dos puros, que ainda os há, estimulado pelo rumor, pela voz, pelo grito angustioso, grave, forte, estridente do povo, que é o único soberano neste país da livre América. A Revolução! Concidadãos! Mas a revolução pela palavra escrita, que é a soberana imprensa; pela palavra falada, que é a voz dos *meetings*, a estrondar na praça pública, aos ouvidos dos que nos governam, como o bramido do leão que faz temer o solo e com ele, as árvores seculares da floresta!.³⁶⁷

Embora demonstrassem, posteriormente, certo posicionamento de aparente solidariedade aos grevistas – no movimento deflagrado pelos trabalhadores da ferrovia de Nazareth, em 1909 – o texto publicado em 1901, convocando a todos a fazerem uma revolução sem armas, permite-nos, crer na hipótese de que, aqueles comerciantes já pretendiam, há algum tempo, utilizar-se de “mecanismos” que lhes garantissem aproveitar-se das ações de luta coletivas, resultantes de movimentos deflagrados e “saídos” do meio dos

³⁶⁴ Cf. *O Independente*, 1901, p.3.

³⁶⁵ Cf. *O Independente*, 1901, p.1.

³⁶⁶ O jornal faz referência aos efeitos da política econômica do governo Campos Sales em vários setores da produção do país, e também à crise financeira que se arrastava desde os primeiros anos republicanos.

³⁶⁷ *O Independente*, 1901.

trabalhadores da ferrovia de Nazareth, desde que esses movimentos “colaborassem” para a consecução dos interesses políticos e econômicos daqueles comerciantes.

Preocupados com o prejuízo resultante das paralisações feitas pelos grevistas da ferrovia, não custava muito àqueles comerciantes, a todo instante, o envio de telegramas de “teor” denunciista, para toda a “imprensa baiana”, com publicações que não davam “trégua”, nem ao governo do Estado, nem aos arrendatários da empresa Companhia Viação Geral da Bahia, representada, em Nazareth, pelo engenheiro fiscal Alexandre Bittencourt.

Verificamos que a Companhia Viação Geral da Bahia tinha o domínio para exploração dos serviços das Estradas de Ferro no Estado e da Companhia de Navegação Baiana, de acordo com contrato firmado entre a sua diretoria e o governo do Estado da Bahia, no ano de 1906, na gestão do ex-governador e então senador, José Marcelino de Sousa.³⁶⁸

5 - Cotidiano dos ferroviários

Acidentes, envolvendo trabalhadores da ferrovia de Nazareth, aconteciam com muita frequência, apesar de os relatórios das Estradas de Ferro não darem a devida atenção para a importância desses fatos,³⁶⁹ considerando-os normais. Não se tratava, porém, de simples acontecimentos, ao verificarmos que eles podiam resultar em perdas materiais e humanas, conforme publicavam os jornais baianos consultados, do período de 1870 a 1910.

Em 24 de fevereiro de 1909, por exemplo, um periódico publicava uma nota sobre o desastre ocorrido no quilômetro 62 da Estrada de Ferro de São Francisco, cujo trem seguia da cidade de Alagoinhas para Queimadas. Segundo aquela nota, o desastre ocorreu às 9:40 da manhã e somente às 5:30 é que o movimento de trens pôde ser restabelecido, de maneira que o trem de Alagoinhas chegou ao seu destino às 1:30 da noite e o de Queimadas às 3:00 da manhã.³⁷⁰

³⁶⁸ Cf. Diário da Bahia, 4 de novembro de 1909, p.1.

³⁶⁹ Verificamos relatórios da Estrada de Ferro de Nazareth, dos anos de 1877 a 1908.

³⁷⁰ Diário de Notícias, 24 de fevereiro de 1909, p.7. “Desastre”.

As causas daquele acidente, segundo a notícia do periódico, se encontravam no fato de que a locomotiva levava, como sempre, dois carros de mercadorias, os quais se encontravam em Estado lastimável,

(...) devido ao excessivo peso que transportavam e ainda mais pelas péssimas condições em que se encontra a linha, partiram os eixos, produzindo a obstrução completa da linha.³⁷¹

Segundo a notícia, “não houve vítimas a lamentar”, porém a imprensa denunciava às autoridades que faltava fiscalização naquela estrada, de forma que deveria, o engenheiro fiscal, ter um maior rigor no controle e fiscalização daquela estrada.³⁷²

No mês anterior, o periódico “*Gazeta do Povo*” havia publicado uma nota com o título: “Grande desastre”, em que relatava o acidente ocorrido na Estrada de Ferro de Santo Amaro, envolvendo a locomotiva de número 8, com um trem de carga, que após descarrilar, caiu de uma ponte de 10 metros de altura e 50 de comprimento, matando o maquinista e ferindo a muitos passageiros. Ainda, segundo aquela nota, a culpa do acidente pode ter sido por imperícia do maquinista, tendo em vista o fato de que o trem estava em alta velocidade e a ponte tinha as longarinas de madeira, pois era provisória, embora – dizia a nota – ia permanecendo e só naquele instante, e somente depois de um grave acidente, seria, então, reformada.³⁷³

Verificou-se nesse acidente, do dia 31 de dezembro de 1908, e divulgado pelo periódico, *Gazeta do Povo*, a morte do maquinista de nome Franklin, o qual, segundo a nota, “foi tirado de debaixo da máquina “aos pedaços””, enquanto o foguista e outro homem que iam dentro da máquina, mesmo feridos, conseguiram escapar, salvando-se um deles, a nado.³⁷⁴ Houve também, outro operário, que trabalhava na bomba d’água, para abastecer o trem, que foi pego todo dilacerado e moribundo, sendo levado para o Hospital de Santo Amaro.

Os casos de desastres de locomotivas tornaram-se corriqueiros em todas as décadas seguintes.³⁷⁵ Dessa maneira, raramente não encontramos registros de descarrilamento ou

³⁷¹ Idem.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Cf. *Gazeta do Povo*, 02 janeiro de 1909, p.1. “Grande Desastre”.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Refiro-me às décadas posteriores a 1910.

choque de trens, nos relatórios da Estrada de Ferro de Nazareth e demais ferrovias baianas, ou mesmo nos relatórios oficiais da administração pública do Estado da Bahia, que apontava como causas desses acidentes, a imprudência de quem os conduzia. Ou seja, a culpa sempre recaía sobre os maquinistas e outros funcionários da ferrovia, jamais se admitindo as condições de trabalho ou mesmo a falta de investimentos e má-conservação das ferrovias.

6 - O pós-greve

Em 1910, durante a leitura dos relatórios das secretarias do Estado da Bahia, referentes ao ano de 1909, o governador Araújo Pinho, tratando da Secção de Ordem Pública e Polícia, afirmava que

(...) salvo os casos comuns de transgressão da lei, inevitáveis mesmo entre os povos cultos e mais civilizados, a ordem pública mantém-se inalterada em todo o Estado, e não havia nenhuma ocorrência de caráter grave” a dar conhecimento.³⁷⁶

Verificamos que, se não havia, por parte das autoridades públicas do Estado, o interesse em dar maior importância ao movimento deflagrado pelos ferroviários baianos, isso não impediu que até o ano de 1920, outras categorias de trabalhadores promovessem algo em torno de 58 movimentos grevistas, em todo o Estado, com reivindicações que iam desde o aumento ou pagamento de salários atrasados, até mesmo, a readmissão de antigos funcionários, bem como, melhores condições de trabalho e diminuição de jornadas de trabalho.³⁷⁷

Tendo em vista a existência de categorias de trabalhadores bastante heterogêneas, algumas, com fortes tendências políticas, em sua formação, engana-se pensar que o movimento paredista de 1909 foi o primeiro e único a criar “embaraços” para os comerciantes do Recôncavo Sul. Ao contrário, as fontes nos revelam que existiram muitos outros momentos, nos quais trabalhadores demonstraram formas organizadas e coesas de luta, revelando-nos conflitos de classe e entre as classes, como o que ocorrera em Santo Antonio de Jesus, em 1901, entre donos de casas que comercializavam fumo e seus funcionários, “escolhedores de fumo”.

O preparo do fumo e o fabrico de charutos, cigarros e rapés, demandava, a princípio, a seleção das folhas, a limpeza e o preparo do produto, constituindo-se em um disciplinado “ritual”, composto de uma série de tarefas que exigiam técnica e habilidade na produção.

³⁷⁶ Mensagem proferida na Assembléia Geral de 1910, referente aos trabalhos de 1909.

³⁷⁷ Cf. FONTES, José Raimundo. Manifestações operárias na Bahia: O movimento grevista – 1889-1930. Dissertação de Mestrado. UFBA, 1982. in: Apêndice, Relação de greves.

No movimento grevista de 1901, os escolhedores de fumo de Santo Antonio de Jesus reivindicavam o aumento dos valores das diárias pagas pela preparação de cada arroba de fumo confeccionado. Referindo-se àquele evento, Isaías Alves, afirmou que

(...) ocorreu em Santo Antonio de Jesus, um movimento grevista que “agitou” aquela cidade... eram muitas centenas de escolhedores de fumo, que postaram em redor da estação, em frente aos armazéns. Greve já francamente política e contra os Almeidas.³⁷⁸

Seguindo a descrição de Isaías Alves, sobre aquela greve, verificamos que em 23 de janeiro de 1901, o periódico *Diário da Bahia*, publicava uma nota sobre esse movimento dos trabalhadores dos armazéns de fumo de Santo Antonio de Jesus. Em nota, o periódico afirmava que devido à intervenção pacífica da autoridade local, chefiada pelo comissário de polícia, o alferes Appio de Oliveira Novaes, estava terminada, a greve dos escolhedores de fumo de diversas casas exportadoras daquela cidade. E mais, que os referidos trabalhadores já se encontravam trabalhando nos respectivos armazéns, sem que tivesse havido perturbação da ordem.³⁷⁹

Ao contrário do que afirmara Isaías Alves, a nota do periódico, com o intuito de minimizar as ações de luta daqueles trabalhadores trazia a informação de que o movimento foi pacífico, sem que houvesse perturbação da ordem, atribuindo-se ao comissário de polícia, o mérito pelo desfecho “pacífico” do movimento. Verificamos, porém, que as preocupações com a economia e produção locais, eram motivo, também, de declarada insatisfação por todos os setores produtivos do Recôncavo Sul. Em 1901, após fazer uma análise sobre a situação econômica do período em cidades, como Nazareth, por exemplo, a classe empresarial daquela região manifestava-se em um periódico local, tecendo duras críticas às políticas financeiras, adotadas, tanto pelo Estado, quanto pela União Federal. Na nota, eles afirmavam que:

(...) aquela região, outrora movimentada pela entrada dos principais produtos da nossa lavoura e pela saída de todos os gêneros de consumo, de que regurgitavam as numerosas casas comerciais, vê-se surpresa de cruel paralisia, produzida pela penúria da bolsa do lavrador que tem os seus depósitos cheios de fumo, sobre que pesa a dura condenação de uma cotação ínfima, miserável, que não

³⁷⁸ Cf. ALVES, Isaías. Matas do Sertão de Baixo. 1967, pp.270 e 271.

³⁷⁹ Cf. Diário da Bahia, 23 de janeiro de 1901, p.1.

compensa o dispêndio feito, ou o de apodrecer aos olhos do dono, que curte os vexames da mais aflitiva das situações criadas pelos erros de financeiros experimentalistas que nos promete o remédio e nos dão de beber a amarga taça da desilusão, da necessidade, da penúria, da miséria e da bancarrota publica! A crise é tremenda! Urge a salvação! Quem a trará?

Se por um lado, queixavam-se os empresários, com críticas veementes ao modelo econômico adotado no País, de outro, manifestavam-se os trabalhadores dos armazéns de fumo, de Santo Antonio de Jesus e região, que formavam um numeroso contingente; tendo em vista a expressiva quantidade de empresas destinadas ao preparo, venda e exportação de fumo, no Recôncavo Sul, conforme se verifica na tabela a seguir:

Comércio Fumageiro no Recôncavo Sul: 1870/1885

Ano	Firma	Comércio	Local	Página nº.
1876	Thomaz Wharrie	+	Nazareth	124
1880	Calixto Cuperino dos Santos	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	124
	Candido José Barbosa	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	124
	Cassiano José de Andrade	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	124
	Adaucto Marques	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	125
	Silvino da Oliva Campos	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	125
	Antonio José Nunes	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	125
	Antonio Leite Ribeiro	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	126
	Barros e Cia	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	126
	Bastos e Sobrinho	Fumo	Nazareth	126
	Guilherme Pitta de C. Irmãos	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	126
	Gonçalves da Costa e Irmão	Fumo	Nazareth	126
	Guilhermino Álvares da Costa	Fumo	Nazareth	126
	Germano Francisco de Assis	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	126
	Geminiano Marques P	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	126
	Olimpio Rabelo Sampaio	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	127
	Manoel Inácio Cardoso	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	127
	Manoel José Rodrigues	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	127
	João Manoel Gaiva	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	127
	João Nunes do Sacramento	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	127
	Manoel Garcia Mellior	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	128
	Manoel Bruno de S. Chagas	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	128
	Manoel Francisco Canêdo	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	128
	Aurêlio de Mello Pita	Fumo	Nazareth	128
	Aurêlio Pereira Portela	Fumo	Nazareth	128
	Antonio Rodrigues Nogueira	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	128
	Antonio da Silva Faria	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	128
	Aprígio José dos Santos Andrade	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	128
	Aristides Alexandrino do Valle	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	128
	Daniel G. Alves	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	129
	Francisco Estanislao da Silva	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	129
	Francisco Antunes de Araújo	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	129
	Floriano José dos Santos	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	129
	Felismino Luiz da Silva	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	129
	Iço e Monteiro	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	129

	Joaquim Antonio R. Figueiredo	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	130
	Joaquim da Fontoura Gomes	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	130
	Joaquim José de Magalhães	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	130
	José Alves Pinheiro	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	130
	José Antonio Moreira	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	130
	José Bonifácio da Silva Pitanga	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	130
	José de Britto Gramacho	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	130
	Viúva Oliveira e Filho	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	131
	J. Augusto dos Santos	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	131
	João Álvaro de Carvalho	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	131
	João Antonio de Oliveira	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	131
	João Caetano Xavier Varella	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	131
	Jorge Hufnagel	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	131
	Manoel José Gramacho	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	133
	Manoel da Silva Miranda	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	133
	Agostinho José Silva Pitanga	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	133
	Francisco Torquato Barreto	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	134
	Francisco Manoel Peixoto Filho	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	134
	Francisco José Barreto	Charutos, rapé e cigarros.	Nazareth	133
Total				55 empresas ³⁸⁰

A tabela anterior nos indica que somente entre os anos de 1876 e 1885 foram criadas aproximadamente, 55 novas empresas na região de Nazareth, destinadas à produção de fumo e confecção de charutos, cigarros e rapés. O hábito de usar cigarros, charutos, fumo (de mascar), e rapés era comum, e tinha um vasto mercado consumidor, tanto a nível nacional quanto internacional. Nas grandes cidades, era considerado de bom-tom o consumo de rapé, identificado como um uso da Corte.³⁸¹

Nos jornais locais, verificamos muitas propagandas desses produtos, e, em alguns, críticas quanto ao preço e a qualidade de alguns deles. Na publicação de 21 de janeiro de 1882, um periódico local trazia uma nota, criticando a chegada ao mercado de um novo tipo de rapé, inferior aos demais, e que custaria, apenas, o valor de \$600 (seiscentos réis).³⁸²

Diante disso, e se levarmos em consideração o fato de que a tarefa de produção, armazenagem, confecção e venda de charutos, rapés e cigarros, à medida que demandava um expressivo número de trabalhadores, também, era responsável pela alta lucratividade, resultante das exportações daquele produto, entenderemos porque os movimentos deflagrados por esses trabalhadores sempre terminavam com boa parte de suas reivindicações, atendidas.

³⁸⁰ Tabela de empresas destinadas ao preparo, venda e exportação de fumo, criadas no Recôncavo Sul, entre 1876 e 1880.

³⁸¹ NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 528.

³⁸² Cf. O Regenerador, sábado, 21 de janeiro de 1882, p.3.

Vê-se, também, que dentre as reivindicações dos trabalhadores de armazéns de fumo, estavam sempre, o valor pago pelos proprietários e a questão das jornadas de trabalho. Problemas que não eram apenas dos “enfardadores” ou dos “ensacadores” de fumo. As jornadas de trabalho já eram, há algum tempo, motivo de discussão entre alguns trabalhadores do comércio, os caixeiros, por exemplo, que trabalhavam até meia noite, sem limites, enquanto houvesse freguesia, durante a semana toda.

Diz-nos, Isaías Alves, que as jornadas eram tão extensas e laboriosas que a “caixeirada” comemorou a lei provincial que fechava o comércio ao meio dia dos domingos, e durante a semana, as casas de fazendas (tecidos, etc.) eram fechadas às oito horas da noite, e as casas de secos e molhados, e,

(...) nas quartas e sábados, era feira de açúcar: negros quase nus, forrados, de cabeça aos pés de açúcar preto, que se vendia a quinhentos réis, a arroba de quinze quilos.³⁸³

Isaías Alves nos revela que mesmo estando, aqueles trabalhadores, sob a proteção da lei, os donos de casas comerciais se negavam a cumpri-la. Aliás, ele afirma que não foram poucos os caixeirinhos³⁸⁴ e os idosos trabalhadores nas casas comerciais do Recôncavo Sul, que continuavam sob a condição análoga a de escravos de seus patrões. Porém, esses trabalhadores protestavam contra os abusos e chegaram a fazer, ao Conselho Municipal de Nazareth, naquele ano de 1888, uma representação na justiça contra os seus patrões, saindo eles vitoriosos, e, “após grande manifestação, comemoravam nas ruas, a vitória sob os patrões.”³⁸⁵

7 – Os caixeiros

Os caixeiros eram os empregados no comércio em geral, que trabalhavam o dia todo, muitos, desde criança, sem que lhes houvesse garantias de salário e emprego. Verifica-se, no entanto, que ainda que estivessem sendo constantemente explorados, estavam, os

³⁸³ Cf. ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Reper. 1967, p.244. e o jornal Diário da Bahia, 23 de janeiro de 1901, p.244.

³⁸⁴ Refere-se aos meninos negros e mestiços que trabalhavam como ajudantes no comércio. Cf. Isaías Alves.

³⁸⁵ Cf. ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Reper. 1967, p.244. e o jornal Diário da Bahia, 23 de janeiro de 1901, p.245.

caixeiros, organizados em sociedades mutualistas, dentre as quais, a *Beneficência Caixeiral*, uma espécie de fundo de pensão, criado em 1885, para ajudar aos desamparados, demitidos e viúvas destes trabalhadores. Mais tarde, os caixeiros baianos, criariam também a *Associação dos Empregados no Comércio da Bahia*, instituição fundada em 1900.³⁸⁶

Podemos supor o fato de que, mesmo estando eles amparados tão somente pelas entidades mutualistas, ainda assim, isso, muitas vezes, intimidava aos patrões, que evitando o enfrentamento com as associações, também procuravam não empregar adultos em suas casas comerciais; de tal modo, que era comum a figura de moleques, despachando atrás dos balcões, ou carregando pesadas compras dos fregueses, esperando, tão somente destes, o “tostão” que não lhes pagariam os seus patrões. Alguns, aliás, eram citados em correspondências oficiais, como a que foi enviada em 28 de setembro de 1891, pelo delegado de Aratuhy, ao secretário da segurança pública do Estado da Bahia, comunicando o fato de que o indivíduo João da Cruz, havia levado consigo, três menores de idade, os quais foram seduzidos por aquele indivíduo que seguiu para uma companhia de circo, na cidade de Santo Amaro, e que telegrafando ao delegado daquela cidade, comunicando-o a respeito, já havia prendido a João da Cruz e enviado de volta os menores, pelo cidadão Domingos Soares de Almeida, pai de um deles. Em seguida, dizia o delegado de Aratuhy, que:

(...) Finalmente, sou de parecer que deveis dar destino ao individuo João da Cruz, por ser um larápio que vivia aqui a iludir os caixeirinhos das casas de negócios. Saúde e fraternidade.³⁸⁷

Os caixeiros a que se refere o delegado de Aratuhy eram na verdade, “garotos” menores, que trabalhavam nos armazéns, daquela cidade. A vida de caixeiro, na maioria dos casos, se iniciava desde cedo, quando criança, e desta maneira, até certa idade, viviam eles, sob o jugo dos “patrões”, ainda que estivessem, ali, adquirindo experiências do comércio e auxiliando no orçamento doméstico. Na medida em que essa prática se tornava corriqueira, ela garantia aos comerciantes uma mão de obra barata, quase não remunerada, sob a justificativa de que o trabalho evitaria a vadiagem e a delinquência, conforme verificamos no primeiro capítulo.³⁸⁸ Aliás, nos estabelecimentos comerciais, verificava-se, a forte presença

³⁸⁶ Cf. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Edufba, Salvador, 2001, p.105.

³⁸⁷ APEBA, Secretaria de Segurança Pública, grupo: gabinete do secretário, série: correspondências recebidas e expedidas. Caixa 03, maço 01 (1889-1947).

³⁸⁸ Ver no capítulo I, sobre as instituições, asilo dos meninos desvalidos.

de menores de 14 anos trabalhando, ao ponto de, em 1911, uma postura municipal da cidade do Salvador, tentar impedir essa prática. Porém, o próprio intendente municipal condenou a medida, sob a alegação de ser o trabalho uma escola.³⁸⁹

Pensar o comércio e as atividades desenvolvidas pelos “caixeirinhos”, nesse ramo, como forma de instrução, era situação comum, corriqueira. Vários, foram os jornais de fins do século XIX, que traziam notas sobre professores que dava aulas de latim, aritmética e “boas maneiras” preparando, também, para a “arte” do comércio, conforme afirmava um periódico da cidade da cidade de Nazareth.³⁹⁰

Em 5 de janeiro de 1861, consta uma interessante publicação do periódico *O Regenerador*, da declaração feita pelo cidadão Feliciano Pinto Leite, que informava ao público ter deixado de ser caixeiro de Francisco Eustáquio da Fonseca,

(.....) e que não tendo contraído dívida alguma debaixo da mesma firma, nem da do anunciante, por isso faz o presente, para evitar algum juízo temerário, que sobre o mesmo possam fazer; e indo pago, de todo seu ordenado.³⁹¹

Na declaração de Feliciano, vê-se o temor daquele trabalhador, em ter seu nome apontado como devedor, ou mesmo, de ter sido demitido por haver cometido alguma “falta grave”, enquanto esteve trabalhando como caixeiro do comerciante Francisco Eustáquio. Conforme Isaías Alves, um “caixeiro comum”, tinha ordenado mensal de cinco a sessenta mil réis,

(...) trabalhando de sol a sol, entrando pela noite, alguns dormindo nos balcões das lojas e armazéns, trabalhando aos domingos, não usando colarinhos postiços nem gravatas e alguns arrastando seus chinelos.³⁹²

Tanto em Nazareth quanto em Santo Antonio de Jesus, onde o comércio era expressivo já no final do século XIX, alguns caixeiros, aparecem inscritos nas “relações de eleitores” daqueles municípios, demonstrando que podiam votar, ao contrário da maioria da população que era iletrada. Na lista de eleitores de Nazareth para o ano de 1893, constam os

³⁸⁹ Cf. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Edufba, Salvador, 2001, p.51.

³⁹⁰ *O Regenerador*, 1884.

³⁹¹ Cf. *O Industrial*, 5 de janeiro de 1861, p.4.

³⁹² Cf. ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Repper. 1967, p.235.

nomes de 7 caixeiros, dentre os quais, o de Turiano Maia Bittencourt ³⁹³, de aproximadamente 28 anos, e que anos mais tarde, trabalhando como funcionário da Estrada de Ferro, foi um dos líderes do movimento grevista de 1909, como verificamos anteriormente. Em Santo Antonio de Jesus, o número de caixeiros “aptos” para as eleições, era de 16 indivíduos. ³⁹⁴ Esses números podem ser relativos, se verificarmos que uma maioria daqueles caixeiros, não era registrada junto às Fazendas Estadual e Municipal, embora esses trabalhadores exercessem tais atividades no comércio daquelas cidades.

8 - Os comerciantes e os caixeiros

Os comerciantes representavam, em Nazareth, algo em torno de 23,07% do eleitorado, “alistado”, para as eleições do ano de 1894. ³⁹⁵ No município vizinho, Santo Antonio de Jesus, de acordo com o “alistamento eleitoral” desse mesmo ano, eles correspondiam a 35,86% ³⁹⁶ da população votante, ao que verificamos constituía-se esse eleitorado, em uma significativa parcela sempre em ascensão.

O interessante é que essa significativa parcela de comerciantes era, em sua quase totalidade, formada por estrangeiros ³⁹⁷, desde portugueses, italianos e alemães, que uma vez estabelecidos no Recôncavo, haviam formado colônias agrícolas e, também de comércio. Alguns estavam naquela região, assentados em colônias, em vilas como São Miguel, e cidades como: Nazareth, Santo Antonio de Jesus, – onde existia uma colônia alemã ³⁹⁸ –, em Jequié e na cidade de Jaguaquara, onde a presença de italianos, em atividades do comércio local era bastante expressiva. ³⁹⁹

Em São Miguel da Matas, antiga vila sob a jurisdição de Nazareth, verificou-se a existência da “Fábrica Progresso”, que produzia macarrão e massas para sopas. Aquela fábrica localizava-se na Rua da Valla e pertencia ao italiano Mustacchio, segundo nota do

³⁹³ Cf. Livro de alistamento eleitoral da Cidade de Nazareth, para o ano de 1894: APMN.

³⁹⁴ Cf. Livro de Alistamento Eleitoral de Santo Antonio de Jesus, para o ano de 1894: APMSAJ.

³⁹⁵ Cf. Livro de alistamento eleitoral da Cidade de Nazareth, para o ano de 1894: APMN.

³⁹⁶ Cf. Livro de alistamento eleitoral da Cidade de Santo Antonio de Jesus, para o ano de 1894: APMSAJ.

³⁹⁷ Cf. Diário da Bahia de 15 de fevereiro de 1903, p.1., o Chefe da Segurança Pública enviava ao Secretário da Agricultura, o mapa dos imigrantes entrados no porto de Salvador, durante o ano de 1901, sendo isto organizado pelo comissariado de polícia do porto.

³⁹⁸ Cf. Diário de Notícias. 20 de junho de 1903, p.1.

³⁹⁹ Cf. ZORZO, Francisco Antonio. *Ferrovia e Rede Urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001, p.95.

periódico *Diário de Notícias*, de 20 de junho de 1903. Segundo aquela nota a Fábrica Progresso,

(...) prepara todas as espécies de massas, como seja talharins, alletria, macarrão, estrelinhas etc., etc, branca e amarela, que expõe à venda pelo preço reduzido de \$800 réis e 1\$000 réis, o quilo.⁴⁰⁰

Em Santo Antonio de Jesus havia um comerciante português por nome João Manoel dos Santos, que gabava-se por vender o “verdadeiro azeite doce”, em latas de 16 litros, à \$950 réis, importado de Portugal.⁴⁰¹ Identificamos, também, a presença desses estrangeiros, em outros locais do Recôncavo⁴⁰², nas ocorrências policiais, envolvendo, também, nacionais, conforme a nota divulgada em 25 de maio de 1903, pelo periódico *Diário de Notícias*. Segundo a referida nota, na data de 12 de maio, foi instalado o júri do italiano Luiz Ferrari, comerciante estabelecido na Cidade de Areia, que estava sendo acusado de ter enforcado sua própria mulher, e por isso, fora o mesmo, submetido a interrogatório. Porém, verificando o juiz, que aquele italiano estava “sofrendo de séria perturbação nas faculdades mentais, de maneira que, o impossibilitava a dar prosseguimento ao júri ⁴⁰³”, resolveu o magistrado, submeter o acusado, a exame médico legal, a fim de que se verificasse a existência ou não de insanidade mental.

Um grande conflito, envolvendo nacionais e estrangeiros, também, se deu em outras terras do Recôncavo, anos antes, em 1879, na Cidade de Cachoeira, envolvendo trabalhadores da Estrada de Ferro, negociantes, escravos e moradores da Vila de Muritiba, do “Termo” daquela cidade; sob a liderança de um italiano, por nome Clemente Henrique Borri, que exercia a função de “engenheiro agrimensor”, no garimpo daquela ferrovia.⁴⁰⁴

Nos anos seguintes, e durante a greve da ferrovia de Nazareth, verificamos a incidência de telegramas de alguns comerciantes, preocupados com a greve, como já foi dito, inclusive, alguns deles, de nacionalidade italiana, reclamando providências para o restabelecimento do tráfego. Em 1º de dezembro 1909, em meio à greve, o *Diário de*

⁴⁰⁰ Cf. *Diário de Notícias*. 20 de junho de 1903, p.3.

⁴⁰¹ Cf. o periódico: *A Tribuna*, da Vila de Santo Antonio de Jesus, (...) 1886, p.3.

⁴⁰² Cf. *Diário de Notícias*. 25 de maio de 1903, também constam nos registros do *Diário de Notícias* de 19 de junho de 1903, a reclamação, feita pelos “muitos italianos” residentes em Cruz das Almas, ao Cônsul da Itália, por intermédio do comissário de polícia daquela cidade.

⁴⁰³ Cf. *Diário de Notícias*. 25 de maio de 1903, p.1.

⁴⁰⁴ Observar o capítulo anterior.

Noticias, publicava o telegrama do comerciante Guilherme Pasquoni, estabelecido na Cidade de Jequiirçá, e que representando o comércio daquele local, dizia:

(...) Comércio Jequiirçá, vê seus interesses prejudicados greve estrada Nazareth pedir providencias perante governador pronto restabelecimento trafego.⁴⁰⁵

Anos antes, em 1894, o delegado de Nazareth enviava vários telegramas ao Secretário de Segurança Pública, comunicando a existência de conflitos entre italianos e mais de 200 brasileiros, seguidos de saques a casas comerciais pertencentes a estrangeiros, residentes nas cidades de Poções, Jequié⁴⁰⁶ e Boca da Matta, bem como, comunicando a perseguição a italianos em Jequiirçá, no Recôncavo Sul.⁴⁰⁷ Constam, também, ofícios de autoridades estrangeiras, solicitando do Governo da Bahia, informações sobre ações de xenofobia em território baiano.⁴⁰⁸

Interessante, é que esses comerciantes estrangeiros concorriam com os comerciantes nacionais, que ali, no Recôncavo, eram poucos, os que conseguiam atingir capitais tão altos quanto os das empresas estrangeiras.

COMERCIANTES DO RECÔNCAVO COM MAIOR CAPITAL

Ano de abertura	Firma	Capital (contos de réis)	Ramo	Séde	Filial
1870	Barreto & Leonny	22:600\$000	-	Nazareth	-
1870	Fernandes Ribeiro & Cia.	100:000\$000	-	Nazareth	-
1873	Mascarenhas e Sarmento	8:000\$000	Indústria	-	Nazareth
1875	José Soares de Amorim & Cia.	16:000\$000	-	-	-

⁴⁰⁵ Cd. Diário de Notícias. 01 de dezembro de 1909, p.1.

⁴⁰⁶ Constam os nomes dos comerciantes, Francisco Liquari e Affonso. APEBA, Secretaria de Segurança Pública, Grupo: Gabinete do Secretario, Série: Correspondências recebidas e expedidas: Caixa 08, maço 01 (1890-1937).

⁴⁰⁷ APEBA, Secretaria de Segurança Pública, Grupo: Gabinete do Secretario, Série: Correspondências recebidas e expedidas: Caixa 08, maço 01 (1890-1937). Constam, no doc. 10, além de diversos telegramas, o ofício do vice-cônsul, Stefano Podesta, do consulado italiano pedindo providências para os ataques aos italianos.

⁴⁰⁸ APEBA, Secretaria de Governo, Série: Ofícios Recebidos: Caixa 1831, documento nº. 1977 (1911-1928). Consta ofício de 17 de fevereiro de 1915, encaminhado ao Exmo. Senhor Doutor Lauro Muller, Ministro das Relações Exteriores. No documento o Secretario de Estado comunica ao ministro que não há exibições de filmes a respeito da Guerra Mundial que estava acontecendo na Europa, bem como não há xenofobia aos estrangeiros residentes na Bahia, seguindo as determinações do referido ministro. Afim de manter o Brasil na situação de neutros diante do conflito e a fim de evitar a sensibilização da população baiana para as cenas da guerra, permitindo apenas as cenas admitidas no Rio de Janeiro.

1875	Lohmann & Cia. Sucessores	300:000 (marcos)	+	-	Nazareth
1879	Marcellino Rodrigues Pereira e Braga	7:322\$000	-	-	Nazareth
1884	Araújo e Filho	36:505\$000	-	-	Nazareth
1888	Isidro Cardoso Guimarães e Cia.	4:000\$000	-	-	Nazareth
1898	Fortunato, Pinho, Avellar e Cia.	396:801\$000	Comércio	Salvador	Salvador, Aratuhybe e Areia.

Conforme a tabela acima, no Recôncavo Sul, as empresas destinadas à indústria e comércio, com maiores capitais, até o ano de 1898, foram estas. Porém, não se pode descartar o fato de que outras empresas, criadas nesse período, podiam ter capitais semelhantes às aquelas empresas que foram cadastradas e verificadas pelos órgãos de fiscalização da Fazenda Estadual. Isto é, esse número não é absoluto, tendo-se em conta o fato de que, muitas indústrias e casas comerciais omitiam os valores reais de seus capitais, como forma de burlar a fiscalização, tanto municipal quanto estadual. Dessa forma, algumas casas comerciais e de fabrico domiciliar, por exemplo, submetiam-se apenas ao fisco municipal, pois não havia como escapar aos olhos dos fiscais arrecadadores, conforme verificamos no em capítulo anterior.

Em 13 de dezembro de 1877, por exemplo, o escrivão Antonio Moniz Barreto, juntamente com o juiz de paz, Zacharias Antonio Simas, mandavam publicar um edital, intimando aos devedores de impostos de “Indústrias e Profissões”, para pagarem na Coletoria de rendas gerais da cidade de Nazareth, os referidos impostos, até a data de 31 de dezembro daquele ano. Somente naquele edital, constavam os nomes de 70 pessoas, dentre os quais, do artista José Patrício de Figueiredo Nazareth⁴⁰⁹, idealizador e membro fundador da SOMAN, Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos, instituição criada em 14 de julho de 1861.

Alem disso, verificamos que algumas empresas aparecem, como simples casas comerciais, onde se vendia de tudo – as conhecidas “vendas” – espécies de armazéns de secos e molhados, onde podia-se encontrar gêneros de consumo de toda a espécie; desde alimentos, tecidos, ferramentas, vidros, ferragens, louças, alimentos e óleos combustíveis, produtos de diversas marcas e nacionalidades.

⁴⁰⁹ Cf. O Regenerador, (...) dezembro de 1877, p.4.

Em 30 de junho de 1896, verificamos que 14 proprietários de casas de “molhados”, da cidade de Nazareth, pagaram tributos atrasados referentes ao imposto sobre a indústria e profissões.⁴¹⁰ Anos mais tarde, no final de dezembro do ano de 1900, o intendente de Nazareth aprovava uma nova lei de impostos municipais, para o ano de 1901, onde se determinavam os valores dos tributos a serem pagos. A partir do ano seguinte, naquela cidade; também, nessa mesma estariam isentos da multa de 10% do imposto da décima urbana, todos os proprietários que estivessem em atraso.⁴¹¹

Imposto de Indústria e profissões 1901.

Classes	Valor mínimo	Valor máximo
1 ^a	25\$000	75\$000
2 ^a	20\$000	100\$000
3 ^a	15\$000	90\$000
4 ^a	10\$000	100\$000
5 ^a	6\$000	60\$000 ⁴¹²

Dentre esses tributos, estava o imposto cobrado às casas comerciais de “molhados”, que, de acordo com aquela lei, deveria obedecer a uma classificação progressiva, que ia de A, a E.; organizando-as, portanto, em 5 classes, com valores diferenciados, que podiam variar conforme a localização ou movimentação financeira, a exemplo das casas comerciais localizadas nas ruas do Centro, do Porto e do Comércio, cujos impostos eram mais altos do que nas demais ruas da cidade.⁴¹³

Além das “casas de molhados”, existiam, também, as “casas comerciais de fazendas e miudezas”, organizadas em 4 classes distintas, cujos impostos poderiam variar de 30\$000 (trinta mil réis) a 180\$000 (cento e oitenta mil réis), anuais.⁴¹⁴ Verifica-se, porém, que a maioria dessas casas comerciais destinava-se às vendas a varejo, tendo-se em conta o fato de que, na Primeira República, houve na capital baiana, o aumento do número do comércio varejista⁴¹⁵, ocorrendo o mesmo em relação ao comércio no Recôncavo Sul, que

⁴¹⁰ Cf. Ata do Conselho Municipal de Nazareth, de 30 de junho de 1896.

⁴¹¹ Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1900, p. 67a.

⁴¹² Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1900, p. 61.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Idem, p. 61a.

⁴¹⁵ Cf. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Edufba, Salvador, 2001, p.72.

expandia paralelamente à ferrovia ⁴¹⁶, ainda que fossem constantes os reclames da população contra a carestia e os problemas da recessão econômica verificadas no período.

Essas casas comerciais eram responsáveis pelo abastecimento da população do Recôncavo Sul, de maneira que os produtos, ali, vendidos atendiam às necessidades básicas da dieta alimentar, tanto dos moradores das cidades, quanto dos que habitavam na zona rural. Nessa dieta alimentar, verifica-se, que determinados produtos apresentavam valores superiores a outros gêneros. A carne, por exemplo, podia custar muito mais que o bacalhau, mesmo sendo este, um produto importado ⁴¹⁷, o que podia demandar custos maiores, que o da carne, cujo imposto era de 1\$000 (mil réis), por cada cabeça de gado abatido. ⁴¹⁸

Verificamos que o bacalhau podia custar até 12% mais barato que a carne, conforme nos revelam as informações de duas notas de compras feitas a um mesmo negociante, em datas diferentes, em nome do cidadão Caetano Francisco de Almeida, nos anos de 1889 e 1894. ⁴¹⁹ Na nota de 31 de março de 1894, o cidadão Caetano Francisco de Almeida adquiria no “Grande Armazém de Molhados e Fazendas”, casa comercial localizada no distrito de Rio Fundo, e pertencente a Francisco Sérgio & Filho, produtos no valor de 6\$000 (seis mil réis), referentes à compra de 3 quilos de carne, no valor de 3\$000 (três mil réis); 2 quilos de bacalhau no valor de 1\$760 (mil setecentos e sessenta réis); 2 litros de feijão no valor de \$960 (novecentos e sessenta réis) e ½ quilo de sabão no valor de \$280 (duzentos e oitenta réis). ⁴²⁰

Anos antes, em 2 de março de 1889, esse mesmo cidadão realizou uma compra nessa mesma casa comercial, no valor de 2\$360 (dois mil, trezentos e sessenta réis), referentes a 4 quilos de carne, no valor de 1\$600 (mil e seiscentos réis); 1 quilo de bacalhau, no valor de \$420 (quatrocentos e vinte réis); ½ garrafa de gás (querosene), no valor de \$100 (cem réis); ½ quilo de sabão no valor de \$240 (duzentos e quarenta réis).

Tabela comparativa de preços: Rio Fundo (Nazareth)

Produto (valores em réis)	1894	1889
---------------------------	------	------

⁴¹⁶ Cf. ALVES, Isaias. Matas do Sertão de Baixo. 1967, p.233.

⁴¹⁷ Cf. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Edufba, Salvador, 2001, p.73.

⁴¹⁸ Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1900, p. 58a.

⁴¹⁹ Ver, anexos: cópia de nota de compra e venda.

⁴²⁰ Ver, anexos: cópia de nota de compra e venda.

Carne (quilo)	1\$000	\$400
Bacalhau (quilo)	\$830	\$420
Sabão (½ quilo)	\$280	\$240 ⁴²¹

Ao compararmos o valor de alguns produtos das duas notas, verificaremos que entre os anos de 1889 e 1894 houve uma significativa alteração de preços, com percentuais superiores a 90% de aumento, com a única exceção do preço do sabão, que apresentou um aumento de menos de 10%, não sendo o aumento demasiado, tanto quanto, foram os preços da charque e da carne verde vendidas no mercado consumidor do Recôncavo Sul em fins do século XIX.

Em 1903, comerciantes da cidade de “Aratuhybe”⁴²², vizinha a de Nazareth, publicavam, em um periódico, uma nota sobre as feiras daquela cidade, queixando-se dos baixos preços de gêneros alimentícios, vendidos naquele mercado.⁴²³ Ainda, segundo aquela mesma nota, podemos identificar os preços de alguns produtos vendidos naquelas feiras⁴²⁴ e, da mesma maneira, percebemos as poucas alterações nos preços de algumas mercadorias vendidas naquela região do Recôncavo Sul.

Tabela de preços Aratuhybe

Produto	Medida	Preço (réis)
Farinha	Litro	70
Feijão	Litro	200
Milho	Litro	120
Sal	Litro	120
Cachaça	Litro	320
Carne fresca	Quilo	800
Charque	Quilo	800
Carne porco	Quilo	1\$000
Toucinho	Quilo	1\$000
Bacalhau	Quilo	800
Arroz	Litro	400
Açúcar branco	Litro	600
Sabão massa	!!	1\$000
Sabão sólido	Quilo	500
Couro seco	Quilo	600
Capade (15 quilos)	Quilo	6\$ a 7\$

⁴²¹ Ver anexos: cópia de notas de compras realizadas nos armazéns do Distrito do Rio Fundo, atual município de Muniz Ferreira, Bahia.

⁴²² Leia-se: Aratuípe.

⁴²³ Diário de Notícias, 22 de abril de 1903.

⁴²⁴ Ver, anexos: tabela 05.

Café de 1ª (15 quilos)	Quilo	4\$000
Café de 2ª (15 quilos)	Quilo	3\$500
Fumo em rama (15 quilos)	Quilo	4\$000
Fumo em rolo (15 quilos)	Quilo	11\$000
Rapadura (carga 400)	!!	12\$
Galinha	Unidade	2\$000
Ovos	Dúzia	600 a 720 ⁴²⁵

Da mesma forma, em 25 de maio de 1903, os comerciantes do município de Areia, também no Recôncavo Sul mandavam publicar no periódico *Diário de Notícias*, os preços dos gêneros expostos na última feira daquele comércio, conforme tabela de preços das mercadorias mais vendidas.

Tabela de preços Areia (Ubaíra)

Produto	Medida	Preço (réis)
Café (tipo 6, 15 quilos)	Quilo	2\$500
Café (tipo 7, 15 quilos)	Quilo	2\$000
Fumo (15 quilos)	Quilo	4\$000
Carne verde (15 quilos)	Quilo	8\$000
Carne de porco	Quilo	\$800
Toucinho	Quilo	\$800
Charque	Quilo	\$700
Bacalhau	Quilo	\$800
Fumo de corda	Quilo	\$500
Farinha (20 litros)	Litro	1\$800
Feijão (7 litros)	Litro	1\$000
Milho (20 litros)	Litro	1\$000
Cachaça em barril	Litro	\$350
Mel de 40º (1 camada)	Camada	1\$000
Rapadura (4 tijolos)	Tijolos	1\$000
Ovos	Dúzia	\$600 ⁴²⁶

⁴²⁵ Tabela referente aos preços de produtos da cidade de Aratuhype. Cf. *Diário de Notícias*: 22 de abril de 1903.

⁴²⁶ Tabela referente aos preços de produtos da cidade de Areia. Cf. *Diário de Notícias*: 25 de maio de 1903.

Tanto em Aratuhybe, quanto em Areia e Nazareth verificamos a existência de diversos armazéns, onde se podia encontrar todos os tipos de mercadorias, destinadas ao consumo. Alguns nomes desses armazéns estão listados em periódicos locais, como o Armazém de Molhados de Antonio da Silva Farias, localizado na Rua Barão Homem de Mello e segundo a nota aquela casa comercial possuía,

(...) completo e variado sortimento de molhados e cereais Miudezas, drogas, ferragens e outros artigos. Artigos para marceneiros e pintores. Alugam-se cortinados para casamentos e bailes. ⁴²⁷

Alguns produtos faziam parte da alimentação básica diária, como a farinha de mandioca, por exemplo, o charque e o bacalhau, que além de os preços serem mais cômodos que os da carne, podiam durar bem mais, e serem armazenados sem o risco de perder-se a mercadoria, como ocorria com maior facilidade, com as “carnes verdes” que comumente eram vendidas frescas. Algumas carnes, como a de gado bovino, que era a mais consumida pelas camadas médias da população, e em menor escala pelo proletariado⁴²⁸, podiam ter variação de preços, pelo lugar de origem, conforme verificamos, se compararmos os preços desses produtos nas três tabelas anteriores.

Percebemos também que por causa do relativo preço baixo, o bacalhau era produto comum nas mesas de trabalhadores, constituindo-se em alimento do proletariado, e, conforme o professor Mário Augusto Santos, era alimento “conhecido como “peixe do pobre”, não podendo aparecer nas mesas da classe média quando recebiam visitas, embora se soubesse que a classe média consumia tal produto, às escondidas. ⁴²⁹”. Alguns desses trabalhadores, como os ambulantes, por exemplo, eram obrigados a pagar à “fazenda municipal”, o imposto 60\$000 (sessenta mil réis), de licença, para colocar à venda, por curto período, tecidos, calçados, artigos de armarinho, chapéus e roupas feitas; ⁴³⁰ valor maior que o cobrado por vender armas de fogo, que era de 25\$000 (vinte e cinco mil réis), ou mesmo, o valor cobrado aos vendedores fixos ou ambulantes que se utilizassem de gamelas para

⁴²⁷ Cf. *O Independente*, 1901, p.4.

⁴²⁸ Cf. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Edufba, Salvador, 2001, p.68.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1900, p. 63.

vender seus produtos, cujo imposto, podia variar entre 5\$000 (cinco mil réis) a 40\$000 (quarenta mil réis).⁴³¹

Outros trabalhadores, ambulantes, assim como os demais, pagariam licenças para utilizarem-se dos espaços públicos, ainda que, somente durante as festas. Esse imposto variava entre 15\$000 (quinze mil réis) a 60\$000 (sessenta mil réis),⁴³² conforme se verifica no pedido feito pelo ambulante Agripino Oliveira, que em 24 de janeiro de 1901, requeria da Intendência municipal de Nazareth, a licença,

(...) para armar um pequeno quiosque na praça municipal, para servir de botequim, durante as festividades de Nossa Senhora de Nazareth.

⁴³³

Os valores das licenças cobradas aos ambulantes chegavam a ser maiores que os das licenças para o fabrico de sabão que eram, de no máximo, 50\$000 (cinquenta mil réis), ou mesmo, dos açougues, de 1ª classe, cujas licenças variavam entre 10\$000 (dez mil réis) a 25\$000 (vinte e cinco mil réis).⁴³⁴ A fiscalização, ao que parece, com raríssimas exceções, não poupava a ninguém. Verificamos, porém, quem em 14 de dezembro de 1900, o intendente interino do município de Nazareth, “Domingos Valente de Aguiar”, alterava a resolução de 3 de março de 1893, que disciplinava a respeito dos impostos municipais. No artigo 2º das “Disposições Gerais” para o ano de 1901, o intendente municipal informava que, seguindo aos ditames da Resolução de 3 de março de 1893, conforme nova redação, dada àquela lei,

(...) estava sujeito ao imposto de consumo, todo gênero que desembarcando no porto desta Cidade (Nazareth), for recolhido às casas comerciais e aos depósitos, exceto aos armazéns da Companhia Tram–Road de Nazareth.⁴³⁵

A nova redação do artigo 2º isentava do pagamento de impostos, os produtos recolhidos aos armazéns da companhia férrea e concedia privilégios fiscais àquela “companhia” e, também, aos comerciantes de Nazareth. Observando, porém, o parágrafo

⁴³¹ Idem.

⁴³² Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1900, p. 63.

⁴³³ Idem, p. 71.

⁴³⁴ Idem, p. 61a.

⁴³⁵ Idem, p. 67.

único daquela Resolução, verifica-se que ela fazia ressalvas quanto aos gêneros desembarcados naquela cidade e recolhidos nos armazéns da Tram-Road.

De acordo com a nova redação da referida Resolução, essa isenção não ocorreria com os produtos que, mesmo sendo armazenados nos depósitos da referida Companhia, tivessem como destino as Estações do Onha, Rio Fundo e Taytinga, pois esses produtos, estariam sujeitos ao imposto de consumo.⁴³⁶ Além da Tram-Road, algumas instituições, como a Santa Casa de Misericórdia de Nazareth (SCMN) e a Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos (SOMAN), por exemplo, também ficaram isentas do imposto da décima urbana, de todas as propriedades que lhes pertencessem.⁴³⁷

No ano de 1901, os relatórios da Intendência municipal apresentam informações sobre negociantes e empresas, solicitando redução de impostos ou, isenção de outros, assim, como também, faziam, alguns trabalhadores que requeriam, daquela Intendência, a isenção de licenças para mercadejarem, ou carregarem produtos nas ruas do comércio e do porto. Alguns comerciantes chegavam a reclamar dos altos valores de impostos, exigindo da Intendência o parcelamento ou redução das dívidas, conforme fizera em 17 de abril de 1901, o negociante Abílio Dias Tavares, de aproximadamente 32 anos de idade, e residente na Praça Municipal da cidade de Nazareth; que após ter adquirido, em hasta pública⁴³⁸, um prédio na Praça do Porto e, estando o imóvel, desocupado há mais de um ano, verificou que o ex-proprietário, não havia pago o imposto da décima urbana, e por esse motivo estava “injustamente sendo cobrado”. Dessa maneira, requeria daquela Intendência que lhe fosse reduzido o tal imposto, por se achar, o andar térreo daquele imóvel, ainda fechado. Em resposta ao negociante, o “lançador de impostos” Leandro de Sant’Anna, respondeu afirmativamente que estaria de fato isento do imposto do ano de 1900, mas não, o do primeiro semestre de 1901.⁴³⁹

Em data de 7 de março de 1901, o intendente municipal mandava cobrar o imposto de 500\$000 (quinhentos mil réis) à empresa de serviços marítimos, “Companhia LLOYD Brasileiro”, referentes ao débito da licença do ano de 1900, por ter, aquela companhia, uma

⁴³⁶ Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1900, p. 67.

⁴³⁷ Idem, 67a.

⁴³⁸ Leilão.

⁴³⁹ Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1900, p. 90.

ponte armada sobre o cais daquela cidade.⁴⁴⁰ Em resposta ao intendente, o gerente da “Lloyd” solicitava do Conselho Municipal a isenção do referido imposto, o que lhe foi prontamente negado pelo intendente, em ofício do dia 29 de março, tendo em vista aquele imposto estar previsto na lei de disposições orçamentárias para aquele ano de 1901, aprovada em dezembro do ano anterior.⁴⁴¹

Cobranças, pagamentos e isenções de impostos faziam parte do cotidiano daquelas sociedades. Tanto as que apresentaram avançados índices de industrialização, quanto aquelas em que o comércio e a produção agrícola determinaram os rumos da economia local, redefinindo os espaços de trabalho e tecendo o corpo social que formava as classes trabalhadoras.

Nas sociedades do Recôncavo Sul, em fins do século XIX e início do XX, verificamos que as atividades decorrentes do capitalismo industrial, local e estrangeiro, ainda que “superficialmente” apresentadas, fazem-se representar a partir dos mecanismos e instrumentos de produção de riqueza material e da exploração das atividades primárias e secundárias de produção.

Se por um lado, a classe trabalhadora apresentava-se sempre insatisfeita com as condições de vida e de trabalho de seus membros, também estavam insatisfeitos alguns empresários que buscavam inserir-se no processo de luta política, quando percebiam que podiam tirar algum proveito da situação. Ou seja, os conflitos de menor amplitude ou movimentos sociais aqui descritos não podiam estar dissociados dos conflitos de ordem política tão frequentes na Bahia Republicana. A luta contra a carístia, contra a seca e os altos impostos, era também uma luta política, e, ainda que não tivesse esta conotação, de início, assim terminava por ser nos discursos políticos.

⁴⁴⁰ Cf. Livro da Intendência Municipal de Nazareth, do ano de 1900, p. 81a.

⁴⁴¹ Idem, p. 84.

Considerações finais

Quando tratamos do Recôncavo, a primeira idéia que nos surge é de uma região com fortes traços do colonialismo e, portanto, de economia eminentemente agrária, sustentada por mão-de-obra escrava, em todos os momentos de sua História. Dessa maneira, descarta-se, desde logo, a possibilidade em se perceber o Recôncavo a partir de seu “universo” multifacetado, composto de seus vários “recôncavos”, e dentro destes, a existência de uma ampla pluralidade cultural.

Essa pluralidade nos permite pensar o Recôncavo, não enquanto região ou espaço geográfico, situado às margens da Bahia de Todos os Santos, mas, como um conjunto de espaços culturais com características próprias, formado a partir da fusão de aspectos culturais predominantes ao longo de quase quatro séculos. De fato, o predomínio do sistema escravo atribuiu um sentido ao Recôncavo que, muitas vezes, impede-nos de enxergá-lo, senão a partir da economia e sociedades, que ali se desenvolveram em todo o período colonial e monárquico. Sabe-se, porém, que algumas mudanças nas estruturas de produção já podiam ser visíveis, naquelas terras, desde a segunda metade do século XIX.

Longe de descartar a discussão do predomínio da mão-de-obra escrava no Recôncavo Sul, me propus, apenas, ao entendimento das relações de trabalho coexistentes e que nem sempre são discutidas pela historiografia. Ou seja, proponho a tarefa inicial de associar a existência de trabalho escravo e trabalho livre num mesmo espaço, o que parecia difícil de ser entendida há algum tempo. Verifica-se, porém, que trabalhadores, escravos e livres, viviam em um mesmo cotidiano, e isso era bastante comum, em um universo composto por indivíduos que buscavam sua liberdade e outros que lutavam para não “perdê-la”, em face da presença do “moderno” processo de produção, que objetivava atender às necessidades do mercado de exportação.

As exportações aparecem sempre como alvo a ser atingido e meta a ser superada. Alguns relatórios dos presidentes da Província da Bahia já apontavam para o “tímido” mais contínuo processo de mudanças na economia baiana desde as décadas de 60 e 70, oitocentistas. Vimos nos relatórios da Secretaria de Agricultura que não foram poucos, os grandes ou pequenos projetos de urbanização, que previam a reestruturação de espaços

públicos, a construção de pontes, calçamentos, melhorias de ruas, construção e ampliação de portos e avenidas, somados ao fortalecimento da agroindústria, em expansão, e que exigiam dos governantes, mudanças em todos os aspectos: tanto o social quanto o econômico.

Desta maneira, não podemos descartar o fato de que à medida que as sociedades de trabalhadores do Recôncavo Sul estreitaram os laços econômicos e sociais com os trabalhadores da capital, Salvador, essas categorias de trabalhadores da região, em fins do século XIX, apresentariam fortes sinais de mudanças, que provocariam forte impacto nas relações de trabalho e de produção no século seguinte. No entanto, para a consecussão dessas mudanças dependia-se, de início, a adoção de um processo de integração de capitais, tanto de empresas nacionais quanto estrangeiras e, também, da extrema necessidade de adequação dos meios de produção aos “moldes” do “capitalismo moderno” que já se fazia presente no Recôncavo Sul, há muito tempo, como se verificou na análise de alguns capítulos deste trabalho. Portanto, o Recôncavo Sul forneceria os meios materiais necessários à implementação de medidas “modernizadoras” em consonância com o modelo agroexportador, da economia brasileira, em fins do século XIX.

Nos capítulos que compõem este trabalho, percebemos que as “elites”, ou grupos sociais dominantes, do Recôncavo Sul pareciam estar preocupadas em “modernizar” os meios de produção e com isso, aumentar o seu poderio econômico. Porém, se as elites se organizavam querendo dar sentido aos seus anseios de enriquecimento, “modernidade” e “progresso”, em detrimento de uma maioria trabalhadora, essa maioria, também, se organizava e disputava os diversos espaços de produção, compondo um amplo e conflituoso “tecido social”, que exigia de seus membros a implementação de estratégias de luta que ao menos lhes garantisse a sobrevivência do grupo.

O nosso trabalho tentou demonstrar a presença, no Recôncavo Sul, de uma classe trabalhadora que se organizava, em instituições e entidades de classe, com fins associativos e mutualistas, revelando-nos aspectos do seu cotidiano, dos costumes e de tradições, construídas ou associadas, que, mais tarde, definiriam as características de uma classe trabalhadora com significativa experiência, e com formação sempre atuante, em movimentos sociais de toda a natureza.

As formas associativas e de luta implementadas por esses trabalhadores já podiam ser verificadas há muito tempo, ali no Recôncavo. Em 1861, verifica-se a existência de uma sociedade mutualistas, em Nazareth, a Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos. Além dela, aparecem os nomes de clubes recreativos, filarmônicas e outras associações, de auxílio mútuo. Essas instituições revelam-nos formas mais expressivas de organização de classe. E, algumas delas apresentam, em sua formação, características bastante diversas.

Verificamos, também, que as relações de trabalho e o cotidiano desses trabalhadores, são marcadamente conflituosos, revelando-nos estratégias de organização e luta, desenvolvidas por uma gama de indivíduos, que formavam uma heterogênea classe trabalhadora, sempre atenta às mudanças e disposta a promovê-las, na maioria das vezes, em nome da coletividade.

Os conflitos envolvendo trabalhadores nos revelam, também, a necessidade que havia de regulação das relações de trabalho, no início do século, em face da ausência de legislações específicas que tratassem do assunto. Dessa maneira, ainda que desprovidos de uma proteção “legal” por parte do Estado, muitos foram os trabalhadores que desenvolveram meios para diminuir a instabilidade resultante dessa falta de amparo legal.

Os “Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul”, ainda que timidamente apresentado permite-nos entender como os trabalhadores estavam a todo instante, criando estratégias e “driblando” as necessidades diárias, reinventando, sempre, mecanismos de libertação e organização na defesa dos interesses de classe.

Percebemos que a ausência de movimentos de luta, em determinados momentos, não significava impossibilidade, pois não estavam eles desprovidos de formas organizadas de luta e de trabalho. A classe trabalhadora se reorganizava e modificava o cotidiano, criando e reinventando, a todo instante, um novo sentido à sua existência. As greves ou paralisações momentâneas constituíam-se, também, em um importante instrumento de resistência às explorações e à garantias de Direitos que muitas vezes não estavam escritos, porém, se encontravam sedimentados e garantidos pela tradição.

Durante as greves, ocorriam as “barganhas” e recuos que, aparentemente, poderiam ser entendidos como exemplos de “fraqueza” e extensa limitação. Porém, esse comportamento nos revela possibilidades dentro do lapso de tempo que os trabalhadores dispunham para refazerem suas forças e reinventarem os métodos de luta. Da mesma forma, questiona-se a indicação de indivíduos “de fora” do movimento para mediar alguns conflitos entre ferroviários e diretores da companhia férrea. No entanto perceberemos que o movimento operário baiano tem, nas bases que o compõe, uma maioria de indivíduos ligados às facções políticas que “comandavam” o cenário de disputa política em todo o Estado.

Arquivos e bibliotecas

AINSN	Arquivo da Igreja Nossa Senhora de Nazareth – Arquivo paroquial.
AFN	Arquivo do Fórum de Nazareth
AMS	Arquivo Municipal de Salvador
APEBA	Arquivo Público do Estado da Bahia
APMA	Arquivo Público Municipal de Amargosa
APMilBa	Arquivo Público da Polícia Militar da Bahia
APMN	Arquivo Público Municipal de Nazareth
ASCMN	Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Nazareth
APMJA	Arquivo Público Municipal de Jaguaripe
APSAJ	Arquivo Público de Santo Antonio de Jesus
BPPLA	Biblioteca Particular do Professor Lamartine Augusto
BPEBa	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
BSOMAN	Biblioteca da Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos
IGHBa	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
UFBA	Universidade Federal da Bahia – Biblioteca Central

Fontes

Livros de Atas das Reuniões do Conselho Municipal de Nazareth – 1900 a 1910.

Livros da Intendência Municipal de Nazareth – 1893 a 1910.

Livros de registro de impostos da indústria e profissões do município de Nazareth – 1893, 1900, 1901, 1902 e 1904 a 1909.

Livros de registros de batismos da igreja de Nossa Sra. de Nazareth – 1896 a 1907 e 1907 a 1910;

Livros de registros de imóveis da Comarca de Nazareth – 1881 a 1910.

Livro de Ouro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré – 1845

Regulamento Interno e Instruções para os Empregados do Prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco – 1893.

Relatório do Ministério da Marinha – 1872.

Relatório da Inspetoria de Seguros (Ministério da Fazenda – 1905)
Relatório da Estrada de Ferro Central do Brasil – 1909
Relatório do Ministério da Agricultura – 1909
Relatório do Serviço de Povoamento – 1910
Relatório do Ministério da Fazenda – 1909
Relatório do Ministério da Guerra – 1909
Relatório do Ministério da Indústria – 1909
Relatório do Ministério da Justiça – 1906, 1908 e 1910.

Jornais e revistas pesquisados

Diário de Notícias, 1880 a 1909 – Salvador
Diário da Bahia, 1880 a 1910 – Salvador
A Bahia – 1909 – Salvador
A Gazeta da Bahia, 1905 a 1909 – Salvador
A Aldeia – Aratuípe.
A Mocidade, ?
A Opinião Liberal, 1884 – Nazareth
A Ordem, 1909, 1910, 1914 e 1921 – Cachoeira
A Razão, 1909 – Canavieiras
O Independente, 1901 – Nazareth
Tribuna Liberal – Nazareth
O Regenerador, 1877, 1882, 1905 e 1907 – Nazareth
O Industrial, 1861, 1882 – Nazareth
O Conservador, 1901 e 1919 – Nazareth
O Arrebol – Nazareth
Folia dos Roceiros, s.d. - ?
Jornal de Notícias, 1900 a 1910 – Salvador
Revista do Brasil, 1909 a 1910. – Bahia
Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº.
Almanack da Bahia, 1900, 1905 e 1909 – Salvador

Almanack do Annuncio, 1909 – Salvador

Almanack Ilustrado, 1909 – 1910 – Rio de Janeiro

Livros, artigos e teses

ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro, Repper, 1967.

AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 4a ed. Rio de Janeiro. IN L, Brasília Livraria Editora Cátedra, 1979.

ARGOLLO, Miguel de Teive e, **FRANCA**, Justino da Silveira. *Memória sobre as estradas de ferro do estado da Bahia*. Reis. 1908, 98 p.

AUGUSTO, Lamartine. *Porta do Sertão*, 2ª ed. Nazareth, Tipografia do Asilo dos Meninos Desvalidos. 1998, 242 p.

CANHEDO, Leticia Bicalho. *A classe operária vai ao sindicato*. 4ª ed. SP. Ed. Contexto, 1997. (Repensando a História).

CARONE, Edgard. *A primeira Republica*. São Paulo, DIFEL, 1973.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Pescadores e Baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas do oitocentos, Itaparica: 1860-1888.. Afro-Ásia, Salvador, v. 33, p. 133-168, 2005.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social. (1890-1920)*. São Paulo: Difel. 1986.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador, HUCITEC- EDUFBA. 1996.

_____, *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910)*. Ed. Unicamp. Campinas. 2006.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *Oeste da Bahia: formação histórico-cultural*. Cadernos do Ceas. Salvador, maio/junho 1999 nº181.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *A Bahia no século XIX*. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

OLIVEIRA, Alberto de Sá. *Pequena História da Estrada de Ferro de Nazareth*. Gráfica Central Ltda. Ssa – Ba. Julho de 1963.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. In: *Afro-Ásia*. Salvador, 24, 2000, p. 199-242.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870 – 1930)* Ed. Hucitec. SP. 1998.

SANTOS, Milton. *Nazareth, um Porto Ferroviário do Recôncavo Baiano*. In: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. 1954-1955. Vol. IX, Separata Tomo I. S.P. 1957 p.305-320.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10^a ed. São Paulo: Ed.UNESP/Salvador: EDUFBA, 2001. 542 p.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Salvador. Tipografia do Diário da Bahia. 1893. 647 pp. P.102.

ZORZO, Francisco Antonio. *Ferrovia e Rede Urbana na Bahia. Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870 –1930)*. Ed. UEFS. Feira de Santana- Bahia, 2001. 264 p.

Bibliografia

BATALHA, Cláudio H.; **SILVA**, Fernando Teixeira da. e **FORTES**, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: EDUNICAMP, 2004.438 p.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930*. Título Original: *You Cant, The Daily exercise of police authority in Rio de Janeiro: 1907-1930*, Tese de Doutorado em Filosofia do Departamento de História da Faculdade de Artes, The Open University. Tradução de Alberto Lopes, Rocco Editora, 1997. 221 p.

BURKE, Peter. *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion, **VAINFAS**, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.

_____, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert e **SCOTSON**, John L.: *Os estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar. 2000.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo, Brasiliense, 1977.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão!:* memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª edição, revista e ampliada. São Paulo. Ed. UNESP. 2002.395 p.

_____, *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Novos Estudos Sobre História Operária. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2000.

_____, *Rebeldes Primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

_____, *Os Trabalhadores - Estudos sobre a História do Operariado*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LACERDA, Maurício de. *A Evolução do Direito Social Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LAPA, Jose Roberto do Amaral (Org.). *História Política da República..* Campinas: Papirus, 1990. (Coleção tempo & memória, 2).

NEGRO, A. L. *Linhas de Montagem.* O Industrialismo Nacional-Desenvolvimentista e a Sindicalização dos Trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004. 332 p.

_____. A. L. ; FORTES, A. ; SILVA, F. T. ; FONTES, P. ; COSTA, H. . *Na Luta por Direitos.* Estudos Recentes em História Social do Trabalho.. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. 210 p.

SILVA, F. T. da. *Operários sem patrões.* Os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. 480p.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

_____, *A Formação da Classe Operária Inglesa.* A Árvore da Liberdade Vol. I. Ed. Paz e Terra, 1987.

Anexos



Parte lateral do edifício do Liceu Salesiano do Salvador, Bahia

Figura 1 – Greve dos trabalhadores da Companhia Viação Geral da Bahia – Revista do Brasil: 1909.

Reunidos no Liceu Salesiano de Salvador, os grevistas da Companhia Viação Geral da Bahia após reunião com comissão de greve e representantes da companhia, não desistiram de continuar a greve, agora, por tempo indeterminado.



As celebres doze locomotivas apreendidas pelos grevistas e retidas em seu poder durante muitos dias.
Photographia tirada a dous kilometros de Alagoinhas, Bahia, por ocasião da entrega das machinas ao substituto do juiz federal, coronel Thiago Santos, com assistencia do general Siqueira de Menezes.

Figura 2 – Foto publicada na Revista do Brasil – 1909: Apreensão de locomotiva por ferroviários, na Greve de 1909 das Ferrovias da Bahia.

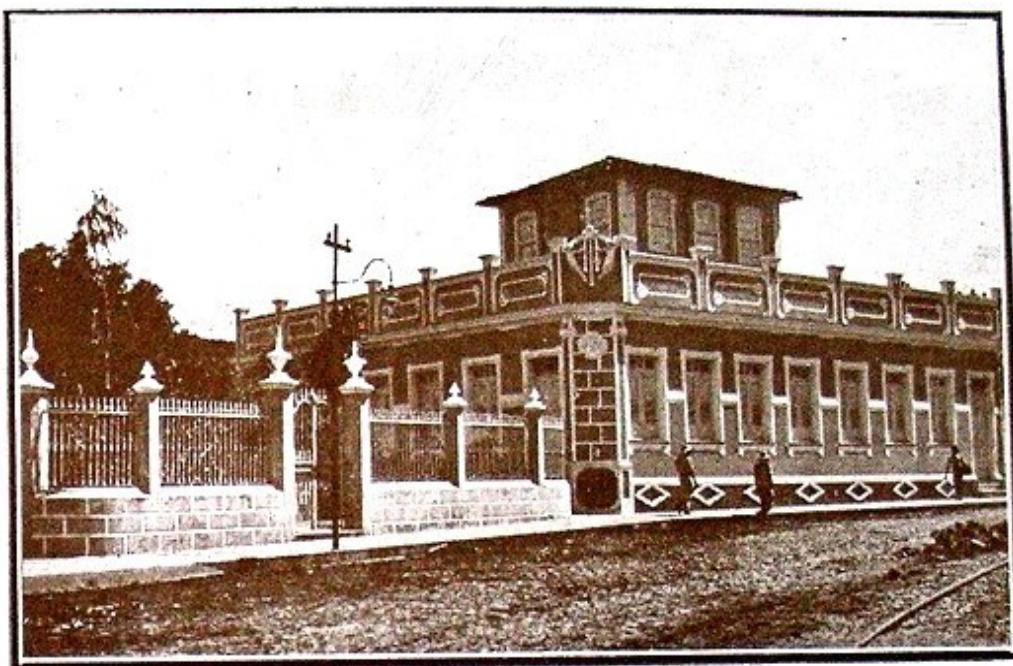
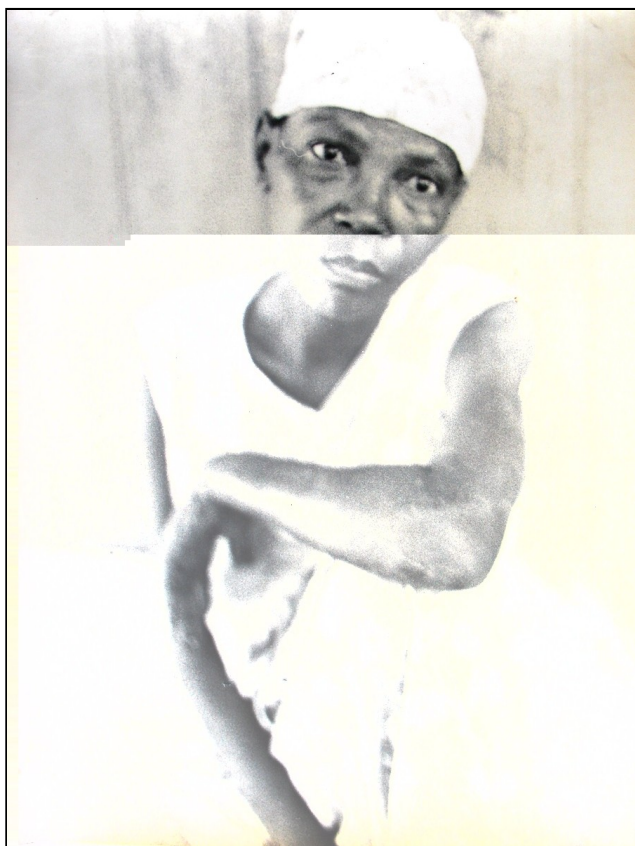


Figura 3 – Foto publicada na Revista Bahia Ilustrada, 1920: Residência do diretor da Estrada de Ferro de Nazareth.



Figura 4 – Foto publicada na Bahia Ilustrada – 1920: Festejos de Conceição Imaculada – Município de Lage, Recôncavo Baiano.

Figura 5 – Criança trabalhadora da feira livre. Nazaré-Bahia, 1920. Autor desconhecido Fonte: BPEBa.



**Figura 6 – Vendedora de mariscos
Nazaré-Bahia, 1920. Autor desconhecido
Fonte: BPEBa**